UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MIRIÃ PERES SPINDULAS

EDUCAÇÃO POPULAR E ORGANIZAÇÃO SOCIAL:

EXPERIÊNCIAS DO CENTRO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA (CTA) DE PONTES E LACERDA-MT

CÁCERES-MT
2025

MIRIÃ PERES SPINDULAS

EDUCAÇÃO POPULAR E ORGANIZAÇÃO SOCIAL:

EXPERIÊNCIAS DO CENTRO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA DE PONTES E LACERDA-MT

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart

CÁCERES-MT

2025

© by Miriã Peres Spindulas, 2025.

Ficha catalográfica elaborada pela Supervisão de Bibliotecas da UNEMATCatalogação de Publicação na Fonte.
UNEMAT - Unidade padrão

S757e Spindulas, Miriã Peres.
EDUCAÇÃO POPULAR E ORGANIZAÇÃO SOCIAL: EXPERIÊNCIAS DO CENTRO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA DE PONTES E LACERDA-MT / Miriã Peres Spindulas. - Cáceres, 2025.
215f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado", Educação/CAC-PPGEDU - Cáceres - Mestrado Academico, Campus Universitário De Cáceres "Jane Vanini".
Orientador: Laudemir Luiz Zart.

1. Educação Popular. 2. Organização Socia. 3. Pedagogia Decolonial. 4. Economia Solidária. I. Zart, Laudemir Luiz. II. Título.

UNEMAT / MTSCB CDU 376.63:004

MIRIÃ PERES SPINDULAS

EDUCAÇÃO POPULAR E ORGANIZAÇÃO SOCIAL:

EXPERIÊNCIAS DO CENTRO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA DE PONTES E LACERDA-MT

Dissertação de Mestrado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado, para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart (UNEMAT)
Orientador

_____

Prof.ª Dr.ª Marisa de Fátima Lomba de Farias (UFGD)
Avaliadora Externa

_____

Prof. Dr. Vilmar Alves Pereira (UNEMAT)
Avaliador Interno

_____

Prof.ª Dr.ª Waldineia Antunes de Alcântara Ferreira (UNEMAT)
Avaliadora Interna

_____

Prof. Dr. Carlos Antônio Bonamigo (UNIOESTE)
Avaliador Externo

APROVADA EM: 31 / 03 / 2025.

Dedico esta dissertação a todos aqueles que não tiveram a oportunidade de saberem-se capazes, OS OPRIMIDOS, pela injustiça e pela indiferença, negligenciados nas suas habilidades, privados de solidariedade e de justiça.

Agradeço a Deus, fonte de inspiração e confiança, por eu conseguir abrir um caminho seguro que me transformou, me marcou, me desconstruiu, e a todos aqueles que passaram por mim com um olhar sincero e bondoso, os que me marcaram por momentos extremos bons e ruins, todos que me motivaram para chegar aqui, principalmente minha filha Emille, que me ensinou o que o amor materno é capaz, compartilhamos nossos sonhos, olhando a realidade, você é luz para mim. Maria Alice, minha pequena, por me ensinar fazer carinha feliz, e levantar o meu sorriso com mãos macias e afetuosas. Meus pais que enfrentam a vida com a fé e a força do amor, sempre me incentivaram em todas as minhas muitas jornadas, que aos 83 anos foram companheiros de estrada, de angústias e alegrias, sempre como exemplo de honestidade e resiliência, meus irmãos por serem cada um ao seu modo fontes de inspiração e apoio, Claudio Afonso Peres por sempre dedicar tempo e generosidade aos meus sonhos. Ao meu orientador Laudemir Luiz Zart, por me despertar a esperança pelas suas palavras, sempre oportunas, sábias, sensatas e prudentes, por me acolher e ajudar a organizar a minha história, manter a firme luta pelo bem comum, à UNEMAT, na pessoa da professora Loriége Pessoa Bitencourt, por compartilhar as experiências da vida e da universidade, como uma educadora humana e autêntica, à professora Waldinéia, seu amor e entrega a tudo o que faz como educadora, me levou a um profundo reconhecimento pessoal, na pessoa de Sônia agradeço aos amigos e amigas que esse processo me trouxe, os companheiros do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA), que puderam me ensinar sobre a postura militante, a educação, quando é integral e popular, faz a utopia e o sonho se materializarem no espaço e no tempo.

Entendo bem o sotaque das águas.
dou respeito e jeito às coisas desimportantes
e aos seres desimportantes.
Prezo insetos mais que aviões.
Necessidades, gratidão, prezo a velocidade
das tartarugas mais que a dos mísseis.
Tenho em mim um atraso de nascença. E limites poucos
Eu fui aparelhada
para gostar de passarinhos.
Tenho abundância de ser feliz. Todo dia.
Meu quintal é maior do que o mundo.
Sou uma apanhadora de desperdícios,
Amo os restos, eles são luxo.
Queria que a minha voz tivesse um formato de canto e de tambores.
Porque eu não sou da informática, nem da matemática:
eu sou da invencionática. Das coisas improváveis, da resistência, da insistente esperança.
Só uso a palavra para compor meus silêncios. E procurar amor e verdades.

(Adaptado de: *Manoel de Barros, O apanhador de desperdícios*)

RESUMO

Esta dissertação trata dos processos educacionais vivenciados no Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) de Pontes e Lacerda-MT e da relação da educação popular com a produção social de conhecimento, para o fortalecimento da Organização Social. Objetivou-se nessa pesquisa compreender como a educação popular contribui na produção social de conhecimento desenvolvida a partir de camponeses, numa histórica luta por conquistas e permanências na terra, que resultou na criação de uma organização social de referência para outras organizações. Aproxima-se dos mecanismos da tecnologia social, entendida como a relação entre inovação tecnológica e conhecimento popular para a transformação social de determinada realidade, que marca a singularidade dessa organização de camponeses. Recorre-se à metodologia qualitativa, compreendendo o fenômeno social por intermédio de uma análise histórico-dialética e da pedagogia crítica, sob a ótica da Decolonialidade. Dialoga-se com autores e conceitos que fundamentam as discussões sobre economia solidária, trabalho e trabalho associado, educação popular, dialogando com Freire (2005; 2015; 2017), Marx (2008), Dagnino (2014), Walsh (2012), Singer (2013), Zart (2012; 2013; 2014; 2016; 2019, 2023), dentre outros. Trata-se de uma pesquisa com base nos conceitos da história oral, pela qual as narrativas foram analisadas no viés da análise dialógica, conforme Bakhtin (2006), também observados através da análise documental, pesquisa bibliográfica, entrevistas, materiais didáticos e vivências formativas da autora ao longo da vida, as quais materializaram dialeticamente a luta por conquista, permanência e cuidado com terra. Os trabalhadores associados no CTA se uniram em redes de apoio a movimentos ligados à agroecologia e à economia solidária, da região do Vale do Guaporé, criaram e compartilham conhecimentos desses saberes para boa parte do Estado de Mato Grosso. O desenvolvimento sociocultural camponês foi um desafio pautado nas bases estruturais das estratégias e ações coletivas que levaram a experiência do Centro a construir métodos e práticas dentro de uma pedagogia crítica e decolonial, que sistematiza a educação popular, nos ambientes diversificados onde ela se faz. Foi possível compreender esse processo como uma ruptura ao sistema produtivo tradicional vigente. Espera-se que o estudo possa contribuir com um denso viés de esperança no seu sentido praxiológico nas compreensões nos ambientes ligados à educação e trabalho.

Palavras-Chave: Educação Popular. Organização Social. Pedagogia Decolonial. Economia Solidária.

ABSTRACT

This dissertation deals with the educational processes experienced at the Alternative Technology Centre (CTA) in Pontes e Lacerda-MT and the relationship between popular education and the social production of knowledge, in order to strengthen the social organization. The aim of this research was to understand how popular education contributes to the social production of knowledge developed by peasants in a historic struggle to conquer and remain on the land, which resulted in the creation of a social organization that is a reference for other organizations. It approaches the mechanisms of social technology, understood as the relationship between technological innovation and popular knowledge for the social transformation of a given reality, which marks the uniqueness of this peasant organization. It uses a qualitative methodology, understanding the social phenomenon through a historical-dialectical analysis and critical pedagogy, from the perspective of Decoloniality. It dialogues with authors and concepts that underpin discussions on solidarity economy, work and associated work, popular education, dialoguing with Freire (2005; 2015; 2017), Marx (2008), Dagnino (2014), Walsh (2012), Singer (2013), Zart (2012; 2013; 2014; 2016; 2019, 2023), among others. This is a study based on the concepts of oral history, through which the narratives were analyzed through the lens of dialogical analysis, according to Bakhtin (2006), also observed through documentary analysis, bibliographical research, interviews and interviews, teaching materials and the author's formative experiences throughout her life, which dialectically materialized the struggle to conquer, remain on and care for the land. The workers associated with the CTA joined networks to support movements linked to agroecology and solidarity economy in the Guaporé Valley region, creating and sharing this knowledge throughout much of Mato Grosso State. Peasant socio-cultural development was a challenge based on the structural foundations of the strategies and collective actions that led the Centre's experience to build methods and practices within a critical and decolonial pedagogy, which systematizes popular education in the diverse environments where it takes place. It was possible to understand this process as a break with the traditional production system in force. It is hoped that the study can contribute a dense bias of hope in its praxeological sense in the understandings in environments linked to education and work.

Keywords: Popular Education. Social Organization. Decolonial Pedagogy. Solidarity Economy.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CEPEL- Cooperativa de Trabalho Educacional de Pontes e Lacerda

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COOPERVALES - Cooperativa de Agroecologia Familiar e Economia Solidária dos Vales Mato-grossenses

CPT- Comissão Pastoral da Terra

CTA - Centro de Tecnologia Alternativa

DNER - Departamento Nacional de Estradas e Rodagem

FASE - Fundação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional.

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFMT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

GIAS - Grupo Intercâmbio em Agricultura Sustentável

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MUL - Movimento de União dos Lavradores

ONG - Organização Não Governamental

SAFs - Sistemas Agroflorestais

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste

TAPA - Treinamento Para Ação Pastoral

UNEMAT- Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado

UNICAFES - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNITRABALHO - Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas

LISTA DE FOTOGRAFIAS E IMAGENS

Fotografia 1: Placa de identificação e constituição histórica do CTA. 28

Fotografia 2: Viveiro de mudas para distribuição nos projetos desenvolvidos pelo CTA..... 30

Fotografia 3: Roda de Conversa, avaliação dos trabalhos, partilhas e apresentação pessoal. . 93

Fotografia 4: Aula campo com alunos. 97

Fotografia 5: Centro de Tecnologia Alternativa, Pontes e Lacerda-MT..... 98

Fotografia 6: Fotos da Assembleia do CTA. 117

Imagem 1: Material de comunicação e pedagógico para formações. ---------- 40

Imagem 2: Material de comunicação e de formação coletiva. ---------- 91

Imagem 3: Material de comunicação e de formação coletiva. ---------- 135

Imagem 4: Material de comunicação e de formação coletiva. ---------- 142

Imagem 5: Material de comunicação e de formação coletiva. ---------- 147

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO ----------12

2 HISTÓRIA, VIVÊNCIAS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO COLETIVA NO CTA -----27

2.1 A luta pela terra no Vale do Guaporé---------- 35

2.2 Construções e realidades das memórias sociais ---------- 45

2.3 Patrimônio cultural e saberes dos camponeses ---------- 54

2.4 Participação coletiva na construção do CTA ---------- 69

3 EDUCAÇÃO POPULAR E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO ASSOCIADO ----------79

3.1 Práticas pedagógicas da educação popular---------- 86

3.2 Singularidade da educação popular desenvolvida no CTA---------- 94

3.3 Organização social e trabalho associado no CTA ---------- 102

3.4 Processos da organização social e do trabalho associado no CTA ---------- 106

3.5 Educação e organização no CTA: produções decoloniais---------- 112

4 PRODUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL---------- 125

4.1 Produção social de conhecimentos nas tecnologias sociais do CTA---------- 130

4.2 Metodologias e técnicas na produção social de conhecimentos ---------- 138

4.3 Desenvolvimento sociocultural nas experiências de cooperação e agroecologia no CTA ---------- 144

4.4 Materialidades e legados econômicos e ecológicos solidários e sustentáveis---------- 155

CONSIDERAÇÕES FINAIS ---------- 160

REFERÊNCIAS---------- 167

ANEXO A: ATA DE FUNDAÇÃO E ESTATUTO DO CTA ---------- 172

ANEXO B: ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA ---------- 174

ANEXO C: ATA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA---------- 188

ANEXO D: INFORMATIVO CACAIO ---------- 191

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa surge da inquietação com a situação dos trabalhadores rurais do município de Pontes e Lacerda-MT, e das urgências e importâncias do que lemos como práxis libertadoras, e está baseada nas interpretações das complexas desigualdades que constituem a sociedade. Tratamos dos processos educacionais vivenciados no Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) de Pontes e Lacerda-MT e da relação da educação popular com a produção social de conhecimento, para o fortalecimento da Organização Social. Propomos desenvolver e evidenciar referenciais que ajudem as pessoas a se organizarem e, com isso, assumirem posturas de resistência diante de destruições epistêmicas das estruturas sociais, linguísticas e culturais.

Temos como objetivo compreender como a educação popular contribui na produção social de conhecimento desenvolvida a partir de camponeses, numa histórica luta por conquistas e permanências na terra, que resultou na criação de uma organização social de referência para outras organizações. E, desta forma, refletir sobre como a educação popular produz efeitos de enfrentamento e revoluções nas históricas desigualdades produzidas pelos mecanismos de poder e de dinheiro dentro do sistema capitalista de produção.

Assim, as tecnologias sociais desenvolvidas pelos camponeses contribuem para a criação de uma organização social que permite a eles a permanência na terra, como bem representa, neste contexto, o CTA.

Identificar junto aos camponeses os significados das históricas lutas de conquistas, bem como a organização social do grupo, é capturar as experiências pedagógicas decoloniais do CTA, ressignificar a minha história pessoal de migrante, e de tantos outros desterritorializados, desajustados e vitimados pelas colonialidades que sofremos no nosso país.

Muitas pesquisas pelo Brasil e pelo mundo tratam de desigualdades similares, buscando compreensões gerais. Com efeito, essa pesquisa em educação pretende acontecer fora de contextos dominadores e através de processos de diálogo, observar e descrever o cenário observado, nas cotidianidades das relações humanas, e reconhecer caminhos a partir das diversidades, das multimanifestações e organizações dos povos, o trabalho e a formação do sujeito, dentro das pirâmides das tradicionais irregularidades econômicas e, a partir dessas formações sociais, dos grupos, na participação e nas práticas de conhecimentos outros.

O CTA atua contra as determinantes práticas capitalistas, violências evidentes e, às vezes, silenciosas, mas destruidoras. Para isso, foi necessário ir ao encontro de uma arquitetura e ecologia dos saberes dentro da sociobiodiversidade, que trata a questão de formação e transformação, como base da estrutura de sobrevivência; indo ao CTA, fui também ao encontro da minha ancestralidade, que é a luta pela terra, pela sobrevivência. Essa luta é assumida pela coletividade organizada, pelas estruturas e superestruturas, que o CTA representa.

Buscamos entender e compartilhar uma ciência humanizadora que se empenhe em criar novas tecnologias, a fim de proteger as formas de vida do nosso universo, nossa Terra comum; e, dentro dos ambientes coletivos, conquistar territórios e espaços, que poderão auxiliar nos processos e aperfeiçoamentos das capacidades de enfrentamento ao desequilíbrio ambiental, sociocultural, econômico e humano.

Para compreender os sentidos e a justificativa desta proposta, bem como a forma de abordá-la, apresento a minha história de vida. Nasci em Guaíra, Paraná, no dia 29 de março de 1981, filha dos agricultores Clério Afonso Spindulas e Mercedes Peres Spindulas. Ela era paulista, pertencente a uma tradicional família de origem espanhola; meu pai, mineiro, filho adotivo e, segundo ele, aparentado dos povos indígenas, português e negro, típico brasileiro. Vejo minha ancestralidade; e busco reconhecer essas características culturais em mim, pois nesse encontro de migrantes, assim como a posterior migração para o Estado de Mato Grosso, também acontece uma profunda fusão.

Minha mãe morava no campo, numa colônia de descendentes de espanhóis onde meu avô e seus parentes mantinham o trabalho de meeiros, em fazendas de café no Estado de São Paulo, como meio de sobrevivência e estrutura dessa grande unidade familiar. Meu avô paterno vinha de fora, Minas Gerais, que em relação ao Paraná, tinha suas diferenças étnicas e culturais; e as diferenças foram adaptadas e compreendidas nas suas dimensões complementares. Essa afirmação aprendi agora, aos 43 anos, pois, mesmo eu, etnicamente uma mulher branca, estou em processo de reconhecimento, digo como Hooks (2019) a “teoria me libertou”, me ensinou sobre minha identidade, reconhecimento e pertencimento, estou em processo, reconstruindo os marcos da minha história.

No Estado do Paraná, nasceram cinco filhos: três meninos e duas meninas; eu, a caçula do casal, sou mato-grossense, pois vim praticamente junto com o fenômeno do êxodo Sul/Oeste de 1986, quando muitas famílias, em busca de novas condições econômicas, foram obrigadas a migrar em busca de sobrevivência.

Meu pai e minha mãe sempre foram muito engajados nas questões políticas. Lembro quando, ainda muito pequena, faziam formações pastorais e viviam na comunidade cristã no contexto das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Minhas memórias sempre trazem fortes princípios e valores de engajamentos sociais. Em casa, guardam a foto no jornal da cidade com todos os filhos na fileira da frente na primeira Romaria da Terra do nosso país. Isso justifica uma herança de luta e coragem. Essa manifestação foi uma passeata no ano de 1985, em Guaíra-PR, que reuniu mais de mil pessoas, para reivindicar terras direcionadas às famílias de agricultores, que ali defendiam direitos e leis que amparassem os camponeses, agricultores sem-terra e sem recursos para se manterem na terra.

Essa manifestação também foi contra o desastre ambiental ocorrido em Guaíra, com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, uma hidrelétrica binacional localizada no Rio Paraná, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. A barragem foi construída pelos dois países entre 1975 e 1982, a qual desapropriou muitas famílias, acabou com uma identidade turística da cidade, que sediava as cachoeiras das 7 Quedas do Rio Paraná e, junto com isso, afetou toda uma identidade social do povo.

Aqui a música que cantarolava aos 4 anos de idade chamada "*Grande Esperança*", marcada pela história de lutas da minha família e de toda uma classe aqui representada:

A classe roceira e a classe operária
Ansiosas esperam a reforma agrária
Sabendo que ela dará solução
Para situação que está precária.
Saindo projeto do chão brasileiro
De cada roceiro ganhar sua área
Sei que miséria ninguém viveria
E a produção já aumentaria
Quinhentos por cento até na pecuária!

Esta grande crise que a tempo surgiu
Maltrata o caboclo ferindo seu brio
Dentro de um país rico e altaneiro,
Morrem brasileiros de fome e de frio.
Em nossas cidades ricas em imóveis
Milhões de automóveis já se produziu,
Enquanto o coitado do pobre operário
Vive apertado ganhando salário,
Que sobe depois que tudo subiu!

Nosso lavrador que vive do chão
Só tem a metade da sua produção
Porque a semente que ele semeia
Tem quer à meia com o seu patrão!
O nosso roceiro vive num dilema
E o problema não tem solução
Porque o ricaço que vive folgado

Acha que projeto se for assinado,
Estará ferindo a Constituição!

Mas grande esperança o povo conduz
E pede a Jesus pela oração,
Pra guiar o pobre por onde ele trilha,
E para a família não faltar o pão.
Que eles não deixam o capitalismo
Levar ao abismo a nossa nação,
A desigualdade aqui é tamanha
Enquanto o ricaço não sabe o que ganha
O pobre do pobre vive de ilusão!
(Zilo; Zalo,1964)

E assim cresci: ouvindo histórias; andando nas reuniões, onde os cantos eram de resistência, eram de unidade, com Deus e uns com os outros. Participamos de muitas formações comunitárias e pastorais; estava com quatro anos de idade, mas os sentidos já estavam sendo construídos, em meio aos problemas econômicos. A esperança foi determinante para meus pais, a fé que os replantou numa comunidade em Pontes e Lacerda-MT; também foi apoio, ali tivemos ambiente saudável de convivência, práticas de mutirões para nos ajudarmos uns aos outros em muitos processos que atendiam às necessidades humanas, econômicas e espirituais.

Essa prática comunitária sempre nos levou a construir amizades sólidas, estar rodeados de pessoas que partilham sentimentos e objetivos comuns. Desde as formações do Paraná, nos planos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), onde se reconhecia a necessidade de busca por direitos do camponês, sobre essas históricas lutas pela terra, se formou uma consciência crítica, por parte do meu pai. Logo que chegamos, vimos que as promessas de terras com preços baixos estavam muito longe de ser verdade. Meu pai por anos ia ao Incra para tentar se reestabelecer em um sítio, tendo ele perdido todas as estruturas e terras em dívidas no Paraná.

Bezerra Neto (1999) explica que os projetos de colonização trouxeram problemas à maioria da população dessa região, aprofundando as desigualdades regionais, uma vivência de relações de violência e de conflitos entre as minorias, os grandes agricultores e o próprio Estado.

Um pouco das memórias de Pontes e Lacerda-MT, desde nossa chegada, em 1986, quando tivemos contato com a cidade de fronteira com a Bolívia, espaço dos povos originários Nambikwara e Chiquitanos, dentre outros. Território rico em mineração, belezas naturais e culturais vizinhas exuberantes, na nossa primeira capital do Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade. Aqui encontramos grandes proporções de terras produtivas; por isso,

com alguns sérios conflitos de terra, Pontes e Lacerda era uma cidade bem violenta, mas as novidades para uma criança e adolescente eram boas, eu não tinha dimensão das questões complexas, levou tempo, para essa adaptação e transição de condições financeiras, estruturais em uma cidade que, em comparação a Guaíra-PR, onde morávamos, era simplesmente voltar ao tempo. Aqui a cidade estava iniciando, poucas condições de saúde e outras dificuldades exigiram dos meus pais muita resiliência. Tenho muito orgulho deles por tudo que fizeram para nos dar condições de vida, amor e bons exemplos.

Nessa adaptação, uns irmãos voltaram, outros foram para o Exército. Eu, ainda criança, me criei em meio a mudanças. Nós sempre estávamos envolvidos nas lutas pela Reforma Agrária, desde o interior do Estado do Paraná. Seguimos eu e meus pais a observar a realidade através de uma inquietude – diria eu – mobilizante, baseada em boas e construtivas visões políticas. Devido à migração e grande decadência financeira, o sonho de conseguir terra e permanecer nela fez meus pais assumirem condições difíceis, entre o campo e a cidade; mas nunca nos faltou o necessário.

Logo, nessas ações da comunidade, festas tradicionais, conhecemos o pessoal da Federação de Órgãos de Assistência e Social e Educacional (FASE), uma instituição não governamental de atuação nacional. As estratégias e princípios fundadores da FASE dão compreensão às atividades desenvolvidas neste princípio até nos dias atuais; conforme a sua especificidade, a FASE possui princípios como Solidariedade e Educação. Fundada em 1961, é sem fins lucrativos, e atua hoje em seis Estados do Brasil, tendo sua sede nacional no Rio de Janeiro-RJ. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo, primando por suas estratégias e seus princípios alicerçados na compreensão de atividades desenvolvidas desde o princípio até nos dias atuais, quais sejam, a Solidariedade e a Educação (Acselrad; Malerba, 2022).

Ao longo da década de 1960, a FASE lançou as bases de um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo, mas o golpe civil-militar de 1964 fez com que estes rumos tivessem de ser redefinidos. A resistência à ditadura e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base passaram a ser o foco principal da entidade. Ela constrói grandes parcerias com instituições internacionais que promovem, através de seus fundos econômicos, assistência para países subdesenvolvidos como o Brasil e muitos outros.

Assim, aqui nessa região, a FASE chega e traz pessoas engajadas na comunidade, promovendo festivais de música nas igrejas, e iniciando o processo de fundação da

Associação de Agricultores do Vale do Guaporé, posteriormente o Centro de Tecnologias Alternativas (CTA), responsável por reunir as comunidades e ser ponto de encontro e formações.

Outro apoio inicial aos movimentos por luta e permanência na terra na região de Pontes e Lacerda foi a mobilização da Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma pastoral social dentro da Igreja Católica que possui um projeto de libertação, uma espiritualidade de libertação, uma categoria de filosofia ligada às situações de opressão humana, de combate aos sofrimentos em que o ser humano se vê injustiçado e oprimido por algum tipo de injustiça, normalmente política. Essa pastoral foi fundada em meados da década de 1970 e está vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para assessorar e auxiliar a Pastoral Rural nos conflitos na Amazônia. O movimento estava embasado na Teologia da Libertação, pensada como resposta à necessidade de uma renovação teológica dentro da Igreja Católica e, sobretudo, na América Latina nos anos de 1950-1960. Conforme Castelano (2014), tal movimento pastoral é oriundo de uma reação da Igreja Católica em razão da necessidade de se posicionar frente aos conflitos sociais gerados pelo modelo econômico desenvolvimentista e subalterno ao capitalismo internacional que, desde a década de 1950, ampliou as mazelas sociais, sobretudo no campo brasileiro, em decorrência da Segunda Revolução Industrial intensificada pelo regime militar (1964-1985).

Cresci com a lembrança da Primeira Romaria da Terra de Guaíra-PR. Mesmo eu aos quatro anos de idade, pude viver esse momento, entender conforme a postura sociopolítica dos meus pais, criar um posicionamento e a participação comunitária e militante que é nossa rica herança, entender a história de luta dos sujeitos da pesquisa, mas também a minha história, “vista de baixo”, como propõe Thompson (1981). Nasci no campo, mas como muitos, fomos desterritorializados, ameaçados, epistemologicamente violentados. Mas não nos entregamos.

Sempre fomos para a luta, sempre viramos a segunda face, como sinal de quem, além de não compactuar com certas práticas ainda não se entrega, permanece numa atitude de firmeza e resistência. Sempre fui uma pessoa sonhadora e esperançosa. Recordo que no tempo da adolescência trazia mais aguçado o gosto pelas descobertas da vida: aos doze anos de idade, quase em uma busca pela emancipação, me mudei para Cáceres, para trabalhar de funcionária doméstica e babá, para ajudar a família.

Sempre fui inquieta quanto a situações de extrema desigualdade, de estar sempre numa constante revolta consciente frente às injustiças sociais, como ver tantas pessoas vivendo em condições precárias de vida, enquanto outros estavam bem confortáveis na pirâmide da realidade da minha vida e das que observei com um olhar demorado. Busquei desde então as transformações e descobertas para tais situações. Fiquei por Cáceres dois anos, e somente em 1997 retornei a Pontes e Lacerda, trabalhando sempre: de doméstica; no setor de verduras; como repositora de papéis; vendedora; substituta de professora, enfim, sempre procurei me informar, participar da igreja da comunidade, da pastoral da juventude, dos cursos de base, ganhando conhecimentos socioculturais.

Aos 18 anos me aventurei a ser microempresária, porém sem qualquer experiência, e conciliando a vida universitária no curso de Letras na Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) - Campus Universitário de Pontes e Lacerda, tive sérios problemas com a loja. Mesmo com o gosto pelos estudos, a vida acadêmica foi aos poucos se distanciando da minha realidade: era cansaço e decepção, pela inexperiência; então, nem estudos e nem me manter no mercado com a loja foi possível.

Ao conviver com as barreiras epistêmicas impostas a liberdade das mulheres, pude reconhecer a força do patriarcado, e as perspectivas de resistência. Aos vinte e três anos, quando me casei, durante a adaptação, fui surpreendida por atitudes e responsabilidades impostas a mim devido a uma cultura machista. Ao longo de uma história de resistência a violências de gênero, sendo elas, em sua maioria, simbólicas, institucionais e psicológicas, tanto das relações no trabalho como também na vida pessoal, precisei buscar na espiritualidade e nas teorias, formas de readaptação devido aos projetos inacabados e aos sonhos frustrados.

Vejo que a nossa natureza respeita os ciclos, nos ensina a como se refazermos, mudar as formas; nós, como mulheres, passamos por grandes transformações. E aos 23 anos, eu já era mãe: vivi essa experiência maravilhosa e transcendente. Essas adequações corporais e subjetivas me fizeram perceber que recebi uma dádiva e, como uma missão, assumi uma família, sempre cuidando através de uma força sobrenatural. Na família, temos muitas alegrias, mas também passamos por momentos de desconfortos e certos conflitos, desafios de problemas pessoais, todos os pensamentos e as relações que fazemos com o conhecimento adquirido são necessários.

As nossas práticas podem nos construir ou nos destruir; logicamente, isso implica um estudo de quais áreas mais somos afetados, compartilhar experiências, que me ensinaram a resistir, transpor barreiras aparentemente impossíveis, um processo constante de superação. Observar melhor o lugar que ocupo na sociedade, na minha comunidade, desde a família até todos os espaços em que consigo estar é uma profunda trajetória de reconhecimento e pertencimento, aqui pelo olhar das ciências, aquelas que são sensíveis e buscam formas de tornar a vida mais justa e solidária. Falo das ciências humanas, e humanizadoras.

É necessário sempre estar em alerta para reconhecer em si mesma a força da fraqueza, do desconforto, da desadequação, e ali criar uma reflexão crítica, buscar apoio, o cuidado e a completude do outro, pois através disso afetamos e somos afetados dentro dessas relações. As contradições e as transformações sempre me chamaram a atenção em ambientes diversos, mesmo nos mais organizados.

O tempo passou, e me mantive buscando o conhecimento, das coisas que precisava para manter minha vida, preservar minha saúde, ajudando meus pais no sítio, como meio de recursos econômicos e culturais. Mas obviamente algo me faltava, sempre fui apaixonada por pessoas, por histórias, por traços e inteligências peculiares, capacidades, olhares, detalhes de personalidades. E essas inquietações me levaram a tentar estudar Psicologia, uma tarefa difícil por ser integral naquele tempo. Por questões de trabalho, fui obrigada a desistir. Fui então para a Psicanálise, curso que talvez não tenha ainda me dedicado a essa área de conhecimento, mas de certa maneira me acendeu muita sensibilidade em relação ao outro.

Devido à minha antiga devoção em manter princípios religiosos desde muito cedo, também me envolvi em movimentos na Igreja Católica, os quais também me constituem e estabelecem posturas importantes para minhas lutas pessoais e coletivas. Creio que o ser humano necessita dessa consciência de que existe um criador e nós não somos daqui, e cada um pode buscar esse respeito pela sua ancestralidade e espiritualidade.

Fui instrutora de trânsito teórico e prático, por mais de doze anos em Vila Bela da Santíssima Trindade. Trabalho hoje em uma Cooperativa de Trabalho Educacional (CEPEL), uma organização predominantemente de mulheres em Pontes e Lacerda. A sua fundação foi uma estratégia de algumas professoras ao verem que a escola em que trabalhavam estava falida e que o seu proprietário, um deputado, político famoso do Mato Grosso, não iria acertar as questões trabalhistas. Essas professoras então se uniram e se apropriaram das cadeiras e de alguns objetos da escola para continuar o ano letivo em outro espaço, fundando assim uma

Cooperativa de Trabalho Educacional; trata-se de uma vitória da classe trabalhadora, que constrói a partir das suas forças uma história que já vai para 20 anos, compartilhando, aprendendo juntas sobre a gestão pedagógica e cooperativista, uma experiência singular na nossa região.

Trabalho com projeto de musicalização. Ceio que a arte pode transformar a sociedade, e a música e o canto fazem parte de mim, assim como também a arte literária me acompanharam desde as histórias ilustradas, e o caderno de receitas amarelo da minha mãe, as revistas de coisas gostosas, que nunca íamos comer, mas podíamos olhar e admirar, imaginar as quão deliciosas seriam aquelas iguarias. Boas memórias das vivências comunitárias: as cantorias na igreja, as danças de quadrilha na comunidade São Pedro, momentos felizes e tempos históricos diferentes.

Nessa ligação com a arte, o canto e a música como manifestações poéticas também são instrumentos de transformação sociocultural; eu me identifico com toda ela, sempre me construiu. Fiz o Curso Básico de Música para Professores, ano de 2013, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso (IFMT). Esse curso foi, de uma certa forma, o caminho para voltar à educação formal em 2017, em uma nova experiência nessa área, diferente de tudo que conheci: a CEPEL – onde trabalho – me proporcionou uma reaproximação com a vivência comunitária e uma forma menos capitalista de sobreviver.

Neste tempo de apreensão de significados, desconstrução de conceitos, vejo a necessidade de a pessoa buscar desenvolver suas habilidades naturais e cognitivas, reconhecer sua estrutura social, poder criar condições de ter uma vida mais substancial e justa, de acordo com as necessidades das vivências.

Muitas formações políticas, de lideranças religiosas e políticas me inspiraram, mas depois de participar e conhecer contextos políticos, confesso que houve em mim uma dificuldade, ceticismo discursivo. Mesmo me vendo e reconhecendo dentro da representatividade, ideologia e filosofia de esquerda, desde sempre ocupei lugares de resistência, e a luta, com seus marcos e suas marcas, vai talvez me definir em partes. Quanto às resistências e à militância: hoje na participação ativa na cooperativa, na universidade, vejo que sim, existem muitas formas de enfrentamento, e todas são muito necessárias.

Considero que o cenário delicado, como delicado tudo que vivemos nos anos da Pandemia, e creio estarmos saindo de um surto social coletivo, marcas das fragilidades humanas, da superestrutura do capitalismo e, no caso do Brasil, o não reconhecimento do

saber científico, a negação de colapsos climáticos, que foi e é um dos grandes impactos sociais, para o bem-estar da população. Esta situação me preocupa e me motiva, em busca de cumprir princípios de valores morais e éticos com essa pesquisa e, principalmente, com a minha postura social diante das realidades que se apresentam como emergenciais, das necessidades de enfrentamento às dificuldades para as organizações sociais, para combate a destruição humana e do meio ambiente em que vivemos.

Motivos de catástrofes naturais em nosso país me fazem fortalecer o gosto pelas descobertas que esta pesquisa me permite. A ciência pode colaborar, e eu pretendo me comprometer nisso, considerar estudos e práticas que podem dar suporte ao bem viver. Este é um campo comum e necessário de debates, é uma busca de quem se aplica ao Mestrado em Educação para evidenciar o quanto ela é base social, diversa, plural, autêntica e determinante para um povo, e com esses conhecimentos outros da Educação Popular, manifestação social, promover práticas de crescimento comum, oportunidades e condições para todas as pessoas. Este é o meu foco: me dedicar a mostrar de maneira criteriosa, mas simples, caminhos de dignidade e igualdade; será mais do que uma realização, um propósito, uma continuidade epistêmica de saberes comuns à transformação de muitos homens e mulheres que resistiram a violências e formas de tratamentos desumanizados, criaram meios no contexto da comunidade, criaram a oportunidade de reconhecer a importância do conhecimento praticado, a partir dos desajustes sociais e, assim, promover o enfrentamento por lutas e diálogos de esperança e boa vontade.

O objetivo inicial da pesquisa é compreender atitudes e o fenômeno social que conseguiu influenciar nas estruturas políticas e culturais de pessoas do campo, no Vale do Guaporé na Amazônia Legal, fortalecer a agroecologia e a constante manifestação popular do conhecimento e novas práticas de emancipação sociocultural. Abordarei questões inerentes às práticas e ações sociais e coletivas propostas inicialmente por esses sujeitos camponeses, agricultores, cujas práticas transformaram utopias em realidade Compreendendo através da organização, visão e função emancipatória, nesse caso característicos e autênticos, os processos epistemológicos do conhecimento e desenvolvimento social camponês no Centro de Tecnologia Alternativa (CTA), cuja visão e função inovadoras beneficiaram as condições de vida para muitas pessoas em estado de vulnerabilidade. Os sujeitos entrevistados e que fizeram parte da dissertação apresentam uma ligação longa com o CTA e com os movimentos sociais, são pessoas engajadas. Construíram suas histórias de vida baseadas nos princípios da luta pela terra e de organizações que preservam e geram vidas, comprometidas com a política

do país, com o cuidado com a natureza, em todas as suas formas, imbuídas de uma consciência coletiva, cooperativa e livre.

As vozes do agricultor e da agricultora, do educador popular, do gestor, do técnico agrícola, do cooperado, da engenheira em alimentos, do professor, do agrônomo, dos membros do CTA, do político e da professora, dentre outros/as, estão nas linhas desta dissertação. São as memórias e as motivações para ir a campo e entregar formas práticas de enfrentamentos complexos a sistemas opressivos de trabalho e economia; práticas essas que carregam consigo a história da educação popular, com dinâmicas de relações pedagógicas, unindo experiências individuais e coletivas desse patrimônio cultural chamado CTA.

Neste contexto científico de processos de intervenção e resistência da classe trabalhadora, que ela possa desvendar e desconstruir realidades opressivas, criando sentidos e representações dentro das históricas estruturas de desigualdades, de modo a consolidar possibilidades de horizontes seguros de sobrevivência baseados nas práticas de participação e educação popular e suas interculturalidades.

A metodologia utilizada foi baseada na abordagem qualitativa, que parte de vivências no contexto das resistências camponesas, das experiências de trabalho associado, da análise documental do associativismo e de estudos teóricos sobre a organização da instituição Centro de Tecnologias Alternativas. De acordo com Minayo (2017, p. 12), “muito mais do que a uma mera aplicação desses instrumentos, tenha certeza de que sua presença, sua interlocução, seus estranhamentos e suas indagações passam a ser vivências em intersubjetividade quando estão no campo, gerando um conhecimento”.

A análise documental é marcada pela observação de materiais de cunho educacional, documentos regimentares, atas de fundação e materiais didáticos. Lakatos e Marconi (2003) entendem como documentos particulares, documentos iconográficos que são aqueles compostos por imagens, desenhos e pinturas. Além deles, há ainda as fotografias, os objetos, as canções folclóricas, o vestuário e o folclore. É possível apreender, através dos dados, informações valiosas e simbólicas, as quais estão diretamente ligadas à identidade da associação em estudo, a qual busca levar a educação pautada em sua própria fonte de conhecimento, isto é, os saberes e as práticas camponesas.

Nesse sentido, a vivência com a organização investigada permitiu-nos acesso a documentos e entrevistas. Partindo de uma metodologia qualitativa, ouvimos os sujeitos envolvidos. E organizar os marcos temporais possibilitam compreender a historicidade, o

funcionamento e o significado da sua atuação no contexto do trabalho realizado, além de mostrar acontecimento com a visão de vários ângulos que levaram a essa importante experiência pedagógica coletiva.

A pesquisa foi desenvolvida através da metodologia qualitativa, bibliográfica, história oral; a coleta de dado se valeu de questionários semiestruturados; já a análise dos dados seque a análise dialógica do discurso proposta por Bakhtin. Elas fundamentaram nossa aproximação ao objeto de estudo, fornecendo meios para ajudar na compreensão dessas relações que se consolidaram em práticas sociais – de formações e atuação social – dentro do Centro de Tecnologia Alternativa, com todo o universo simbólico que ele representa para o movimento campesino do Vale do Guaporé e região. Em geral, a análise de discurso é a prática de análise que considera que o discurso do sujeito não é transparente, mas é feito da história, assim como os sujeitos do discurso são seres de linguagem psicossociais:

> Qualquer tipo genuíno de compreensão deve ser ativo, deve conter já o germe de uma resposta [...] compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão [...] compreender é opor à palavra do locutor uma contra palavra (Bakhtin, 2006, p. 23).

As entrevistas foram aplicadas na modalidade de história oral de vida, a qual possibilita análise e interpretação, para compreensão, calcada no materialismo histórico. Para a análise dos dados, utilizamos a análise do discurso, que concebe o discurso como uma manifestação, uma materialização da ideologia decorrente dos modos de produção social (Mussalim, 2001, p.110).

Utilizamos alguns princípios fundamentais para a coleta de dados e para orientar nossa pesquisa. A história oral permitiu-nos reconhecer o testemunho pessoal, como fonte histórica legítima. Os relatos e as experiências individuais são considerados elementos-chave para a compreensão dos eventos passados. As vozes múltiplas e variedades de perspectivas incluem uma diversidade de narradores para obter uma compreensão mais abrangente dos eventos e suas diferentes interpretações. Foram colhidas entrevistas dentro de momentos comunitários e em ambientes pessoais, nas residências e local de trabalho desses sujeitos entrevistados.

O processo de entrevista é uma ferramenta central na história oral. Ela envolve um diálogo entre o entrevistador e o entrevistado, permitindo que as histórias sejam

compartilhadas e aprofundadas. Dentro de uma contextualização histórica, busca situá-los dentro de um contexto histórico mais amplo. A análise e a interpretação dos depoimentos vão considerar o contexto social, político, econômico e cultural do período em questão.

Quanto à ética e consentimento, a história oral valoriza e tem esse princípio como parte importante da pesquisa. É fundamental obter o consentimento informado dos entrevistados, garantir a confidencialidade e respeitar a privacidade das pessoas envolvidas. Também é importante considerar o impacto emocional da entrevista nas pessoas entrevistadas, ter reflexividade com a consciência de nossa própria influência na coleta e na interpretação dos relatos. A reflexividade envolve refletir sobre as próprias posições, preconceitos e impacto na pesquisa.

A documentação e preservação constituem aspectos fundamentais da história oral. Os registros das entrevistas devem ser devidamente arquivados e disponibilizados para consulta futura, os materiais cedidos pelo Centro de Tecnologia Alternativa, estarão à disposição tanto no local pesquisado quanto nos acervos da UNEMAT.

A compressão e sistematização através da análise do discurso é um registro dos sentidos, símbolos das construções que as narrativas proporcionam, por meio da fala, escrita e linguagem que são parte cognitiva do ser humano e, portanto, podemos compreender. O materialismo histórico-dialético apoia-se na ciência para configurar sua concepção de mundo, reconhece como essência do mundo a matéria, que ao se transformar, transforma a consciência a realidade objetiva e suas leis são cognoscíveis (Triviños, 1987). Os elementos que circundam essa compreensão serão parte constitutiva desse estudo.

As entrevistas foram realizadas em várias visitas aos companheiros do CTA, também em momentos como as reuniões e assembleias, encontros marcados, realmente momentos incríveis de aprendizagem, que somente os relatos vivenciais podem nos dar.

Essa comunicação narrativa dimensiona fatos e marcos que, pela memória vivida e experienciada, dá a elas a relação com uma estrutura e superestrutura, a qual estabelece o sujeito no mundo em que vive. Segundo Brait, (2004) “a linguagem em uso, são os processos de construção do sentido e de seus efeitos, são as formas de diálogo entre sujeitos sociais, históricos, discursivos e as formas do dizer e do ser no mundo”.

A linguagem e seus sentidos dão às vivências no CTA uma consciência e uma intelectualidade necessária para o reconhecimento de si, e das variadas e pluralizadas

condições de vida humana, ligada à sociobiodiversidade e às questões da nossa evolução comum e coletiva.

Ao me aproximar desse objeto de pesquisa, estive também próxima da minha vida, e como me constituí como pessoa, a história com a educação e a organização do CTA. As pessoas que ali frequentam são também comuns, não só no campo teórico, mas são também situadas nas práticas comunitárias, onde se confundem em mim causas de sobrevivência, com momentos de descanso necessário: papos bons, conversas saudosistas de festas, alegria de pessoas que se comprometem com coisas genuinamente boas, com o bem de todos os que estão no campo e na cidade, na nossa terra comum.

Então iremos por muitos olhares apresentar essa experiência social dos camponeses, que pretende ser facilitadora do fortalecimento de uma economia mais justa, ambientes de trabalho saudáveis, relações pautadas na equidade que proporciona a vontade de esperançar. De pensar em reais condições para a sobrevivência na terra, na dinâmica de cuidar do meio ambiente e transferir valores que podem manifestar posturas políticas e construções de ideologias e filosofias das classes subalternizadas ao longo da história.

Assim, pela imersão nas teorias e nas práticas as quais vivenciamos na pesquisa e escrita da dissertação, com o intuito de representar muitas pessoas que foram basicamente pensando além de conceitos universais. Observando e analisamos os fenômenos sociais por suas singularidades, a luta pela conquista, conservação e cultura da terra. Compreender questões de identidades culturais, desadequações e silenciamentos de pessoas que abandonaram suas histórias, também reconstituindo através das nossas experiências escritas, faladas e vivenciadas no processo, buscaremos colaborar com caminhos de autorreconhecimentos e percepções de pertencimento, para estarmos mais próximos uns dos outros e nos apropriarmos dos nossos lugares seguros e mais justos.

Vamos abordar a organização social, a partir da experiência do CTA na produção de conhecimentos, pensando a educação popular como uma mediadora dos saberes, responsável em formar cidadãos. Iremos dos lugares de resistência, conquistados pelas fortes lutas pela dignidade humana, apresentar uma pesquisa que buscou mostrar a contribuição para o fortalecimento do centro de desenvolvimento tecnológico e sociocultural camponês, entender como isso aconteceu, e os desafios enfrentados em mais de quarenta anos de permanência e desenvolvimento.

Partindo das estratégias e ações coletivas desenvolvidas no CTA, trazemos um levantamento histórico, depois da Introdução para a sessão dois, “História, Vivências Sociais e Participação Coletiva no CTA”, que falará das trajetórias percorridas pelos camponeses/as de Pontes e Lacerda e região do Vale do Guaporé. Iniciamos as discussões da pesquisa, no item 2.1: “A luta pela terra no Vale do Guaporé”; no 2.2: “Construções e realidades das memórias sociais”; no 2.3: “Patrimônio cultural e saberes dos camponeses”; no 2.4: “Participação coletiva na construção do CTA”. Na terceira sessão, a temática é a “Educação Popular e Organização Social do Trabalho Associado”, que envolvem a educação e formação, construção das realidades e dos sentidos através das memórias, para analisar os conhecimentos produzidos. Estes debates são seguidos por 3.1: “Práticas pedagógicas da educação popular”; 3.2: “Singularidade da educação popular desenvolvida no CTA”; 3.3: “Organização social e trabalho associado”; 3.4: “Processos da organização social e do trabalho associado no CTA; e 3.5: “Educação e organização no CTA: produções decoloniais”.

Feitas essas abordagens, são utilizadas entrevistas, fatos históricos, materiais didáticos. Na sessão quatro, buscamos entender a “Produção Social do Conhecimento e Desenvolvimento Sociocultural”. Avançamos com a exposição das subseções 4.1: “Produção social de conhecimentos nas tecnologias sociais no CTA; 4.2: “Metodologias e técnicas na produção social de conhecimentos”; 4.3: “Desenvolvimento sociocultural nas experiências de cooperação e agroecologia no CTA; e 4.4: “Materialidades e legados econômicos e ecológicos solidários e sustentáveis”.

Na sessão cinco, apresentamos as Considerações Finais. Cada momento marca a constituição dos saberes das experiências e de práticas metodológicas dentro da agroecologia e da política, envolvendo a metodologia participativa, dentro das pedagogias outras. Conforme Walsh (2012), a educação pode ser uma ferramenta para descolonizar conhecimentos e práticas, promovendo uma educação libertadora.

Essa educação valoriza a cultura e os saberes marginalizados, também mostra a importância de se questionar e transgredir as normas impostas pela modernidade/colonialidade. Logo, a educação pode ser uma prática insurgente e resistente. Passamos nessa perspectiva a conhecer e descrever as memórias que construíram utopias em verdadeiros e essenciais ambientes de métodos e culturas que vão ao encontro das práticas decoloniais, das maneiras coletivas de pensar o trabalho, a produção e as decisões políticas que envolvem a vida comum dos camponeses do Vale do Guaporé em Pontes e Lacerda, mas também em grande parte do Estado de Mato Grosso.

2 HISTÓRIA, VIVÊNCIAS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO COLETIVA NO CTA

Considerando que o Brasil passa por um processo de pleno fortalecimento do sistema capitalista, o militarismo nas escolas, os processos educacionais têm sido muitas vezes a reprodução de toda a materialidade histórica de violências simbólicas. Essa pesquisa busca compreender e dimensionar partes das experiências construídas no Centro de Tecnologias Alternativas (CTA) de Pontes e Lacerda-MT, situado no Vale do Guaporé, fronteira com a Bolívia, na Amazônia Legal.

O CTA é um espaço contraditório, no qual um grupo de trabalhadores rurais desenvolveu tecnologias e produções sociais, formativas, tecnológicas, econômicas e educacionais, baseadas em pedagogias outras Walsh (2012), construídas a partir de realidades de um coletivo de pessoas, igrejas, organizações sociais, associações, sindicatos, formados por sujeitos trabalhadores, povos, no meu caso migrante, sem-terra, camponeses, indígenas e quilombolas.

Esse coletivo se mantém construindo um conhecimento conectado às vivências dessas comunidades marginalizadas, valorizando os saberes e práticas que reconhecem e respeitam a diversidade cultural, social e histórica, ouvindo as vozes que questionam e transformam as realidades sociais injustas, formando consciência política crítica.

As tecnologias sociais que se referem que são soluções tecnológicas voltadas para a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, colaboram para que os trabalhadores associados possam mobilizar suas forças em torno de um projeto de desenvolvimento econômico que fortalece o trabalho sobre o capital. Essa proposta se desenvolveu a partir de 21 de junho no ano de 1992, quando se reuniram em assembleia aproximadamente 18 pessoas, pequenos agricultores e participantes do Movimento de União dos Lavradores (MUL), com a criação do Estatuto e a eleição da primeira Diretoria e Conselho Fiscal. Consta na Ata de Fundação da Associação do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) que tomaram posse: Presidente: Jerônimo Ananias Pinheiro Filho; Secretário: João Ivo Puhl; Tesoureiro: José Ferreira Paes; Suplente: Ságuio Moreira dos Santos; o Conselho Fiscal ficou constituído por: Ilson Rosa da Cruz; Mitio Kako; Luzia Resende dos Santos; Willian Leverger. Esse foi o marco que deu início a uma relevante organização a qual pretendia desenvolver a tecnologia social, através da organização, da formação, da educação e do trabalho desses agricultores locais e da região. Seria somente uma história da luta de posseiros pela terra no Estado de

Mato Grosso, desde o Vale do Guaporé, mas se tornou uma referência nacional nas suas dimensões de atuação social. Através dessa associação, trocariam experiências cotidianas. Na sua maioria, eles eram ocupantes e responsáveis pela regularização fundiária da Gleba São Domingos, na região de Pontes e Lacerda-MT.

O CTA se tornou um modelo, uma inspiração e um apoio a muitas comunidades do interior do Estado de Mato Grosso, promovendo historicamente políticas de direitos e permanência na terra em muitas localidades. Na placa que identifica esse local, a história conta o protagonismo, nessa madeira entalhada, mas também nas memórias e nos corações daqueles que viram sua força e coragem, vindas das extremas condições sociais as quais se inserem:

Fotografia 1: Placa de identificação e constituição histórica do CTA.



Fonte: Própria Autora.

A Placa identifica o Centro de Tecnologia Alternativa. Essa foto é do nosso arquivo pessoal, tirada em momentos de visita. Ela marca uma conquista da classe trabalhadora.

Ao passo que o fortalecimento dos sindicatos e associações regionais iam aumentando, muitos assentamentos eram regularizados, direitos e acessos conquistados pelos povos camponeses em todo o sudoeste do Estado.

Refletir em que medida os projetos socioeducativos – em especial aqueles promovidos pelos “projetos técnicos educativos” – estimulam, apoiam e assessoram ao longo do tempo é um desafio. As iniciativas dos atores da união dos agricultores, dos que decidiram usar modelos diferenciados para suas produções, culminam em patrimônio cultural e no fortalecimento da economia popular, pois estão diretamente ligadas à questão do trabalho e da

educação popular. A organização social camponesa contribuiu para combater a lógica excludente do mercado capitalista, para criar e fortalecer novas relações econômicas e de convivência social.

O Movimento de União dos Lavradores (MUL) foi um ponto de confluência, ao futuro das representações e práticas colocando e configurando em construtores desta realidade local. A realidade desse fortalecimento dos movimentos ocorre que há:

> um processo acelerado de alienação das terras públicas em todo Estado (Moreno:1993) e, especialmente no Vale do Guaporé, com a emissão de títulos definitivos para a iniciativa privada, antes que o Estado discriminasse as terras devolutas ou arrecadasse as que fossem públicas e sem que houvesse a demarcação das áreas indígenas. Este processo teve sua legalidade questionada pois, muitas vezes, foi fraudulento (Oliveira: 1997; Moreno: 1993). Confrontando os livros de registro de terras do município de Mato Grosso (Vila Bela) do Departamento de Terras e Colonização e os mapas de terras no Vale do Guaporé do INTERMAT – Instituto de Terras de Mato Grosso, constata-se que no período houve ali uma grande alienação de terras públicas, pois quase todos os mais de 50 requerimentos de compra de latifúndios encaminhados ao DTC pelos interessados ou procuradores de imobiliárias da capital, nos anos de 1954 a 1965, foram titulados (Puhl, 2003, p. 23).

A ocupação ocorrida em São Domingos entre 1979-1983 tem ligação direta com o fortalecimento dos movimentos de luta pela terra, no Vale do Guaporé. Ocupar é uma prática que continua sendo uma estratégia dos pequenos produtores no campo mato-grossense, negando-se à exclusão, à submissão e à incapacidade de quem apenas resiste para sobreviver. Os confrontos que os ocupantes enfrentaram remontam ao tempo do grilo, sempre havendo a possibilidade da derrota ou do sucesso. Porém, a luta é contruída com estratégias e táticas cotidianamente decididas e postas em práticas.

Estas conduções foram elementos importantes para os primeiros passos do CTA, desde a construção em forma de mutirões, quanto as primeiras produções do viveiro. O viveiro é um espaço importante como um núcleo de vida, no qual as mudas são cultivadas. Foi uma das primeiras práticas desenvolvidas nesse local, sem o uso de agrotóxicos A foto a seguir é atual, pois, ao manter essa prática, o CTA continua fortalecendo a economia, o cuidado ao meio ambiente, numa expectativa de trabalho justo e eticamente comprometido, há mais de 30 anos criando condições e renda para esses lavradores.

Fotografia 2: Viveiro de mudas para distribuição nos projetos desenvolvidos pelo CTA.



Fonte: Foto retirada do arquivo da FASE. Site oficial.

O viveiro foi e é uma das atividades realizadas que gerou trabalho a muitos participantes. Foram desenvolvidas técnicas de plantio, manejo da terra e de sementes. Esse processo simbólico e prático das formas de tecnologias sociais alternativas já se iniciava aproximando os companheiros no dia a dia, nas rotinas que desenvolveram para a produção. Essas formas de plantar têm suas bases na ancestralidade dos sujeitos sociais campones, de pequenos agricultores ou agricultores familiares, com seus saberes ancestrais, uma resistência teimosa em amar o solo-mãe, os humanos; além de constituírem uma estratégia alternativa política de resistência para manutenção de uma ciência ancestral ligada ao Bem Viver.

Neste período de início anos 1990, as lideranças precisavam de muita coragem de enfrentamento e de estratégias de avanços e recuos adequadamente combinados no cotidiano e externos, relacionados ao poder político e latifundiário, devido à questão da documentação da terra. Essa conjuntura política de alianças e a necessidade de gerar comunicação entre todos os tipos de pessoas – pistoleiros, jagunços, funcionários públicos, posseiros, sem terra, fazendeiros, empresários, representantes da lei e do Estado (oficiais de justiça, policiais, funcionários do INCRA e outros) (Puhl, 2003). Foi necessária uma capacidade de interlocução e articulação para chegar com as formações e novas técnicas de cultivo, desenvolvidas pelos camponeses. Por ser um movimento democrático, todas as pessoas que queriam aderir eram recebidas, embora muitas não permanecessem.

Logicamente, com a permanência de tantos anos em atividade, enfrentam dificuldades de engajamento e participação. A base de organização para qualquer tipo de

grupo de pessoas que trabalham juntas e possuem características de fortalecer uma nova forma anticapitalista temos de forma ativa e estrutural. Desde a fundação do CTA na região do Vale do Guaporé no Estado de Mato Grosso, a organização social Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) teve e tem grande relevância no processo formativo. Suas metodologias e pedagogias que buscam, através de abordagens, metodologias da educação popular, baseadas em filosofias das práxis, reunir os conhecimentos comuns locais com a política e a agroecologia, as quais colaboram para a qualificação de atores e atrizes, protagonistas de suas vivências e criadores de outros saberes locais singulares.

Ao ressignificar as ciências na relação e inter-relação com a educação popular, a revitalização ao meio ambiente e de todas as formas de vida existentes, acontece todo um esforço para tornar viável a organização econômica: pressupõe um estudo sobre a possibilidade de que, teórica e tecnicamente, os trabalhadores possam tornar viável seu projeto político. Há a procura de umas práxis que contemple a unidade entre os objetivos econômicos e culturais chaves da educação dos trabalhadores associados na produção de conhecimentos sociais, a qual é compreendida como processo dialógico de permanente ação-reflexão-ação.

> Há toda uma história das lutas sociais e da formação do campesinato brasileiro que poderia ser recuperada com esta preocupação específica de compreender os processos pedagógicos nela produzidos. E na própria luta pela terra que se desenvolve atualmente em nosso país, há diversos sujeitos (Caldart, 2000, p. 2).

São os sujeitos que vivem essa realidade, representando em suas narrativas muitas histórias e memórias vividas, sonhadas e praticadas, no decorrer das vivências no contexto do CTA. Pessoas que interpretam os fatos históricos de lugares diferentes, por temporalidades, espaços e compreensão humana. O fato é que esse fenômeno social abriga e conduz muitos à emancipação humana e econômica, com atuação ativa nas comunidades envolvidas. Hoje, o CTA se organiza em várias dimensões de frentes de trabalho, atua com assistência técnica agroecológica e educação popular, articulando políticas públicas e acessando mercados para lutar e criar segurança alimentar pelas suas inovações na engenharia de alimentos.

Todas essas trajetórias históricas comuns aos movimentos são base formativa e constroem identidades, formas de viver e pensar com sentidos pluralizados de experiências e marcos sociais desenvolvidos na constante vivência comunitária, a qual oferece enfrentamento direto ao mundo globalizado, individualizado e desigual.

> Referimo-nos aos movimentos sociais populares, isto é, aos que se colocam numa perspectiva de transformação das realidades excludentes. Ao pensarmos com Castells que os movimentos sociais são o que definem ser, temos como central na nossa reflexão aqueles que se definem como atores sociais que têm como projeto a construção de uma sociedade solidária (Zart, 2023, p. 16).

Nessa concepção de definir, encontramos aqui uma nova maneira de compreensão desse movimento. Apresentamos no decorrer da pesquisa uma análise construída a partir das narrativas dos sócios fundadores e construtores da história, assim como cita Zart (2023):

> [...] no caso da ecologia dos saberes o ator privilegiado na aprendizagem é a comunidade de pesquisa, que se investiga na relação com os atores dos movimentos sociais. Para que não corremos o risco da reprodução cientificista do conhecer, o sentido que os atores sociais dão à C&T é fundamental para a promoção de um processo dialógico, criativo e participativo [...]. Esse conjunto de construção epistemológica dos saberes coletivos, "associamos à esta percepção a ideia que os atores sociais são produtores de conhecimentos que traduzem um saber e um fazer sobre o mundo (Zart, 2023, p. 103).

O saber e o fazer são as vivências, as experiências, teorizadas e praticadas dentro das proposições com as quais se mobilizaram. Lá, desde o início desse planejamento, estava Vilmom, um educador popular, nascido em Palmeiras de Goiás-GO, nos anos 1960. Aos 65 anos, ele contou detalhes importantes desses inícios de movimentos e associações, produzindo materiais de formações e comunicações, vídeos, em ilhas de edições com uma produção de materiais relevantes para o fortalecimento de todas as articulações locais e nacionais e internacionais. Vindo de Cuiabá por volta de 1985, ele relata que:

> O plano de associações e organizações locais era exatamente para fortalecer de 88 até 89, pensamos que a FASE era uma instituição de educação popular, fica aqui a vida toda como criar uma coisa, uma organização, nós não vamos ficar aqui a vida toda, precisávamos de pensar, alimentar essa coisa da produção discutir um pouco dessa coisa da produção de hortifrútis, sistemas agroflorestais, modelos diferentes, porque aqui sempre foi um sistema de pecuária agressiva, extensiva, de desmatamento, etc..., Pensar a agricultura popular de bastante resistência, de manejar fixar na terra, precisa educar pessoas, criar e pensar políticas públicas de valorização da agricultura familiar, processo de transmissão de conhecimento de poder de conhecimento (Entrevista com Vilmom, realizada no dia 12/08/2024).

Aqui está a forma de tentativa de compreender as bases das ações que se propõem historicamente como ferramentas de desenvolvimento tecnológico, de inovação e desenvolvimento social. A base feita pelos planos e projetos desenvolvidos, por parte da Igreja Católica, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada a movimentos sociais de libertação, organizações sociais de comprometimento social. Por isso, o apoio às comunidades carentes e vulneráveis economicamente. Isso inicialmente era o plano de ação para essa

região, buscando nas práticas da agricultura já desenvolvidas entre os camponeses meios para que pudessem desenvolver produções e criar uma economia diferenciada.

Essa forma de criar os planejamentos, projetos de quintais agroflorestais, é uma maneira de desenvolvimento político e social, em que os princípios da agroecologia são reconhecidos e inegociáveis: a valorização dos saberes locais, a diversificação produtiva, uso sustentável do solo, segurança alimentar e outras formas de compreensão de respeito ao meio ambiente. Todas as ações foram formuladas para uma cultura camponesa coerente aos apelos da natureza diante de muitas previsões de catástrofes climáticas:

> [...] o campesinato é mais que uma categoria histórica ou sujeito social, constitui-se numa forma de manejar os recursos naturais vinculado aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de camponesidade (Guzmám; Molina, 2005, p. 78).

A noção de se aprimorar e reconhecer um conjunto de práticas metodológicas que devem trabalhar como ferramentas na articulação dialógica entre a comunidade de pesquisa e os movimentos sociais terá que incluir as estruturas institucionais. Há o aumento da necessidade da criação de uma agenda:

> Há de se pensar o funcionamento articulado das agendas da universidade e dos movimentos sociais para a constituição da agenda de C&T que é o espaço e o tempo do encontro entre duas agendas distintas e que formam uma em comum. Nesta agenda comum há um processo de problematização dos conteúdos da C&T para o atendimento dos interesses e dos objetivos dos movimentos sociais. Avaliamos que se associa a esta dinâmica o perguntar sobre a capacidade instalada na universidade e também do questionamento da pertinência dos conteúdos, das metodologias, dos referenciais teóricos que são demandados pelos movimentos sociais para a comunidade de pesquisa (Zart, 2023, p. 3).

O que se encontra nesse percurso de criação de técnicas e de formações dentro do CTA é uma inovação em vários campos de conhecimento. Torna-se difícil a definição quanto a métodos e abordagens científicas que possam alinhar os objetivos dos projetos. Nosso entrevistado fundador do CTA, nascido em Pontes e Lacerda, Ságuio era adolescente quando a FASE e a CPT iniciaram as reuniões ainda no Vale do São Domingos-MT, local onde se instalaram as organizações sociais. Hoje, com 52 anos, possui uma história participativa, tendo atuado como entre membro e liderança de movimentos e partidos políticos. Ele enfrentou momentos de dificuldades, falências e ajustes judiciários para a resolução de problemas administrativos. Essa experiência motiva as falas, as utopias e as ideologias fortalecidas nas etapas de construção e fortalecimento de todos os processos organizacionais,

educacionais, econômicos e formativos. Ele explica a questão de uma difícil definição em busca de transferir conhecimentos, manter a produção; pelas quantidades de projetos e pessoas envolvidas hoje existentes, as demandas são superiores:

> Aí que criou assim esse departamento, chamado de departamento, dentro da estrutura do CTA organização dentro da organização é aí começou, mas pouco criou um departamento ou a gente monta uma outra estratégia cria outras organizações para fazer isso ou nós temos que fazer. Isso foi em 2010 aí que o CTA tirou um direcionamento na assembleia, que o CTA deveria então se preocupar um pouco com isso começar a se preocupar com isso aí, aqui a gente fundou dentro do CTA o ENAFES, o Escritório de Negócios da Economia Solidária (Entrevista com Ságuio, realizada no dia 24/05//2024).

Vivenciadas as articulações de organizações internas, para criar maneiras de inovação às práticas desenvolvidas pelos sujeitos do grupo que desenvolve os trabalhos dentro do CTA, criam-se departamentos que cuidam de setores e cada um desenvolve o seu trabalho, que é inter-relacionado com as mesmas práticas de produção de conhecimento e de produtos de alimentos com os moldes da segurança alimentar proposta na agroecologia e nas políticas ligadas à construção de uma sociedade mais justa.

Desde o início da associação, ou mesmo antes dela, possibilita a estrutura física e a superestrutura, funcionando assim como Marx aponta, sendo no campo da consciência, principalmente política e religiosa, as raízes firmes da resistência aqui apresentada. A ideia do trabalho associado e da pedagogia do trabalho podem trazer avanços para as tecnologias sociais, um campo científico que abordaremos nos próximos capítulos, pois as estruturas vivenciais estarão em evidência dentro de muitos sentidos entronizados em todas as narrativas encontradas ao longo da pesquisa:

> O que demonstramos é que ao rompermos com a linearidade do processo C&T que vai da universidade para os movimentos sociais, a relação linear inversa, ou dos movimentos sociais para a universidade também não é válida. Defendemos uma relação dialógica que tem na figura da espiral uma representação simbólica de um processo que se constitui conflituoso, contraditório, aberto, construtivo, propositivo e que tem momentos de evolução e momentos de involução, de avanços e recuos (Zart, 2023, p. 16).

Zart propõe momentos pedagógicos entre os atores vindos da comunidade de pesquisa na construção de um conhecimento científico, baseado na produção social desenvolvida para a construção da agenda de C&T dos movimentos sociais, que defendem que estes momentos devem ser pedagógicos; isto é, que representam aprendizagens para o saber e para o fazer dos atores que se implicam na construção da agenda, tanto os atores oriundos da comunidade de pesquisa, quanto os atores dos movimentos sociais. E essa

conexão acontece dentro desses encontros na pesquisa de campo, nos grupos de estudo e trabalhos desenvolvidos junto a uma gama de organizações sociais, constituídas nacional e internacionalmente como mantenedoras de processos de produção de conhecimento. Nesse movimento, é preciso compreender que cada momento histórico tem sua dinâmica. Essas dimensões históricas pautarão as compreensões sobre as dimensões simbólicas, sobre os conflitos que enfrentam, as contradições em um movimento totalmente anticapitalista: uma tecnologia social, totalmente intercultural, que usa de métodos e práticas decoloniais, pautadas em agendas formativas que sempre manteve uma posição política bem clara e contra a burguesia, a elite e o capitalismo. Podemos conhecer assim a história desses camponeses que aqui chegaram em busca de condições de possuir e se manter na terra, marcar o tempo com estratégias de enfrentamento, as quais os definiram e construíram uma rede significados que são referenciais e marcos no processo de desenvolvimento da região.

2.1 A luta pela terra no Vale do Guaporé

Utilizando a afirmativa de que “a luta pela mãe terra é a mãe de todas as lutas” (Guajajara, 2022), abordaremos um fenômeno social de grande relevância para o Estado de Mato Grosso: a luta pela terra na região do Vale do Guaporé, que teve início no município de Pontes e Lacerda, com os povos indígenas Nambiquara. Eles eram denominados pelos paulistas de Cabixi ou Cavixi. Depois vieram os migrantes paulistas, que foram moradores da região. Com a chegada deles, ocorreu o processo de dizimação de muitos povos indígenas, por problemas de apagamento cultural, de doenças, dentre outros males que a colonialidade trouxe. Apesar de toda a violência, segundo Nambikwara (2025) ainda hoje o território tradicionalmente ocupado pelos Nambiquara pode ser dividido em três áreas geográficas. A primeira é formada pela Chapada dos Parecis, que corresponde à parte oriental do território Nambiquara. Esta região consiste em um planalto que é cortado pelo rio Juruena e seus afluentes: os rios Juína, Formiga, Camararé, Camararézinho, Nambiquara, Doze de Outubro e Iquê. A área é coberta por grandes extensões de savana.

Também a região do Vale do Guaporé corresponde ao oeste do território Nambiquara, entre o limite do planalto acima mencionado e o rio Guaporé. Oitenta e cinco por cento (85%) da região é coberta por floresta. Na parte abaixo do planalto, a floresta é mais densa e o solo mais fértil. A floresta diminui a oeste, na direção do rio Guaporé, área que é composta por várzeas e planícies inundáveis. Em direção ao rio Guaporé, correm os rios Cabixi, Piolho, Galera e Sararé. Este último define o limite sul do território ocupado pelos

Nambiquara. A região do rio Sararé é separada do restante do Vale do Guaporé pela Chapada de São Francisco Xavier. O rio Guaporé desemboca no rio Madeira, a noroeste. No norte da área Nambiquara, as florestas cobrem a região ao longo dos rios Roosevelt e Ji-Paraná, assim como seus afluentes, no Estado de Rondônia. Essas informações estão site dos Nambiquara, uma fonte de conteúdo histórico e educativo cultural desse povo, necessário para que haja um reconhecimento histórico da participação dos povos originários na construção nosso país.

Pontes e Lacerda, ainda hoje, sofre com o garimpo excessivo, que consegue trabalhar de tempos em tempos, degradando de forma sistemática o meio ambiente local. O avanço político e os programas de desenvolvimento foram importantes, mas poderiam ter sido evitadas várias formas de violência:

> Algumas situações provocaram no Vale do Guaporé, nas décadas de 1960-80, conflitos com os povos indígenas Nambiquara e Pareci que tiveram os seus territórios devassados e em grande parte alienados em ações fraudulentas, acobertadas por funcionários públicos federais e estaduais. Os Nambiquara são o exemplo mais ilustrativo do confronto e desterritorialização de um povo tradicional no vale do Guaporé. A agressão aos Nambiquara agravou-se com a sua transferência à reserva criada na Chapada dos Pareci e a abertura da rodovia BR 174 em fins da década de 1970 e sua pavimentação entre 1982-84. Poucos índios sobreviveram e depois retornaram às suas terras tradicionais (Ribeiro F.M. da Costa: 2002). O caso teve repercussão nacional e internacional ao ser denunciado como genocídio premeditado dos latifundiários, governo e funcionários da FUNAI. Denunciado ao tribunal Russel em Amsterdã, como o caso brasileiro de maior violência contra povos indígenas daqueles anos (Almeida: 1980 *apud* Puhl, 2003, p. 22).

Segundo as informações obtidas pela história da região, o mérito da conservação da cultura indígena na região é atribuído ao padre Antônio Iási Júnior, pois ele conquistou a estabilização dessa área indígena. Contribuiu decididamente para superar as crises provocadas pelos fazendeiros da região, cuja luta provocou a intervenção do Exército para a demarcação de uma reserva: Sararé. Pontes e Lacerda é uma região com área territorial de 8.545,292 km^2, segundo dados do IBGE (2021), com população de 52.018 pessoas residentes, das quais 33.568 é alfabetizada.

A denominação Pontes e Lacerda é uma homenagem aos astrônomos e cartógrafos Antônio Pires da Silva Pontes Leme (mineiro) e Francisco José de Lacerda e Almeida (paulista) que passaram pela região em 1784, com a missão de elaborar a primeira carta geográfica dos rios da região. Partindo de Vila Bela da Santíssima Trindade, descreveram os rios das bacias Amazônica e do Prata. Ambos eram diplomados pela Universidade de Coimbra, Portugal.

A Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, comumente denominada Comissão Rondon, atuou desde 1905 instalando a estação telegráfica da linha variante entre Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade – à época era denominada Mato Grosso). O encarregado geral dessa estação foi o Sr. Antônio Colombo; seu filho, Emiliano Coleto da Cunha, atuava como atendente de telefonia; e o Sr. Benedito Francisco da Silva, como guarda-linha. Essas pessoas trabalharam e serviram seu país. Atualmente, suas descendentes ainda moram na cidade, a maioria próximo ao prédio da Estação de Telégrafo, que começou a ser conhecido como "Vila dos Pretos"; hoje, Vila Guaporé. Foi a partir dessa Vila que se originou a cidade de Pontes e Lacerda.

Em 19 de julho de 1909, o Governo do Estado destinou 3.600 hectares de terras para o centro da povoação. Mariano Pires de Campos, em 22 de julho de 1947, chegou a Pontes e Lacerda, acompanhado de 22 indígenas do povo Pareci, seguindo o Rio Guaporé e ocupando-se com a extração da poaia, planta da família das rubiáceas, nativa do Brasil encontrada na Amazônia, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e a região Centro-Oeste. Suas raízes apresentam propriedades eméticas, expectorantes e antidisentéricas. E no dia 02 de setembro de 1955, teve início a medição de terras na região pela Colonizadora Sul Brasil, na localidade denominada Pindaituba, tendo como chefe o Sr. Jorge Lemos, conforme descrito pela Prefeitura de Pontes e Lacerda (2024).

A luta pela terra na região do Vale do Guaporé teve características peculiares ligadas à questão da violência, lutas armadas e muita disputa política de territórios, vendas de títulos "voadores". Isso protagonizou uma simbologia de identidade, diria, colonialista na região. Segundo Puhl (2003), normalmente utilizamos a denominação trabalhadores sem terra ou simplesmente sem-terra, para designarmos grande parte dos ocupantes de latifúndios improdutivos no Vale do Guaporé mato-grossense nas décadas de 1970-1980. No entanto, o termo possui um senso comum e não devemos confundi-los com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que é conhecido nacionalmente. Aqueles trabalhadores a que nos referimos deslocavam-se em busca de emprego ou de terra para sobreviverem, vindos de outros Estados e constituíram vários movimentos heterogêneos de luta pela terra.

Sendo assim, os personagens da história de conquista por terras, de uma classe econômica baixa, ficaram mais conhecidos no Vale do Guaporé como "grileiros e invasores ou posseiros e ocupantes de terras". Intencionalmente, as palavras pejorativas dão lugar, formalizam a marginalidade das pessoas. A forma de nomeação das pessoas parece ser o

centro de uma disputa de poder entre trabalhadores aliados a outros interesses locais e latifundiários apoiados pelas políticas estatais. Esse imaginário de que o pobre é desajustado e moralmente duvidoso foi construído ao longo da história de privilégios e méritos coloniais. Isso se caracteriza efetivamente nas lutas pela terra na visão dos imigrantes. Que visibilidade havia acerca dos povos originários do lugar, uma vez que muitos tiveram que criar extratégias para lidar com as frentes de garimpo e demandas de terras; os povos que aqui primeiro chegaram não foram homenageados com ruas e praças. A avenida principal da cidade chama-se Marechal Rondom.

> O confronto entre proprietários, muitas vezes, grileiros de terras e trabalhadores sem-terra, durante as décadas de 1960-90 no Vale do Guaporé – MT, e qualquer outro conflito agrário ficou caracterizado e denominado pelo termo grilo. Os advogados, os latifundiários e outros atores sociais locais estrategicamente nomearam os ocupantes de terras como grileiros (Puhl, 2003, p. 43).

No ano de 1960, chegou o Sr. Joaquim Goulart, proveniente de Barretos-SP, trazendo consigo algumas famílias. Abriu uma fazenda às margens do córrego da Onça, plantando os primeiros pastos do futuro município de Pontes e Lacerda. Joaquim Goulart trouxe consigo uma imagem de Nossa Senhora Aparecida. Logo, as poucas famílias católicas da época entronizaram a imagem numa pequena igreja construída na “Vila dos Pretos”, atual Vila Guaporé. Em 1962, chegou a Pontes e Lacerda uma equipe do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), a fim de abrir uma estrada em direção a Vila Bela da Santíssima Trindade. Até então, este percurso era feito a pé ou a cavalo através das pequenas trilhas que cortavam a densa floresta da região. O trecho entre Pontes e Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade foi entregue no dia 23 de dezembro de 1962. As histórias contadas sobre a região eram de que aqui havia a venda de terras a custo baixo. O Governo Federal desenvolveu planos de arrimo por meio de abertura de estradas e projetos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). O afluxo de migrantes à região foi intenso, de modo especial a partir do momento da descoberta de ouro na região, entre os anos de 1970 e 1980, nos garimpos da Serra de Santa Bárbara e do Caldeirão.

Em sua formação administrativa, Pontes e Lacerda teve sua trajetória ligada à Vila Bela da Santíssima Trindade, cidade vizinha e primeira capital do Estado de Mato Grosso. Somente em 28 de dezembro de 1999, pela Lei Estadual n. 7.231, é desmembrado do município de Pontes e Lacerda o Distrito de São Domingos, sendo elevado à categoria de município com a denominação de Vale de São Domingos.

Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2022. São Domingos, distrito vizinho, região de muitos conflitos e aglomeração de negociação de terras, possui muitas características que mobilizam a pesquisa histórica, sobre muitas constituições de grupos de pessoas que ali chegavam em busca de melhores condições de vida e conquistas de territórios para assim instalar as suas famílias.

Esta história e memória fazem parte constitutiva dessa pesquisa, pois a luta pela terra, nessa região de São Domingos, é também determinante para o processo de fundação do CTA. O Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé (MUL) teve grande relevância na vinda de muitas famílias migrantes, de muitos Estados do Brasil. Ele era um movimento importante para todas essas regiões, de luta, desde o início mobilizando a conscientização de questões de pertencimento e cultura de resistência e participação, recolonização/colonização interna.

O movimento chegou a reunir 32 associações com uma proporção regional muito grande, conforme relatos dos participantes e sócios fundadores do CTA, bem como de acordo com documentos encontrados no acervo do CTA. Esses materiais de divulgação continham toda a filosofia e força da união entre os membros do movimento. Segue o primeiro livro de uma coleção encontrada, totalmente datilografada e mimeografada, material didático educativo riquíssimo de conteúdo, político e organizacional: Compreendemos com eles os seguintes princípios: alinhamento na lutar para uma educação diferente; apoio à justiça socioambiental; promoção da soberania, da segurança alimentar e nutricional e da agroecologia; promoção da justiça ambiental; defesa dos bens comuns e dos direitos territoriais; e organização de mulheres como sujeitos de direitos. Cada uma dessas causas está elencada nas subjetividades das relações com os projetos desenvolvidos, com as falas dos sujeitos atores desta história.

Robson me recebeu numa visita à FASE, onde pude observar o acervo de materiais didáticos e de experiências em trabalhos realizados a quase quarenta anos de atuação dessa ONG, no estado do Mato Grosso. Fui recebida em uma conversa muito importante, com um sucessor de lutas pela terra. Ele, educador popular da FASE, filho do sócio-fundador do CTA Emanoel do Prado e Lurdes do Prado, nascido em Pontes e Lacerda, contou com muita propriedade o quão significativa é para o sistema produtivo agroecológico toda a criação e permanências dos movimentos, principalmente este que fortalece as lutas desenvolvidas no CTA. Hoje, com trinta e três anos, relembra ter nascido ainda quando estavam no Vale do São

Domingos, Comunidade de Máquina Queimada, região onde existiu o maior movimento organizado de associações de agricultores no Vale do Guaporé. Formado e atuando como agrônomo, crescido no meio da agricultura familiar, contou que existiram 32 associações de agricultores familiares nos anos 1980 no referido território. Eram assentados que fortaleciam ideias de aberturas de sindicatos, encontros e reuniões em busca de direitos e instruções sobre as técnicas de plantio de quintais produtivos. Diferente de outras regiões onde a monocultura avançou rapidamente, houve resistências e enfrentamentos. Esse movimento camponês se tornou a maior luta organizada do Estado de Mato Grosso. Robson afirma que "toda essa mobilização da nossa região, provocou o atraso dos planos do governo, e ao contrário do nortão, nós ainda preservamos pequenas propriedades e a natureza da nossa região" (Entrevista com Robson, realizada no dia 29/05/2024).

O movimento social de trabalhadores e trabalhadoras do campo, segundo Caldart (2000), contesta a ordem social pelo conjunto (contraditório) do que fazem nas ocupações, nos acampamentos, nos assentamentos, nas marchas, na educação de suas crianças, jovens e adultos. O modo de ser de sua coletividade projeta valores que não são os mesmos cultivados pelo formato da sociedade atual. Isso ocorre, sobretudo, pelo processo de humanização que representam, ao permitirem que novos sujeitos entrem em cena na história do país. Trata-se de um nome que revela uma identidade. O sem terra é uma categoria de pessoa que traz uma herança que tem a ver com uma memória histórica, com uma cultura de luta e de contestação social. Há um processo de construção deste sujeito, cuja história é a de todos nós, dentro desse recorte político e cultural diferenciado.

Assim se forma a identidade dessa organização, o CTA fica mais forte à medida que se materializa em um *modo de vida*, ou seja, que se constitui como *cultura*, e que projeta transformações no jeito de ser da sociedade atual e nos valores (ou contravalores) que a sustentam (Caldart, 2000, p. 8). O material pedagógico que segue é parte de um acervo, que se encontra parcialmente arquivado na UNEMAT, que traz as marcas de uma comunicação e constante pedagogia decolonial historicamente construída.

Imagem 1: Material de comunicação e pedagógico para formações.



Fonte: Movimento de União dos Lavradores,1989. (Material do acervo do CTA)

Segue a capa do material utilizado pelo MUL, para educação popular e divulgação dos trabalhos a serem desenvolvidos. Pode ser analisado e compreendido como instrumento de formação dentro dessa educação pedagógica; trata-se de um dos primeiros materiais produzidos por esses movimentos, dando seguimento e apoio às dimensões de áreas a serem estruturadas dentro dos movimentos que estavam envolvidos. O material de divulgação, estudo e comunicação educativo direciona direciona os conhecimentos ligados à extratégia e atuação formativa com e pelos camponeses.

Esse material foi disponibilizado e desenvolvido por fundadores do CTA, inspirados nos debates de pessoas que participaram da construção das lutas. Desenvolveram materiais de comunicação e apoio didático na teoria e na prática desde os primeiros passos. Nestas primeiras reuniões, eram obrigados a se encontrarem de forma clandestina, por se tratarem de pessoas envolvidas em ocupações de terras e assentamentos, juntamente com os educadores ainda recém-chegados à cidade. Esses líderes tinham acesso aos lugares restritos; às vezes, eram monitorados por olheiros e pela polícia, correndo perigo de vida, pois existia uma guerra de poder e interesses financeiros.

A educação, como meio de produção de conhecimento e de práticas, desenvolve valores e princípios. Ligada a pensamentos e ideologias de luta e resistência, foi se moldando conforme as necessidades da época. Quando necessitavam de espaço para se reunir, de apoio e

fortalecimento dos pensamentos, diante das dificuldades devido aos conflitos e ao pouco apoio do poder público, tiveram que construir algo que nunca existiu. Nesse contexto de lutas, as experiências do técnico agrícola, do padre que se envolveu, dos educadores populares e dos membros de organizações, os assentados e camponeses, todos em suas diferenças, instituíram uma identidade intercultural para a organização e as práticas comuns do trabalho na construção de tecnologias sociais agregadas às necessidades locais. As relações sociais criaram e socializaram conhecimentos, formaram e formam identidades culturais e a pedagogia que se constitui em movimento.

Esses materiais utilizados tinham o gênero de revista informativa, texto explicativo que seria utilizado para divulgação e formação dos grupos de lavradores envolvidos. A imagem de um homem do campo, carregando uma bagagem, nos remete à lembrança de que todos necessitamos de provisões, roupas, comida, coisas práticas que precisamos para viver. Esse embornal, essa bolsa, está ligado à sobreviência, àquilo que produzimos para nossa sobrevivência, que representa sua história. Ele ainda carrega uma lanterna na mão, pois toda a segurança que o conhecimento traz nos tira da escuridão, nos aponta caminhos novos. Abrimos o campo da visão, sobre nossa comunidade, nosso viver. Segue alguns textos que o movimento buscava produzir de conhecimentos nesses materiais didáticos:

> muita gente procura o que é o movimento, é um grupo de pessoas que se reúne em luta pelas melhoras nas comunidades que não tem estrada, escola, saúde. Os lavradores estão cansados de ver esse pequeno preço para o trabalhador. [...] Os lavradores precisam participar do movimento para trocar ideias e conseguir o melhor preço. Portanto todo lavrador fica convidado para participar do movimento. O movimento são pessoas trabalhadores como você mesmo. Nós unimos vamos conseguir toda essa luta. Por isso precisamos confiar em nós e não perder a esperança de conseguir a melhora. Quando falamos em movimento já sabemos que são pessoas que não param de lutar contra as dificuldades da região (Cacaio, 1989).

O texto citado anteriormente foi extraído da revista Cacaio (1989), produzida pela Associação de Lavradores do Vale do Guaporé. Esse material potencializa o engajamento e compreenssão sobre toda a estrutura do que se espera ser um movimento de luta pela terra, faz com que a pessoa se veja em seu lugar de pertencimento. Isso é inerente às maneiras de compreender as questões relacionadas a trabalho, distribuição de renda, modo de vida e produção, temáticas que seriam estudadas através do movimento. O alicerce residia nas realidades de cada região em que os participantes moravam, pois se tratava de uma grande região de fronteiras e conflitos de interesses.

Muitos se aventuraram e conseguiram permanecer em suas terras, graças a grupos de pessoas envolvidas em negociações legais e um tanto quanto questionáveis. Empresários, policiais e advogados estavam todos envolvidos nas demandas de terras e, aos poucos, foram estrategicamente se ajeitando devido a muita resistência e pressão social aos governos em sua maior parte envolvidos na compra e venda de terras. Sendo assim, essa trajetória conspirou na necessidade de se formar alianças, para apaziguar situações críticas. A igreja, junto com as associações, promovia almoços e mutirões, de modo a fortalecer um grupo de agricultores que pensavam em sobreviver e construir suas vidas na terra.

Um processo de formação de identidade coletiva se inicia a partir de "uma identidade bem diversificada, transformado, a partir de uma multiplicidade de fatores que os unem, de acordo com diferentes culturas, histórias e geografias" (Castells, 1999, p. 19). Logo, essas lutas definidas como enfrentamentos a sistemas políticos injustos oriundos de um sistema colonial e capitalista, apontam para o conceito de movimentos sociais, cuja relevância metodológica afasta a possibilidade teórica de gerar um quadro conceitual que poderia, mais do que explicar o fenômeno sociológico dos movimentos sociais, enquadrá-los em perspectivas morais para definir a "verdadeira consciência dos movimentos" (Castells, 1999, p. 94). Ao adotar a linha de referência, a pesquisa em movimentos sociais "consiste em estabelecer a relação entre os movimentos, conforme definido por suas práticas, valores e discursos, e os processos sociais aos quais parecem estar associados" (Castells, 1999, p. 94). Portanto, a dinâmica de investigação ocorre em duas correntes complementares: "a caracterização de cada movimento, nos termos de sua própria dinâmica, e sua interação com os processos mais amplos que sustentam sua existência e se modificam justamente em função dessa existência" (Castells, 1999, p. 95).

No caso do CTA, a sua caracterização veio dessa multiplicidade cultural, de uma cidade violenta, de enfrentamentos e sujeitos que, mesmo sem saber onde realmente poderiam chegar, tiveram apoios e se apoiaram, bem como seus grupos, para gerar uma ideia que vinha de muitas ações solidárias:

> São ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e as instituições da sociedade. Considerando que não há percepção de história alheia à história que percebemos, do ponto de vista analítico, não existem movimentos sociais 'bons' ou 'maus', progressistas ou retrógrados. São eles reflexos do que somos, caminhos de nossa transformação, uma vez que a transformação pode levar a uma gama variada de paraísos, de infernos ou de infernos paradisíacos (Castells, 1999, p. 20).

Uma característica comum e peculiar desses sujeitos protagonistas é que a esperança e as utopias não param de existir. Eles vivem em meio sim ao mar de desilusões políticas, mas eles se reinventam, criam suas próprias metodologias, constroem as táticas de enfrentamento. Nesses longos 30 anos, muitas práxis foram desenvolvidas, gerando

> um processo de formação intelectual e filosófica dos atores sociais. O intelectual orgânico se organiza politicamente, compreende o seu mundo, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, ele desenvolve consciência política, possui uma linha consciente moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (Gramsci,1978, p. 08).

Temos em todas as entrevistas exemplos desse conceito, pela compreensão social dos sujeitos entrevistados, os quais conceituam a luta como um ponto de conexão com os objetivos comuns, desde as muitas e perigosas estratégias de conquista da terra, como as formas de pensar a permanência e o senso de pertencimento:

> Precisávamos de pensar, alimentar essa coisa da produção, discutir um pouco dessa coisa da produção de hortifrútis, sistemas agroflorestais, modelo diferente, porque aqui sempre foi um sistema de pecuária agressiva, extensiva, de desmatamento etc., e o CTA tem que entrar pra dentro disso aí, com um recorte, com um enfrentamento, e criar um modelo diferenciado, e aí surgiu a ideia do CTA, [...]. Discutir e debater a partir disso se copiar o modelo do grande, o pequeno não vai conseguir ficar na terra, temos exemplos aqui de pessoas que não fazem assim e não consegue permanecer, logo vende para o fazendeiro (Entrevista com Vilmom, realizada no dia 12/08/2024).

A articulação dialógica entre a comunidade local, igreja, movimentos sociais, ONGs e comunidades de apoio internacional criou uma revolução, uma estrutura institucional baseada na luta pela terra, pelos direitos fundamentais de dignidade humana, possibilitando a criação desse patrimônio e memória multicultural. Há um se pensar funcionando, articulando as agendas das redes de sustentabilidade do CTA, constituindo o espaço, a ruptura no sistema, a capacidade de esperançar com os pés no chão – no chão da realidade sociocultural e política – que possibilita uma construção histórica comprometida com as proposições do campo, de modo a constituir realidades e sustentar o desenvolvimento da vida humana. Tudo isso é um recorte que está dentro das narrativas contadas pelos seus atores, fundadores, filhos e participantes do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA). Eles puderam construir, ressignificar suas trajetórias de vida junto ao saber coletivo, construído, junto a sentidos de alegrias, medos, tristezas, indignação, mas, acima de tudo, resiliência. Essa tal resistência,

própria daquelas pessoas que não desistem dos seus direitos comuns, de ver um mundo mais justo e saudável.

2.2 Construções e realidades das memórias sociais

A construção social da realidade está ligada a todos os registros históricos do tempo e do espaço, ligados a acontecimentos e fatos que determinam ações passadas. O registro dessas histórias está formalmente destacados em documentações, mas também está presente em uma memória que tem ligações atemporais, com todos os acontecimentos vivenciados.

Para contar os detalhes e as formas de que os fatos importantes aconteceram, dentro das construções sociais que envolvem essa trajetória de pessoas que formaram inicialmente um grupo, depois um movimento, e se denominaram lavradores, até a formação do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA), é importante utilizar os benefícios da pesquisa. Para tanto, a ausculta teve que ser atenta, nos levando a pensar: atualmente, quem chega até esse local – ou é beneficiado pelas suas produções de conhecimento aqui desenvolvidas – experimentará o quão grande e impressionante foi a idealização, a trama de ações e congruências culturais envolvidas e engajadas para que fosse possível hoje esse resultado? Para essa pergunta, buscaremos aprofundar as memórias contadas pelos fundadores, a partir das participações ativas de cada tempo histórico na prática, conforme reflete Freire (1968). Isso nos faz repensar sobre o exercício de ouvir, para que haja um profundo mergulho e reconhecimento de paisagens, sons, gestos, palavras e gostos:

> Pensamos que não se trata do exercício em si, mas da atenção do outro, da agradável sensação de ser ouvido que o estimulava a reter fatos tão insignificantes para ele. Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparição de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la, é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual (Bosi, 1994, p. 34).

As memórias são marcas, marcos de experiências que somente essas pessoas conseguem contar. Ao motivar a esses sujeitos contarem a história do CTA, mas também a vida deles em harmonia com todos os períodos de constituição e construção desse bem imaterial, percebemos que todos conseguiram contar longas jornadas de acontecimentos. De acordo com Rubens Alves (1969), “a escuta é a porta de entrada para a compreensão. É o ato

de parar de falar e começar a ouvir. É o ato de parar de pensar e começar a sentir. A escuta é a arte de se colocar no lugar do outro, de sentir o que ele sente, de pensar o que ele pensa".

Pontos de vistas pessoais, porém que se encaixavam sempre entre os sujeitos. Conforme Viana (2005), é preciso ressaltar que existe uma luta pela memória e os principais agentes desta luta são as classes sociais e os seus representantes intelectuais. O que para eles é algo natural de se compreender, uma vez que o seu lugar de fala é politicamente coerente, possui lado – e claramente o lado da classe trabalhadora e da filosofia da libertação, a qual contribui para um mundo menos opressivo e mais justo.

> [a] Teologia da Libertação desde os sessenta e setenta; os debates na filosofia e ciência social latino-americana sobre noções como filosofia da libertação e uma ciência social autônoma (por ex., Enrique Dussel, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo Gonzáles Casanova, Darcy Ribeiro); a teoria da dependência; os debates na América Latina sobre a modernidade e pós-modernidade dos oitenta, seguidos pelas discussões sobre hibridismo na antropologia, comunicação nos estudos culturais nos noventa; e, nos Estados Unidos, o grupo latino-americano de estudos subalternos. O grupo modernidade/colonialidade encontrou inspiração em um amplo número de fontes, desde as teorias críticas europeias e norte-americanas da modernidade até o grupo sul-asiático de estudos subalternos, a teoria feminista chicana, a teoria pós-colonial e a filosofia africana; assim mesmo, muitos de seus membros operaram em uma perspectiva modificada de sistema-mundo. Sua principal força orientadora, no entanto, é uma reflexão continuada sobre a realidade cultural e política latino-americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos (Escobar, 2003, p. 53 *apud* Ballestrin, 2013, p. 11).

Essa necessidade de ouvir a história recontada por atores sociais, tanto na esfera das representações cotidianas ("senso comum") quanto na do pensamento complexo, fortalece a quem esta luta pela terra se faz presente. Tal como colocou certa vez Adorno (2019), o esquecimento facilita a reprodução, ou seja, nesse caso, ele defende a recordação do holocausto enquanto forma de evitar sua repetição. Nas entrevistas, vimos as diversas abordagens do passado, desde os anos 1980. Pessoas realmente envolvidas neste processo, pessoas que estiveram exiladas, sobre pressão de grileiros e fazendeiros, com conflitos violentos. Houve momentos de tensão durante um longo período, conforme relata Vilmom:

> Uma importante, histórica e utópica luta das bases de enfrentamentos, ao mesmo tempo que ocupamos os espaços institucionais, havia naquele tempo outras formas de lutas, grandes organizações de resistências aqui e na Bolívia. Aqui uma região de fronteira, tínhamos a história de Ernesto Guevara, assassinado em 1967 pelo exército boliviano, inspirava a não aceitação de várias formas de invasão dos Estados Unidos na América Latina. Assim tínhamos também esse lado de pensar que talvez fôssemos precisar de resistir, já que lidávamos com pessoas que eram envolvidas em lutas armadas por terras (Entrevista com Vilmom, realizada no dia 12/08/2024).

As histórias interligadas, nas suas subjetivas trajetórias, de muitas lutas relacionadas aos direitos dos latino-americanos, que até hoje são esquecidas. Vilmom fez questão de enfatizar a coragem e a decisão necessárias para manter as posições estratégicas, o risco eminente de vida, as ideias e ideologias que os mantinham em combate constante, lidando com o medo. Nesse tempo, havia corrupção por parte da polícia; e os líderes de grupos dos grileiros eram pessoas não confiáveis: faziam as reuniões, tentavam se aproximar, mas estavam constantemente envolvidos em novos conflitos a mão armada por terras.

Esta importante memória aponta para uma necessidade decolonizadora, uma abordagem de conhecimento que muito tem a ver com a problemática dessa pesquisa: apontar para a trama de conhecimentos produzidos pelos camponeses do Vale do Guaporé, a fim de dizer que é possível construir uma história, educação, literatura, arte e pensamento com marcas de verdades não coloniais, de não esquecimento e de reconhecimento identitário, quanto às nossas singularidades etno-sociais, culturais e econômicas.

Os conceitos de memória social dentro dos movimentos sociais que aqui se apresentam propõem um processo analítico da relação entre dois elementos: história, mais ligada a questões cronológicas, estabelecida no tempo, datas, horas, anos; e a memória, que se desloca dentro da história, possibilitando uma volta ao tempo com os olhares do momento que se conta o fato. A questão da memória é discutida em diversas ciências, recebendo destaque especial na Psicologia e na Filosofia, mas ela acabou se inserindo nas análises sociológicas através da ideia de uma “memória coletiva” ou “memória social”. Aprofundando mais no termo memória coletiva ou social, segundo Viana (2005), esta luta não termina aí e ocorre também em torno da definição de memória e suas determinações. A luta pela memória é, portanto, simultaneamente, teórica e prática. Ela está ligada à constituição passada, mas determina muitas realidades atuais, descreve os caminhos; ela é pedagógica e, por isso:

> Não basta um esforço abstrato para recriar impressões passadas, nem palavras exprimem sentimento de diminuição que acompanha a impossibilidade. Perdeu-se os tônus vitais que permitia aquelas sensações, aquela captação do mundo. Quando passamos na mesma calçada, junto ao mesmo muro, o ruído da chuva nas folhas nos desperta alguma coisa. Mas, a sensação pálida de agora é uma reminiscência da alegria de outrora. Esta sombra tem algo parecido com a alegria, tem o seu contorno: é uma evocação. [...] por que decaiu a arte de contar histórias? Talvez porque tenha decaído a arte de trocar experiências. A experiência que passa de boca em boca e que o mundo da técnica desorienta. A Guerra, a Burocracia, as Tecnologias desmentem cada dia o bom senso do cidadão: ele se espanta com sua magia negra, mas cala-se porque lhe é difícil explicar um todo irracional (Bosi, 1994, p. 34).

Foi impressionante ouvir a narração das trajetórias de lutas, em detalhes minuciosos, por uma intelectualidade intencionalmente organizada, pedagogicamente formada e formulada para palestras, momentos formativos, organizações de agendas, de planos estratégicos coletivos... Como pesquisadora, estava diante da criatura e de seu criador, me sentia impressionada com toda a habilidade linguística e simbólica dos sujeitos de pesquisa. Uma estrutura de conhecimentos sociais explica como foram se juntando e trocando as experiências, citando detalhadamente as suas semelhanças e diferenças. Em cada lugar de fala, vimos que:

> A narração é uma forma artesanal de comunicação. Ela não visa a transmitir o "em si" do acontecido, ela o tece até atingir uma forma boa. Investe sobre o objeto e o transforma. Tendência comum dos narradores é começar com a exposição das circunstâncias em que assistiu ao episódio: "Certa vez, ia andando por um caminho quando...". Isso quando a conta como não diretamente vivido por ele. Valéry lembra os tempos em que o tempo não contava, em que o artesão ia entalhando, esculpindo como se imitasse a paciente obra da natureza, obtendo tonalidades novas com uma série de camadas sutis e transparentes. O homem moderno não cultiva o que ele pode simplificar e abreviar (Bosi, 1994, p. 34).

Mas o perfil dos nossos sujeitos de pesquisa é não abreviar, e sim detalhar, entalhar e esculpir esses episódios coletivos, se fundindo com a vida pessoal de cada um, suas dificuldades e alegrias. Bastou uma pergunta e eles voluntariamente iniciaram a contar histórias, relatos e experiências pessoais, suas trajetórias e crescimento humano e intelectual dentro desse lugar, dando a esse momento uma significação, múltipla no campo da religião, da política e da economia; essa, por sinal, muito profunda e existencial. Porém, tudo isso sempre em relação direta com o coletivo e com grupos de que participaram.

> A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedade múltiplas dentro das quais estamos engajados. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da combinação desses diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem (Halbwachs, 1990, p. 13).

Como se constrói a linguagem, essa percepção cognitiva de produzir uma forma de interação com o mundo que se vive, a relação com a realidade, a forma de compreender a consciência, e lidar com as questões desumanizadoras? Segundo Freire,

> [...] é absolutamente necessário transcender as situações-limite nas quais os homens são reduzidos ao estado de coisas. Sem dúvida, quando os homens percebem a realidade como densa, impenetrável e envolvente, é indispensável proceder a esta procura por meio da abstração. Este método não implica que se deva reduzir o concreto ao abstrato (o que significaria que o método não é de tipo dialético), mas

> que se mantenham os dois elementos, como contrários, em inter-relação dialética no ato da reflexão (Freire, 1979, p. 17).

Continuamos no diálogo com Freire para a compreensão das realidades sociais complexas, por isso históricas e dialéticas:

> Encontra-se um excelente exemplo deste movimento de pensamento dialético na análise de uma situação concreta, existencial, "codificada". Sua "descodificação" exige que passe do abstrato ao concreto; ou melhor, da parte ao todo, para voltar depois às partes; isto implica que o sujeito se reconheça no objeto como uma situação na qual se encontra com outras pessoas. Se a descodificação for bem-feita, este movimento de fluxo e refluxo, do abstrato ao concreto, que se produz na análise de uma situação codificada, conduz a substituir a abstração pela percepção crítica do concreto, que deixou já de ser uma realidade densa impenetrável (Freire, 1979, p. 17).

Quando olhamos para o passado, vemos a formação dessa consciência crítica. Ninguém estava ali somente pelos seus interesses individuais, havendo a certeza de que a terra, o ambiente em que vivemos – seja ele rural ou urbano – é nossa casa. Como se organiza uma morada, onde se come, se veste, se protege do vento, da poeira, da chuva... Esse ambiente, casa comum, creio que foi uma visão filosófica e política muito voltada a princípios cristãos, baseados na caridade e no interesse pelo outro, o próximo.

> [...] a consciência coletiva, se localiza numa trama imanente às consciências parciais que a compõem é permeável umas às outras, não podia concluir-se fechada em si mesma. Todas as interrogações que buscam definições das possíveis teorias estão em um jogo de associações cuja aparente desordem parece sobressair de uma lógica oculta, cuja racionalização é permitida pela psicanálise, tudo isso criou um feixe de interrogações que vão na mesma direção: a elucidação da realidade existencial coletiva e individual (Halbwashs, 1990, p. 10).

Nas memórias construídas pelas ações coletivas, nunca uma só está envolvida, sempre se distribui e se partilha desde as ideias até cada atitude a ser tomada. Cada um desenvolve uma atividade necessária e complementar. Como se trata de uma estratégia desenvolvida com um sentido de crescimento e apoio ao desenvolvimento desse grupo, isso tudo se tornou como sustento e bases ideológicas de sustentação para aplicações práticas das transformações e inovações das tecnologias sociais que ali se desenvolviam.

> Essa cadeia ideológica estende-se de consciência individual em consciência individual, ligando umas às outras. Os signos só emergem, decididamente do processo. De interação, entre uma consciência e outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, consequentemente, somente no processo de interação social. [...] O ideológico enquanto tal não pode ser explicado em termos de raízes supra ou infra-humanas. Seu verdadeiro lugar é o material social particular de signos criados pelo homem. Sua especificidade reside,

> precisamente, no fato de que ele se situa entre indivíduos organizados, sendo o meio de sua comunicação (Bakhtin, 2006, p. 4).

Ao afirmar que a consciência individual é um fato "sócio-ideológico", Bakhtin permite pensar a memória desse tempo e do espaço, do meio ideológico social, das vivências e saberes construídos pelo universo social de cada indivíduo. É a vida que é além das nossas condições biológicas. Quando vêm as lembranças das brincadeiras, das comidas, dos momentos formativos no CTA, os meus sentimentos (consciência) se revestem de sentido de pertencimento social e coletivo. Por assumir posturas frente a situações de decisões cognitivas e comportamentais, digo que me constitui. Esses fatos podem, às vezes, serem esquecidos, ou acontecer a tentativa de apagá-los, ou mesmo inferiorizar os grupos organizados, por serem minorias, mas as resistências materializadas em tantas comunidades ficam marcadas no consciente e inconsciente humano. Quanto à parte psicológica de estudos e avanços em compreender a questão da consciência ideológica, Bakhtin afirma:

> Apesar de suas profundas diferenças metodológicas, a filosofia idealista e o psicologismo em matéria de cultura cometem, ambos, o mesmo erro fundamental. Situando a ideologia na consciência, eles transformam o estudo das ideologias em estudo da consciência e de suas leis: pouco importa que isso seja feito em termos transcendentais ou em termos empírico-psicológicos. Esse erro não só é responsável por uma confusão metodológica acerca da inter-relação entre domínios diferentes do conhecimento, como também por uma distorção radical da realidade estudada (Bakhtin, 2006, p. 4).

Essa citação é uma crítica a certas abordagens do estudo da psicologia, que para Bakhtin não alcança a realidade, passando a divagar em um mundo imaginário, trazendo poucos resultados reais para o crescimento e evolução da consciência.

O passado remete à tomada de decisões. Como abordamos uma construção de memória coletiva, podemos afirmar que esse senso de organização comunitária é comum aos associados, membros do CTA. Uma expectativa subjetiva sobre o que constituíam as reuniões e encontros era uma grande expectativa, pois as dinâmicas eram sempre muito significativas, que atualmente chamamos de pedagogias decoloniais. Um clima de motivação e alegria nos fazia pensar: qual seria a dinâmica que iríamos desenvolver naquele encontro. Isso em um passado onde todos tinham intrinsecamente, através do sentido da participação, objetivos comuns de aprendizado, crescimento humano e social.

> Nessa discussão o autor apresenta uma dificuldade em definição de alguns dos filósofos franceses: E isto, apesar de que nenhum dos problemas fundamentais da linguagem filosófica francesa esteja envolvido. Pois Bergson, falando da memória, sofre, como Durkheim, da inadequação dos termos científicos à realidade que ele se

> empenha em apoderar-se. O recurso à linguagem literária (que leva alguns a dizer que o autor de Matière et Mémoire - Matéria e Memória - desconfiava das ideias). Isso demonstra um esforço em Construir um vocabulário novo. [...] Essa tentativa de compreender a memória traz as teorias a partir da guerra de 1914, com a ruptura entre nacionalismos, na Europa, alguns filósofos e sociólogos, como Lukács que postulou a subjetividade de Classes, o autor discorre que os regimes políticos pretendem carregar uma imagem absoluta do homem, e também seu sistema de valores, algumas impressões de historiadores sociologizantes colaboraram para essa evolução nos estudos de Halbwachs, utilizando como modelo a história do povo do velho testamento da Bíblia, que define perspectivas reais de tal ou tal grupo, correspondendo a seu lugar num tempo e num espaço (Halbwashs, 1990, p. 10).

Construir uma visão ontológica sobre essa nova forma de pensar a sociedade, de forma especial esses camponeses do Vale do Guaporé, está sobre uma consciência histórica, o estado de racionalidade, o pensar nessa outra racionalidade. Uma realidade que compõe um hábito coletivo de gestar ideias, construindo laços de pertencimento, memória construída entre si e sobre os espaços em que estiveram vivendo experiências comuns. Mauríce Halbwachs (1990) evoca o depoimento, que não tem sentido senão em relação a um grupo do qual faz parte. Nos encontros, nas refeições, e em todas as atividades de formações – e até mesmo lúdicas – consolidamos uma memória, através de um "acontecimento real outrora vivido em comum e, por isso, depende do quadro de referência no qual evoluem presentemente o grupo é o indivíduo que o atestam" (Halbwachs, 1990, p. 13).

A sociologia do conhecimento ajuda no reconhecimento das memórias e práticas. Pensamos que é necessário trazer para os nossos debates acadêmicos educacionais as relações sociais e como elas constituem uma comunidade de aprendizagem e desenvolvimento, através de processos de proteção à vida, do cuidado para com o meio ambiente. Esse cuidado é parte de uma nova racionalidade, uma visão de mundo que engloba passado, presente e futuro.

Voltando às memórias dos nossos sujeitos, tentamos concluir parte dessa formação de consciência e memória dentro dos próprios significados, das narrativas de busca de definição sobre a vivência e os saberes criados e praticados por camponeses denominados lavradores do Vale do Guaporé – sobre partilha, desigualdades sociais, reforma agrária sonhada e imaginada por todos como uma importante reparação socioeconômica.

Seu Francisco (Diá), natural de Princesa Isabel, no sertão da Paraíba, com 77 anos, conta sobre a vinda do Nordeste para o Mato Grosso do Sul e a decepção ao chegar e não conseguir a tão sonhada terra da Reforma Agrária e ter tão poucas condições de trabalho. Estas condições o levaram a se arriscar na onda migratória para o Mato Grosso, em busca de oportunidades de vida e resistir à extrema dificuldade financeira. Na atualidade, com uma produção de árvores nativas, frutas vareadas, é vizinho do CTA e uma referência dos saberes

culturais dessa história, em que busca criar analogias bíblicas, tal como na condução desse povo, que esteve lado a lado na luta pela organização e materialização das lutas. Ele relata importantes memórias dessa inter-relação entre as pessoas usando a seguinte definição a respeito de todo um pensamento complexo:

> Falava para não criarmos uma política religiosa, pois era uma política dos trabalhadores e das pessoas necessitadas, não importa quem são as pessoas, então criamos uma política nossa, que fomos nos idealizando, depois de um tempo fomos entrando nas políticas partidárias, mas nunca se fechando muito nessa coisa de política religiosa, então por isso somos um povo democrático (Entrevista com Francisco (Diá), realizada no dia 01/07/2023).

Sabendo que a consciência não está jamais fechada sobre si mesma, nem vazia, nem solitária, somos arrastados em múltiplas direções. Todas as diferenças – históricas, culturais, religiosas, econômicas, as variáveis de comportamento e ideologias – foram transformadas e nesse passo aproveitadas como materiais de trocas: trocas de experiências, saberes ancestrais e saberes desenvolvidos dentro do espaço coletivo. Francisco (Diá) tem uma espiritualidade forte ao falar sobre o povo camponês em lutas que conseguiram organizar, revelada em frases como “o Espírito Santo, já diz na Palavra, essa lamparina não é para ficar debaixo da mesa”. Tem uma preocupação com o outro, o próximo, aqueles que ainda não sabem sobre seus corpos, e não se reconhecem. Ele, naturalmente pela memória narrada, usa a lembrança como um ponto de referência que permite situar em meio a variação contínua dos quadros sociais e da experiência coletiva histórica (Halbwashs, 1990).

Durante a entrevista, fui convidada a conhecer a roça de abacaxi de seu Dia. Não quis mostrar minha moleza e encarei de chinelo no pé. O resultado foi dias de curativos, mas foi um momento inesquecível de aprendizado: enquanto ele rapidamente andava entre os espinhos, eu tentava acompanhar ouvindo as histórias carregadas de poder simbólico, de resistência, de suor no rosto, pele ensolarada, calos nas mãos. Era a memória subjetiva-objetivada, a memória vivida, saboreada naqueles pedaços de fruta doce, das lembranças e das inquietações sobre a política e a espiritualidade libertadora.

Essa imersão na memória é um dever que se dá na relação de compreensão dos trabalhos realizados, nas construções subjetivas e práticas, na construção da identidade participativa, que é celebrativa e se renova nessas reconstituições. Por um espírito de resistência singular dessas ações, dessas nossas histórias, quando no micro local, nós compreendemos como agricultores, do Vale do Guaporé, e na macroanálise dos camponeses

que buscaram concretizar essas lutas por existência, por direitos fundamentais, a serem ainda mais conquistados e respeitados.

> A questão da dignidade adquire importância fundamental na análise do reconhecimento das minorias excluídas. É necessário, porém, que o respeito à dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil e garantido pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 1º, III, seja garantido também ao indivíduo enquanto componente de um grupo cultural específico, caracterizando a importância da dignidade para essa coletividade. A luta pelo reconhecimento e pelo respeito às diferenças faz parte de um ideal democrático mais amplo, saindo da esfera individual para abarcar a esfera coletiva e ir em busca da ampliação do espaço público (Kretzmann, 2007, p.78).

Essa multiplicidade cultural que a organização social traz é também um papel singular dessas memórias. É constituinte, pois pressupõe um reconhecimento da herança de atores e grupos que precisam recuperar suas narrativas de construção cultural, implicando os conhecimentos específicos. O eixo pertencimento e memória conserva as produções.

> Os movimentos sociais são, portanto, complexos, marcados por divisões internas, subdivisões, distintas tendências, concepções ideologias, doutrinas, representações, etc.). A questão da memória assume um significado importante para os movimentos sociais. A memória faz parte do processo de resgate das lutas, conquistas, experiências, por parte do movimento social, gerando um conjunto de elementos que reforçam a luta (Viana, 2022, p. 6).

Afirma Freire (1979) que, quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la. Essa afirmativa define este caminho percorrido de mais de trinta anos: todas as transformações que foram possíveis nessa história de resistência. As memórias apontam para essa consciência crítica, bem formada que, para Freire, ocorre a partir das relações que a pessoa estabelece com seu mundo, uma vez que homem – criando, recriando e decidindo – dinamiza este mundo. Integrando-se nas condições de seu contexto de vida, reflete sobre elas e leva respostas aos desafios que se lhe apresentam, criando, finalmente, cultura. Essa criação merece um ponto de partida reflexivo, que ocorre na próxima seção, imbuído de propor uma discussão e proposição a respeito do patrimônio cultural que foi constituído ao longo dessa jornada. Por ser uma pesquisa no campo do materialismo dialético, buscamos as reflexões para que elas provoquem um novo concreto, atualizando as necessidades de constante revitalização e continuidade dessa rede de apoio aos projetos gerados e desenvolvidos pelos atores sociais envolvidos.

2.3 Patrimônio cultural e saberes dos camponeses

Sobre o reconhecimento da cultura, é necessário entender que, sendo o espaço social considerado um lugar simbólico, podemos abordar algumas categorias de definições e afirmações de lutas, para que aconteçam os necessários enfrentamentos normativos e intersubjetivos a respeito das esferas de campos de conhecimento que envolvem a cultura. E essa cultura que se criou e se fortaleceu no ambiente do CTA, espaço criado pelos agricultores, camponeses do Vale do Guaporé.

Então passamos a descrever e interpretar, conforme alguns pensamentos e teorias. A discussão que propomos é em torno das organizações socioambientais, que apresentam particularidades de reconhecimento cultural e ambiental singulares, uma área ampla de proteção aos direitos fundamentais individuais e coletivos do homem. Por isso, a tentativa de desmistificar nossa cultura brasileira, homogeneizando-a em suas características comuns e universais, é tão impossível. De acordo com a visão e pesquisas sobre o multiculturalismo no Brasil, faz-se necessário, após trilhar o caminho de compreensão quanto à cultura, adentrar na questão das legalidades atribuídas a esse bem comum.

Alguns pontos a respeito de encobrimento e reconhecimento cultural estão ligados historicamente a uma epistêmica problemática da nossa colonização. Isso dificulta uma definição a respeito da nossa profunda ligação com a terra. Essa é uma categoria extremamente simbólica, em seus conceitos políticos, filosóficos, sociais e econômicos de transmissão natural pelas relações que se desenvolvem por meio das organizações.

Uma das principais culturas que se instalou nessa construção do CTA foi a de resistência, pedagogia crítica e decolonial, permitindo a permanência dos saberes, a conservação e a continuidade das metodologias da libertação e as práticas solidárias, desenvolvidas e tecnicamente aplicadas às vivências nos momentos de formação. O valor agregado a cada produto agroecológico que ali foi desenvolvido. Tudo isso gera uma peculiar e singular forma de agregação cultural, congruência de muitos tipos de diversidade.

Vamos compreender os usos da noção de cultura em várias áreas de conhecimento. Para Cuche (1999), é uma difícil missão de interpretação. Sociologia, Antropologia, Etnografia, Psicologia, Psicanálise, Linguística, História e Economia tentam definir o conceito de cultura, mas possui relevância a noção de cultura pelas ciências sociais, que diz respeito à diferença entre povos.

Sabemos que as ciências sociais, mesmo sendo autônomas epistemologicamente, têm parceiros interessados, como a linguística, que busca compreender os códigos da linguagem que a variação linguística de cada povo pode trazer. Há muitas divergências de sentido sobre culturas. Causada pelas diferenças dos grupos sociais, "mudanças nas posições ocupadas pelos diferentes parceiros interessados em definições diferentes de cultura" (Cuche, 1999, p. 12).

Nessa mesma perspectiva, o autor afirma que, ao longo da evolução que resulta no *homo sapiens*, houve uma regressão dos instintos, substituídos progressivamente pela cultura. Por ser mais flexível e funcional, houve uma adaptação genética, uma fácil transmissão. Então, pela cultura, o homem se adapta ao meio e este meio ao homem. Para compreender as práticas humanas, precisamos perceber as necessidades e projetos passando principalmente pela transformação da natureza.

Então, a natureza humana pode ser interpretada pela cultura: funções biológicas, fome, sono, desejo sexual e outros são informados pela cultura, os modos de vida e pensamentos. Outra compreensão são as hierarquias sociais, as quais, pelos grupos dominantes, determinam a cultura dos grupos dominados. Porém, não determinam o caráter dessa cultura. Isso nos dá a autonomia cultural – mesmo com a imposição simbólica da política, religião, empresa, imigração. Ela consegue romper as estruturas de poder, de dominação. Isso fica claro na questão da construção cultural do CTA.

A cultura que se consolidou no CTA está também parcialmente ligada a questões do fortalecimento da identidade coletiva. A cultura não se decreta, está ligada a processos extremamente complexos. Na maior parte das vezes inconscientes, ela se aplica ao que é humano, "contrariamente a noção de sociedade, mais o ou menos rival no mesmo campo semântico", falamos de variações culturais. Através dela, estuda-se a unidade do homem na diversidade de seus modos de vida e de crença. A coerência simbólica jamais é absoluta. Na definição de cultura de Cuche (1999), a identidade e a cultura estão postas dentro das diversidades. É através da identidade que o indivíduo se localiza em um sistema social, até que seja localizado socialmente. Alguns critérios determinantes são considerados como "objetivos":

> A origem comum (hereditariedade, a genealogia), a língua, a cultura, a religião, a psicologia coletiva, (a personalidade básica), o vínculo com o território, etc. (para os objetivistas, um grupo sem essas dimensões não pode construir um grupo etnocultural, não pode reivindicar uma identidade cultural autêntica (Cuche, 1999, 180).

Há alguns casos em que a identidade se reduz a uma escolha quase que individual: de um dado genético assimilado e definido a partir do simples contato entre iguais, a identidade passa a ser tratada como algo dinâmico, e não definitivamente acabado e imutável, mas construído e desfeito no incessante ritmo das representações. Para ele, a identidade é uma construção que se elabora em uma relação que diferentes grupos se opõem.

Grupos marginalizados por características culturais exteriores e sistema de classificação obrigam as pessoas a ocuparem lugares, sendo marginalizados pela sua minoria e características. Isso muitas vezes adquire um caráter abusivo. No uso de apelidos, a identidade não é absoluta, mas relativa, constituindo os atores sociais na medida de necessidades e adaptação. A identidade não pode ser uma tática política? Podemos pensar sobre isso e consolidar sentidos com criticidade. Quando ouvimos falar dos "pequenos agricultores", estamos diminuindo a grande produção de alimentos orgânicos sustentáveis, carregados de valores socioeconômico e cultural de homens e mulheres que representam uma classe de trabalhadores que move um bom pedaço de toda a produção de alimento no Brasil.

Podemos aqui pontuar a fala de Dona Miguelina de Oliveira Campos, que se identifica inicialmente como moradora da comunidade São Miguel do Pari, Nossa Senhora do Livramento. Nascida em Poconé-MT, aos 61 anos é agricultora e palestrante na XII Feira Pantaneira, na qual abordou a sociobiodiversicade, saberes e sabores entranhados nos vales do Estado de Mato Grosso. O evento já está tradicionalmente formalizado dentro de uma proposta de construção e desenvolvimento de uma forte rede de apoio a movimentos e lutas pelas causas da terra, pela construção de uma rede para o fortalecimento da Economia Solidária e uma cultura de respeito ao meio ambiente e ao bem viver:

> Dona Miguelina, ao dizer, sobre a indignação em torno de um ditado popular, nos fez repensar a postura do homem do campo e sua representação social, ela disse que achava estranho alguém falar que ir "pra roça", é coisa ruim, tem coisa que tem que mudar, a roça é um espaço maravilhoso, não um sinônimo de derrota, as pessoas tinham que entender que se: "a roça não planta, a cidade não janta", fazendo uma leitura da interculturalidade e também um empoderamento necessário, que vem de um reconhecimento de Classes, que vem de um olhar filosófico e profundo sobre as relações e práticas humanas, se as áreas de conhecimento e produção científica se olhassem nessa relação dialógica, que brilhantemente Dona Miguelina fez, algumas das barreiras de preconceito e desumanização seria dizimada. Ela fez uma leitura baseada nas ricas experiências em plantar e colher com qualidade para que sua profissão e atuação pudesse colaborar socialmente, não só pela sua sobrevivência, mas um pensamento coletivo, participativo e engajado para o bem-estar de todos, pensamento contra hegemônico, anticapitalista (Peres, Relatório Feira Pantaneira, Cáceres, Unemat, 2023).

Analisamos dois pontos importantes da fala dessa agricultora. O primeiro é sobre uma certa ridicularizarão por meio de um ditado popular, que se refere à roça no sentido pejorativo, inferior, ruim. A essa questão se contrapõe Dona Miguelina, quanto à importância do meio rural, “a roça”, que sustenta a cidade. Essa sustentabilidade está acima da média quando se fala na agricultura familiar. No campo de sentidos e simbologias que foram trazidos nas falas de Dona Miguelina e de muitos outros participantes da Feira, há um novo conceito dos saberes camponeses, cheio de novas tecnologias e organicamente composto por redes.

O CTA atua em uma grande parte do Estado de Mato Grosso, tanto na educação popular ligada à agroecologia quanto ao incentivo da Econômica Solidária.

O outro ponto presente na definição de Cuche (1999) é a identidade multidimensional, de caráter flutuante. A partir de suas diversas vinculações sociais – sexo, idade, grupos sociais, grupos culturais – o indivíduo faz parte de várias culturas e fabrica sua síntese com esses diferentes materiais, a identidade sincrética, não dupla identidade. Não há cultura que não tenha significação para aqueles que nela se reconhecem, os significados como significantes devem ser examinados com maior atenção. As pessoas de origem camponesa, após serem retiradas de seus territórios da vida e lida com a terra, assumem identidades diferentes: estão na cidade, não são mais camponeses, mas compreendem as simbologias, leem os códigos de significados especificamente originários do campo. Isso nos dá um caráter, segundo o autor, multidimensional

É preciso entender o fundamento da dinâmica social – cultura e culturas – através do etnocentrismo e do relativismo cultural, contraditórios, porém complementares para a compreensão, a dialética do igual e do outro, identidade e diferença. O campo e a cidade, e suas contradições, estão ligados em características e multirrelações necessária para que haja equilíbrio social.

Bem sabemos das grandes lutas em busca de alinhavar todos os processos que compõem esse reconhecimento territorial, simbólico e cultural, da vida do homem do campo, ou aquele ligado a movimentos populares. Vemos que o CTA está ligando regiões que têm história, tradições, e culturas diversificadas. Ou seja, quando se trata de um bem social, de construção coletiva, esta estrutura material e imaterial desenvolve pela sua interculturalidade. Por isso, esse capítulo sugere uma possível identidade de patrimônio cultural, observando as políticas de patrimônio cultural.

Observamos que existe um processo para ser desenvolvido e essa questão legal está no campo do enfrentamento normativo, um termo jurídico que milita contra as leis a serem revistas, quanto à sua aplicabilidade real, historicamente construída, em campos políticos tendenciosos e historicamente coloniais. Sabemos que não é algo simples e sim bem burocrático.

Esse reconhecimento de patrimônio cultural é possível pelo tombamento, processo que visa proteger e preservar o patrimônio cultural brasileiro, garantindo a conservação de bens móveis, imóveis, materiais ou imateriais que tenham valor histórico, artístico, estético, cultural ou científico. Estabelecido pela Lei n. 5.197/67, de 25 de dezembro de 1967, que estabelece as normas para a proteção e preservação do patrimônio cultural brasileiro, o tombamento também é regulamentado pelo Código de Patrimônio Cultural Brasileiro (Lei n. 12.343/2010, de 2 de dezembro de 2010). O novo Código Civil Brasileiro (Lei n. 10.406/2002, de 10 de janeiro de 2002, unificou e atualizou as normas relativas ao patrimônio cultural brasileiro, a partir dos Artigos 1.243 a 1.246. Para maior compreensão, elaboramos, a partir de Fonseca (2001), alguns passos necessários para o tombamento de um bem cultural no Brasil:

1. **Identificação do bem**: a Secretaria de Cultura, órgãos estaduais ou municipais de patrimônio, universidades, entidades culturais ou particulares identificam bens com potencial para tombamento.
2. **Estudo prévio**: É realizado um estudo detalhado sobre o bem, considerando sua história, significado cultural, estado de conservação e importância.
3. **Proposta de tombamento**: O órgão responsável elabora uma proposta de tombamento, que inclui a documentação necessária.
4. **Notificação ao proprietário**: o proprietário do bem é notificado sobre a intenção de tombamento.
5. **Prazo para manifestação**: o proprietário tem um prazo para se manifestar sobre a proposta.
6. **Avaliação do IPHAN**: o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) avalia a proposta e emite parecer técnico.
7. **Decreto de tombamento**: O Presidente da República emite um decreto de tombamento, que é publicado no Diário Oficial da União.
8. **Registro**: o tombamento é registrado no Livro do Tombo do IPHAN.
9. **Monitoramento e fiscalização**: O IPHAN e outros órgãos responsáveis monitoram e fiscalizam a conservação do bem.
10. **Reavaliação periódica**: O tombamento pode ser reavaliado periodicamente para garantir que o bem continue merecendo proteção.

Esse processo pode variar dependendo da esfera governamental – Federal, Estadual ou Municipal – e do tipo de bem a ser tombado.

Desde o solo cultivado, que tem cultura inscrita nele, nas construções dos espaços, nos detalhes carregados de história coletiva, é possível pensar numa intervenção, mesmo que seja com o objetivo de preservar o patrimônio. O reconhecimento nas redes de pesquisa e atuação que o CTA atua há mais de trinta anos implica uma reorientação do uso desse solo.

Trata-se de levar em conta um ambiente que não se constitui apenas de natureza – vegetação, relevo, rios e lagos, fauna e flora, etc. E de um conjunto de construções, mas, sobretudo, de um processo cultural de camponeses. De que maneira e como determinados sujeitos que ocupam esse solo utilizam e valorizam os recursos existentes, como construíram sua história, como produzem edificações e objetos, conhecimentos, usos e costumes? Essas definições a respeito de patrimônio cultural elevam o nível, em questão política, quanto aos valores e ao modo dele existir. Embora ainda seja uma provocação, a discussão é fecunda para caminhos legais.

> Cunha (2004) entende que há estreita conexão entre o princípio da dignidade da pessoa humana e os valores fundamentais de liberdade, igualdade e justiça, uma vez que não pode existir dignidade sem a garantia de liberdade, igualdade e aplicação da justiça, derivando daí a imposição constitucional de respeito às manifestações culturais e ao patrimônio cultural. Nesse sentido, a dignidade é característica própria e inseparável de todo indivíduo, materializando-se noexercício dos direitos que lhe são correlatos (Kretzmann, 2007, p. 79).

O termo patrimônio cultural, numa pesquisa sócio-histórica, serve para pensar os acontecimentos, os marcos da construção das ações contra-hegemônicas, bem como a materialização das lutas, as memórias das experiências únicas. Isso nos aproxima dessa integração de áreas de conhecimentos e conceitos sobre a importância desses espaços que são imortais, pela grandeza de sua contribuição sociocultural.

Nesse olhar, enquanto instrumento de luta do patrimônio cultural, no diálogo com os participantes e analisando documentos, fotos, materiais didáticos, eventos, formações, entre outras execuções de projetos e legados de resistência, foi possível identificar que o CTA consegue, há mais de 30 anos, tornar visível um monumento de tamanho imensurável. São trajetórias de organizações e resistência contra as desigualdades, injustiças sociais, ambientais e humanas.

Pensar os direitos culturais, das referências culturais que estamos entendendo, é pensar em políticas culturais, considerando as práticas institucionais e a organização cultural. Essa garantia do saber, do compreender essa transmissão de conhecimentos e saberes como

uma forte integração e sistematização, é entender de maneira diferente. Quando isso é elevado ao direito, tem-se a garantia da permanência desse patrimônio como direito adquirido.

Pensando na histórica autenticidade desse bem patrimonial, vamos usar uma das suas características indenitárias, que é a socioambiental. Precisamos compreender que existe um conservacionismo/preservacionismo no movimento ambientalista tradicional, que está mais distante dos movimentos sociais e das lutas políticas por justiça social, assumindo uma postura cética quanto à possibilidade de envolvimento das populações tradicionais na conservação da biodiversidade.

Qual será o critério e o olhar em relação à possibilidade e à necessidade de reconhecimento do CTA como um local de referência para os camponeses da região, a partir das leis vigentes no país? Esses mais de 30 anos demonstram uma capacidade de criação e fortalecimento de uma cultura de resistência baseada na união, uma interculturalidade vivenciada a partir das ideias e práticas da agricultura local, proporcionando um legado multicultural no Estado de Mato Grosso.

O CTA possui já alguns selos de certificação importantes para a sua permanência e constante integração aos fundos de recursos nacionais e internacionais. Isso é um sinal de credibilidade social, de reconhecida organização técnica e administrativa.

Entretanto, conforme Fonseca (2001), o cumprimento do preceito constitucional implica regulamentação no que diz respeito aos devidos cuidados dos bens culturais de natureza imaterial, para os quais instrumentos de proteção de caráter restritivo, como o tombamento, são inadequados. Nesse caso, é preciso criar formas de identificação e de apoio que, sem tolher ou congelar essas manifestações culturais, nem as aprisionar a valores discutíveis como o de autenticidade, favoreçam sua continuidade.

> Como decorrência muitos movimentos socioambientais surgiram também no Brasil a partir da década de 80, representando a luta por ideais multiculturais e colaborando para que a questão da preservação ambiental aliada ao respeito pelas comunidades e conhecimentos tradicionais e a luta por justiça social fossem inseridas em vários níveis e instituições, inclusive contribuindo para a consagração de direitos socioambientais na Constituição Federal de 1988. [...] Na visão de Santilli o socioambientalismo nasceu, portanto, baseado no pressuposto de que as políticas públicas ambientais só teriam eficácia social e sustentabilidade política se incluíssem as comunidades locais e promovessem uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais, surge como um movimento de extrema importância para países em desenvolvimento, ricos em diversidade biológica e cultural como o Brasil (Santilli, 2005, p. 35-40).

O socioambientalismo vem trazendo impactos às políticas culturais nessa região; porém, são bem pouco reconhecidas. Pontes e Lacerda é uma região de garimpos e de grande diversidade étnico-racial. No contexto do garimpo, a diversidade existe, embora não seja considerada nos conflitos. Já em Vila Bela, a característica étnico-racial é valorizada e fortalece uma identidade coletiva. Esse multiculturalismo é negado nas nossas matrizes educacionais, e as formas de violências são silenciadas quanto à rotatividade de pessoas vindas principalmente do Norte e Nordeste do País, para a exploração de minérios; isso sem contar a fronteira que, economicamente, é uma porta de entrada e saída de produtos. Há muitas manifestações socioculturais dentro da cidade, com festas religiosas e trabalho rural.

A cidade de Pontes e Lacerda é marcada por muitos conflitos por territórios. Isso deu por uma manifestação, da diversidade étnico racial e no contexto do garimpo ela acontece frequentemente, em busca de riquezas muitas pessoas, migram incansavelmente, trazendo identidades multiculturais as regiões ricas em minerais. Geram riquezas e também conflitos sociais de origens diversas.

Já em Vila Bela, a característica étnico-racial é valorizada e fortalece uma identidade coletiva. Enquanto em Pontes e Lacerda há uma negação à cultura local, Vila Bela da Santíssima Trindade, cidade vizinha, consegue conservar fortemente a cultura sócio-histórica dos quilombos e comunidades tradicionais, com suas danças, comidas, bebidas e a Festa do Congo.

Nossa cidade é polo, acolhe a região e acolheu também pessoas da fronteira com a Bolívia, povos indígenas variados, na sua maioria Chiquitano, negros e imigrantes. Uma identidade muito bem constituída com muitos aspectos importantes de socialização, interação com os ambientes e com grupos de pessoas, mas ressaltando um cuidado a algo intrínseco a esse saber que se molda no CTA. Lurdes, mulher agricultora, mãe do Robson, educador popular da FASE, nasceu em Monte Aprazível-SP, já tendo executado várias funções nesses movimentos. Ela sempre ajuda na animação do Grupo Intercâmbio em Agricultura Sustentável (GIAS), criado em 1999, que reúne agricultores familiares, comunidades tradicionais, instituições educacionais e organizações socioambientais para promover a agroecologia no Estado de Mato Grosso. As ações do GIAS incluem intercâmbios de experiências, debates sobre sementes crioulas, sustentabilidade dos sistemas agroalimentares, impacto do agronegócio e questões de gênero, buscando fortalecer práticas agrícolas mais justas e sustentáveis, valorizando a biodiversidade e a autonomia dos produtores. Lurdes relata algumas das realidades vividas pelas mulheres camponesas. Aos 61 anos, cuida do seu

quintal produtivo e mantém a família e seus projetos. Através dessas práticas da economia solidária unida à agroecologia, faz-nos entender a necessidade de que as pessoas possam se sentirem dignas, livres para ser e decidir suas posturas no mundo:

> Meu nome é Maria de Lourdes Mourão Prado sou agricultora de honra, porque eu gosto de mexer com a terra, e aí eu graças a Deus nunca morei em cidade, nem quero morar na minha vida, e aí graças a Deus que nós tem sítio lá na Vila Bela e eu adoro pescar e aí o CTA para nós foi uma escola (Entrevista com Lurdes, realizada no dia 20/07/2023).

Pensar essa essência dos conflitos humanos nas suas diferenças, que são um ponto de manifestação regional dessa materialização de fusão de saberes, é uma construção social, constituída pela luta por conquistas e permanências na terra. Ela atravessa o tempo e o espaço, formando uma compreensão histórica desse processo da vida no campo, a partir do pensamento de coletividade de pensar, se viver, de trabalhar. Logo, a construção de um referencial da cultura, vivências desse contexto da terra, significa que é de grande importância. Um referencial desses dados e dessas práticas permite que esses grupos pensem em um sistema referencial da cultura que ali existe.

Em sua concepção original, a expressão multiculturalismo designa "a coexistência de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes no seio de sociedades "modernas" (Santos; Nunes, 2003, p. 26). Considerando as dificuldades de precisão do termo, no entanto, pode-se afirmar que multiculturalismo se tornou rapidamente um modo de descrever as diferenças culturais em um contexto transnacional e global. O termo multiculturalismo pode continuar a ser associado a projetos e conteúdos emancipatórios e contra-hegemônicos, baseados em lutas pelo reconhecimento da diferença:

> A ideia de movimento, de articulação de diferenças, de emergência de configurações culturais baseadas em contribuições de experiências e de histórias distintas tem levado a explorar as possibilidades emancipatórias do multiculturalismo, alimentando os debates e iniciativas sobre novas definições de direitos, de identidades, de justiça e de cidadania (Santos; Nunes, p. 33).

Identificar e definir quais os recortes dessa identidade cultural e reconhecer essa diversidade não significa que não se possa avaliar, distinguir e hierarquizar o saber produzido. Haverá sempre referências que serão mais marcadas e ou significativas, pelo valor material ou pelo valor simbólico envolvidos. Por outro lado, bens aparentemente insignificantes, essa lógica diferente da dos capitalismos, na formação e constituição desse território, dos conflitos

e tensões que caminhos foram trilhados até chegar aqui, concepções foram criadas, ideias pluralizadas sobre como, a constituição dos valores desse patrimônio.

> Pensar a preservação de bens culturais a partir da identificação de referências culturais - do modo como essa noção foi entendida neste texto. Significa adotar uma postura antes preventiva que curativa. Pois trata-se de identificar, na dinâmica social em que se inserem bens e práticas culturais, sentidos e valores vivos, marcos de vivências e experiências que conformam uma cultura para os sujeitos que com ela se identificam. Valores sentidos esses que estão sendo constantemente produzidos e reelaborados, e que evidenciam a inserção da atividade de preservação de bens culturais no campo das práticas simbólicas (Fonseca, 2001, p. 9).

Nessa perspectiva de busca por referências culturais que sejam consideradas patrimônios, voltamos às memórias de contato – a mata, os locais de reunião, os quartos femininos e masculinos, a cozinha, a indústria, a sala de organizações de documentos e distribuição dos trabalhos e projetos. Ferramentas que formam essa instituição que é instrumento de conservação dos valores inerentes às lutas por, principalmente, a garantia de justiça e a igualdade.

Para isso, a identificação das práticas e objetos, bens materiais e imateriais, essa ação de tombar o local, é um direito objetivo. A documentação e o registro coletivo acontecem de maneira ainda subjetiva, que é usado em metodologias de construção de pedagogias de trabalho, como as culturas que são empenhadas nas práticas. O estatuto que apresenta uma ideia de instrumento de continuidade de ideias pensadas a longo prazo, para sempre fortalecer os camponeses, as estruturas associativistas.

Esse diálogo sobre mapear como as tradições e os bens desse espaço e território do CTA só pode ser compreendido dentro das disputas, das estruturas de poder que tentam bloquear trabalhos, dificultar as ações da agricultura familiar, essa compreensão é também ideológica. Reconhecer essa organização, que é de clara formação de esquerda, compreender que é necessária a integralização dos saberes, garante direitos e elementos sistematizados de desconstrução e construção de valores. Isso leva a uma visão nova quando forma e valoriza o outro:

> Ligações entre ideias e processos sociais, mais especificamente o feedback entre crença religiosa e desenvolvimento político e econômico (Kuper, 2002, p. 111). Seguindo também a linha de Malinowski e Boas, procurou descrever o mundo do ponto de vista do nativo, o que expressa de maneira coerente em seu artigo: uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura (1964). [...] O que Geertz extraiu de Ricoeur foi a ideia de que como as ações humanas transmitiam significados, elas podiam (e deviam) ser lidas de forma bastante semelhante aos textos escritos. O importante nas ações era seu conteúdo simbólico e não suas consequências mais mundanas (Kuper, 2002, p. 114).

Nesses processos em que as ideias funcionam como práticas, formas de falar, fazer e pensar, podemos entender que Geertz propõe um novo conceito de cultura, enfatiza o ser humano como um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu:

> O conceito de cultura que eu defendo, (...) é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significados. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície (Geertz, 1989, p. 4 *apud* Faria, 2014).

O conceito pode estar ligado à própria interpretação do sentido de cada coisa. Nesse ponto, é necessário estar aberto para conhecer as teias de conhecimentos mobilizados no CTA. Compreendemos que o reconhecimento discursivo da identidade camponesa está carregado de sentidos, de uma característica cultural social comum nos movimentos pela terra e dos sujeitos fundadores do CTA. Quando emprega a linguagem “sou agricultora de honra”, Lurdes, nossa entrevistada fundadora, usa o signo que define o sentido: o sentido do signo é, na verdade, o sentido-para ela (Faria, 2014). Portanto, a compreensão do sentido de um signo ocorre em seu contexto de utilização; ou seja, é a vida que lhe confere sentido. Essa compreensão simbólica do significado da palavra honra nos informa quão grandioso é o autorreconhecimento dessa identidade camponesa.

O mundo globalizado, às vezes, não nos permite olhar para os nossos lugares. E na cultura isso é determinante, uma vez que o apagamento cultural, das histórias e saberes locais, leva ao esquecimento, ou simplesmente tornando desconhecidos dentro até mesmo de núcleos comuns a que deveriam estar integrados.

Por isso, é preciso compreender a pesquisa através de uma visão densa – aprender como, viver com eles –, observando de outro lugar e tendo um mundo próprio diferente (Geertz, 1989, p. 26). Esse empenho intelectual da “descrição densa” (Ryle, 1976) nos faz voltar às práxis desenvolvidas dentro das formações, oficinas e vivências comuns no campo. Aquilo que ouvimos, vivemos e nos posicionamos, não somente na pesquisa, mas no olhar sensível:

> Quando entendemos o sentido como sendo sempre um sentido para, voltamos nossa análise para a Semiótica, teoria que define o significado de um signo a partir da sua situação de uso. Ou seja, é o sujeito que emprega a linguagem, que usa o signo que define o sentido: o sentido do signo é, na verdade, o sentido-para ele. Somado a isso, se para compreendermos o sentido de um signo precisamos compreender aquele que

> o está usando, a compreensão é um fenômeno que acontece como contrapartida da vida (Faria, 2014, p. 50)

A cultura, pois, apenas pode ser apreendida no contato cotidiano com o grupo, no convívio constante. De acordo com Kuper (2002) – ao comentar a obra de Geertz (1989) –, a linguagem simbólica da cultura é pública e, consequentemente, o analista não precisa fazer de conta que tem percepções intuitivas dos cantos escuros das mentes individuais. A função simbólica é universal, e os seres humanos não poderiam arranjar-se sem esse segundo código, que opera lado a lado com o próprio código genético.

Esses códigos de conhecimentos sociais e saberes ambientais que vêm de uma ancestralidade da prática da cultura da terra, das águas e das florestas. São códigos descodificados nas relações das teias, onde o poder também é algo mais palpável e acessível do ponto de vista do conhecimento sócio-histórico.

A rigor, ser humano é ser culto. Mas não tem sentido buscar (com os estruturalistas ou formalistas) princípios universais que possam estar por trás de toda cognição, pois o fato primordial é que todas as culturas são diferentes (Kuper, 2002, p. 132).

Basicamente, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e a teia de significados tecida pelos grupos de seres humanos são essenciais para que nos tornemos humanizados, para além de sermos homens. Voltando à teia de significados, diferentemente da teia de aranha, que é tecida por apenas um indivíduo, aquela exige a relação com o outro para ser tecida, ela é produzida, ao mesmo tempo, na e pela vida social, na atividade social do homem (Faria, 2014, p. 63).

O que essa busca por significados faz, na verdade, é tentar compreender o mundo conceitual dos sujeitos, os significados que eles dão às suas experiências. Apenas assim, afirma Geertz (1989), poderemos conversar com estes sujeitos num sentido lato (Faria, 2014, p. 52).

> Segundo nosso ponto de vista, o pressuposto sugerido diz respeito ao fato de que as culturas são, antes de tudo, cenários de uma permanente mudança. Mudam-se os tempos, as pessoas, as vontades. Num movimento contínuo de (re) construção, a história cultural de um povo condensa uma longa narrativa de atividade social, reflete os diferentes ambientes culturais, cristaliza as fantasias de diversas gerações de uns cem números de pessoas. Segue, portanto, ritmos variados, de acordo com as necessidades e as estruturas econômicas, políticas e sociais que envolveram a sua própria produção e constituição (Faria, 2014, p. 53).

Essa cultura de cuidado socioambiental retifica os padrões culturais, que não foram herdados como um padrão fixo que segue inalterado ao longo dos séculos, intocados pelos processos históricos. Na verdade, são um produto de um longo e constante processo de mudança, ocorrendo quase diariamente. Isso é passível de percepção, mas apenas após um período mais longo. Então as teias de significados mudam como também os atos que elas suscitam, numa relação dialética e ininterrupta. Essa organização social que sustentou todo um movimento camponês pode ser compreendida culturalmente, uma vez que:

> Pela cultura nos tornamos únicos na nossa forma de ser, pois o homem possui habilidades inatas ou as potencialidades genéricas transformam-se em seu comportamento real, em atuações específicas. O que nós, como seres humanos, temos em comum é o fato de a cultura ter-nos desenvolvido como espécie única, quando vista como um conjunto de mecanismos simbólicos para controle do comportamento, fontes de informação extrassomáticas, a cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um. Tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção à nossas vidas. Os padrões culturais envolvidos não são gerais, mas específicos (...) (Geertz, 1989, p. 37).

Fonseca (2001) diz que o homem é incompleto e inacabado, o ser humano é um animal que se torna “inteiro” por meio da cultura; mais especificamente, por meio de formas altamente particulares de cultura: a brasileira ou a Yanomami. O homem é um animal com uma plasticidade enorme e com extrema dependência do aprendizado oferecido pela cultura, que lhe garanta atingir conceitos, apreender e aplicar sistemas específicos de significado simbólico.

Para Faria (2014), o ser humano depende do aprendizado para tornar-se *homo sapiens.* Essa plasticidade se dá com as novas sinapses desenvolvidas a cada aprendizado. Organicamente falando, nos refazemos em novas formas neurais, quando o fenômeno nos contempla a vida. Por isso, um movimento biológico que inicia nas relações sociais de aprendizado vai para as capacidades de se conhecer e definir conceitos.

O ser humano requer e depende durante bastante tempo de outras pessoas para sobreviver e apropriar-se da cultura na qual nasceu. Logo, além de ter de aprender coisas do ponto de vista intelectual, desde o ponto de vista emocional ele aprende a amar ou a odiar a partir das imagens públicas de sentimento que lhe são oferecidas pela sua cultura: “Para tomar nossas decisões, precisamos saber como nos sentimos a respeito das coisas; para saber como nos sentimos a respeito das coisas precisamos de imagens públicas de sentimentos que apenas

o ritual, o mito e a arte que podem nos fornecer" (Geertz, 1989, p. 59-60 *apud* Faria, 2014, p. 54).

Segundo estes autores, o sistema nervoso humano depende do acesso a estruturas simbólicas públicas para poder construir o seu padrão de atividade autônoma e contínua. O que nos faz acreditar que o pensamento humano é um ato aberto, levado em termos de materiais objetivos da cultura comum e apenas depois um ato privado. Estas estruturas simbólicas públicas permitem ao cérebro humano acessar diferentes sistemas de signos, sistemas estes que constituem a herança de cada cultura e têm de ser dominados – apreendidos, aprendidos e colocados em prática – por cada membro deste grupo específico.

Seja no raciocínio orientado ou na formulação dos sentimentos, os processos mentais do homem ocorrem no banco escolar, no campo de futebol, na feira, no Carnaval, nos programas de televisão, numa brincadeira no riacho e assim por diante. Com relação ao pensamento, Geertz (1989) afirma que entendê-lo como um processo essencialmente privado é ignorar o que as pessoas realmente fazem quando raciocinam.

Ficamos com essa definição de Faria (2014, p. 67): "a cultura humana não é um suplemento do pensamento humano, mas sim seu ingrediente". Isso dá o sabor da vida. Os saberes dos camponeses do vale do Guaporé construíram uma receita que deu certo. Suas culturas os fazem autores de uma arte única que dá cheiro, cor e sabor, que encanta os olhos e contribui na vida de muitas pessoas. Os espaços e as memórias construídas nesse ambiente têm sido base para processos de reconhecimento e de bases fortalecedoras da Educação popular, cujo intuito de aprender e ensinar fica trabalhado na dialogicidade das práxis construídas entre si, e as teias de conhecimentos envolvidas no processo contínuo de construção sociocultural.

Para facilitar a compreensão do mundo nessa perspectiva de pensamento, entende-se que a dimensão social é de extrema importância para entendermos o desenvolvimento do indivíduo. Ele depende dos sistemas de signos em que está inserido. Se quisermos compreender o indivíduo, faz-se necessário compreender, primeiro, as relações sociais nas quais está envolto. De quem podemos dizer que nossos fundadores estavam acompanhados? Estavam acompanhados de grandes processos religiosos ligados a políticas de luta pela terra, exilados retornados, parceiros internacionais ligados a políticas de cunho assistencial, pobres, pessoas denominadas sem terras.

Os padrões culturais também podem ser denominados de sistemas ou complexos de símbolos que possuem um traço genérico: representam fontes fala dos “modelos”, que são exemplificados pela planta de uma casa, a ritualidade de um animal, as formas de se fazer as coisas, mas no campo da inteligência cognitiva do homem, através da linguagem, pode interpretar as situações e assim criar a noção de que o ser humano é um animal que simboliza (Geertz, 1989, *apud* Faria, 2014).

Ainda afirma que essa busca por significados abre uma nova abordagem para a compreensão das relações sociais. Então religião, arte, ideologia e valores podem e devem ser interpretados como atividades simbólicas que buscam facilitar a compreensão do mundo por parte do indivíduo. Essa simbologia desse espaço-tempo, essa construção está clara na narrativa histórica de todos os entrevistados. Eles acompanham cada tempo vivido, atribuindo significações, individuais e coletivas: “participava ativamente mesmo né, na época um e aí começou a discutir o que que era os problemas que era prioridade para a gente ali” (Entrevista com Manoel do Prado, realizada no dia 20/07/2023).

Talvez esta voz do seu Emanuel possa trazer muita esperança para nossas problemáticas atuais, pois muitas pautas daquele tempo hoje constituem as realidades e demandas alcançadas, dentro dos objetivos também alcançados. Isso simboliza a luta que avança, à medida que o sistema, que também cria uma cultura em conformidade sobre o capitalismo. Os sujeitos do campo buscam saídas.

Emanuel é agricultor vindo de Fernandópolis-SP, ligado aos primeiros movimentos de luta pela terra, desde as primeiras associações nos anos 1980. Ele declara-se movido pelos sonhos, de ter uma terra para ele e seus filhos, vindo também em busca de sustento para sua família. Ele e dona Lurdes são membros ativos, envolvidos nos sindicatos e políticas locais.

Interpretar as atividades, o local de participação desenvolvido no CTA, é considerar como categoria de simbologia as manifestações culturais desse grupo de pessoas. Segundo Faria (2014), se os símbolos são táticas para englobar situações, então devemos procurar entender como as pessoas definem as situações pelas quais passam.

Para muitos, o contexto de luta não define o seu pensar, agir e falar. Foram engolidos pelo sistema capitalista. Não possuem mais a capacidade de criar formas de combater as injustiças epistêmicas. As crenças e valores não precisam adquirir um “significado puro”, mas devem ser analisadas como conceitos que buscam explicar e lidar com o material simbólico. Devem ser analisadas em seus contextos psicobiológicos e sociais.

A cultura, ao abordar a condição humana e as grandes questões de vida, de morte e de destino, não o faz de forma oculta, velada. A linguagem simbólica da cultura é pública e, portanto, a cultura também o é. Geertz enfatiza a faceta pública da cultura, já que para este autor ela é um documento de atuação.

Apenas podemos acessar determinado conjunto de signos se estamos imersos em suas teias de significados. Isso acontece tanto em espaços físicos, como em questões de ritualizações nas místicas das rodas de conversa, nas trocas de sementes e experiências, nos debates políticos, no compromisso em lavar o prato após as refeições. Todas essas práxis nos remetem a uma profunda simbologia ligada a questões fortes de ética, filosofia e espiritualidade.

Estas teias se mostram a cada dia mais desenvolvidas. Nos caminhos que fazem, encontram aqueles sujeitos do campo, que chegam às rodas de conversa da agricultura familiar, pautadas nos conceitos da agroecologia; e as estruturas políticas que conseguem pensar as práticas das pessoas de baixa renda, que precisam se unir e criar representações, carregam significações históricas de resistência.

2.4 Participação coletiva na construção do CTA

A participação é uma agente transformadora. Estar ligado a um grupo, dentre as muitas abordagens que a participação possui, realmente dá a conhecer quão variado é a maneira de tomar parte e conquistar novas estruturas de sociedade, para um esperançoso processo de emancipação humana.

Mostramos formas de produção diferenciadas do nosso sistema capitalista. Apesar de estarmos dentro dele, conseguimos produzir e criar ambientes de justiça social. Gonh (2019) cita autores como Almond e Verba (1963), que se destacaram também na Ciência Política aliando a temática da participação com a formação da cultura política de uma sociedade. Robert Dahl (1982), representante também da Ciência Política, retoma o tema da importância da vida associativa por meio das organizações independentes, pois “elas são necessárias para o funcionamento dos próprios processos democráticos, para minimizar a coerção governamental, para a liberdade política e para o bem-estar humano” (Dahl, 1982, p. 1 *apud* Gohn, 2019).

Esses autores tratam a participação em termos de “pluralismo social”, definido como a impossibilidade de que algum grupo social possa dominar os demais por meio do acesso exclusivo aos recursos existentes na sociedade, sejam eles econômicos, sociais ou políticos.

Observa-se, no resgate das concepções acima, que a participação objetiva fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, exclusões, desigualdades, discriminações, etc. O pluralismo é a marca dessa concepção de participação, segundo a qual os partidos políticos não são os únicos atores importantes. Há de se considerar, também, os movimentos sociais e os agentes de organização da participação social, os quais são múltiplos.

> Uma formação social pode ser estudada como uma interação de regiões inculcadas histórica e politicamente, que deixam de verso como entes unicamente naturais e geográficos para recompor como entidades sociais e econômicas dinâmicas que têm uma base espacial comum (Borda, 2002, p. 19A e B).

Uma gama variada de experiências associativas é considerada relevante no processo participativo, como grupos de jovens, de idosos, de moradores de bairros etc. Por isso, tem-se de aliar as análises da Ciência Política com as análises sociológicas para o entendimento da participação. Os entes principais que compõem os processos participativos são vistos como “sujeitos sociais”. Não se trata, portanto, de indivíduos isolados nem de indivíduos membros somente de uma dada classe social.

A participação tem caráter plural em termos de classes, camadas sociais e perfis político-ideológicos. Nos processos que envolvem a participação popular, os indivíduos são considerados como “cidadãos”. Gohn (2019) questiona: “na cena das políticas públicas a principal indagação é: O que tem sido construído em termos da participação dos cidadãos?”. Tudo isso remete ao campo da participação civil, social e política, no âmbito da sociedade e do Estado. Gohn (2019) toma a participação como foco principal de sua análise:

> a participação é parte integrante da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas. Sua ação é relacional; ela é construção da/na transformação social. As práticas participativas e suas bases sociais evoluem, variando de acordo com os contextos sociais, históricos e geográficos (Milani, 2008, p. 560 *apud* Gohn, 2019, p. 62).

A participação se articula, nessa concepção, com o tema da cidadania, envolvendo também lutas pela divisão das responsabilidades dentro de um governo. Essas lutas possuem várias frentes, como a constituição de uma linguagem democrática não excludente nos

espaços participativos criados ou existentes, o acesso dos cidadãos a todo tipo de informação que lhes diga respeito e o estímulo à criação e ao desenvolvimento de meios democráticos.

Podem-se sistematizar dez abordagens explicativas sobre o tema da participação política dos cidadãos. Normalmente, essa identificação se dá na vivência comunitária. Então, na história e construção diária de identidade, nossa organização faz referência a várias delas. Aqui vamos citar a abordagem número um, que é a escolha racional, e a proximidade dos centros de poder e da posição social dos indivíduos na sociedade.

O exercício de autogerir grupos leva à necessidade de envolvimento e engajamento, sempre buscando formas para manter o empreendimento, com o intuito de se adequar a um novo sistema de trabalho e a uma sonhada filosofia solidária. Há sempre a busca de novas visões para que nas suas práticas trilhem, às vezes, caminhos diferentes por exigências e posturas de participação preestabelecidas.

Com uma formação marxista dialética, em sua maioria, as pessoas se envolvem em organizações sociais. Segundo Landim (1998), o “mito de origem” do nascimento das ONGs remonta a 1972, durante uma reunião de cinco dias em um convento da Igreja Católica, apoiada por uma agência internacional. Eram membros ligados por causas do meio em torno de interesses comuns:

> traços importantes são a igreja a presença internacional e a importância das ligações interpessoais. Trata-se essencialmente de pessoas ligadas à teologia da libertação que fazem parte do movimento de educação de base. A partir do encontro em 1972, esse grupo começou organizar pouco a pouco. Desenvolveu-se um saber prático de convivência com grupos dominados em contextos mediados por projetos de intervenção social. Foi o nascimento de um Novo tipo de intelectual comprometido. Depois nos anos 80, acrescentaram-se os que voltavam do exílio com novas ideias, o termo ONG, estressa, então, uma conjugação de dinâmicas locais e internacionais. São reconhecidas como o principal ator de um setor de atividade, o “Terceiro Setor” (Buclet; Leroy. 2002, p. 185-186).

As Organizações Não Governamentais (ONGs) se fortaleceram junto aos movimentos e são manifestações fenomenológicas, ricas fontes de dimensões de conhecimento. No caso dos movimentos que formam uma rede com as questões da luta pela terra, podem ser caracterizados por uma temporalidade e territorialidade chamada CTA. Marleba (2022) afirma que um dos membros da FASE citado numa entrevista, com Vilmom, foi Jean Pierre Leroy, filósofo, socioambientalista e educador popular. Ele compreendeu os marcos e possibilidades de ação postos pela conjuntura. Sempre apostando na atuação

coletiva, Leroy passou a incidir criticamente sobre a questão ambiental. “O meio ambiente é cultural e histórico”.

Nessa perspectiva, se trata de um resultado de contínua resistência iniciada pela participação coletiva. Assim embasados nessa questão histórico-dialética, Zart (2012) afirma que o fluxo é horizontal e não verticalizado e hierarquizado. Preza-se pela participação, concebendo-a, como afirma Santos (2004), como processo de aprendizagem.

Pensando como Zart (2012), propomos compreender o protagonismo social como um processo politizador. Uma atitude pedagógica que exercita a cidadania. É exigente no sentido da busca constante de respostas às questões que são problematizadas. Neste caso e contexto social, as condições sociais, econômicas e educacionais eram quase todas precárias. Muitos relataram na entrevista muitas dificuldades e violências enfrentadas nos inícios:

> O problema que é evidenciado é resultante das necessidades que o coletivo expressa e neste são construídas as proposições que devem corresponder aos anseios e à vontade da coletividade. Neste sentido, avalio com Morin (1996), o processo social e educacional terá pertinência, isto é, terá radicalidade e concreticidade quando vivenciada pelo grupo social (Zart, 2012, p. 367).

Ao considerar os grandes campos teóricos e científicos que assumem papéis importantes no entendimento sobre a mobilização humana em fazer parte ou aderir a um grupo, podemos aprimorar nosso entendimento com Gohn (2019). A autora afirma que a participação é a agente ativa no combate à desigualdade social, de modo que a Ciência Política fez da participação, desde os anos de 1960, um tema clássico. E assim, estar presente em espaços de trabalho, religiosos e outros, dá à pessoa o ato de agir conforme a ideologia ou o consenso de ideais, logicamente entendendo a diversidade como um ganho e acessório de desenvolvimento humano:

> Melucci conceitua a identidade coletiva como “uma definição interativa e compartilha-da produzida por um número de indivíduos (ou grupos em um nível mais complexo) preocupados com a orientação de suas ações em um campo de oportunidades e restrições nas quais a ação toma lugar” (Melucci, 1996, p. 70). Portanto, a identidade é relacional e construída, no tempo e no espaço. Ela representa a identificação dos “nós” e do “outro”, e, dentro de um conflito social, permite se autoidentificar e identificar o inimigo. Nesse sentido, ele retoma conceituação de Touraine sobre os movimentos sociais, constituindo uma abordagem que teve ampla repercussão na América Latina, especialmente no Brasil, na década de 1980, quando emergem, na cena pública, inúmeros novos movimentos sociais. Esses movimentos pautarão questões de gênero, raça, idade etc., ou seja, as desigualdades serão questionadas mais do ponto de vista das diferenciações e discriminações sociais e menos sob o aspecto socioeconômico (Gohn, 2019, p. 70).

Estes movimentos de sociais foram suporte para o fortalecimento das classes trabalhadoras, os pontos de identificação até hoje desenvolvidos como apoio para o crescimento e desenvolvimento dos grupos de minorias que representam a classe trabalhadora. Esses movimentos organizados foram a base de muitas conquistas no processo de formação pedagógica do CTA. O próprio interesse pela luta dos camponeses da região veio através desse movimento que a Igreja Católica, ligada a organizações, mantinha planejamento de apoio a comunidades carentes.

Malerba (2022) relata que pessoas como Jean Pierre Leroy, conforme relatos do dia a dia de desenvolvimento de atividades desses grupos, aprenderam a compreender os diferentes significados que os recursos ambientais têm e entender o sentido das lutas ambientais empreendidas por sujeitos que sistematicamente se veem privados dos bens naturais de que dependem para viver.

Temos nessas falas também a certeza de que essas lutas não dizem respeito apenas a quem as protagoniza, mas são centrais para a conservação ambiental e para o fortalecimento da democracia. E conflitos da região, o grande caos social e, ao mesmo tempo, uma certa organização de camponeses, foram o cenário da mobilização desse grupo, ligado à FASE, vir para nossa região:

> Ajudaríamos os camponeses a se organizarem através da pastoral rural, para não atrair muita atenção das autoridades, e consolidaríamos nossa retaguarda. Ranulfo tinha ouvido dizer que alguns bispos ligados ao campesinato e à teologia da libertação estavam convocando (discretamente) uma reunião em Goiânia, com a ideia de criar uma nova organização vinculada à Conferência dos Bispos: a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Sua tarefa seria ajudar o campesinato a defender seus direitos à terra. Note-se que a maioria, especialmente na região norte, era considerada, na melhor das hipóteses, posseiros, ocupantes de terra, mas sem direitos legais. A maior parte dessa terra não pertencia a ninguém; eram, em princípio, terras públicas, o Estado nunca as tinha registrado, permitindo aos cartórios todos os truques sujos para que alguém com um mínimo de poder político, econômico, ou detentor do poder das armas, se apropriarem delas (Acselrad; Malerba; Tur, 2022, p. 50).

Para Pizzorno (1971, p. 21), “a participação política é uma ação em solidariedade para com o outro, no âmbito de um estado ou de uma classe, em vista a conservar ou modificar a estrutura do sistema de interesses dominante”. Apresenta um trabalho de multidisciplinaridade, complexo, pois os efeitos são muito variáveis, muitas dimensões das participações na sua prática e teoria, pois as habilidades humanas estão em constante transferência e transformação.

Vemos isso na atual conjuntura da organização do CTA. Agricultores desenvolvem seus anseios profissionais, mas também serão provocados a tentar comercializar alguns produtos que já fabricam para uma renda extra em suas famílias. Essa diversidade de formas de trabalho provavelmente também trará ao coletivo novas expectativas de vida e também novas visões de si mesmos e do ambiente a que estão socialmente e burocraticamente ligados.

O Dicionário de Política, organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1991), reconhece uma gama variada de atividades – do voto às reuniões de apoio a candidatos políticos – que são designadas como "participação política". Entretanto, alerta-se que o substantivo e o adjetivo que compõem a expressão participação política se prestam a interpretações diversas.

E, nesse alerta, encontramos certo entendimento sobre o que é participação quando se afirmar que "o termo participação se acomoda também a diferentes interpretações, já que se pode participar, ou tomar parte em alguma coisa, de modo bem diferente, desde a condição de simples espectador mais ou menos marginal à de protagonista de destaque" (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1991, p. 888).

Seu Emanoel, agricultor, sócio fundador do CTA, tem como marco histórico esse momento de enraizamento, quanto sentido nessa frase inicial: "o início e a participação minha em relação ao CTA, eu sou Emanoel Batista do Prado sou nascido no Estado de São Paulo. Aí vim pro Mato Grosso em [19]76, jovem ainda solteiro. Aí eu vim aqui para a Glória do Oeste, saí de São Paulo jovem com 19 anos com um sonho de ter uma terra para mim". Ele utiliza o verbo, de ação, que o identifica, que o localiza socialmente neste coletivo, antes mesmo dos seus dados pessoais. Isso nos faz compreender o quão complexa é essa interação que passa a ser materializada e subjetivizada em sua dimensão sociopolítica na vida do sujeito.

Decidir e escolher estar de fato vivenciando uma nova cultura de participação e ação social exige do cidadão um posicionamento no qual sua atuação venha a ser direta e consciente da importância do entendimento quanto às leis, que devem amparar e fortalecer as novas estruturas. Partindo de questões educacionais, políticas e tantas outras maneiras de compreensão histórica do ato participativo, nesse cenário, já conseguimos ver novos horizontes com mais pessoas buscando a solidariedade e vivenciando a justiça em seus próprios contextos; alargando para o meio ambiente, são constituídas novas formas de compreender o que é essencial: saúde, paz e respeito. Enfim, os valores que tornam a vida mais significativa.

Enrique Dussel, filósofo argentino, discute a participação em sua obra “Participação e Libertação” em “20 Teses de Política” (2006), enfatizando: 1. Participação direta: decisões tomadas pelos próprios afetados; 2. Participação indireta: representação por meio de delegados; 3. Participação popular: envolvimento da comunidade em processos decisórios.

Dussel acredita que um dos primeiros impedimentos para a participação e a exclusão social ocorre quando a pessoa é totalmente incapaz de exercer seus direitos e fica à margem, longe de apoio e convive com necessidades humanas. Nessas abordagens, temos como exemplo: excluídos socialmente por questões econômicas que, fora do padrão de mercado, não conseguem arrumar trabalho; crianças ou adultos com laudos psiquiátricos ou neurológicos, isso os impedem muitas vezes de participar de grupos ou de organizações em favor de uma melhoria em suas vidas, muitas vezes sem realmente condições psicológicas para se organizar.

Outro ponto é a dominação econômica. O sistema de produção capitalista consegue pelos seus mecanismos minar as forças subjetivas do pensamento, dando um caráter de autoritarismo que impossibilita a adesão e a participação de serem prática mais comum, principalmente nas organizações sociais. Dussel destaca a importância da participação para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

> Participação não é apenas um direito, mas uma condição necessária para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A participação é o exercício da liberdade e da autonomia dos povos, que permite superar as estruturas de dominação e opressão, e construir uma sociedade baseada na justiça, na igualdade e na solidariedade. A participação é o meio pelo qual os povos podem exercer seu poder e tomar decisões que afetam suas vidas e comunidades (Dussel, 2006, p. 145-146).

Esses conceitos de compreensão dos saberes participativos que geram apropriações materiais ou econômicas são parte de uma sociologia interpretativa do jogo de poder das distinções econômicas e culturais de uma sociedade hierarquizadas:

> Assim, os bens culturais podem ser objeto de uma apropriação material, que pressupõe o capital econômico, e de uma apropriação simbólica, que pressupõe o capital cultural. Por consequência, o proprietário dos instrumentos de produção deve encontrar meios para se apropriar ou do capital incorporado que é a condição da apropriação específica, ou dos serviços dos detentores desse capital (Bourdieu, 1987, p. 85).

Neste contexto, Bourdieu (1987) faz referência a campos, no domínio da Sociologia, associando-os ao que se nomeia comumente classes sociais; porém, com a intenção de ampliar e avançar esse conceito de Karl Marx e leituras sociais dominantes. De acordo com o

autor, as classes sociais são classes lógicas determinadas teoricamente pela determinação de um conjunto de agentes que ocupam a mesma posição no espaço social.

Será que estaríamos prontos para instaurar novos modelos participativos, com características interculturais, pois cada agente dessa experiência, conforme as entrevistas, esteve envolvido em muitas teias de espaços – igrejas, comunidades, assentamentos, escolas, associações – para depois finalmente resolver fazer parte dela. Como diz Manoel do Prado, narrando de forma a nos trazer uma compreensão sobre a participação ativa dessas formações iniciais que fundaram e trouxeram um poder simbólico a essa organização:

> tinha umas 4 associações. A gente fazia parte do movimento, e aí dentro das discussões do movimento surgiu a proposta da gente fazer, e ter um lugar para aquele movimento certo onde surgiu o CTA. Aí foi um projeto também acho que pela MISERE, que apoiou e comprou a área do CTA e lá a gente assim pelo menos eu, como participantes do movimento, sonhava né sim, sonhava que ia ser um lugar aqui que a gente ia conseguir reunir lá 1000 trabalhadores e reunir para discutir os problemas da classe da categoria e fazer um movimento e aí também para trabalhar outra questão da produção né, é a produção mais voltada para assim por exemplo, sem usar muito fogo assim é que o do de agrotóxico não é que é agroecologia hoje está sendo, está em vigência hoje, e aí a gente via tanta questão a questão social e que era melhorar a situação de renda das famílias com a diversificação da produção aonde apareceu cupuaçu na região né eu acho que o CTA foi um dos pioneiros (Entrevista com Manoel do Prado, realizada no dia 20/07/2023).

Essa identidade tão diversificada nas filosofias e nas pedagogias deu ao dia a dia dos projetos e programações nas organizações sociais importantes dados estatísticos de desenvolvimento regional. Dessas experiências de ações aqui no vale do Guaporé e em todo o oeste do Estado de Mato Grosso, podemos dizer que existe uma grande chance de levar as relações políticas formas de adaptação e verdadeira compressão histórica do papel da educação popular e da agroecologia na vida das pessoas.

Todos que têm acesso aos movimentos e organizações sociais devem se abrir às experiências de explorar os saberes comuns perdidos, reforçando as práticas culturais que são seus patrimônios, que estão presentes na sua história, e serão suas formas de poder e emancipação.

Ocupar as mesmas posições no campo da participação e falando de um bem cultural que é o que o CTA permite produzir nesse espaço de interações. “O patrimônio cultural não é apenas um conjunto de bens materiais ou imateriais, mas também um processo de construção coletiva, que envolve a participação ativa da comunidade na sua preservação e valorização” (Freire, 1992, p. 123).

Paulo Freire diz que há um momento em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, nas práxis, com a sua transformação. Isso acontece no seio do espaço simbólico dos movimentos sociais; no segundo em que é transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (Freire, 2013, p. 57).

A educação dialógica, problematizadora deveria ser "a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada" (Freire, 2013, p. 116). Seria preciso acreditar no povo, aprendendo com as bases populares por meio da troca de conhecimentos, processo pelo qual se daria um aprendizado sério e autêntico para as pessoas que delas fazem parte.

As ações populares são capazes de transformar estruturas. O engajamento social é um poder importante que pode ser canal de mudança para muitas leis. Diante das maneiras de lidar com crises, em nosso país, há muitos enfrentamentos de causas humanitárias, que ajudam as minorias a conquistarem direitos a elas negados. Hoje, o debate da inclusão tem tomado conta de muitos espaços jurídicos e de políticas públicas, através de movimentos de mães, de cidadãos que resolvem exercer seus papéis sociais.

Esses modelos políticos de pensar as leis e a tecnologia para promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável vêm se fortalecendo desde mudanças de governo. A partir dos anos 1990, essa discussão passa a ser reslmente compreendida pela capacidade que a participação e o pertencimento têm em construir o pensar, dismistificando o poder simbólico da compreensão do ser e do fazer campones. Sendo assim, podemos a princípio contemplar a contadição em compreender o espaço onde se faz essa conexão com as formas de compreender-se a partir das formas de outras das relações comunitárias:

> o modelo de desenvolvimento proposto pelos camponeses considera todas as especificidades do campo. Suas políticas caminham na perspectiva de construção de um desenvolvimento territorial rural inclusivo, sustentável e com respeito à diversidade sociocultural, compreendendo, com isso, que a economia e a tecnologia devem estar a serviço do atendimento das necessidades humanas, e não do capital. E, mais, o território camponês apresenta características ambientais, econômicas, sociais, culturais e políticas que lhe dão identidade e uso próprios. Nele as pessoas criam diversas alternativas econômicas, proporcionando uma saída às pressões do capital globalizado. Logo, esse território compõe a complexidade do desenvolvimento territorial sustentável, que se materializa no fortalecimento do campesinato (Fabrini, 2002, p. 16.).

A primeira e grande ação que permite todo o complexo de desenvolvimento do campesinato acontecer é a apropriação desses modelos políticos alternativos: a participação e

a livre adesão ao sistema de agrupamento comunitário. Esse agrupamento de pessoas que desempenham um papel mais operacional das atividades internacionalizadas dá à organização social um poder. E ele, por sua vez, capacita e desloca os sujeitos para possíveis lugares de empoderamento social, fortalecendo seu desempenho linguístico, sociocultural, o emancipando dentro de sua categoria de conhecimentos. Isso até pode ser algo substancial e superficial, do ponto de vista científico, mas dá a esse indivíduo um senso de pertencimento importante para sua sobrevivência no sistema de trabalho, na sua comunidade e nos ambientes que exigem o mínimo de interação social. Para Zart:

> Ao apontar a coletividade como finalidade, a proposição de cooperação ocorre em termos da afirmação de uma consciência organizativa politizadora, identificada com a solidariedade e a construção de uma forma de pensar e de ser que vai de uma consciência que se reduz ao individual, ou mais fortemente, individualista, para uma esfera de existência que se constrói nas relações que atendam às necessidades e as perspectivas da coletividade (Zart, 2012, p. 325).

A perspectiva da coletividade está ligada diretamente à ação participativa. Gohn (2019) afirma que "participação" é, a um tempo só, categoria nativa da prática política de atores sociais, categoria teórica da teoria democrática com pesos variáveis segundo as vertentes teóricas e os autores, e procedimento institucionalizado com funções delimitadas por leis e disposições regimentais (Lavalle, 2011, p. 33).

Isso nos faz compreender como se dão os processos de definições para o desenvolvimento dessa multidimensionalidade. Sabemos que dependendo da perspectiva, pode ocorrer a partir de diversos autores representativos de vários paradigmas e correntes teóricas, que podem analisar a luta de segmentos da sociedade para resolver seus problemas materiais, lutas econômicas, simbólicos e/ou culturais (lutas contra discriminações) e outras.

Também para o entendimento desse conceito de participação, a fim de dar subsídios no desenrolar dos acontecimentos participativos, sociopolíticos e culturais no Brasil, nas últimas décadas, o fator de ideologias políticas tem sido um trabalho bem elaborado. Partidos e grupos de interesses têm se mobilizado nessas articulações. A compreensão desses processos é importante para propor novas agendas, construídas a partir dessas correntes sociopolíticas ligadas a movimentos de resistência.

3 EDUCAÇÃO POPULAR E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO ASSOCIADO

A produção social de conhecimento acontece de formas e sistemas diferentes. Ela se constrói através de códigos e métodos. Nessa linha de comunicação, ou seja, na interação dialógica, da cultura popular ao conjunto de particularidades características de uma sociedade, de uma comunidade e de uma pessoa, são conhecidas como saberes populares.

Para buscar fundamentações para os diferentes pensamentos, é preciso descolonizar o nosso imaginário, pois sempre corremos o risco de reproduzir um pensamento ou comportamento estranhado. Fomos educados de uma forma colonizadora, que nos ensinou conforme moldes de interesses de criar uma história deturpada sobre nós mesmos. Como vamos lidar com isso, que pode alienar nossas mentes e anular nossa cultura? Somente pelas relações e pela construção de conhecimentos podemos nos responsabilizar e nos reconhecer, pela maneira em que vamos enfrentando violências raciais, culturais e econômicas.

Também vamos nos fragilizando socialmente. Por isso, Manuel de Barros (2004) fala do olhar de peixe, de totalidade, conhecimento e percepção que transcende a lógica, conectando o ser ao universo de uma maneira mais profunda; uma forma de sugerir uma maneira mais pura e mais sensível de ver o mundo, tal como pensar a produção de conhecimento e entender a epistemologia da educação.

Como as memórias vão sendo construídas no processo educativo, dos rituais, compreender a preparação para sua aplicação tem a ver com o que envolve a preparação dos currículos, da aplicabilidade das leis. E tudo isso não pode ser compreendido com uma visão determinista, muito menos um pensamento fixo é necessário olhar os detalhes que estão à volta, da realidade de quem se ensina e quem se aprende.

Os legados que a agroecologia promove são trabalhados pelas práticas pedagógicas da decolonialidade, numa perspectiva crítica, pois os métodos são sempre construídos dentro dos valores sócio-históricos, das lutas por terra, e por condições para organizar a economia da família. Daí vem segundo João Ivo: “chamávamos pequenos agricultores hoje é a agricultura familiar”. Porém, qual a força dessa organização nos governos estaduais e nacionais? Creio que vimos essa força ser disseminada por um conjunto de confusões políticas nos últimos anos, mas com certeza essa resistência esteve presente nas muitas formas de contribuição social que é produzir alimento com agregação de valores.

João Ivo Puhl possui uma vida de compromisso com a Educação Popular e os movimentos sociais. Nascido em 25 de maio de 1953, na cidade de Santo Cristo-RS, localizada na fronteira com a Argentina, João Ivo é o retrato de uma trajetória moldada por valores familiares, trabalho árduo e um profundo senso de comunidade. Filho de agricultores e um dos onze irmãos, desde muito jovem esteve imerso nas práticas da vida camponesa, cuidando de gado, porcos e galinhas; e, a partir dos anos 1970, auxiliando no cultivo de soja, mandioca, batata e uma ampla variedade de hortaliças. As inovações tecnológicas da época, como o uso de máquinas agrícolas, marcaram essa fase de sua vida, conectando o trabalho da terra com os avanços modernos.

Ainda jovem, João Ivo iniciou um novo capítulo em sua jornada ao ingressar no Seminário, que lhe proporcionou experiências missionárias e contato com comunidades culturalmente diversas. Essa vivência, somada ao seu espírito questionador, levou-o a uma vida de comprometimento com a Educação Popular e com os movimentos sociais. Na década de 1980, mudou-se para a região do Vale do Guaporé, no Estado de Mato Grosso. Seu irmão, Vicente Puhl, já atuava em Vila Bela da Santíssima Trindade como articulador em prol das causas sociais.

João Ivo, ao longo de sua trajetória, assumiu um papel participativo importante na consolidação do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA), do qual é sócio-fundador. Além disso, posteriormente como professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), trouxe uma combinação singular de conhecimento acadêmico e vivências práticas para suas iniciativas educacionais, contribuindo com produções sociais de conhecimentos voltados para as necessidades humanas.

Sua abordagem une teoria e prática, sempre buscando o fortalecimento das comunidades locais através do engajamento popular. A pesquisa e a produção intelectual de João Ivo têm raízes profundas em sua história de vida. Ele contribuiu significativamente para projetos voltados à educação popular, como a FASE, articulando suas experiências e perspectivas para promover a justiça social e a inclusão. Sua presença no Vale do Guaporé, um marco em sua caminhada, exemplifica o poder transformador de alguém que viveu, aprendeu e lutou ao lado daqueles por quem sempre se dedicou.

Colocamo-nos além da substancialidade de conceituar a educação, como uma educação tradicional ou institucional marcada pela colonialidade. Refletimos sobre as formas

de demarcarmos um campo político, de resistência e de luta, contra as antinomias que perpassam o sistema educacional. Demonstraremos como é construído o conceito de educação nas experiências populares, conforme uma postura assumidamente em defesa da ética humana com vistas à igualdade e à justiça social.

Para compreender o contexto em que está inserida historicamente a Educação Popular, é necessária uma reflexão sobre o reconhecimento de uma postura da interpretação do conceito de educação. Conforme Brandão (2006), educação popular é, em si mesma, um movimento de trabalho pedagógico que se dirige ao povo como uma forma de conscientização. Ela se torna como um saber legítimo da comunidade.

As relações geradas com e dentro da organização social que os camponeses e sua rede de apoio construíram levam a compreender os critérios e exemplos da construção de conhecimentos e saberes em comunidade. Todos ensinavam e aprendiam, havendo destaque educativo na inter-relação por olhares, toques, saberes e sabores. Diferentes manifestações sensitivas estabeleciam/estabelecem relações de ensino e aprendizagem mútuas.

Mas com o desenvolvimento de uma cultura individualista por causa das condições materiais alavancadas pelo capitalismo, houve uma desconsideração desse processo socioeducativo de relações sociais entre as comunidades humanas. Os atuais moldes e parâmetros educacionais do sistema capitalista acabam por deslegitimar não só a partilha dos saberes da comunidade como igualmente a educação popular, que tem suas bases nos modos de convivência populares.

Temos como consenso linguístico coisas comuns e estruturais, que revelam os sentidos, das palavras que se materializam e se consolidam como verdades. Uma delas é o sentido da palavra popular tirado do dicionário. A infeliz concepção que, de certa maneira, ofende a identidade social da educação popular, enquanto rede de significados enraizados no poder do capital. Encontramos no Dicionário de consulta virtual o conceito de popular: “realizado ou construído por pessoas com pouca ou nenhuma instrução” (Popular, 2024).

Cabe aqui uma discussão quanto ao poder de dominação do campo linguístico. O mesmo acontece com palavras como tecnologia e muitas outras que são manipuladas para a constante alienação capital, valorizando um conhecimento mercadológico, que constantemente se reconfigura para o processo de avanço do sistema de dominação.

A educação está ligada às relações sociais humanas e à educação popular e à possibilidade de uma educação que atendesse aos anseios da classe popular. Foi quando se

retratou em nosso país a instauração do regime democrático depois do fim da ditadura militar (1964-1985).

Essa transição oportunizou a educação escolar como um direito de todos os cidadãos, sendo um dos princípios básicos da sociedade democrática, ou seja, a participação de todos os brasileiros como condição fundamental. Como referência, é necessário destacarmos, uma vez mais, Paulo Freire que, durante cinco décadas, foi protagonista na (re)criação da Educação Popular, desde o Movimento de Cultura Popular no Estado do Recife, na década de 1950, até as experiências com as redes de escolas, datadas a partir de 1980. Nas obras lidas do educador, estão vinculadas as condições da classe social com o campo educativo. Na concepção de Freire (2014), não há dissociabilidade entre esses dois fatores da existência humana, pois são complementares.

Freire atuou em frentes de resistência aos sistemas políticos, esteve nos movimentos sociais, dentro e fora no Brasil. Por isso, interpretou a educação popular por muitos ângulos. Enfrentou e denunciou uma educação bancária e elitizada, para uma transição democrática, denunciando uma ciência ideologicamente burguesa, com uma concepção de classe bem definida, para o domínio do povo pobre constantemente oprimido nas suas vivências educacionais e humanas.

Essa trajetória deu a ele uma gama de criações metodológicas e filosóficas, baseadas na interpretação de dados e pesquisas, experiências e vivências em contextos educativos, círculos de cultura, atuação política. Um olhar que partiu de uma intimidade com a classe trabalhadora.

Pesquisar o que é educação popular e como ela se manifesta é sim também manter uma resistência, por causas sociais e políticas de pessoas em suas maiorias subalternizadas. As pessoas sem o poder do capital e desacreditadas pelos poderes financeiros. Porém, dentro desse pensamento, onde o conhecimento e a cultura estão presentes, ocorrem brechas importantes. Quando a classe trabalhadora se une, quando camponeses se mobilizam e se organizam, criam um tipo de poder diferente que se manifesta como práxis libertadora e capaz de emancipar as pessoas, dando a elas as melhores e mais conscientes condições de vida.

Essa pesquisa se baseou nas propostas de uma visão crítica, nos conceitos de autores como Freire e Brandão. Uma perspectiva de pensamento que constrói uma compressão dentro das práxis, nas possibilidades e visões do materialismo histórico-dialético e dialógico. Na compreensão desse processo de construção da educação, observamos, descrevemos e

interpretamos a constituição do pensar a educação enquanto construção e compreensão dos conhecimentos humanos.

Na formação educacional formal escolar, pode prevalecer aquele pensamento científico positivista que, diferente da educação popular, vê o sujeito que ensina e aprende como neutro, seriado por classificação comum, no qual a cultura e as características sociais são desconhecidas e desprezadas. Portanto, o termo “olhar sensível” proposto por Adorno (1970) destaca uma forma de olhar que busca perceber a complexidade das experiências humanas, especialmente no que diz respeito às vivências das pessoas em situações de desigualdade social e marginalização. O “olhar sensível” é uma maneira de olhar para as realidades sociais com empatia, atenção às nuances e um entendimento das condições sociais que moldam os comportamentos e as interações das pessoas.

Esse conceito também pode ser relacionado a uma crítica ao olhar tradicional, mais distante e objetivo, pode perder de vista a subjetividade e as múltiplas dimensões da experiência humana. Em um “olhar sensível”, a ênfase está na escuta ativa, no reconhecimento das diferenças e na valorização da singularidade das experiências individuais dentro de contextos sociais mais amplos. O termo foi usado indiretamente por Freire, e sua abordagem pedagógica e ética está profundamente enraizada nessa ideia de uma visão empática e transformadora do outro.

A questão da constituição do sujeito, suas características e participação nessa subjetividade da linguagem se firma na afirmação que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e poderes que eles trazem consigo” (Foucault, 2002, p. 44).

Sendo assim, a educação popular, totalmente contraditória ao sistema disciplinar, desconstrói os padrões engessados e reorganiza as filas em círculos, onde as pessoas todas podem se ver, se ver como iguais, e não inferiores uns aos outros, nos padrões meritocráticos. Neste sentido, a educação popular se constitui na análise e na crítica dos preceitos, dos pressupostos teóricos e das práticas sociais orientativos das atitudes e das opções das pessoas e dos grupos sociais.

> A crítica da ideologia é a crítica do olhar comum, da visão unilateral, parcial, que não vê as relações entre os fenômenos e as múltiplas dimensões das experiências humanas, reduzindo-as a uma única explicação ou a um único ponto de vista. A crítica é, antes de tudo, um exercício de ampliação do olhar, da capacidade de ver o que está escondido nas aparências nas interpretações reducionistas (Chauí, 1995, p. 30).

A educação popular não pode ser reducionista e nem essencialista. Ela precisa transitar em muitos campos do conhecimento e manter sua organização alternativa baseada em categorias e critérios desenvolvidas a partir dos contextos que ela está inserida, quanto à sua aplicabilidade dentro dos currículos escolares ou não escolares.

Precisamos de diálogos através de posicionamentos diferentes, às dimensões que ela se insere, apontando os resultados socioeconômicos e culturais, no fortalecimento da comunidade e na participação dos sujeitos envolvidos.

A educação popular dentro do ambiente associativo promove o encontro dialético entre o trabalho e a educação, no sentido de projetar o desenvolvimento sociocultural dentro das práxis solidárias. Esta relação cria a possibilidade da formação intelectual dos trabalhadores para o autodesenvolvimento da organização econômica solidária, da efetividade da autogestão.

Dentro de uma perspectiva de uma educação, propõe:

> em primeiro lugar, seria necessário descartar nosso complexo de inferioridade, sem necessariamente ser chauvinista e sem negar o desenvolvimento geral das ciências em outros contextos. Em segundo lugar, seria preciso criar grupos de referência dentro do nosso próprio meio, de modo que pudéssemos falar mais entre nós e para nós. O terceiro aspecto seria trabalhar arduamente com nossos materiais e sobre nossas realidades, tratando de articular nossas respostas com fórmulas, conceitos rigidez disciplinar da ciência moderna (Da Mota; Streck, 2019, p. 14).

Essa educação popular decolonial, em Paulo Freire e Fals Borda, reconhece o permanente diálogo entre conhecimento acadêmico e saberes do cotidiano, quanto o diálogo entre disciplinas distintas.

Caminhamos para o que Fals Borda afirma: “convergências disciplinares” na pesquisa ação quando sociólogos, antropólogos, teólogos, artistas e outros profissionais se encontravam para nomear e transformar o mundo junto com os campesinos (Fals Borda, 2010, p. 360 *apud* Da Mota; Streck, 2019, p. 14).

Boaventura aborda a questão da monocultora do saber. A consequência direta disso é que qualquer conhecimento que não esteja conforme com os cânones da ciência moderna e da alta cultura não são considerados válidos, sendo relegados ao campo do curioso, do folclórico, das lendas, assumindo a forma de ignorâncias. O autor propõe uma ecologia dos saberes, das temporalidades, do reconhecimento, das trans-escalas e da produtividade.

A educação intercultural propõe ao sistema de ensino não olhar uma cultura sobre a outra, precisa ter condições democráticas, de respeito ao olhar e sentir humano. Quando olhamos para o outro e nos vemos também nele, conseguimos aceitar as diferenças. Daí as possibilidades de compreensão de que as culturas mudam, porque geram novos aprendizados, estes sempre de compreensão, das diferenças das multiculturas, para daí conseguir evoluir para outros processos:

> Pero, y aún más central, es el interés de poner en escena –pensando desde y con las luchas arriba señaladas- una perspectiva crítica de la interculturalidad, la que se encuentra enlazada con una pedagogía y praxis orientadas al cuestionamiento, transformación, intervención, acción y creación de condiciones radicalmente distintas de sociedad, humanidad, conocimiento y vida; es decir, proyectos de interculturalidad, pedagogía y praxis que encaminan hacia la decolonialidad (Walsh, 2012, p. 2).

Ampliamos nossas visões de mundo, quem somos, quais são as experiências irrepetíveis e únicas, efetivamente comprometidas com as compreensões dos modelos de aprendizagem, dentro da educação, etnocêntrico, sociocêntrico, que precisam ser perceptíveis, aos encontros, onde a estrutura educacional vem até a comunidade.

As pedagogias da práxis interculturais, segundo Freury (2003), são para além da polissemia terminológica. E existem muitas propostas interculturais em diferentes contextos locais. A riqueza se encontra justamente na multiplicidade de perspectivas que interagem, e não podem ser reduzidas por um único código ou esquema a ser proposto como modelo intransferível universalmente.

Nos conceitos locais de educação formativa do CTA, o conceito de *intervención*, proposto por Walsh (2012), conseguiu integras os saberes dentro das propostas de educação popular formativa, impulsionando processos de esperança, de encontros e enfrentamentos propostos nas dinâmicas, conduzindo o povo participante para uma expansão cultural também de reconhecimento e representação.

Acrescento aqui a fala de Dona Mercedes, 83 anos, agricultora, paulista, ativa nas lutas da agricultura familiar. Ela está firme na produção de polpas de frutas e atividades de quintais produtivos. Ela é da prática, do trabalho comprometido, de palavras firmes, conversa. Ela disse: “quando o seu pai chegava das reuniões do CTA, chegava todo feliz, com a mente e a cabeça aberta, com vontade de ir para a frente, a gente olhava aqueles pastos ruins, um deserto, quase nada plantado, uma dificuldade danada, mas não desistimos” (Mercedes, entrevista, 29 de abril de 2023).

No Centro de Tecnologia Alternativa (CTA), o conhecimento é construído nas relações educativas, econômicas, ambientais e solidárias. São evidenciados as relações constituintes, a formação intelectual e o trabalho.

Ao conceberem-se processos geradores da autonomia dos trabalhadores, há uma correspondente necessidade educacional para a geração de capacidades intelectuais para a organização do trabalho associado. “Apenas a mais ampla das concepções de educação pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital” (Mészáros 2005, p. 48).

Compreendendo a solidariedade como critério filosófico das práticas e princípios dessa educação popular que se desenvolveu em um ambiente não institucional. Consolidou-se nas vivências subalternas dos camponeses, pobres e militantes da luta pela terra. Isso ressignifica o sentido de educação. Ela passa a ser política, engajada, técnica, cultural, social e científica na sua atuação constante nas comunidades camponesas locais, territórios indígenas, quilombolas e em comunidades tradicionais.

Onde alcança as forças de organização, lá está a assistência tecnológica, a realização de projetos e alternativas para que o trabalho e a educação sejam justos e os atores possam ser evidenciados nessa relação dialógica do conhecimento.

Os movimentos populares nasceram da discussão de uma educação que atendesse, efetivamente, as necessidades do povo, que ampliasse a relação entre Estado, sociedade e educação com a classe popular. Tivemos o reconhecimento de que há uma educação com elementos que o povo cria, com a justificativa de que, para haver uma transformação popular e social, é necessário que o povo elabore o seu próprio saber. Então eles, os camponeses, a classe trabalhadora, pensaram as práticas: como fariam para que isso fosse possível, como iam inventar uma maneira de melhorar as condições de vida desses homens e mulheres envolvidos e imbuídos na luta pela terra?

3.1 Práticas pedagógicas da educação popular

Ao pensar a ideia da relação em torno dos conceitos culturais sobre educação que podem ser trabalhados com muitas formas didáticas, buscamos observar as práticas da educação popular e seus métodos outros, são implantados e aplicados dentro das comunidades

em que ocorrem rodas de conversa, formações, oficinas e feiras. São muitos ambientes educacionais, ambientes não formais (Walsh, 2012).

São uma modalidade de escola que produz conhecimentos diferenciados dos institucionais, governamentais e outros que seguem modelos globais e currículos pré-determinados pela política vigente do país. Sabendo deste contexto, esta forma de práxis revela um pensamento outro, crítico e engajado, nos movimentos sociais de lutas pela terra, assim como em outros movimentos organizados. Esses movimentos lutam historicamente pelo povo, servindo como instrumento de resistência contra a desigualdade e as injustiças praticadas contra as classes sociais historicamente exploradas.

Brandão (2013, p. 1) se questiona se "deveria então a Educação Popular situar-se vocacionalmente como alternativas de modalidades de ação cultural situadas por opção à margem ou em zonas de fronteiras frente a universidades e instituições equivalentes? É este o seu lugar? ".

Aqui apresentamos um pouco dos aprendizados vindos das vivências universitárias na disciplina Organização do Trabalho Pedagógico (OTP), ofertada no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade do Mato Grosso (UNEMAT). Foi essencial para pensar a produção social do conhecimento que se desenvolve dentro do CTA. Fomos ao encontro de escolas do campo, associações, feiras e comunidades, trazendo informações substanciais ainda sobre uma prática pedagógica voltada ao enfrentamento ao sistema capitalista. Identificamos suas políticas organizacionais e comunidades de aprendizagens tradicionais, com suas formalidades outras, apresentando níveis altos de emancipação e conscientização.

Para Marx, "os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo" (Marx, 1996, p. 63). Em suma, para Marx, a prática é a ação humana concreta no mundo, que visa transformar a realidade social e material, especialmente através do trabalho e da luta de classes. A prática é indissociável da teoria, sendo a prática revolucionária a principal forma de superar as contradições do capitalismo e alcançar uma sociedade justa e igualitária. A prática, portanto, para Marx, é tanto a base do conhecimento quanto o meio de transformação social, sendo sempre coletiva, histórica e material.

Perceber e interpretar a descrição dos elementos teóricos sobre as realidades sociais nas formas educacionais, dentro e fora dos ambientes institucionais, nos levou a entender uma pedagogia libertadora. Através dos olhares de alguns pensadores, como Florestan Fernandes

(1989), cuja sociologia crítica nos propõe a superação das condições históricas de subalternização, a partir de uma "pedagogia de desopressão", engajada nas lutas sociais e econômicas e no projeto político-cultural da libertação dos oprimidos. Ao nos aproximarmos das produções de Florestan Fernandes, vemos que há um reconhecimento na teoria de interpretação da história do Brasil que os mecanismos de dominação são múltiplos: de classe social, raça, gênero e de território. Sendo assim, para compreender a nossa nacionalidade e combater esse processo de desumanização, é necessário compreender o quanto essa contradição nos afeta; o quanto afeta nossa racionalidade:

> [...] O grau de racionalidade de uma ação social seja ela econômica ou de natureza depende da estrutura do campo em que o agente atua socialmente o raio de previsão a capacidade de relacionar meios e fins em si, o desdobramento no tempo e segundo critérios objetivos de eficácia, o próprio poder criador da vontade ou do pensamento são elementos que se organizam exteriormente ao sujeito e determina o seu modo de ajustamento prático[...] O Capitalismo não é apenas uma realidade econômica, ele é também, e acima de tudo, uma complexa realidade sociocultural (Fernandes, 1965).

Os diversos conteúdos que abordaram e descreveram as formas dominantes de atuação capitalista para uma compreensão da nossa realidade mais complexa necessitam de uma leitura a partir da racionalidade das lutas sociais. Os processos de organização necessitam expressar uma multiplicidade de movimentos de resistência e de proposição para que as pessoas, em condições e situações de subalternidade, se mobilizem e se organizem para a conquista de meios políticos e econômicos de superação da opressão.

As organizações políticas populares dos subalternizados são, neste sentido, caminhos de entendimento. Entendimento esse aprofundado na disciplina OTP, com a mediação do professor Laudemir Luiz Zart. A construção e produção dos processos de conhecimentos educacionais ocorrem no diálogo. Vimos que as práxis de inserção e de participação elucidam as contradições sociais entre os mecanismos de defesa das estruturas de dominação e os complexos processos de libertação. O confronto dialético entre dominação-libertação, numa contínua pedagogia de desopressão, é uma constante problematização das condições das nossas relações.

E para que elas se constituam em seus discursos, vimos que as lutas acompanham a história e os tempos históricos das culturas, que representam uma manifestação social e humana. As organizações sociais trazem experiências de práticas de trabalho, produção e comercialização; há também enfrentamentos nas questões de gêneros e em diversas causas expostas, devido às dimensões e aspectos da estrutura social: saúde; direito a uma economia

digna; segurança; acesso a conhecimentos. Conhecimentos estes que são muito desconhecidos ainda no campo científico, tais como os conhecimentos da terra, do tempo, do clima e das estações, bem como das formas de manter os estilos de vida que são singulares de cada local.

Trata-se de compreender as relações de trabalho. A experiência pode estar ligada ao trabalho vivo. As associações desenvolvem maneiras de gestão para adquirir e compartilhar os bens e ferramentas necessárias para o andamento do trabalho. Nos espaços institucionalizados, as regras mudam e todos são obrigados a cumprir. Resta pensar como pode ser essa desconstrução na compreensão:

> Este processo mostra, também, a potência do trabalho vivo, que busca abolir a dominação do trabalho morto para instaurar o predomínio do trabalho vivo, abolindo o capital e o trabalho assalariado e instaurando a sociedade autogerida. Este processo ocorre nas lutas de classes e o proletariado é o agente que busca efetivar esta nova época da história da humanidade. O trabalho vivo é a fonte da produção de riquezas e ao deixar de ser dominado pelo trabalho morto, cria uma nova sociedade, onde o trabalho morto não possui autonomia e domínio sobre os seres humanos. Neste momento, a história da humanidade passa a ser autogerida por ela mesma (Viana, 2019, p. 17).

Além da organização da natureza ser extremamente complexa, observamos que os povos nativos e os que cuidam da natureza conseguem criar tecnologias e meios de produção anti-hegemônicas, vivenciando uma cultura de trabalho anticapital. Isso se dá ao longo da história do CTA, nessa ligação do conhecimento que vem da educação popular e se instala para consolidar as práticas de troca de saberes, produção e trabalho construindo um importante patrimônio cultural imaterial.

Compreende a pedagogia do trabalho associado, e como ela está dando aos sujeitos o caminho para seu autorreconhecimento. Em relação à questão do pertencimento, Milton Santos (2021) auxilia em sua compreensão: “o território é o espaço que revela a verdade do país, permitindo compreender suas contradições, as permanências e as inovações que o caracterizam ao longo do tempo”. Isso faz-nos entender que o território é um fundamento do trabalho, o lugar da resistência, das trocas comprometidas, materiais, espirituais e do exercício da vida.

Nesse espaço, identificamos o que determina sobre a forma com que cada um vai desenvolver seu trabalho. Até podemos nos sentir parte sem conhecer a história. Pela identificação, o espaço geográfico é um espaço de ação. As relações humanas se dão pelas memórias e pelo acolhimento que ali recebemos. Aquele lugar na associação me representou

muito, nas lutas e nas formas concretas e subjetivas de compreensão, formando um sistema indissociável.

Por isso, seguimos apresentando metodologias, práticas e formas pedagógicas de como o conhecimento se desenvolve na educação popular. Desenvolvida de forma participativa e coletiva, volta-se ao sustento e formação intelectual e social dos sujeitos que historicamente atuam no processo pedagógico. O ponto de partida é um conceito marxista, segundo o qual a existência precede a consciência, de modo que a prática social é a própria verdade a base dos pensamentos.

Ao observar o modo de produção nas atividades sensíveis humanas, na vida dos camponeses, no campo da reflexão e na construção da realidade da comunidade. Marx apresenta essas dimensões e as condições objetivas e reais, de ir ao encontro das classes de proletariados. Os camponeses e camponesas que fizeram parte do processo de desenvolvimento de ideologias estão em um processo de inversão de realidade, indo contra as condições objetivas (reais) do que seriam as contradições das formações dos sujeitos; eles enfrentam também o falseamento sobre as dificuldades enfrentadas nos conflitos de classes. Nessas dimensões, as crenças vão sendo multiplicadas, causando conflitos que podem enfraquecer o poder dos atores sociais.

Nos materiais didáticos e de comunicação do movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé, que precedeu a formação e fundação do CTA, temos a seriedade de se produzir metodologias ligadas diretamente a conteúdos formativos. As figuras são de ambientes comuns, a imagem de um homem do campo utilizando uma lanterna dá uma alusão ao conhecimento, pois quando se tem novas expectativas, é possível modificar a realidade, se movimentar, e não permanecer na insegurança de não conhecer o caminho a seguir.

Temos relatos desde a fundação da construção. Conforme Leonel, um dos primeiros técnicos a trabalhar no CTA, algumas mulheres assentaram os primeiros tijolos da obra de construção, já numa expectativa da associação, dos sindicatos, quanto à inclusão da mulher nesses ambientes predominantemente masculinos.

A mulher campesina sofreu e sofre muita segregação por ter que assumir tarefas domésticas como o cuidado dos filhos. Apesar de manter o quintal e outras atividades com animais e agricultura, não está vinculada a questões representativas do campo. E esse material consegue ser um exemplo da questão da justaposição do gênero, motivando os jovens a participarem de movimentos culturais.

Os movimentos são considerados uma grande maneira de prevenir uma vida social, saudável. Há brincadeiras, dinâmicas, muita música e danças, muitos momentos formativos, mas também preservando um ambiente descontraído e pedagógico. Segue um segundo volume de uma coleção de livros desenvolvidos e trabalhados nas comunidades no ano de 1990:

Imagem 2: Material de comunicação e de formação coletiva.



Fonte: Movimento de União dos Lavradores, 1990 (material do acervo do CTA)

Envolvidos nesse processo pedagógico do conhecimento, o pertencimento cria identidade, consciência de classe, metodologias de inserção e proposição, transformando as estruturas que organizam a sociedade. E isso ocorre pela participação e gestão democrática do grupo coletivo. Ele se mantém em constante evolução: cria currículos críticos, contextualizados nas práticas sociais dialógicas, currículos conscientizados e envolvidos nas políticas. As diferentes experiências pedagógicas proporcionam relações libertadoras, que produzem reconhecimentos da diversidade.

Vemos que as partilhas de conhecimentos proporcionam a construção de novos conhecimentos, que surgem complementando as epistemologias que permeiam o campo da educação, do mundo e das relações sociais (Paludo, 2001, p. 95). Nas práticas dos círculos de cultura das constantes rodas de conversas, surge o novo; interpretações diferentes para a mesma realidade. Os sujeitos conhecíveis são capazes de reconhecer princípios de

solidariedade e liberdade que vão nortear os aprendizados, a pedagogia que se desenvolve em meio a posturas políticas bem definidas.

A educação popular e a sua relação com atividades na agricultura e agroecologia dentro das práticas pedagógicas no CTA e atividades desenvolvidas na rede de organizações permitem pensar uma produção orgânica de conhecimentos e de alimentos.

Pensar uma concepção epistemológica da educação popular é reconhecer a fusão de horizontes, uma vez que ela se encontra em tantos ambientes: nas cidades, nas organizações de artesãos, nos saberes de comunidades tradicionais e ribeirinhas, nas aldeias. Com a educação popular, o CTA apresenta uma ligação com a ciência da agroecologia, da economia solidária e das tecnologias sociais.

São perspectivas de outras epistemologias do conhecimento, que reivindicam outras formas de produção e de consumo na direção da transição agroecológica. Nas suas metodologias, trata-se de um encontro com os saberes também com aqueles que vieram de dentro das práticas de resistências de agricultores, com seus conhecimentos empíricos sobre o tempo, o espaço, os saberes da natureza, as constantes formas de sobrevivências que cada um traz em sua trajetória de vida.

Na visita aos agricultores familiares, uma escuta atenta dos sujeitos, bem como registros de suas falas e de suas práticas, compreende o meio camponês como um espaço educativo. Observa-se os modos e formas de produção no campo como importantes mecanismos de pertencimento, protagonismo, parcerias e busca de autonomia na direção de uma agricultura sustentável.

Ao nos oportunizarmos conhecer os desafios da produção de conhecimento campesina e o quanto ela parte da estreita relação com os saberes populares, esse lugar de reconhecimento ressignifica posturas e associa os saberes transformadores da realidade. Constitui-se, nessa trama de ações reflexivas, para desenvolver projetos, objetivos coletivos, enfrentamentos às disparidades sociais.

Uma das experiências educativas relevantes nas memórias de Clério e Mercedes foi o curso de pão, mediado por Mercedes: o sorriso ao explicar como cada detalhe aconteceu, a autoestima, o velho sonho de ser professora, a renda totalmente necessária para a economia familiar. Nesse caminho e contato com as práticas, redes de apoio aos movimentos e associações, o conhecimento é sempre difundido com simplicidade e dedicação.

Nas várias formações que seu Clério relata participar, a que mais teve impacto em sua economia foi a plantação dos Sistemas Agroflorestais (SAFs), que é o uso sustentável do solo, a junção da agricultura e floresta em uma mesma área, combinando a introdução de culturas anuais, espécies frutíferas e florestais baseadas na sucessão natural.

Essas ações passam por construção de materiais didáticos, projetos de assistência técnica e políticas públicas voltadas ao enfrentamento da lógica hegemônica do agronegócio. E a mudança para um projeto de sociedade reivindicado pela agricultura familiar, a agroecologia, fez com que desenvolvessem aspectos originais e inéditos de produções de segurança ambiental e alimentar.

Práticas formativas trazem às comunidades a compreensão política da educação agroecológica por entender que a educação transforma a realidade, sempre por uma perspectiva humanística da educação; por entender o valor e o protagonismo que assumimos nos processos educativos como sujeitos. Da relação dialógica dos saberes, na perspectiva metodológica participativa em que se encontram, emerge o que realmente possuem em suas histórias de vida: aprendizados, a lida da terra, a questão do tempo, das sementes, das formas mitológicas e religiosas. As experiências trazidas por casa um, ao tomar parte dessas atividades formativas, tornam o caminho da emancipação mais perto.

Fotografia 3: Roda de Conversa, avaliação dos trabalhos, partilhas e apresentação pessoal.



Fonte: Própria autora.

Uma cultura diferente, dentro de uma perspectiva sustentável e ambientalmente correta, fundamenta as expectativas dos trabalhos desenvolvidos, que são maneiras de desenvolvimento de uma educação libertadora e uma economia solidária.

As rodas de conversa com *temas geradores*, discussão das vivências e campos de atuação do CTA, caracteriza a imagem acima, quando todos se olham como iguais. A dialogicidade e a compreensão das necessidades, dos avanços da organização dos trabalhos, dos resultados da administração dos recursos financeiros e humanos, coisas positivas e negativas, podem ser discutidas numa comunicação assertiva e amorosa.

3.2 Singularidade da educação popular desenvolvida no CTA

A conscientização não pode existir fora das práxis, ou melhor, "sem o ato de ação-reflexão. Essa unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os seres humanos" (Freire, 1980, p. 26).

Como construíram uma forma de educação, com base na categoria diálogo, que o educador Paulo Freire propõe como meio de transformação social, podemos também compreender o início dessa mobilização social:

> O diálogo e a participação entre as pessoas ocorrem a partir e em função dos problemas que se enfrentam em conjunto. Os problemas que emergem da vida e da prática social se tornam, portanto, o objetivo principal de conhecimento, o conteúdo próprio da prática educacional. Na busca de compreender e resolver os problemas que surgem da própria prática, as pessoas discutem, trocam opiniões e experiências e buscam informações e elaboram novos conhecimentos (Fleuri, 1989, p. 59).

Freire (2011) entende que o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade é direito de todos. Afirma o conhecimento e a formação política como elementos constitutivos do ser humano. Vejamos que:

> Um dos riscos que corríamos ao ultrapassar o nível meramente opinativo de conhecer, com a metodização rigorosa da curiosidade, era a tentação de supervalorizar a ciência e menosprezar o senso comum. Era a tentação que se concretizou no cientificismo que ao absolutizar de tal maneira a força e o papel da ciência, terminou por quase magicizá-la (Freire, 2011, p. 09).

É urgente, por isso mesmo, desmistificar a ciência, quer dizer, pô-la no seu lugar devido, respeitá-la, portanto. Ele mostra algo que, para ser visto, exige o reconhecimento de estruturas funcionais no campo da linguagem política da educação. Freire entra no cerne da educação sem dar espaço para o pessimismo decorrente de histórias não contadas, sobre preconceitos com o conhecimento empírico tão valorizado por ele. Desmistifica a ciência, torna-a acessível a todos na trajetória da educação. Mas longe de existir singularidade nessa

definição, nestes recortes de Freire, é possível reconhecer um pouco das demandas funcionais políticas que regem nosso regime de ensino neste país.

Vejamos mais do que um conjunto de ideias já estruturadas: é um filtro que condiciona a capacidade de estabelecer conexões, de utilizar categorias lógicas, de realizar determinadas operações de abstração e generalização. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educandos. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos (Freire, 1980, p. 28).

Esta ótica deve ser solidária no sentido de que, no complexo humano, as teorias e práticas dos saberes são distintas. Por isso, não devem ser limitadas e subjugadas nos padrões e valores predeterminados, em qualquer nível de relacionamento, entre educação formal e não formal; cada um possui momento histórico construtivo e constitutivo. A educação, com suas formas de conhecimento e desenvolvimento humano, está ligada à capacidade de o ser humano incluir-se na vida em sociedade. Passa primeiramente pela educação doméstica, construindo suas características psicológicas, assim como manifestando outras heranças – físicas, culturais e religiosas – que vão primeiramente direcionando sua vida e desenvolvendo sua individualidade no universo social em que se encontra.

A pretensão no CTA era organizar um local para reuniões, planejamentos e fortalecimentos da associação. Porém, aqueles agricultores foram além das expectativas, foram além do esperado. Tiveram até mesmo que sistematizar as formações e criar formas de desenvolver complexos projetos para parceiros de fundos internacionais e nacionais. Isso, para uma ideia inicial bem simplificada, deu a essa organização uma grande referência para outros movimentos: “pois era uma política dos trabalhadores e das pessoas necessitadas, não importa quem são as pessoas, então criamos uma política nossa, que fomos nos idealizando” (Entrevista com Francisco (Diá), realizada no dia 01/07/2023).

O ser humano que aprende, que se adapta aos valores e realidades culturais, mesmo vivendo suas individualidades, está apto a redirecionar toda forma de conhecimento que acontece na prática da educação. Os componentes fundamentais do processo educacional são, dentre outros: sujeitos, objetos de conhecimento, objetivos mediados e mediadores, métodos, processos, técnicas de ensino, materiais didáticos. Neste conjunto de ações, Freire aponta uma tarefa importante para a escola realizar e que está entranhada na relação de poder dominante.

Para Marx, o trabalho é fundamental ao homem, mas este não pode ser um trabalho alienado, ou seja, aquilo que é externo ao trabalhador, que não pertence ao seu ser: “a

alienação ocorre quando a realidade nos embrutece e nos impede de crescermos na essência, tal como operários nas fábricas que trabalham como máquinas, com consequências nocivas para seu corpo e espírito" (Marx, 1989, p. 54).

O currículo que atende a educação formal poderia ser preparatório pra um meio de produção livre, que pudesse ver o ser humano em suas totais capacidades, não somente como um meio de força para o mercado de trabalho. A escola implanta as leis e currículos, baseados nas leis criadas pelo regime social vivido no país.

Esse currículo é discutido e implantado pela ação política do Estado Brasileiro. Logo, importantes decisões ideológicas são implementadas nas modificações estrututais dos materiais e das normas de organização do espaço escolar pedagógico. Na escola, na instituição que o governo normatiza, vai as disciplinas fragmentadas em matérias apostiladas, plataformas substancialistas, que fragmentaram os conteúdos, iniciando um processo imaginário de inclusão digital.

Nos espaços pedagógicos ligados ao trabalho associado, as práticas estão ligadas às técnicas e preparos para que o conhecimento seja disseminado em busca de inovações e soluções para graves problemas sociais, esses que vão sendo superados a cada dia pela resistência e inovação tecnológica.

Quem educa também recebe, pois é na relação de constante troca que se dá a aprendizagem. O que se leva de constituição do cidadão e o que se fica de resultado pra sociedade é realmente entender esse processo. Para uma tentativa de abranger mais concretamente a formação do adulto, a abordagem da modalidade curricular integrada deve, segundo Souza (2000, p.1), primar por um projeto que tenha no cerne de seus objetivos a formação humanizadora: Todo projeto educativo tem que ser um projeto de humanização.

O que implica reconhecer a desumanização, ainda que seja uma dolorosa constatação. Juntar as peças trituradas pela justiça, pela fome, provocados pela brutalidade do capitalismo. Buscar a viabilização da sua humanização no contexto real, concreto, do Brasil, é o desafio do Projeto Histórico Popular. Recuperar a humanidade roubada do povo Brasileiro. Essa mesma brutalidade que retira a dignidade por usar de princípios controladores é consolidada na exclusão da população trabalhadora na escola Brasileira, ainda hoje, infelizmente, excludente. A política educacional tenta adaptar à realidade o ensino e, com isso, o aluno ao sistema. Mas a partir de uma política popular, é impossível que não aja um amadurecimento intelectual e cultural, no sentido de conhecer-se e aprender a partir do

princípio lógico de entendimento de mundo, segundo o qual o aluno se coloque como parte do processo, e não como mero espectador.

Numa aula de campo, levamos alguns alunos adolescentes da Cooperativa de Trabalho Educacional de Pontes e Lacerda (CEPEL), e puderam participar os técnicos do CTA. Essa formação trouxe aos alunos uma compreensão da diferença na produção do alimento orgânico e do alimento industrializado. Os adolescentes ficaram impactados com as produções e as formas de cuidado com o lixo, o reaproveitamento das cascas, dos vegetais, o adubo que podem produzir e todo um sistema agroflorestal que conheceram. Uma educação que devolve o senso de consciência de cuidado com a terra comum, pertinente a uma fase histórica de catastrofes ambientais: prática pedagógica CTA. Uma maneira de aproximar a sociedade desse patrimônio cultural, silenciado, pouco conhecido em proporção ao número de pessoas que frequentam, fazem formações ou são consumidores da produção comercializada no CTA. Temos um grande desafio pela frente.

Fotografia 4: Aula campo com alunos.



Fonte: Própria autora.

Conhecendo o CTA, os alunos da CEPEL e professores envolvidos no Projeto Dia de Cooperar, em que levamos em parcerias produtos como frutas verduras e legumes para o Hospital Vale do Guaporé, aprenderam na oficina sobre os trabalhos realizados com a agroecologia e fabricação de composteira, reaproveitamento de cascas de alimentos e frutas.

Para Freire, a educação é uma das maneiras de o ser humano elaborar, enxergar o mundo em que vive imerso, bem como a cultura sócio-histórica. O que vive se transforma

fisicamente em palavras, linguagem, arte, em novas novas abordagens do que é real ou imaginário.

Para isso, é necessário reconhecer o CTA como um espaço de lutas ideológicas e de aprendizagem em ambientes de vivências, contribuindo para a formação de sujeitos da história: negros, brancos, indígenas, amarelos, mestiços; mulheres, homens; jovens, adultos, idosos; quilombolas, pantaneiros, ribeirinhos, pescadores, agricultores; trabalhadores ou desempregados; pessoas com orientações sexuais distintas.

Entende-se que a educação e formação na diversidade supõe a centralidade nos sujeitos aprendizes em processo de desenvolvimento humano (físico, emocional e mental) em espaço, tempo e relações sociais diferentes; como exercício de síntese, em busca de afirmação da identidade do povo brasileiro, destacando o trabalho como atividade humana criativa. Segue a foto do espaço de reuniões: ao fundo, a indústria de polpa de frutas; ao lado, a represa de peixes, com o reaproveitamento de águas de chuva; a construção do espaço para o beneficiamento da castanha e óleo do cumbaru:

Fotografia 5: Centro de Tecnologia Alternativa, Pontes e Lacerda-MT.



Fonte: Foto retirada do arquivo da FASE, site oficial.

Esse espaço garante a centralidade na educação popular e na economia solidária, formação e desenvolvimento humano como eixo possível do exercício de busca de síntese para superar o risco da ênfase excessiva nas diferentes diferenças.

O senhor Mitio Kaku foi o mestre de obras, empregou voluntatiamente seu trabalho, e parte dos recursos financeiros da obra. O legado está contituído nas memórias e materializado na participação ativa na parte administratica do CTA, com a sua filha Micaele. Um espaço que valoriza a diversidade, uma educação integral como a base de uma política camponesa, reconhecendo a partir da sua indentidade os princípios da agroecologia.

Nessa vivência intercultural, percebemos que tão importante como reconhecer as diferenças é reconhecer as semelhanças que nos aproximam. Tanto o campo como a cidade estão ligados no processo de sobrevivência humana. Esse recanto está dentro de uma mata preservada há muitos anos, um berçário de sementes da nossa floresta em pé, simbolo de luta e resistência.

Um espaço democrático por direito deve refletir sobre formas de inclusão social, de modo que os sujeitos participem de seu grupo social e usufruam as possibilidades que as instituições e o Estado oferecem a respeito da inclusão. Logo, o espaço educativo deve viabilizar a construção de culturas, políticas e práticas inclusivas.

Conforme o Estatuto do Centro de Tecnologia Alternativa, aprovado e autenticado em 25 de março de 2012, em sua proposição de Item D, do Artigo 2º, Dos Objetivos Sociais: D): "Desenvolver projetos que qualifica e melhora o equilíbrio social, cultural, psicológico e ambiental familiar, em poderando as mulheres, jovens e idosos neste ambiente, sobretudo, no que se refira à habilidade das unidades produtivas familiares" (Centro de Tecnologia Alternativa (2012).

Vemos, com base no Estatuto, as afirmativas das teorias de Paulo Freire, muito detalhado quando o projeto de inclusão é entendido como prioridade da cultura, neste universo de educar o desenvolvimento de valores que primem pela preocupação com a desconstrução cotidiana de relações de desigualdade e de desvalorização do outro, em quaisquer que sejam as bases da desvalorização e da desigualdade.

Paulo Freire implantou teoricamente uma linguagem nova, cheia de justiça em um ambiente complexo, extraindo dessa teoria prática da uma pedagogia da esperança, da autonomia, em que o oprimido, o excluído, o alienado, enfim, todos os que estão às margens da sociedade possam exercer seu direito a acessar a educação, enquanto instituição social e detentora deste dever.

Paulo Freire interpreta os saberes da educação popular, dos movimentos sociais, organiza políticas metodológicas, faz uma tradução destes valores em afirmações de intenções e estratégias de formulação e implementação delas num dado contexto e, com isso, nos faz olhar para o conceito espistemológico do conhecimento de uma maneira nova:

> Nesse sentido, os sujeitos se educam na perspectiva do saber gnosiológico em que o conhecimento é uma construção social formado a partir da interação dos sujeitos sociais de diferentes conhecimentos: científico, senso comum e práticas sociais. Há, nessa dinâmica relacional, o diálogo entre as diferentes realidades sociais

> experienciadas muitas vezes no mesmo tempo histórico, mas com percepções distintas. A convivialidade entre os sujeitos científicos e os grupos sociais como um objetivo comum, já é, por si só, uma quebra de paradigma. Se o objetivo comum for a transformação social e/ou uma ciência construída com os sujeitos sociais, estas são elementos que rompem, historicamente, com os padrões preestabelecidos pela sociedade moderna, que por muito tempo separou saber/fazer científico do saber/fazer dos grupos silenciados (Freire, 1970, p. 32).

Das muitas contribuições que Paulo Freire (1970) deixou, uma delas pode-se dizer que é a elaboração teórica de uma linguagem nova, organizada por políticas para a tradução destes valores em afirmações de intenções e estratégias de formulação e implementação delas num dado contexto.

Sua teoria e método falam sempre de promover pedagogias capazes de suscitar ação e reação. Falar, estudar e refletir sobre aquilo que acontece no ambiente do saber e no mundo de maneira problematizadora é missão para aqueles que realmente viveram essa pedagogia que possibilita a solidariedade, a autonomia e a esperança de intervenção e transformação no e do mundo.

Ao se falar em diferenças, configura-se o respeito às características próprias de cada indivíduo, bem como aos grupos a que pertence. Dessa forma, faz-se necessário observar todas as nuances de seu entorno social e planejar para atender as diferentes modalidades de vida e aprendizagem, colaborando para a formação de um indivíduo cidadão, sem, entretanto, pensar que a escola se constitui no único lócus de aprendizagem ou mesmo de ambiente possível para desconstruir ou prevenir injustiças. Paulo Freire fala de si, aponta que sua primeira e mais importante aprendizagem foi a prática do diálogo. Numa narrativa bela, simples e envolvente, nos guia por sua vida cheia de bons e maus percalços.

Muito novo ainda, teve que sair de sua terra natal por causa da crise econômica que assolava o País. Perdeu o pai; conheceu a fome. Ele disse: “em Jaboatão experimentei o que é a fome e compreendi a fome dos demais” (Freire, 1980, p. 14). Essas experiências que Freire teve em sua vida o deixaram ainda mais sensibilizado para a dor e o sofrimento das pessoas, fazendo-o perceber a importância vital do diálogo para a desalienação das pessoas. E essa sensibilidade – tanto intelectual para buscar o conhecimento e o esclarecimento, como para criar empatia e consideração pelas dificuldades, sentimentos e emoções das pessoas – foi o ponto chave para cuidar e pensar o processo educacional com racionalidade e amorosidade.

Freire, com suas interpretações sociais, aperfeiçoou metodologias educativas, reconhecendo muitos que ainda não se viam, sequer se enxergavam como excluídos ou,

mesmo que se enxergassem não, eram capazes de se libertarem do ciclo vicioso social que os prendiam ao cordão umbilical da exclusão.

Assim esse processo – dinâmico, controverso, dialético – relativo às condições sócio-político-históricas de um dado contexto dificulta e confunde a identificação dos grupos de excluídos. Muitas vezes eles se encontram camuflados, por uma falsa sensação de não estarem sendo oprimidos, de não estarem sendo excluídos. Melhor dizendo: encontram-se tão identificados com o opressor que se confundem com estes valores semelhantes, senão iguais. Logo, o reconhecimento das relações de exclusão/inclusão não é suficiente: é preciso que o indivíduo se identifique como participante ativo dessa dialética, legitimando-se, assim, como ser criador, promotor e transformador do estado das coisas e dos fatos.

> É preciso que cada um de nós sejamos responsáveis pela construção histórica do futuro, pois, herdando a experiência adquirida, criando e recriando, integrando-se às condições de seu contexto, respondendo a seus desafios, objetivando-se a si próprio, discernindo, transcendendo, lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo o da História e o da Cultura (Freire, 2002, p. 49).

Ele direciona o caminho do reconhecimento, de entender qual a minha classe social, quais os problemas que eu tenho que enfrentar. Leva-nos a uma consciência crítica, reflexiva, a maneira que cada um ao seu próprio tempo perceba seus limites e seja capaz de realizar novas experiências de vida: “não basta saberem-se numa relação dialética com o opressor – seu contrário antagônico – descobrindo, por exemplo, que sem eles o opressor não existiria (Hegszel), para estarem de fato libertados. É preciso, que enfatizemos, que se entreguem à práxis libertadora” (Freire, 1987, p. 19).

Saber-se como oprimido, cerceado em sua capacidade de ser, é um excelente começo para trilhar o processo de desalienação; porém, outros passos devem ser dados. Como exemplo, podemos dizer da aprendizagem de problematização das experiências do mundo, a busca constante pelas contradições e espaços de discussão e diálogo sobre a organização do mundo e das próprias vidas.

A educação que propomos nas bases de ensinos da agroecologia, nos movimentos e empreendimentos solidários, adere novas estruturas e propostas de ensino. Foram encontradas novas maneiras de se fazer educação, os agentes de transmissão de conhecimento devem estar conectados com estudos de diversas áreas de suas práticas cotidianas, e assim criar estruturas as conjunturas do ensino.

A interdisciplinaridade e interculturalidade nas bases da educação, com o princípio da “esperança”, refletem as ideias sobre cognição e educação de Paulo Freire. Temos como base o diálogo para a formação da consciência crítica, a fim de que o sujeito se torne capaz de perceber a realidade em que vive, para que possa transformá-la, experienciando e contextualizando a ação e reflexão vinculadas à realidade.

3.3 Organização social e trabalho associado no CTA

Organização social é um fenômeno que está juridicamente representado dentro do direito privado, sem fins lucrativos, que obteve a qualificação de organização social por meio de Decreto Presidencial, para realizar atividades de interesse público. O processo de organização social e o desenvolvimento humano está ligado a questões como saúde, ao convívio social, à transcendência, e à sua forma de vida e economia.

O Bem Viver é inerente ao fator trabalho, exclusivo do homem, razão pela qual ele se difere dos outros seres que habitam o mundo. O processo de organização social é um “fenômeno” que possui uma força propulsora: a cooperação, que nasce em um movimento de alternatividade, com atividades empreendedoras multifacetadas, tendo o trabalho como critério para o conjunto de atividades econômicas desenvolvidas pelos participantes, visando a produção, distribuição e o consumo de bens e serviços necessários à sobrevivência e à qualidade de vida.

Os princípios da economia social possuem diferenças de natureza, missão, dimensão, modelo de gestão, sector de atividade etc. Todas as organizações que integram a economia social terão de apresentar duas características: uma preocupação com os indivíduos e a concessão de uma importância primordial aos aspectos sociais. É importante reconhecer e valorizar os saberes e vivências desses grupos, suas identidades, visando reconhecer e preservar o patrimônio cultural imaterial da organização.

> A compreensão da história pelas categorias de classes e grupos sociais se constitui pelo movimento dialético-histórico da força política, ética e cultural de mobilização e de auto-organização das classes e dos grupos sociais subalternizados para a emancipação social. Nesse sentido, na história do Brasil, os relatos de resistência e de proposição dos indígenas, dos negros, dos camponeses, dos operários, das mulheres, dos estudantes são acontecimentos que acompanham as dinâmicas de opressão, mas como forças de contradição para a construção social de realidades sociais libertadoras (Zart, 2023, p. 118-119).

Sobre a dimensão pedagógica dos movimentos sociais do campo ou, ainda mais precisamente, sobre a pedagogia que vem sendo produzida pelos movimentos de luta pela terra, na formação dos sujeitos sociais em nosso país marcado pelo do latifúndio, uma metodologia que usa dinâmicas de participação, envolvendo os grupos de classes categorizando os temas segundo a necessidade atual da organização e, acima de tudo, respeitando as demandas de emergências, pode ser compreendida em três partes:

> O eixo central da reflexão que proponho combina três aspectos principais: 1º) vivemos novamente em um tempo de aguda sensibilidade para práticas de educação e de escola ligadas a processos de transformação social e recuperação da dignidade humana; 2º) o campo no Brasil está em movimento: há tensões, lutas sociais, organizações e movimentos sociais de trabalhadores e trabalhadoras da terra que estão tendo um papel ativo na formação desta sensibilidade e no desenho social de seu formato; 3º) existem práticas e reflexões de pedagogia que estão sendo produzidas neste movimento do campo, exatamente aquelas que têm formado seus sujeitos (Caldart, 2000, p. 2).

Segundo a autora, essa reflexão é central para compreender essa pedagogia, que acontece através da educação popular nos movimentos, sejam eles quais forem. No caso do CTA, espaço advindo dessa mesma formação e classe social, faz-se necessário dizer quem são essas pessoas que estão sendo ativas para a consolidação desse espaço pedagógico, quais métodos esses trabalhadores camponeses desenvolveram para se firmarem no contexto de formação tecnológica, dando apoio na estruturação de quintais de produção, questões de gênero e muitas áreas de crescimento socioeconômico que a educação popular dá aos sujeitos envolvidos.

Em muitos lugares no Brasil, o sonho da Reforma Agrária ganhou protagonistas, atores sociais que se organizaram conforma a realidade. Caldart (2000), ao compreender a pedagogia associativista dos movimentos sociais, usa como principal exemplo o Movimento Sem Terra (MST), que teve sua gestação no período de 1979 a 1984, tendo sido criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que aconteceu de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná.

Hoje o MST está organizado em 22 Estados. É a maior representação desse contexto de readequação social provocada pela força da união dessa classe subalternizada e desprovida de direitos a sobrevivência. Segundo a autora, aprendemos com o MST a lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores. Nos anos 2000, o MST contabilizou um número de aproximadamente 250 mil famílias assentadas e de 70 mil famílias acampadas em todo o Brasil.

As extratégias propositivas do MST e da organização social aqui do Vale do Guaporé são manifestações, fenômenos sociais que materializam e constoem movimentos de aprendizagens, estruturando a luta do camponês. As associações do Vale do Guaporé conseguiram feitos importantes, que sustentaram políticas para que se fortalecessem os movimentos sociais, principalmente nas regiões de Cáceres e, posteriormente, em outras regiões do Estado de Mato Grosso. Nos arquivos da FASE, encontramos dados históricos de assentamentos como Silvio Rodrigues, fundado em 1995 – e de muitos outros, até hoje importantes redes de apoio e sustentação constituinte dos trabalhos do CTA, na participação ativa e desenvolvimentos de projetos:

> que se tornaram lugares de vida e de trabalho para muitas famílias, e de produção de alimentos para mais outras tantas; hoje são 81 cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras sem terra, 45 unidades agroindustriais e, o principal, a eliminação da fome e a redução drástica dos índices de mortalidade infantil nos assentamentos espalhados pelo Brasil inteiro (Caldart, 2000, p. 3).

Caldart afirma que é fazendo a luta pela terra e afirmando em suas iniciativas que se cria a possibilidade de novas relações sociais e de um novo projeto de desenvolvimento para o campo. Para o Brasil, e também para o Estado de Mato Grosso, essa sistematização de práxis ao longo da história o CTA, em sua tragetória desde 1992, e em todos os caminhos para a sua idealização, o movimento vem impactando o avanço contra-hegemônico.

Das organizações e grupos de pessoas que direta ou indiretamente se aproximam dessa experiência, ouvimos o educador popular da FASE, Robson do Prado, que está atuando juntamente com a comunidade, associações da região do Vale do Guaporé. Desde criança envolvido com os pais nas causas e lutas pela terra, ele pode relatar que essa grande história sempre foi por justiça ambiental e universalização de direitos sociais, econômicos, culturais, civis e políticos dos camponeses. Ele disse ver sempre os pais envolvidos, pois realmente as condições iniciais para a conquista e permanência aqui na região eram muito difíceis.

Compreendemos com eles os princípios de alinhamento em lutar para uma educação diferente, igualdade social, justiça socioambiental, promoção da soberania, da segurança alimentar e nutricional e da agroecologia; promoção da justiça ambiental, defesa dos bens comuns e dos direitos territoriais, e organização de mulheres como sujeitos de direitos.

Cada uma dessas causas está elencada nas subjetividades das relações com os projetos desenvolvidos, com as falas dos sujeitos atores desta história. Robson, filho de um dos sócios-fundadores, formado em agronomia pela Universidade Federal do Estado do Mato

Grosso (UFMT), conta a partir dessa história que se inicia com o pai dele, seu Manoel do Prado, um dos associados do maior movimento organizado de pequenos agricultores do Vale do Guaporé, o Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé (MUL). Nessa visita à FASE, em uma entrevista, Robson afirma: “toda essa mobilização da nossa região, provocou o atraso dos planos do governo, e ao contrário do nortão, nós ainda preservamos pequenas propriedades e a natureza da nossa região” (Robson, entrevista, 29 de junho de 2024).

O movimento social de trabalhadores e trabalhadoras do campo, segundo Caldart (2000), contesta a ordem social pelo conjunto (contraditório) do que fazem nas ocupações, nos acampamentos, nos assentamentos, nas marchas, na educação de suas crianças, jovens e adultos; pelo jeito de ser de sua coletividade que projeta valores que não são os mesmos cultivados pelo formato da sociedade atual. Fazem isto, sobretudo, pelo processo de humanização que representam, e pelos novos sujeitos que põem em cena na história do país; isto é, um nome que revela uma identidade.

O Sem Terra é uma categoria de pessoas que traz uma herança e tem a ver com uma memória histórica e uma cultura de luta e de contestação social. Há um processo de construção deste sujeito, que é a história de todos nós, dentro desse recorte político e cultural diferenciado.

Assim se forma a identidade desse organização e, de acortdo com Caldart (2000), o CTA fica mais forte “à medida que se materializa em um modo de vida, ou seja, que se constitui como cultura, e que projeta transformações no jeito de ser da sociedade atual e nos valores (ou contravalores) que a sustentam” (Caldart, 2000, p. 8).

A educação configura valores. E eles coexistem nas nossas condições de vida, pois é a causa da prospecção de estruturas e conceitos desenvolvidos como estudos, por assim dizer, dessa necessidade de se fortalecer importantes pensamentos, de resistência e luta. Isso como identidade e materialidade, pois as práticas comuns do trabalho e construção de tecnologias sociais, que ajudem nessa conjuntura de conhecimentos, formam uma cultural e pedagogia em movimento.

> Há um reconhecimento na teoria de interpretação da história do Brasil, que os mecanismos de dominação são múltiplos: de classe social, raça, gênero e de território. Por serem diversos os conteúdos e as formas dominantes, as lutas sociais e os processos de organização necessitam expressar uma multiplicidade de movimentos de resistência e de proposição para que as pessoas, em condições e situações de subalternidade, se mobilizem e se organizem para a conquista de meios

> políticos e econômicos de superação da opressão (Zart, 2023, p. 112).

Essa pedagogia, desenvolvida pelos camponeses e os participantes dos movimentos associativos, foi capaz de formar os intelectuais orgânicos, aqueles que compõem frentes de lideranças importantes nas políticas públicas da agroecologia e agricultura familiar, economia solidária. Capazes de resistir, explicar e compreender sobre si mesmos, e o coletivo em que se inserem.

Esse desenvolvimento é o que caracteriza socialmente aqueles camponeses que atuam nas redes que complementam as atividades singulares que se desenvolvem, sendo elas multidisciplinares em suas áreas de conhecimento. Essa é a riqueza das organizações dos trabalhadores que se unem para romper paradigmas éticos, de problemáticas econômicas e culturais, no campo do trabalho. Quando se desenvolve essa educação popular, abre-se uma porta de encontro, de enfrentamento a poderes universais que impõem dominações no nosso pensar e fazer.

3.4 Processos da organização social e do trabalho associado no CTA

As dimensões sociais que possibilitam as organizações sociais são muito amplas, pois envolvem tempo histórico e, neles, as questões de sobrevivência dentro dos espaços que estas ocupam. O trabalho representa uma categoria importante. Trabalho e organizações coesistem dentro do mesmo espaço e constroem padrões sociais, marcos históricos em que muitas comunidades atingem altos níveis de produção social de conhecimento (Zart, 2012), como de desenvolvimento coletivo e individual. Baseado nas formas de estabelecer a relação com o conhecimento, Paulo Freire explica em dois momentos da educação que se faz dialógica:

> há um momento em que os oprimidos vão desvelando do mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; isso acontece no seio do espaço simbólico dos movimentos sociais, o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (Freire, 2018, p. 57).

Para o educador compromissado com a libertação dos educandos, portanto, um educador-educando, o conteúdo programático da educação dialógica, problematizadora, deveria ser “a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada” (Freire, 2018, p. 116). Seria preciso acreditar no povo, e aprender com as bases populares por meio da troca de conhecimentos,

processo pelo qual se daria um aprendizado sério e autêntico para as pessoas que delas fazem parte.

> É a ciência que se faz presença no seio do povo e que aprende com os saberes populares, e por isso se inova, e momentaneamente ensina novos conhecimentos para aqueles que aprenderam a partir das experiências e das práticas sociais cotidianas e estes renovam e ampliam seus conhecimentos. É um processo dialógico de fertilização de conhecimentos, que formulados a partir de racionalidades distintas, se complementam enriquecendo-se (Zart, 2012, p. 27).

Os métodos decoloniais desenvolvidos nas feiras, rodas de conversa e oficinas criticizam os indivíduos e promovem o debate de situações desafiadoras e existenciais para os participantes. Exige um avanço das tecnologias sociais (TS), desenvolvidas dentro de uma racionalidade diferente que permita compreender o quão complexa é a concepção linguística do termo tecnologia. Por isso, dentro das organizações, é preciso que o

> Interessado e participante na concepção e no uso da tecnologia necessária para a produção de bens e serviços. Incluindo, aqui, tanto aqueles destinados ao consumo das comunidades em que se situam e dos cidadãos que a eles têm acesso mediante o poder de compra do Estado, quanto os destinados ao consumo produtivo (insumos) em cadeias produtivas de outros empreendimentos solidários. Produção, essa, que, possibilizada e potenciada pela TS, será levada a cabo de modo autogestionário e a partir de meios de produção de propriedade coletiva. Os empreendimentos solidários, nesta concepção, assumem um caráter ativo, de agente interessado na concepção da tecnologia, no sentido de que nela incorpora seus interesses e valores, bem distinto daquele passivo ainda predominante em certos círculos. A TS, então, resumindo e reiterando, é a tecnologia de que necessitam os empreendimentos solidários para se tornarem sustentáveis (Dagnino, 2014, p. 208).

Para Ramos (2020), a educação age como um mecanismo próprio das sociedades opressoras. Nessa perspectiva, se partirmos do pressuposto de que a “educação” flui nos espaços de participação e luta, observa-se que, como salienta Garcia (2000), os movimentos sociais ocuparam espaços importantes nas décadas de 1970 e 1980.

Ao final da década de 1990, os movimentos sociais do campo, em defesa da Educação do Campo, demarcaram espaços importantes, inclusive nas agendas do governo e no campo da legalidade. A organização social é um fenômeno que acontece de maneira natural e necessita de compreensão quanto à sua natureza, simbologia, genética, característica de evolução e, às vezes, transcendência:

> Diante dessa concepção, a fenomenologia se apresenta como uma espécie profícua de análise que tem em vista entender como se formam as estruturas centrais da experiência e da intencionalidade do ser humano e, por conseguinte, explicar como a mente do indivíduo direciona o pensamento a determinados objetos ou à realidade. Trata-se da experiência perceptiva que, ao tempo que acessa a presença concreta de

> algo, também perpassa por uma experiência sensível, inerente ao indivíduo que a vivência. Essa experiência envolve o todo do ser humano, ou seja, aspectos como motricidade, espacialidade, expressividade, alteridade, sentimentos, comportamento, subjetividade, linguagem e pensamento, vivenciados pelo corpo próprio, que forma um sistema com o mundo (Merleau-Ponty, 1999, *apud* Vieira, 2023, p. 135).

As práticas da educação, sendo elas partes de planos de governos em grupos de organização social, precisam ser voltadas a uma filosofia libertadora que promova a emancipação e formações. Esses grupos podem se fortalecer diante das frequentes diferenças de lugares ocupados, por confluir com a educação em vários aspectos. Mesmo assim, sofre alguns preconceitos pelas ainda constantes construções alimentadas nas variadas frentes de resistências.

Esses grupos marginalizados, nas suas maiorias, carregam lutas de classes. Por isso, é necessário que aja encontros e que sejam para a compreensão desses saberes comuns, aplicando novos conceitos e desenvolvendo currículos, definidos por métodos próprios de ações educativas voltadas às realidades das comunidades em que se desenvolvam projetos e perspectivas comuns de sobrevivência, mas também pensando na desigualdade como norteadora das ações a serem desenvolvidas.

Essas compreensões sobre o trabalho e educação, que decodifica importantes implicações do poder político e econômico do nosso país, no sentido de reinventar uma educação humanizada, nos provoca a pensar como a educação pode reunir, fomar e modificar as realidades.

> Porém, apesar dessas diferenças, as quais não nos cabe aprofundar neste artigo, consideramos que a educação popular da segunda metade do século XX possui antecedentes e fontes de inspiração que fazem parte da história de resistência e da inventividade pedagógica na América Latina. Isso nos permite caracterizar, historicamente, a educação popular como uma das tradições pedagógicas mais originais nascidas na América Latina. Não se trata apenas de um pensamento educacional, mas também de um movimento de educadores, profundamente conectados com a história do continente, com realidade própria das classes populares latino-americanas, suas experiências reais, seus saberes ancestrais, suas necessidades e seus projetos de vida (Mota Neto; Streck, 2019, p. 6).

Baseada nesse novo capital cultural, construido simbolicamente no CTA, e em toda comunidade em que a educação popular consegue trabalhar – em cada conquista, em cada tempo histórico –, empoderando pessoas, talvez não haveria compreensão sobre o domínio da comunicação, gestão e todas as áreas de conhecimento que possam fazer parte desses contextos pedagógicos formativos.

Ao buscarmos entender os processos da organização social, percebemos como determinante a consciência de classe:

> populares, dos subalternizados são, neste sentido, processos educacionais. As práxis de inserção e de participação elucidam as contradições sociais entre os mecanismos de defesa das estruturas de dominação e os complexos processos de libertação. O confronto dialético entre dominação-libertação, numa contínua pedagogia de desopressão, é problematizador das condições (Zart, 2023, p. 112).

Os processos da organização popular e do trabalho associado se dão dentro do movimento coletivo, de uma cultura política baseada em princípios solidários e cooperativos, essencialmente solidários. Alguns desses passos podem ser uma boa explicação para a fundação e permanência dessa manifestação social aqui no Vale do Guaporé, mas também explica a ação prática que gera desenvolvimento social chamada trabalho. Um meio de produção dentro de um sistema de produção super fortalecido, chamado capitalismo.

Falar do trabalho associado na dinâmica do movimento social é evidenciar a maneira com que os trabalhadores desenvolvem instrumentos de combate, sobrevivência e resistência. Apresenta características diferentes e autogestionário, de propriedade coletiva, com meios alternativos de produção, na participação democrática, nas tomadas de decisões coletivas, entre outros instrumentos. Freire (2005, p. 104) diz que “a existência dos homens se dá no mundo que eles recriam e transformam incessantemente”. Essa transformação é conquistada por meio do trabalho, fazendo com que o homem e a mulher possam experimentar os benefícios dos seus esforços físicos e intelectuais. O trabalho, como manifestação da inteligência humana, nos difere como seres na natureza.

Quando saímos de nossos contextos individualistas, fortalecemos os vínculos de coletividade e parceria. Temos, através dos outros, maneiras diferentes de enxergar a mesma realidade. Isso tem muito de ciência, pois aponta caminhos de compreensão e inovação de problemas e situações comuns, ao tempo histórico, em questão a modelos que podem se desconstruídos e reinterpretados:

> ao separarem sua atividade de si mesmo, ao terem o ponto de decisão de sua atividade de si, em suas relações com o mundo e com os outros, os homens ultrapassaram as “situações limites”, que não devem ser tomadas como se fossem barreiras insuperáveis, mais além das quais nada existisse. No momento mesmo em que os homens as apreendem como freio, em que elas se configuram como obstáculo à sua liberdade, se transformam em “percebidos destacado” em sua “visão de fundo”. Revelam-se, assim, como realmente são: dimensões concretas e históricas de uma dada realidade (Freire, 2005, p. 104).

As organizações sociais reinterpretam o trabalho como um modo de superar as relações de subordinação. É estar junto, em união, lado-a-lado com o outro, promovendo a emancipação de todos. Um caminho que desenvolve as sensibilidades e sentidos humanos.

A ação do cotidiano camponês foi um critério substancial para a estruturação do CTA. Foi um processo criativo exigente, reflexivo, que traduziu o medo e a vulnerabilidade social em atitudes práticas de combate à fragilidade e desigualdade social, através das estratégias do grupo. Para exemplificar, podemos compreender a lógica solidária do pensamento sobre trabalho, baseado em uma pedagogia que usa metodologias pautadas na união, no sentido de compreensão das necessidades do outro, contrariando a lógica consumista e individualista do capitalismo:

> pelas comunidades e áreas estabelecidas, já iniciamos montando grupos, chamávamos de grupalização, criamos a primeira associação lá com a família do Ságuio, ainda menino, moleque, próximo a Máquina Queimada, próximo a Máquina Queimada, chamada associação Guaporé, em Vila Bela outras, que eram para fortalecer a comunidades, uns ainda em conflitos de posses. Adquirimos no convênio com a Misérior, 12 máquinas de beneficiamento de arroz, a pessoa trazia um monte de arroz e voltava só com 2 quilos pra casa, então pensamos que isso ia ajudar, porque na época era o que se mais produzia aqui (Entrevista com Vilmom, realizada no dia 12/08/2024).

Relatar a essência, o conjunto de ações e pensamentos que fazem a organização social, dentro do processo associativo, é algo denso e de difícil conclusão, pois cada pessoa envolvida, cada fato e decisão, deve ser considerado, pois se trata de algo inédito, algo protagonizado por estes ou aqueles sujeitos engajados na organização. Seja por motivações diversas, “a interação dos sujeitos sociais é também a comunicação de conhecimentos científicos e dos conhecimentos ordinários, ou dos que provém das experiências cotidianas das pessoas relacionadas às suas práticas sociais” (Zart, 2019, p. 158-159). Seja por necessidade de sobrevivência justa ou por interesses individuais, o ato de participar é um comprometimento de fonte individual; porém, as responsabilidades estão entrelaçadas.

Essas práticas sociais estão ligadas às situações de emergências públicas. No caso da organização do CTA, estavam se concluindo ciclos formativos. Os movimentos e associações se fortaleciam em muitas regiões em que as frentes de grupalização chegavam. E isso teve um impacto social considerável, sendo necessário a construção de um espaço que materializasse a segurança dessa forma de articular as suas realidades. Gohn (1999) afirma que os movimentos sociais são forças produtivas essenciais na sociedade moderna, inclusive por serem agentes construtores de uma nova ordem social.

Essa ordem do terceiro setor não obedece a padrões comuns ao mercado e pensamentos fixos. Hoje acumula autenticidade nas suas formas democráticas de atuação. Nas pesquisas realizadas, no balanço de produção, vimos que a educação e o trabalho desenvolvidos dentro dessas organizações ainda são consideravelmente pequenos em relação a outras categorias de pesquisas. Ou há um negacionismo e má compreensão em relação a algumas áreas de definição da educação e da economia.

Podemos considerar que estamos em uma emergência científica, de pautar os saberes das essências humanas, para desmistificar o tempo e o espaço em que vivemos; ou seja, revelar como a evolução acontece dentro das áreas epistemológicas de conhecimento:

> [...] os saberes produzidos pelos trabalhadores nos processos de trabalho que se caracterizam pela apropriação coletiva dos meios de produção, pela distribuição igualitária dos frutos do trabalho e pela gestão democrática das decisões quanto à utilização dos excedentes (sobras) e aos rumos da produção (Fischer; Tiriba, 2009, p. 293).

Essas produções obedecem a critérios organizacionais, de maneira que a educação é um processo complexo que se desenvolve nas práticas das oficinas e assistências diretas às comunidades. O trabalho se desenvolve dentro de um plano pautado nas formas simbólicas de enfrentamento e materialização de princípios e valores outros, sempre em contradição com as formas mercadológicas de plantio e comercialização de alimentos do sistema de produção. Na distribuição de bens naturais e materiais e imateriais, observamos que acontece uma relação justa para com a natureza. E nas relações sociais de trabalho, o pensamento camponês promove e compreende a vida comum. Em equilíbrio com o meio ambiente, prima pela aplicabilidade de uma cultura genuinamente camponesa. Esta, por sua vez, está pautada:

> a) na Soberania Alimentar como princípio organizador de uma nova agricultura, com uma produção voltada para atender as necessidades do povo e com políticas públicas voltadas para esse objetivo;
> b) na democratização da propriedade e do uso da terra – a Reforma Agrária integral deve voltar à agenda prioritária do país como forma de reverter o processo de expulsão do campo e disponibilizar a terra para a produção de alimentos;
> c) numa nova matriz produtiva e tecnológica, que combine produtividade do trabalho com sustentabilidade socioambiental, o que inclui a opção pela agroecologia;
> d) no princípio da cooperação, em lugar da exploração, para organizar a produção;
> e) na mudança da matriz energética;
> f) no avanço na organização política, econômica e comunitária dos camponeses e pequenos agricultores (Santos; Paludo; Oliveira, 2010, p. 49).

Cada campo de conhecimento está negociado dentro das práxis transformadoras que possibilitam a conexão com a cotidianidade desses conjuntos de ações e projetos

desenvolvidos pelo CTA. Essa produção de conhecimento é caracterizada por uma educação alternativa, que respeita e busca conectar os saberes locais com os princípios políticos e socioeconômicos locais. Isso fortalece a comunidade, permite um maior senso de justiça e reconhecimento indenitário.

> Trata-se de promover uma adequação (ou reprojetamento) do conhecimento tecnocientífico, incorporado em equipamentos e insumos (*hardware*), formas de organização da produção (*orgware*), ou sob a forma intangível e mesmo tácita de modelos mentais (*software*), não apenas aos requisitos e finalidades de caráter técnico-econômico, como tem sido usual nos ambientes em que se concebe o conhecimento para a produção das (e nas) empresas, mas a aspectos de natureza social e ambiental até agora considerados nesse processo como externalidades (Dagnino, 2014, p. 208).

Nessa perspectiva, buscaremos promover consistências nos processos educativos, que os atores sociais incorporam às suas práticas, para a constante adequação frente às deterministas formas de dominação do meio em que vivemos. Isso em nada assusta. Pelo contrário, cria mais emergência no avanço da tecnologia social, introduzida dentro da desvelamento das dominações colonizadoras que carregamos historicamente em nossas sociedades.

Por isso, as organizações sociais podem ser um caminho seguro para um enfrentamento consistente e determinante, pois o sujeito que desenvolveu uma inovação, seja ela de cunho material ou cultural, não irá negociar a sua mais valia. Ele irá agregar mais valor, de sustentabilidade à vida e à natureza.

3.5 Educação e organização no CTA: produções decoloniais

Nesse processo de investigação sobre o contexto de aprendizagens e práticas educacionais no Centro de Tecnologia Alternativa (CTA), no Vale do Guaporé, Pontes e Lacerda-MT, as reflexões são desenvolvidas mediante o contato de campo ligado às teorias e pensamentos científicos, empíricos, filosóficos e gnosiológicos. Sempre dialogando dentro de uma perspectiva crítica, esse esforço indica que as experiências e abordagens nas aprendizagens praticadas nos contextos dessa organização social são de cunho decolonial.

São marcadas por um resgate das epistemes dos saberes comuns históricos, por uma visão e organização local e contextual, de vivências, treinamentos, cursos e uma história de construção dos saberes teóricos, científicos e filosóficos, nas práticas pedagógicas a partir da realidade do coletivo de agricultores/as do Vale do Guaporé. O contexto do associativismo, de

estudos teóricos e de análise documental sobre a instituição objeto do estudo resulta na existência de marcos da pedagogia decolonial na prática da Economia Solidária praticada no CTA.

Partimos da compreensão da pedagogia como um processo de organização e aplicação de saberes e conhecimentos. Refletimos sobre práticas pedagógicas e organizacionais no contexto do Centro de Tecnologias Alternativas (CTA), como foram desenvolvidas por camponeses/as. A cultura associativista se constitui e forma a base para um realinhamento histórico de possibilidades decoloniais.

Enquanto a educação aplica currículos marcados pelo colonialismo, compreendemos o pensamento decolonial em suas múltiplas dimensões nas práticas formativas desde o ano de 1992, quando camponeses e camponesas foram marcados/as pela luta por terra e condições de permanência no território do Sudoeste do Estado de Mato Grosso. Nas dinâmicas políticas, um coletivo de agricultores/as iniciou um processo auto-organização, marcado pela ressignificação das vivências, da relação com a natureza e com o sistema econômico e cultural de existência.

A participação contribui para a construção de alternativas epistemológicas e políticas que reconheçam e valorizem a diversidade cultural, promovendo a justiça social e ambiental, valorizando os conhecimentos, práticas e cosmovisões locais. Nesse mergulhar na pesquisa, perceber o CTA ao longo de mais de 30 anos, desconstrói narrativas hegemônicas e constrói uma abordagem decolonial. No espaço organização-formação do CTA, encontramos muitas memórias: eventos, reuniões, festas, treinamentos de lideranças e atuação na comunidade.

Conhecer esse espaço também é compreender o lugar de pertencimento sobre a política, as relações opressivas, as dificuldades de compreensão sobre o sistema capitalista. É inaugurar os processos de libertação através de dinâmicas e palestras. Uma delas é o Treinamento Para Ação Pastoral (TAPA), uma formação em três encontros. Um aprendizado desse tempo, das atividades que até hoje se mantêm como cultura, é a questão de cada pessoa, ao fazer sua refeição, estar lavando o seu prato e o oferecendo ao outro que irá ainda se alimentar. Compromisso que traz um comprometimento participativo e solidário. Prática constante em todas as reuniões.

As dinâmicas formativas levaram a aprender e a pensar a realidade de uma maneira crítica e criar formas de combater injustiças advindas da sociedade capitalista. Aplicando a teologia da libertação, com dinâmicas de grupos e acesso à filosofia da pedagogia do

oprimido, diferente de tudo que camponeses e camponesas já tinham conhecido na igreja e na escola, foram constituídos ambientes comunitários importantes para as experiências coletivas.

Mesmo com rotinas exaustivas de trabalho, próprias das atividades laborais do campo, os membros da associação se mantiveram presentes nos encontros, criando momentos de despertar de consciência quanto às injustiças sociais: como e por que estas devem ser enfrentadas, com organização e processos de elaboração de conhecimentos para a capacidade de auto-organização.

Uma das primeiras situações com que as organizações camponesas se depararam foi o problema do analfabetismo funcional, com a subsequente desumanização intelectual de muitas pessoas. Apesar das adversidades, criaram forças de resistência frente ao velho e novo sistema global de mercado. As pesquisas no campo da educação falam da atuação de desenvolvimento humano, motivam a compreender as causas comuns de desumanização e de empobrecimento.

A educação cumpre um papel importante para nossa história, marcada pelo processo de colonização. E este foi "determinante historicamente para o desenvolvimento ou subdesenvolvimento dos países americanos, atingindo também o processo de produção do conhecimento" (Pontes; Tavares, 2014, p. 4). Atualmente, não se vive mais a relação de colonização entre metrópole e colônia, mas sim uma relação ressignificada, a qual Grosfoguel denomina de "colonialidade". O termo colonialidade "permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial" (Grosfoguel, 2008, p. 55).

Como parte desse processo, afetar as capacidades humanas e intelectuais é coisa previsível. Por isso, passível de uma série de pesquisas e consensos a se realizar pelo mundo em relação a esses fenômenos, frequentemente praticados por pesquisadores/as, para buscar evidências dos impactos negativos. Conforme Mignolo (2003, p. 30 *apud* Grosfoguel, 2008), a colonialidade pode ser conceituada em uma tripla dimensão: "a do poder, do saber e do ser".

Ao refletir sobre a presença da pedagogia decolonial crítica no CTA, no diálogo com Carvalho (2018), é possível considerar que a educação popular, em conjunto com a economia solidária, é marcada por características decoloniais. Ela é contrária a um modelo procustiano que legitima um grupo minoritário e lança mão de regras universalizantes de modos de vida, de produção e de conhecimentos.

Este estudo visa compreender que dentro desse espaço do CTA, e através dele, há possibilidade de convergências com vistas a identificar elementos para a constituição de uma pedagogia decolonial e discutir como criar alternativas para a produção do saber. O estudo pode permitir, ainda, compreender as formas de produção, estruturas sociais e relações humanas da sociedade brasileira, frente ao capitalismo, estrutura colonial tradicional em nosso país. As vivências de cada entrevistado, no seu envolvimento sócio-histórico e nas suas características, os tornam um "intelectual orgânico" (Gramsci, 1978).

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo, consideramos importante um aprofundamento teórico nos campos de investigação sobre economia solidária, educação popular, pedagogia decolonial e as relações que implicam esses componentes teóricos.

Algumas dessas compreensões vêm com o intuito de alcançar uma fissura, uma via de esperança para um meio de vivência que esteja de acordo com um pensamento e práticas sociais pertinentes. Este caminho se dá pela educação crítica, ou pedagogia decolonial, culminando na economia solidária. Sabendo que na virada do século XX para o XXI, uma parte da academia latino-americana viu emergir o debate sobre a decolonialidade, Mota Neto (2018) afirma que:

> Os agentes principais desta inovação são intelectuais que desde o final dos anos de 1990 têm se reunido em torno de um programa de investigação da modernidade/colonialidade latino-americano, assim como foi inicialmente denominado por Arturo Escobar (2003), mas também já chamado, por Santiago Castro-Gómez e Ramón Grosfoguel (2007), de grupo modernidade/colonialidade, e por Eduardo Restrepo e Axel Rojas (2010) de coletividade de argumentação da inflexão decolonial. Este programa tem se constituído a partir de uma contumaz crítica às visões eurocentradas da modernidade, propondo uma forma de entendê-la a partir de sua exterioridade, isso é, não por aquilo e por aqueles que estão fora da modernidade, mas pelo que foi subalternizado por ela, mas particularmente pelo que foi periferizado pela faceta oculta da modernidade, chamada por eles de colonialidade (Mota Neto, 2018, p. 9).

Mota Neto (2018) apresenta uma unificação desses autores do programa, cujos maiores expoentes são Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Walter Mignolo. A ideia é de que a modernidade não é um fenômeno intraeuropeu:

> Uma construção simbólica e histórica nascida da violência colonizadora ou da subalternização dos povos "originários" da América Latina e de outras regiões colonizadas do mundo. Individualmente ou em rede, os intelectuais do programa têm produzido um significativo conjunto de categorias de análise sobre a modernidade/colonialidade, especialmente nos campos da filosofia, dos estudos culturais, da sociologia, da história e da análise literária. Eles têm procurado investir na construção de uma perspectiva epistemológica emergente desde a América Latina, um "paradigma Outro" (ao invés de mais um paradigma no contexto da

> ciência moderna), uma “epistemologia de fronteira”, questionando a subalternização dos conhecimentos dos grupos oprimidos de nossa região e propondo uma lógica de pensar diferente, que considere e inclua a densa trama histórica e simbólica que está implicada em tais conhecimentos subalternos (Mota Neto, 2018, p. 12).

Mesmo existindo padrões históricos de poder, a proposta da economia solidária, através da educação popular e seus desdobramentos, situa essa realidade do CTA, estruturando seu funcionamento numa direção de cooperação e de solidariedade. O grupo de camponeses/as, na condição social de pessoas oprimidas, sofridas nas relações de exploração, é provocador de projetos vinculados às causas e por condições de sustentabilidade na terra.

A existência camponesa é matricial de muitas lutas dos grupos camponeses, necessárias quando se pensa na equidade, nas razões da migração rural para os centros urbanos, nas resistências, nas proposições e nas possibilidades de auto-organização.

Na existência camponesa, encontramos realidades frequentes e distorções do que seria proteção por meio de leis e incentivos na categoria de trabalho na agricultura. Isso acontece porque há uma constância na luta de classes, de subalternização dos/as trabalhadores/as e investimentos restritivo da produção de tecnologias sociais para amparar essas questões econômicas, educacionais, ecológicas e de saúde para viabilizar a existência com qualidade de vida no campo.

Segundo Quijano (2000, p. 1), “o fenômeno do poder é caracterizado como um tipo de relação social constituído pela presença permanente de três elementos: dominação, exploração e conflito”, que influenciam o trabalho, a sexualidade, a autoridade coletiva (ou pública), a subjetividade/intersubjetividade, além de seus recursos e produtos. Logo, em oposição a essa dominação, as proposições da decolonidade e da ação popular e participativa vêm combatendo um colonialismo do ser, do saber e do poder, em todas as suas dimensões. Isso limita o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões, baseado em um tradicionalismo pedagógico que desafia o autoritarismo da ciência moderno-colonial.

A educação popular pode ser compreendida em sua dimensão humanizadora, tendo como base comunidades de aprendizagem. Os indivíduos historicamente subalternizados são resgatados dentro de suas vidas, quando estavam fora ou em desacordo com as idades para a escolaridade, ou mesmo privados de direitos à educação formal.

São condições sociais de opressão, impostas ideologias de ocultamento das realidades que legitimam as políticas de exclusão, para um universo de aprendizado sobre as

classes sociais a que pertencem: de serem trabalhadores/as e vinculados/as à agricultura familiar camponesa.

Através do vasto campo de formação como a agroecologia e a economia solidária, este conhecer-se para poder saber de si constrói um universo de fortalecimento. Para Brandão,

> Tal como em nossas cidades e universidades, existem “ali” também os seus professores-educadores, os seus mestres e os seus doutores. E mais ainda, “pedagogias próprias”. Existem sistemas patrimoniais de partilha e transmissão de saberes não raro menos repressivos e mais efetivos do que os que praticamos em nossas escolas (Brandão, 2019, p. 12).

A garantia de permanência da pessoa na sua comunidade, lugar seguro, se torna ainda mais forte quando recebe o preparo para as transformações necessárias em adequação com a vida e o trabalho no campo. A troca de sementes é uma prática simbólica e tradicional nas reuniões e encontros no ambiente educativo do CTA. Um momento em que se respeita os conhecimentos ancestrais e históricos de cada pessoa ali representando seu povo e sua cultura; assim, interculturalizando os saberes numa teia de aprendizados e respeito à natureza.

Fotografia 6: Fotos da Assembleia do CTA.



Fonte: Própria autora.

Essa foto foi tirada em um momento de mística da reunião de assembleia, quando cada agricultor/a leva sua semente ao centro e troca, levando todos os seus saberes e técnicas de plantio e desenvolvimento da planta, respeitando e preservando espécies quase em extinção.

As configurações de seguridade existencial são ampliadas nas partilhas. Os conhecimentos estão sendo adquiridos e distribuídos. A segurança alimentar está diretamente ligada a grupos de produtores conscientes, que atuam em seu meio de trabalho solidário, como agentes de uma cultura outra de produção.

Saber a quem deve servir essa educação é também saber sobre o ensino e a aprendizagem. O educador está numa postura de diálogo, de mediador do saber. Ao tratar de contextos diversos, Walsh (2009) apresenta as falas de Fanon e Freire, afirmando que para ambos:

> La deshumanización y humanización son proyectos enraizados en una realidad y contexto históricos concretos, pero mientras para Freire "tanta la humanización como la deshumanización son posibilidades para el hombre como ser incompleto conciente de su incompletación", para Fanon el problema también radica en el proyecto incompleto de la descolonización. La deshumanización, según Fanon, es componente central de la colonización; la humanización, por ende, requiere la descolonización (Walsh, 2009, p. 21).

Seria uma característica comum de colonizados, por muito tempo em condições de escravos e ainda em busca de compreender o outro lado da verdade, quando não se conhece e não se compreende. Com o discurso da modernidade, há a ilusão de que o conhecimento é abstrato e deslocalizado, fazendo-nos pensar que o conhecimento é universal e desincorporado – não tem classe ou corpo, nem sexo ou cor. É este mesmo discurso da modernidade que também cria a necessidade de todas as regiões do planeta "subir" para a epistemologia da modernidade; ou seja, para cercar a América Latina para o modelo eurocêntrico como o único progresso válido no campo do conhecimento (Walsh, 2009, p. 5).

Há epistemologias não modernas sendo desenvolvidas? Exemplificamos com a educação do campo. Para Brandão (2019), esta foi um direito adquirido recentemente, próximo aos anos 2000, associada aos movimentos de luta pela Reforma Agrária. Diferente da educação rural paternalista, ela se apresenta como uma prática definitivamente política e vocacionalmente socialista, com o predomínio de imaginário, ideologias e propostas de cunho marxista. Segundo ele, a educação do campo retoma a classe social e a luta de classes, categorias e processos fundadores da análise da sociedade, principalmente o capitalismo.

O autor acredita ser necessário abrir um cenário simbólico próprio para outras modalidades de prática pedagógica que, embora próximas das alternativas do item anterior, delas diferem porque sua ação não se dirige a um território geográfico. E, lá nesse local, seus sujeitos claramente definidos – indígenas, quilombolas, camponeses – contribuem para uma ampla vocação de uma variante de educação pensada em seu sentido menos restritamente curricular e escolar-burocraticamente possível, mas aberta e presente para amplas experiências de organização e de formação social.

Essa compreensão da teoria é importante para o diálogo, considerando que existem pessoas que estão ainda buscando novas oportunidades de vida distantes do espaço de vida até fora do país; abandonando as suas terras e vida no campo, vão para a cidade.

Nas escolas do campo ainda pouco aprendem sobre realidades comuns ao seu cotidiano com a terra ou agricultura. Os conteúdos são, por vezes, recheados de modernidade, para atrair mão de obra barata para as grandes cidades, reforçando a colonialidade do ser, do saber e do poder.

As práticas sociais e pedagógicas camponesas podem se ampliar do território cotidiano de trabalho e de educação do espaço ambiental local para a compreensão e definições das relações da humanidade. Esse é o encantamento de compreensão de ambientes educativos, de contextos de organização que demonstramos e discutimos, para compreender a complexidade existencial dos contextos da educação e da vida camponesa. Sabemos que há poucos modelos parecidos no Brasil dessa denominação de educação genuinamente autêntica no seu modo de ser, metodologicamente baseada no que Brandão chama de “educação própria”:

> Coloquemos aqui a Educação para a Paz, a Educação Ambiental, a Educação e Direitos Humanos e outras de semelhante abrangência. Algumas delas “ingressam na escola”. Outras permanecem à sua margem e originam movimentos e redes não raro de abrangência internacional. Não raro elas valem mais por suas interações com outras modalidades de educação. Assim é que na América Latina existe um movimento de educação ambiental popular. De igual maneira, acredito ser quase inevitável alguma associação entre: educação social, educação ambiental, educação e direitos humanos, educação e minorias sociais e culturais, educação para a paz, educação prisional, para ficarmos apenas em algumas possíveis e desejáveis interações (Brandão, 2019, p. 11).

De certa forma, essa modalidade é praticada em Pontes e Lacerda no CTA. Ao salientar essa dimensão e diversidade da educação, o autor também atenta a necessidade de descobrir teias e redes entre nós para criar, consolidar e estender cada experiência. Levar a

construções pedagógicas próprias, formas autênticas de trocas de experiências, alargando a compreensão de mundo, sendo ele mais conhecido e diversificado pelas diferenças que fazem de todos os seres comuns por suas particularidades.

A popularização da educação popular nas comunidades de aprendizagem ocorre pela materialidade do conteúdo estudado, pelas bases de relações com organizações sociais e entre muitos aspectos da construção do saber a partir de dentro, na estrutura da educação inversa de uma fórmula mercantil. Obedece-se aos padrões historicamente constituídos pelas bases políticas da materialidade de pensamentos chamada educação libertadora.

Numa transição nos conceitos fundamentais da educação para a valorização do coletivo, o perfil do educador dentro dessa ambientação, a filosofia das *práxis,* de uma pedagogia crítica, deve representar a realidade sobre o que precisa ser apreendido e o que precisa ser ensinado para uma significativa emancipação social. É uma ciência que teoriza as necessidades humanas de desenvolvimento cultural, econômico e social.

Cada educador/a e ambiente educativo pode e deve ser agente de construção de novas práticas de pensar estruturas, relações e práticas sociais não homogêneas e sim pluralizadas nas maneiras de compreensão sobre comunicar o saber, as teorias, as fontes e as bases de conhecimento humano. Isso torna a teoria de educação popular freireana uma base de conhecimento para um caminho decolonial:

> La pedagogía de-colonial, como la pedagogía crítica, es “en última instancia, un sueño, pero uno que se sueña en el insomnio de la praxis. Esto se debe a que un individuo no puede decir que ha logrado la pedagogía critica (o la pedagogía de-colonial) si deja de luchar por conseguirla”, si deja su insurgencia social, cultural, política, epistémico-intelectual y educativa. Con esta referencia, no estoy sumando la pedagogía de-colonial a la pedagogía crítica, ni sugiriendo la primera como manifestación contemporánea de la última. De hecho, la pedagogía de-colonial tiene su propia genealogía –sin tener que necesariamente denominarla así- enraizada en las luchas y praxis que las comunidades afro e indígenas han venido ejerciendo desde años atrás, las que recientemente están saliendo a la luz y siendo reconstruidas y revitalizadas como parte de una postura y proyecto políticos (Walsh, 2012, p. 23).

A modernidade, segundo Dussel (2000, p. 49), é um “mito” que oculta a colonialidade. Segundo o autor, na colonialidade, “a civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica)”. Outra característica da modernidade liga-se ao fato de que o conhecimento e seu processo educativo de “desenvolvimento devem ser aqueles seguidos pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e a Europa que determina, novamente de modo inconsciente, a falácia desenvolvimentista)” (Dussel, 2000, p. 49).

Freire (2004) substancia à educação um compromisso político e social importante, ensina e evidencia posturas do/a educador/a, que podem ser a bancária ou a com características dialógicas, da pedagogia crítica que leva à autonomia. Ao intervir criticamente no mundo, a educação é um ato de inclusão ou exclusão.

Então o sujeito crítico pode e deve intervir eticamente, pois a realidade é construída e sempre coletiva. Para uma educação como ferramenta de construção da relação do educador e a consciência de classe para compreender o processo de vida social como um todo, ele acredita que o que muda o mundo são as lutas sociais. Por isso, a educação sozinha não resolve os problemas sociais.

Observa-se então que a responsabilidade social e política precisava democratizar a educação. Mas a crise social pós-ditadura ocorreu também através das condições de trabalho, e isso fez com que fosse pensada a criação de bases de enfrentamento sólidas, para uma massa de ideias de liberdade e diálogos. Os pensamentos sobre autonomia ética devem dar uma valorização e apropriação de um conceito de transformação e emancipação humana.

Tradicionalmente, a realidade da educação infelizmente não consegue legitimar essas filosofias que se comprometem com uma educação baseada no diálogo. Desta maneira, a educação com essa pedagogia crítica é o convite à compreensão de momentos históricos de olhares e particularidades entre teorias e pensamentos e práticas.

> Pero lo que nos interesa no es sólo la manera que Freire repiensa su pensamiento, incorporando mas críticamente algunos elementos de Fanon, sino también la contribución pedagógica que hace Fanon, al enlazar lo político, lo epistémico y la existencia racializada dentro del marco de la descolonización, la (des)humanización, y la revolución social. Y es con este afán, que exploro a continuación el pensamiento de ambos, enfocándome en los ejes interconectados de la (des)colonización y (des)humanización (Walsh, 2009, p. 18).

Essa interconexão garante uma humanização real. A pessoa na sua essência, na sua comunidade de vida, pode ser acolhida. E assim o aprendizado significativo, participativo, aparece para estruturação do ser humano, para ele criar condições de compreensão crítica sobre as situações que a ele se apresentam. No caso dos/as camponeses/as, desafios econômicos. Assim surge a economia solidária como resposta e estratégia de resistência, mas mostrando novos cenários a essas pessoas envolvidas.

> Considerada de esta manera, la pedagogía de-colonial, como la pedagogía crítica, es “en última instancia, un sueño, pero uno que se sueña en el insomnio de la praxis. Esto se debe a que un individuo no puede decir que ha logrado la pedagogía critica (o la pedagogía de-colonial) si deja de luchar por conseguirla”, si deja su

> insurgencia social, cultural, política, epistémico-intelectual y educativa. Con esta referencia, no estoy sumando la pedagogía de-colonial a la pedagogía crítica, ni sugiriendo la primera como manifestación contemporánea de la última (Walsh, 2009, p. 16).

É preciso pensar um conhecimento a partir da vida cotidiana, o pensamento e a ação educativa em ambientes sociais. Walsh (2009) traz uma noção epistemológica de conhecimentos baseados na história de homens e mulheres que conseguiram movimentar a questão participativa e comunitária, construindo e fortalecendo um coletivo de agricultores e apoios de organizações não governamentais, real e genuinamente social, não político, mas politizado por caracterizar sua classe de trabalhadores rurais.

O povo que planta resiste a uma estrutura econômica que valoriza a monocultura, o uso de venenos e de agrotóxicos, em uma proporção de maiores produtores mundiais. O alimento que chega às escolas públicas, às feiras municipais e aos mercados de negócios de preferência alternativos são dos/as pequenos/as agricultores/as. Esse conhecimento de plantio, de uma ciência das práxis ambiental e de cooperação na agricultura, agroecologia e do trabalho associado, são desenvolvidos e socializados pelas experiências e sapiências geridas e sistematizadas no CTA. Podemos nos embasar em Brandão e demonstrar que

> pensam e praticam educação própria. Estejamos prontas a reconhecer a legitimidade e a inteireza de sistemas próprios de construção e partilha de saberes, de sentidos de significados e de valores, de pessoas, povos e culturas que até aqui, de uma forma ou de outra – e com as mais variadas intenções e os mais confessáveis ou inconfessados motivos – têm sido tutelados por nós, por nossas agências e por nossas “pedagogias destinadas” (Brandão, 2019, p. 23).

Essas pedagogias destinadas ao princípio de construção de uma nova forma de se bem viver passa pela economia juntamente com a educação. De Carvalho (2018) sugere o desenvolvimento da economia solidária como alternativa de produção do saber econômico, com a finalidade de promover conhecimentos e práticas que possibilitem um giro decolonial. Pode ser considerada uma saída ao capitalismo, pois é uma forma diferente de produção e comércio necessários para a subsistência e desenvolvimento de determinada comunidade.

Em linhas gerais, pode ser definida como o conjunto de atividades econômicas – produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão (Brasil, 2015); ou ainda, “como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade” (Singer *apud* Oliveira, 2008, p. 289).

Para consolidar um sistema de funcionamento contra-hegemônico, é necessário que se compreenda bem dos dois sistemas: um deles, mais cooperativista com o princípio de

sociedade e bem comum, funcionando dentro de outro, individualista e consumista, com princípios outros:

> A contra-hegemonia é a afirmação de práticas sociais que inventam uma nova humanidade. O novo homem e a nova mulher que se fazem na dialética das contradições entre proposições que levam à cooperação e às estruturas sociais e mentais predominantes na cultura da dominação. De espaços de trabalho assentados na exploração do trabalho para a constituição de relações subjetivas e objetivas para a consolidação do trabalho associado (Zart, 2017, p. 6).

Zart (2017) enfatiza nas relações socioeconômicas a relevância do trabalho. Argumenta que o trabalho é uma importante escola de formação da personalidade moral e social. O trabalho não é apenas o método que realiza o acréscimo da produção social: constitui-se em método susceptível de fazer homens cultivados e úteis sob todos os aspectos. Por isso, os indivíduos procuram maximizar o seu bem viver nos espaços de relações sociais autorreguladas, sem a intervenção impostora de forças externas.

É possível desconstruir o senso comum de que a economia precisa ser um carma pessoal ou uma bênção divina. Aqui estão princípios e grandes desafios de saída contra a exploração capitalista, mas também tarefas desafiadoras que as classes subalternas assumem, de resposta moral e econômica para a transformação e o empoderamento. São processos societais e educacionais, por meio de organizações que visam implantar e sustentar um novo modelo de produção, de organização, de comercialização e desenvolvimento de atividades de gestão. É necessário pensar em como os conhecimentos gerados nas de experiências locais de organizações de trabalho associado e agroecológicas – boas ou ruins – podem ajudar na estruturação de modelos solidários e sustentáveis nas comunidades; experiências essas em que se conseguem o fortalecimento por meio da criação e socialização de uma consciência coletiva que permite a valorização dos saberes comuns.

Existe um grande percurso para o encaminhamento da compreensão em profundidade das experiências camponesas. A continuidades de pesquisas e reflexões fará a aproximação dos estudos sobre o CTA, compreendendo a economia solidária, a agroecologia e a educação popular, para que consigam adquirir uma ampla ação em termos de auto-organização. São formas de potencializar as oportunidades do seu desenvolvimento como alternativas ao modelo universalizante e eurocêntrico de ser, de poder e de saber atuais no caminho da decolonialidade.

Com isso, experiências de expansão e aprofundamento da economia solidária, da agroecologia e da educação popular passam a ser mais expressivas, constituindo-se

potencialmente como um modo de produção alternativo no Brasil e no mundo. Sendo assim, a chance de alcançar paradigmas solidários de vivências, de conhecimentos pertinentes e modos sustentáveis de produção da vida já são realidades materializadas na vida e na história. O CTA pode ser tido como espaço organizacional e experiência educacional e produtiva consistente de pessoas envolvidas no processo de fundação e sustentação de atividades planejadas e desenvolvidas a partir de e pelos/as camponeses/as.

A pedagogia decolonial sugere uma contemporaneidade importante na relação de insurgência, que quer dizer entrar em atrito com tudo que foi colocado como hegemonia de conhecimentos e culturas modernas, liberais e burguesas. A experiência camponesa do CTA é a ilustração de uma pedagogia do trabalho associado, ligada às situações e condições dos projetos da organização da vida dos homens e das mulheres do campo.

Nesse sentido, a prática da educação popular, da pedagogia crítica e outros elementos da decolonialidade, presentes nas estratégias educativas das organizações sociais como o CTA, contribuem de maneira significativa para o bem viver das pessoas que participam desses processos.

4 PRODUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL

Fazer juntos uma reflexão sobre nossas realidades é entrar em um caminho de pesquisa horizontal, em que as várias esferas da vida estão lado a lado, sempre fazendo relações entre situações limites do capitalismo, cada dia mais predatório. Vamos em defesa da vida, em todas as suas formas naturais. É assim quando agimos com as redes de sociedades de pessoas de todas as diferenças.

Homens e mulheres empenhados em coletivos observam os sinais de que as políticas dos cotidianos podem ser repensadas de uma maneira mais solidária, e assim ajudar a criar uma forma para que isso possa acontecer. Esse foi um compromisso que os sujeitos fundadores do CTA assumiram com seus pares dentro desses movimentos associativos que evoluíram há mais de trinta anos, aqui no Vale do Guaporé, no sudoeste do Estado de Mato Grosso.

Um dos objetivos assumidos por essas redes é renovar, de maneira solidária e ecológica, as cadeias produtivas: produzindo nas redes tudo que elas ainda consomem do mercado capitalista – produtos, insumos, serviços etc. Com isso, há a correção de fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista.

Essa produção que acontece em meios associativistas tem conceitos diferentes, gerando a todas as organizações uma singularidade, particularidade de produção, de novas maneiras de pensar e praticar as coisas. As conquistas sociais, de desenvolvimento dos trabalhadores, diminuem a exclusão de condições subalternas. As pessoas constituem suas práticas sociais dentro dos grupos que participam. Conceituamos a Produção Social de Conhecimento a partir de Zart e Bitencourt:

> Quais conhecimentos e que mundo experienciamos são os resultados apresentados na forma de demonstração e de argumentação em torno de pressupostos e princípios que fundamentam as práticas educativas na incubação solidária, inter-relacionados para a constituição da cultura e da solidariedade, analisando situações limites e possibilidades de uma totalidade educacional transformadora de percepções e concepções de mundo que perpassam pela ideologia de dominação exploração para a produção social de conhecimentos sociais de experiências interacionais de solidariedade e de cooperação com grupos sociais populares (Zart; Bitencourt, 2020, p . 205).

Pensamos em produzir uma pesquisa científica comprometida com as práxis solidárias e libertadoras, a partir de: saberes comuns dos povos; perspectivas do

conhecimento; visões criativas, conectadas à cultura local, brasileira e latino-americana. E, com isso, conhecer, aprender e ensinar de dentro para fora. No nosso caso, a observar os camponeses e suas lutas em busca de enfrentamento e de ferramentas de fortalecimento de suas bases de organização. Nessa reflexão, o conhecimento histórico envolve uma co-construção de uma realidade que se materializa como uma interação entre os sujeitos envolvidos nos processos que sustentam o CTA e suas muitas maneiras de existir.

Conhecer e reconhecer as preocupações com a vida das pessoas no campo, em conformidade com a realidade política e econômica, é um conhecimento que tem pertinência, a partir da construção social da realidade.

Pensar e praticar a relação da vida normal e o pensar entre as ciências tecnológicas nos levam a compreender os novos saberes. Esse pensar vem reconstruir as experiências, a partir das relações educacionais e socioeconômicas desses sujeitos. Essas imersões de pensamentos e práticas não só reconstroem, mas reconhecem os sentidos que cada pessoa que entra em uma relação de participação e interação.

É necessário aprofundar alguns temas das constituições do ser, mas também das nossas memórias coletivas. Para entender as formações intelectuais que acontecem no coletivo associativista, segundo as afirmações das interações sociais, os processos políticos de mobilizações sociais partem dos diálogos para constituir conhecimento a partir da realidade sociocultural das pessoas envolvidas. E assim compreender que somos o que somos pela relação com o outro. Precisamos apurar uma aproximação científica que venha a:

> considerar que o conhecimento é uma construção social, estamos aferindo uma valoração da historicidade, isto é, ele resulta dos interesses e das proposições de determinados grupos sociais para explicar a realidade social. É uma interação social e política que implica na legitimidade ou na negação de determinados conhecimentos e de metodologias de organização da pesquisa, da extensão e do ensino. É a capacidade de aferir valores democráticos para ter a presença física e cultural de grupos sociais historicamente excluídos nos espaços sociais e da universidade para debater e expressar o sentido de verdade para o conhecimento científico (Zart, 2019, p. 158).

Na Produção Social de Conhecimento, é desenvolvida a formação para que haja respeito. As implicações nas relações de ética social, gênero e territorialidade são lutas que se encontram dentro de conceitos de técnicas e metodologias mostradas nesta pesquisa, que comungam em métodos aplicados no CTA, a partir de muitas teorias e experiências inovadoras.

Sobre as histórias que mobilizamos, podemos compreender, dentro de conceitos básicos da produção de conhecimento, muitos momentos históricos e documentos que estão colocados como peças de um mosaico de desafios e resultados. Todos com princípios de cooperação mútua, práticas do trabalho e educação, carregados de justiça e solidariedade, valores básicos de processos históricos de enfrentamento e resistência.

Ao ouvir os sujeitos da pesquisa, vimos que é possível um movimento dinâmico entre passado e futuro, entre os desafios históricos de construir conhecimento e a relação das vivências com C&T dentro dos conhecimentos dos camponeses, povos tradicionais, quilombolas e indígenas; pois nelas, a ecologia dos saberes promove o fortalecimento das redes de apoio sociais, político e econômico, que se encontram no cuidado com a terra e seus ecossistemas.

Para Santos e outros (2005), todos os conhecimentos são contextuais. A autorreflexibilidade por parte do conhecimento ocidental nas últimas três décadas constitui o primeiro passo para o reconhecimento da diversidade do mundo.

> A ciência não passa ao largo de seus praticantes, ela se constitui por uma série de práticas e estas certamente não se dão em um vácuo político e social. Há também o problema comparativo de saber se saberes tradicionais e saber científico são unidades em si mesmas comparáveis, com algum grau de semelhança. A isso, uma resposta genérica, mais central é sim, ambas são formas de procurar entender e agir sobre o mundo. E ambas são também obras abertas, inacabadas, se fazendo constantemente (Cunha, 2009, p. 302).

Essa proposta de uma constante e inacabada maneira de produzir conhecimento se funde na pesquisa realizada e nas práticas e vivências do CTA, nas suas complexas estruturas. Isso não dá um limite ou determinação total dos temas que desenvolvemos na pesquisa, pois se trata de uma abordagem histórico-crítica baseada nas memórias e realidades vivenciais, com características, às vezes, subjetivas e com singularidades de grande autenticidade.

A essa afirmativa, trazemos aqui um coletivo de pensamentos e estruturas de conhecimento e vivências que buscam explicar como essa produção de conhecimento produzido e compartilhado entre os camponeses/as do CTA trouxe às organizações locais e redes de apoio práticas de trocas de apoio que gerasse intervenções na política desenvolvida em nosso país. Os acessos a apoio a fundos internacionais, os recursos adquiridos, são a legitimação de uma cultura, aferindo valores democráticos aos espaços sociais econômicos e culturais que podem ser preenchidos.

Conversando e vivenciando junto com os atores dessa organização, vemos que a construção social é complexa. Ela evidencia as diferentes esferas das nossas necessidades humanas, socioculturais. Nos grupos de igrejas, associações, sindicatos e movimentos estão as contradições.

Esse contexto de diversidade que temos no CTA, conforme Zart (2019, p. 158), é perpassado por lógicas geradoras de estranhamentos, problematizadoras das concepções, das práticas e das posições sociais. São provocadoras de novos elementos intelectuais que possibilitam referenciais cognitivos e éticos distintos. Esses elementos geram as tecnologias alternativas, ampliam e aprofundam as práticas e os conceitos que geram processos epistemológicos democráticos.

Ao se complementarem, formam uma totalidade interpretativa crítica. A interação dos sujeitos sociais é também a comunicação de conhecimentos científicos e dos conhecimentos ordinários, que provêm das experiências cotidianas das pessoas relacionadas às suas práticas sociais. Nesta perspectiva, os conceitos e métodos utilizados nas formações dentro do CTA possuem uma gama de troca de conhecimentos, geração de trabalho, economia solidária, cultura coletiva, educação, cultura. Partindo de um princípio chamado união, a qual trouxe confiança, comunicação e fluidez nas relações e nos desafios dessa proposta contra-hegemônica e decolonial.

As técnicas e as compreensões são as formas de repasse desses conteúdos de conhecimento sobre o saber fazer, sobre o domínio da natureza. A construção científica não pode trazer alienação, sendo que o conhecimento pode trazer a libertação da dominação sobre os homens, animais e a natureza. Os recursos técnicos e os processos que deveriam nos auxiliar, dentro de um sistema capitalista podem destruir e alienar o ser humano.

Ouvimos os atores e produtores dessas técnicas desenvolvidas dentro de uma racionalidade econômica camponesa decolonial, que valoriza e caracteriza a produção em pequena escala, com agregação de sustentabilidade e segurança alimentar. A sustentação dessa produção se dá na formação e assistência dessas maneiras alternativas que os camponeses/as mantêm seu trabalho solidário.

O homem sempre transformou suas condições de vida pela ciência. No entanto, questões políticas e econômicas, compreendidas na dimensão da alienação, fazem a vida naturalmente ser controlada pela manipulação cognitiva do sistema capitalista. Isso ocorre desde uma questão artística, alimentar, educacional, pela manipulação da razão instrumental,

que é a dominação sobre o ser humano, a tecnologia e a natureza. Trazemos algumas problematizações centrais da questão da tecnologia através da teoria crítica de Theodor Adorno, um pensador da sociedade capitalista e da cultura de massa.

Adorno propõe analisar as estruturas de poder. A manipulação que elas são responsáveis leva à homogeneização e à perda da autonomia individual. Através da dialética negativa, Adorno procura compreender e propor alternativas justas e igualitárias.

> Quando o desenvolvimento da máquina se converteu em desenvolvimento da maquinaria da dominação - de tal sorte que as tendências técnica e social, entrelaçadas desde sempre, convergem no apoderamento total dos homens - os atrasados não representam meramente a inverdade. Por outro lado, a adaptação do poder do progresso envolve o progresso do poder, levando sempre de novo àquelas formações excessivas que mostram que não é o malogro do progresso, mas exatamente o progresso bem-sucedido que é culpado de seu próprio oposto. A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 46).

Ao questionar as categorias de poder e os conceitos que a sustentam, Adorno propõe importantes princípios adotados nas lutas de classes das históricas e conflituosas trajetórias das organizações sociais: a negatividade, a não identidade, e o conceito crítico.

Podemos analisar cada conceito desse dentro dos contextos de planejamento e filosofia dos primeiros passos desses sujeitos que planejaram e estruturaram uma possível utopia que se materializa no desenvolvimento da constante produção social no CTA.

Primeiro, a questão da negatividade é aplicada desde o início da fundação, pois Pontes e Lacerda é uma cidade que sempre teve fortemente uma dominação do poder latifundiário e político. Logo, essa contradição foi uma verdadeira manifestação do poder da força do proletariado, daqueles que vieram em busca de terra, dentro de um plano ilusório do Governo sobre a Reforma Agrária. Esse plano beneficiou alguns e prejudicou a maioria, como vimos nos capítulos anteriores, mas a organização e resistência trouxeram também uma possibilidade de desenvolvimento.

A não identidade fixa desse movimento envolve uma grande construção social complexa e multifacetada, que sempre dificulta uma determinação científica ou até mesmo números de estatísticas frias que não vão mostrar de fato as realidades dos camponeses/as. Eles apresentam sempre um espírito revolucionário e questionador. Mesmo convivendo com a comercialização dentro do mercado capitalista, procuram distribuir os lucros e os saberes, tratando as contradições a partir de uma lógica diferente.

4.1 Produção social de conhecimentos nas tecnologias sociais do CTA

As cenas de prospecção nos inícios dos anos que antecedem a construção e instalação do CTA já apontam para um início e constante materialização da luta pela terra. Desde o ponto de vista social, caracterizou-se por muitos ciclos diversificados em que a utopia deu lugar a fenômenos de desenvolvimentos humanos e sociais pouco vistos nesses territórios.

Os projetos e objetivos desenvolvidos pelos camponeses foram desenvolvidos e ajustados dentro das possibilidades da época. Em 1992, na fundação do CTA, muitos não sabiam exatamente quais processos seriam necessários para que se fosse possível concretizar os planos pensados nos coletivos das associações do Vale do Guaporé, no sudoeste do Estado de Mato Grosso. Cada uma naturalmente seria diferente, teria que pensar em maneiras de desenvolver essas estratégias. Freire (1982) diz que não estamos no mundo apenas para nos adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível nenhuma mudança, devemos usar todas as possibilidades para, além de afirmar nossas posições e utopias, participar das práticas coerentes a elas. Isso inspirou conforme vimos toda uma inovação social.

Pensando a partir das entrevistas com os fundadores e participantes do CTA, e junto com as filosofias e práticas adaptadas a esta dinâmica e participativa ação coletiva, desde o sonho até toda a estruturação e manutenção do CTA, podemos compreender que ele se formalizou com esforço de muitos e muitas pessoas que resistiram juntas a todas as barreiras epistêmicas de evolução no campo da produção, trabalho e tecnologia.

No caso dessa pesquisa e da história de produção do conhecimento social do CTA, a neutralidade nunca foi um princípio, pois:

> na imparcialidade da linguagem científica, o impotente perdeu inteiramente a força para se exprimir, e só o existente encontra aí o seu signo neutro. Tal neutralidade é mais metafísica do que a metafísica. O esclarecimento acabou por consumir não apenas os símbolos mas também seus sucessores, os conceitos universais, e da metafísica não deixou nada senão o medo abstrato frente à coletividade da qual surgira (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 35).

A discussão e exposição dessas históricas manifestações socioemancipadoras, a partir da organização dos saberes humanos, resultando na apropriação de técnicas e conceitos comuns da comunidade, elementos sustentáveis, que dão apoio às adequações possíveis, não somente idealistas, mas adaptadas às realidades desiguais do nosso país.

João Ivo Puhl desempenha diferentes papéis de diálogo com a presente pesquisa: primeiro, como sócio-fundador, nas primeiras ações desenvolvidas no vale do Guaporé; posteriormente, a partir de sua produção intelectual, numa pesquisa realizada no seu mestrado pela UNEMAT, sobre a região de conflitos agrários. Temos essa pesquisa em várias situações, nos capítulos que contamos a história local. João Ivo é um educador orgânico, dinâmico, cheio de paixão pelo tema, retratando várias dimensões de sua vida, principalmente quando esteve participando diretamente do CTA.

Também para além dos fatos e memórias, ele nos ensina a ter um olhar de solidariedade. Pensar pedagogicamente e contribuir em muitos detalhes da vida, trouxe a experiência de um olhar sensível e cuidadoso para com as pessoas e suas biografias. Assim, sua contribuição, além do texto, foi de entrega e doação. Estes encontros, durante esse tempo de pesquisa, envolvem atores diversos, pessoas que desenvolveram teorias, que constroem possibilidades e planejamentos estratégicos. Isso é a base do que podemos chamar de uma revolução social organizada, responsável por um enfrentamento ativo e significativo às desigualdades econômicas e desequilíbrio ambiental no Estado de Mato Grosso.

Ouvir os sujeitos e exercitar a escuta dialógica, compreender a partir do contexto social, trouxe a esta entrevista uma mística inigualável. As ações desenvolvidas ao longo do tempo eram como descritas por uma visão dinâmica da produção de conhecimento. De acordo com Brait (2006), o enfrentamento bakhtiniano da linguagem leva em conta as particularidades discursivas, que apontam para contextos mais amplos ao considerar os aspectos extralinguísticos imbricados.

Outro ponto a ser observado é que, em uma análise dialógica, não há categorias a priori aplicáveis de forma mecânica a textos e discursos. Nessa perspectiva epistêmica, as categorias emergem das relativas regularidades dos dados, que são observadas/apreendidas no percurso da pesquisa. Nesse caso, com João Ivo, houve uma dialogicidade específica, pois o envolvimento dele era predominantemente em torno do tema e categoria da produção social de conhecimento. Conforme João Ivo, quando conta sua aproximação com os agricultores locais:

> ao chegar convidado pelo meu irmão Vicente Puhl, em 1988, fui visitar ele lá em Vila Bela, e já estavam mobilizando as associações para a ideia de melhorar a produção, melhorar o manejo da produção, melhorar as técnicas que se utilizava, é, diversificar a produção. Então aí que começa em 1993, se começa a discutir e a organizar os primeiros projetos que deveriam ser feitos nas comunidades e nos sítios dos lavradores, mas que eles deveriam começar a ter uma atuação política a nível local e a nível mais amplo. Quem define, por exemplo, que tenha crédito para os

> agricultores, é a política, não é? Teria que ter organização, tem que ter conhecimento, né? (João Ivo, entrevista, 10 de dezembro de 2024).

Falar dos conhecimentos do campo, da natureza, aquela que detém todas as formas de vida, é uma tarefa complexa. A ciência tradicional vem também buscando maneiras de agregar novas tecnologias que tragam mais mobilidade, avanço tecnológico e econômico para o nosso volumoso ecossistema mundial.

As práticas de manejo de informação, de conhecimento sobre o desenvolvimento das plantações e a própria vida social e econômica dos agricultores, eram uma pauta a ser desenvolvida dentro do CTA. As atividades desenvolvidas, sejam elas teóricas ou práticas, foram adotadas pelo povo. Como exemplo: a prática integrada de controle e defesa das plantações, de modo que a produção fosse menos afetada; e a produção de plantas que fortalecem a agricultura familiar e camponesa, pois ela é um sistema de produção que acontece dentro dos lotes do sítio dos trabalhadores. Esses primeiros projetos serviriam como matéria-prima para poder iniciar uma atuação política.

O método de análise socioeconômica que Marx (1996) propõe em relações de classe e conflito social é fundamental para a compreensão da classe campesina como sendo a mais essencial para o funcionamento. Porém, não cumpre todo seu papel emancipatório se não incluir as perspectivas ambientais e de gênero a essa discussão. Desta forma, a Agroecologia retoma tais discussões e nos permite imaginar – em escala global – um novo modelo societal e produtivo e visualizar – em escala focal – diversos casos em que este modelo se demonstra efetivo.

Observa-se que no meio rural as relações sociais se desenvolvem com extrema complexidade e ainda muito atreladas ao poder do patriarcado, resultando na dificuldade feminina de acesso à titulação de terras ou ao crédito rural. Tal situação aponta a necessidade de transformações estruturais fundamentais para que a igualdade de gênero possa ser acessada.

Nessa discussão, um ponto relevante e estatutário do CTA é a participação feminina. Quando se trata dos avanços das mulheres na agroecologia, é preciso tratar de modo estrutural a visão da mulher do campo, muitas vezes atrelada a essas estruturas sociais de poder. No modelo predominantemente capitalista, há a não-valorização da mulher através da atribuição do seu valor intrinsecamente na manutenção das estruturas patriarcais no âmbito doméstico.

Por isso, acaba-se por negar às mulheres do campo a sua cidadania, pois não são reconhecidas como agentes políticas de mudança, capazes de reconhecer as desigualdades ao seu redor, desenvolver e propor soluções. Por se desenvolver como sistema de produção e reprodução alternativo, mas ainda de certa forma inserido dentro da lógica sistêmica do capital, as mulheres encontram na Agroecologia um espaço teórico de avanços; porém, com dificuldades e necessidades de luta e enfrentamento, para que a busca da equidade de gênero seja atingida.

Ou seja, ainda que as mulheres estejam ganhando maior protagonismo dentro de modelos agroecológicos, as narrativas ainda são majoritariamente masculinas, necessitando haver uma troca de eixo. Em nossa entrevista, Joao Ivo fez questão de citar essas questões:

> Na família camponesa, praticamente todas as tarefas da casa é das mulheres, preparar comida, lavar, limpar a casa, lavar a louça, cuidar quintal. Fazer a educação dos filhos, o cuidar da saúde, fazer tudo isso aí, né, E elas têm tarefas, inclusive ainda no sítio, na roça. Por exemplo, quando você perguntava sobre o que que precisava melhorar nas casas, os homens não sabem o que falam, não sabia falar, já elas diziam para nós, mulheres, era importante um banheiro, um lugar de lavanderia melhor, uma cozinha mais ampla e tal é uma, por exemplo, elas viam mais holisticamente todo o ambiente doméstico, né? Na casa e ainda a visão, a realidade do quintal da roça tá! Então, os homens tinham uma visão sobre a roça, sobre as criações, tá (João Ivo, entrevista, 10 de dezembro de 2024).

Na construção desse início do CTA, muitas mulheres incorporaram as práticas e as vivências comunitárias. Mesmo sendo uma minoria notável, fizeram e fazem grande relevância na produção camponesa junto às organizações como fortes lideranças. Cito aqui uma frase de dona Miguelina, atual presidente do CTA, no material produzido em comemoração ao Dia Internacional da Mulher pela FASE Amazônia, FASE Mato Grosso e o Fundo Dema, que apoia projetos coletivos dos “Povos da Floresta” – povos indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhas e da agricultura familiar. Este fundo visa a valorização socioambiental dessas populações e preservação do Bioma Amazônico. Esse projeto, juntamente com a FASE, apresenta o filme “Elas Plantam a Vida: Mulheres e Agroecologia na Amazônia”. O documentário foi resultado do trabalho realizado em comunidades do Baixo Amazonas e Baixo Tocantins, no Pará, e em Mato Grosso, no âmbito do projeto Amazônia Agroecológica, apoiado pelo Fundo Amazônia.

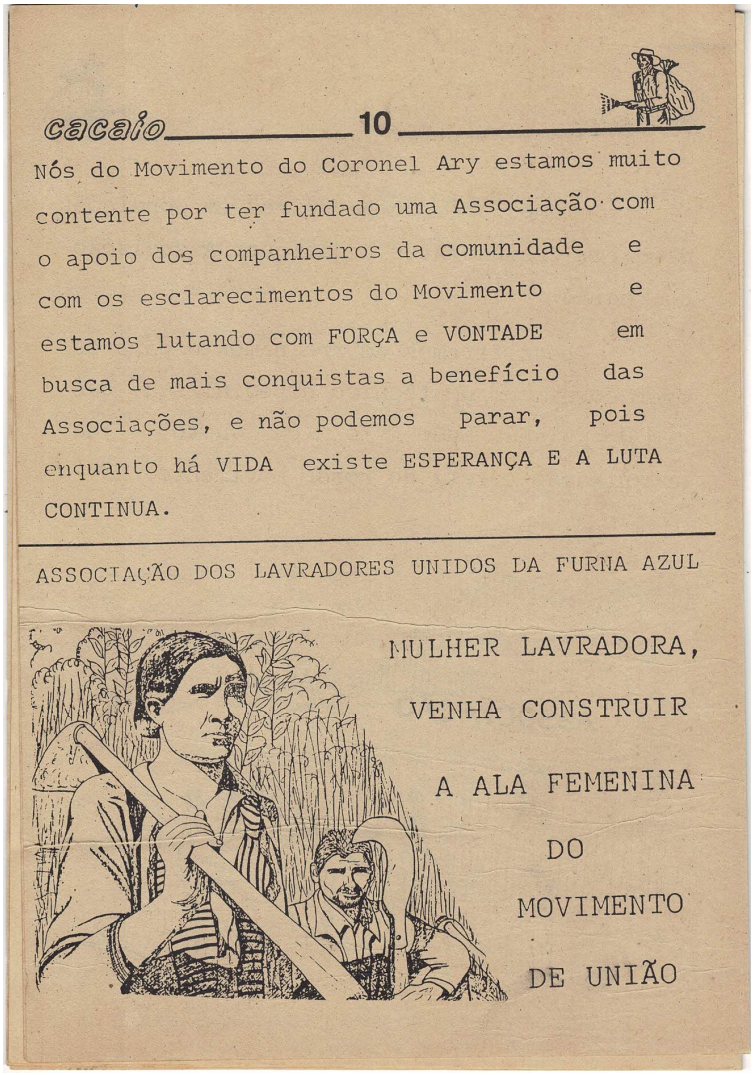
As mulheres se reconhecem como guardiãs da floresta em pé, conhecedoras dos seus direitos e deveres, sabedoras das suas potencialidades e saberes milenares do cuidar da terra, do meio ambiente. Esse olhar sobre as realidades de violências e abusos, a necessidade de valorizar o conhecimento que chega através da educação popular e agroecologia, com a FASE

e as assistências dos projetos desenvolvidos pelos projetos que o CTA executa. Dona Miraci mora no assentamento do MST; Roseli Nunes conta sua história de agricultora, mulher de comunidade cristã, desenvolve projetos e ensina o povo aquilo que sabe. Não trabalha sozinha, sempre seu companheiro no apoio, nas andanças e no cuidado lá com o sítio e aqui na produção associativa do CTA. Ela diz:

> A nossa luta é por um progresso que não nos afaste da vida, um progresso que não seja para meia dúzia de pessoas, eu sempre gosto de colocar, progresso é um povo feliz, e o que que é um povo feliz? É onde ele tem dignidade, onde ele tem moradia decente, onde ele tem saúde, vive em harmonia entre os seres, e entre a natureza, isso para mim é progresso. (Elas Plantam a Vida: Mulheres e Agroecologia na Amazônia, FASE, 27 de março 2024).

Para João Ivo, esses conjuntos de materiais que foram produzidos mostram exatamente porque as mulheres têm dupla jornada de trabalho no meio camponês. Elas conhecem as práticas agroflorestais. A força de trabalho e a produção feminina precisam ser sempre reconhecidas.

Imagem 3: Material de comunicação e de formação coletiva.



Fonte: Movimento de União dos Lavradores,1989 (Material do acervo do CTA).

Materiais foram produzidos para a organização das ações desenvolvidas pelas associações. Conforme o texto e ilustração no material, as mulheres animadoras, na região do Vale do Guaporé, estiveram levando as experiências e motivando as companheiras.

Afirma que o agricultor/a, na ideia de difusão de tecnologia, tem seu próprio conceito. Tem o que aceita e o que não aceita. É preciso observar qual é a condição do agricultor, entrar numa proposta e, às vezes, a resistência dele é grande. Ele/ela tem a suas causas, suas justificativas para não adotar determinadas tecnologias que elas põem em risco a produção, na sua visão, na sua lógica, na sua estratégia.

Lidar com essas questões humanas de crenças e saberes comuns consolidados nas comunidades exige bastante habilidade e generosidade de reconhecer no outro as diferenças comuns. E valorizar esses conhecimentos faz avançar as discussões sobre técnicas e manejo de plantações:

> Então é a gente poderia dizer todas as narrativas orais, elas são estratégias dentro do grande jogo da organização política. E aí eles estavam fazendo negociação dessa área do CTA para construir o CTA, com a ideia de ser um centro de treinamento, mas também um centro de demonstração de tecnologias alternativas que pudessem ser adotadas pelos agricultores, essa ideia, ela já vinha trabalhando da FASE, não é de avançar, digamos, na discussão. E aí começa, começava essa discussão de que é necessário ter formas de manejo adequadas a esse ambiente que já estavam (João Ivo, entrevista, 10 de dezembro de 2024).

A questão dos processos demonstrativos, acima citada, vem da migração social nos anos de 1986. Em Pontes e Lacerda, era grande. Uns não compreendiam o clima, por exemplo. Queriam fazer da mesma maneira que produziam no Sul, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Paraná, onde a terra e o clima eram bem diferentes.

Nesse movimento de aprender e ensinar, que caracteriza também a interculturalidade no CTA, temos um caminhar dos conceitos iniciais do multiculturalismo, historicamente compreendido e desenvolvido nos estudos culturais e decoloniais. Caminhando para além das diferenças, para promover encontros entre culturas de formas diferentes, na dialética, da pedagogia crítica para a decolonialidade.

A interculturalidade está mais baseada nos estudos que vêm posteriormente, aos pós-modernos, empregados no campo da decolonialidade, marcando também uma construção de um conhecimento latino-americano, com uma identidade de resistência a sistemas coloniais.

A ideia de mediação dos conhecimentos e manejo adequado das realidades e culturas locais deu a essas estruturas de conhecimentos produtivos uma produção de conhecimento social intercultural; tanto para o reconhecimento como para um novo pensamento e prática decolonial, inspirados nas culturas de experiências educativas e formativas, com impactos econômicos e culturais.

Essas adaptações e transferências de conhecimentos se tornaram uma condição para manter o engajamento e a motivação dos participantes do centro, que se mantinham comprometidos em aprender e ensinar, no mesmo terreno, variedades de espécies de plantações. Todos usados. Não é tipo sempre plantar mandioca no mesmo lugar, sempre

plantar o milho mesmo; então, segundo o conhecimento dos povos em seus territórios, fazer rotação de culturas.

Joao Ivo lembra que naquele tempo a FASE discutia o programa dos pequenos agricultores. Na época, se chamava ainda de pequenos agricultores. Hoje sabemos que são grandes produtores de alimentos; e o que normalmente chamamos hoje de agricultores familiares.

Vimos que hoje é preciso pensar em equipamentos mais apropriados, pequenos equipamentos, pequenas máquinas, para beneficiar novos alimentos e organicamente introduzir novos produtos que serão já maneiras de agregar diversidade e valor aos alimentos ali produzidos.

Os fenômenos sociais nos dão uma visão processual e dialética da história. Não permitem falar do surgimento de uma nova realidade com início datado e registrado, pois os processos são demorados e o que nós chamamos de novo recobre, em geral, fenômenos antigos reinterpretados, modificados pelas novas condições sócio-históricas, em determinado momento.

Então começam a tornar-se significativos para muitas pessoas, sendo objeto de uma ação consciente articulada e atraindo financiamentos, pesquisa e divulgação através da mídia. Tudo isto concorrendo para o reconhecimento público, político e, finalmente, às vezes, legal, da problemática em questão.

A crítica marxista do capitalismo está centrada na análise das relações de produção sociais. Por conseguinte, a defesa de uma alternativa econômica deve sustentar-se em evidências de que, no modelo alternativo proposto, tais relações adquiram outro caráter e possuam chances reais de vigência histórica, reflitam interesses subjetivos dos trabalhadores e respondam a condições objetivas de viabilidade e perduração. A exigência não se deve, então, a um gosto ou viés economicista, mas a uma necessidade metodológica prioritária (Gorender, 1978, p. 25).

Sendo assim, a humanidade se constitui com a tecnologia. Quando não temos acesso às novas formas de fazer as coisas, pensar, agir, vamos ficando alienados, paralisados. Ficamos consumidores permanentes, e o tempo, o uso dele passa também a contar de modo diferente, com poderes funcionando sobre nós. Por isso, é necessário ressignificar o trabalho, as metodologias coloniais que ainda dominam a educação, os nossos diálogos e tudo que possa trazer a ética e a liberdade humana.

4.2 Metodologias e técnicas na produção social de conhecimentos

Antes de compreender dos conceitos e objetivos alcançados dentro dessa perspectiva decolonial e tecnológica, desenvolvida no CTA, é importante reconhecer o patrimônio cultural feito de um conhecimento decolonial. Essas aproximações se deram nos contextos necessários, interdependentes e congruentes. As primeiras abordagens e apoio tecnológico tiveram uma aproximação pautada no método de observação e reconhecimento:

> Sobre os manejos, as tecnologias a serem utilizadas na agricultura, principalmente nessa região tropical, então eles tinham que reaprender a fazer determinadas coisas. Então como é que eles aprenderam foram lá com os antigos que estavam ali em Vila Bela, as populações que tinham já uma tradição nessa região e começaram a observar, a perguntar, como é que vocês fazem, como é que vocês fazem? Então aí que começava, então isso muda a forma de manejo (João Ivo, entrevista, 10 de dezembro de 2024).

No plano das premissas ideológicas que orientam a ideia das Tecnologias Sociais, isso pode levar à postulação de "necessidades sociais" que não são de fato necessidades sentidas pelos excluídos.

> De fato, essas demandas só poderiam ser efetivamente expressas pelos excluídos e adequadamente equacionadas caso eles possuíssem habilidades políticas e cognitivas e estivessem em condições de se relacionar adequadamente com atores como, inclusive, a própria comunidade de pesquisa (Dagnino, 2014, p. 9).

Observamos as repercussões nas dimensões pessoais, na atuação profissional e na busca por conhecimento formal. Cursos de aperfeiçoamento em cooperativismo, na área tecnológica e no coletivo o setor produtivo e administrativo também caracteriza novas formas de trabalhar no apoio aos projetos, gerando novas possibilidades de compreensão de identidade camponesa que aponta para resistências e lutas nos territórios de produção e reprodução de vida.

Hoje os projetos desenvolvidos são dentro das propostas dos fundos de apoio às organizações sociais ligadas à educação ambiental e apoio técnico às comunidades tradicionais, povos originários; como exemplo, Projeto Reflorestar, Projetos de Apoio ao Extrativismo, Projeto Rotas Caminhos da Agroecologia, Projeto Raízes, Enafes, ATER, Projeto Bocaiúva, Projeto Semeando Nossos Biomas. Todos são executados em equipes, promovendo a educação popular ambiental e a economia solidária, com técnicos agrônomos, equipe de apoio, logística, indústria, produção, comercialização e entregas.

Essa relação adequada e sistematizada, com as disparidades sociais e econômicas, são as práticas e técnicas propostas pelos processos de assistência e apoio aos conflitos banalizados e negados dentro dos planos de governo político. No Brasil, se temos algum tipo de evolução, conforme Dagnino (2014):

> Ela é, entretanto, mais original, no sentido de que não foi ainda tratada de modo sistemático e com o recurso às contribuições das últimas três décadas do campo dos ECTS. Sua exploração demanda o aprofundamento de intervenções interdisciplinares, como àquelas que estão ocorrendo na América Latina no campo da docência, pesquisa e extensão sobre a relação Ciência-Tecnologia-Sociedade mediante a utilização de abordagens como as da economia, história, sociologia e filosofia (Dagnino, 2014, p. 11).

Estudar a capacidade de maneiras de sobrevivência nos inúmeros desafios que a classe trabalhadora camponesa enfrentou nos longos caminhos percorridos no CTA, é acessar um espaço de construção de conhecimento que parte de um sentimento de responsabilidade social, consciência de pertencimento e coletividade. Quando se tem uma mesma luta e objetivos comuns, as atividades, planos e demandas de trabalho são direcionadas dentro das necessidades dos contextos socioeconômicos e culturais, nos grupos que direcionaram os trabalhos no CTA.

Através de uma criação metodológica pautada na educação descolonizadora, foram capazes de libertar as mentalidades da lógica opressiva da colonialidade e de mobilizar as classes subalternas para o enfrentamento das estruturas assimétricas de poder instituídas pela modernidade/colonialidade (Da Mota, 2016). Iniciaram em 1992 caminhos metodológicos que levariam a uma educação e troca de saberes compreendida, conforme o educador da época, João Ivo, como “método demonstrativo”:

> Quando se fala, desse sistema de demonstração. Ele se aproxima, é muito de um processo científico, não é? Depois de testar? Sim, ele precisa. Ele precisa ser muito bem programado e executado, não é? E tem que produzir informação e essa informação tem que ser sistematizada (João Ivo, entrevista, 10 de dezembro de 2024).

Para Dagnino (2014), as agendas são tratadas nos locais onde iniciam os processos dos movimentos e associações. E essas novas formas de inclusão são pensadas, a partir das demandas, pelos governos, mediante a permanência e exigências de estruturação social. Existe um preconceito e exclusão, que devem ser transformados, entre muitas outras ações. É claro, por meio do desenvolvimento das Tecnologias Sociais. Essa discordância acerca da ampliação do conceito de tecnologia é especialmente espinhosa: talvez os movimentos sociais

atribuam a denominação de “tecnologias” às metodologias alternativas por eles propostas visando à inclusão social a fim de granjearem o apoio e a respeitabilidade que eles merecem.

Para desenvolver as técnicas e métodos, foram necessárias essas observações ao modelo de produção desenvolvido na região. João Ivo afirma o quanto é necessária essa integração o meio ambiente e cultura local, para a produção ser mais bem aproveitada:

> FASE, nessa época e logo em seguida, trabalhava muito com projetos demonstrativos. É pequeno, na verdade, são grandes produtores de alimentos, produção diversificada Porque muitos vieram como migrantes para essa região. Eles vieram de regiões subtropicais, né? Ou temperadas. É bem diferente do clima no sul. Você tem chuvas o ano todo, distribuídas ao longo do ano. (João Ivo, entrevista, 10 de dezembro de 2024).

Na aproximação com a comunidade, tivemos contribuições teóricas pensadas para enfocar a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade que, embora geradas independentemente entre si e não ligadas ao movimento das Tecnologias Alternativas, todos os métodos foram mapeados e “(...) estavam relacionadas ao conjunto de indicações de caráter sociotécnico capaz de orientar ações alternativas (ou, mais precisamente, contra-hegemônicas) de desenvolvimento tecnocientífico” (Dagnino, 2014, p. 16).

Para contribuir com a operacionalização da Tecnologia Social no CTA, e buscar compreendê-la, observamos que essa manifestação histórica está ligada à influência de muitos estudos. Na América Latina, fóruns que trataram esse trabalho de pesquisa pensando na necessidade de uma profunda revisitação da Teoria da Inovação de maneira a perseguir o objetivo não trivial de utilizar alguns de seus conceitos, fatos estilizados, relações, modelos etc. para a construção de um marco analítico-conceitual da TS.

Propomos, conforme Dagnino (2014), um diálogo com as contribuições marxistas. Ao observar o sistema de produção, percebemos que é o resultado de um processo social que tem lugar no âmbito de uma sociedade capitalista, traz consigo embutido valores e interesses estreitamente ligados à sua reprodução.

Quando os camponeses/as conseguiram pensar uma ideia para dar continuidade e fortalecer suas lutas em busca dos direitos, foram imbuídos de um conceito de inovação social (Dagnino, 2014). Entendida a partir do conceito de inovação, coletiva e participativamente, pelos atores interessados na construção daquele cenário desejável, a TS se aproxima de algo que se denominou, em outro contexto, “inovação social”, concebida como o conjunto de

atividades que pode englobar desde a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico até a introdução de novos métodos de gestão da força de trabalho.

Mas numa pauta de reconhecimento de todas essas inovações e ressignificações do trabalho e a nossa intelectualidade, pensamos que o CTA se trata de um modelo que produz métodos novos:

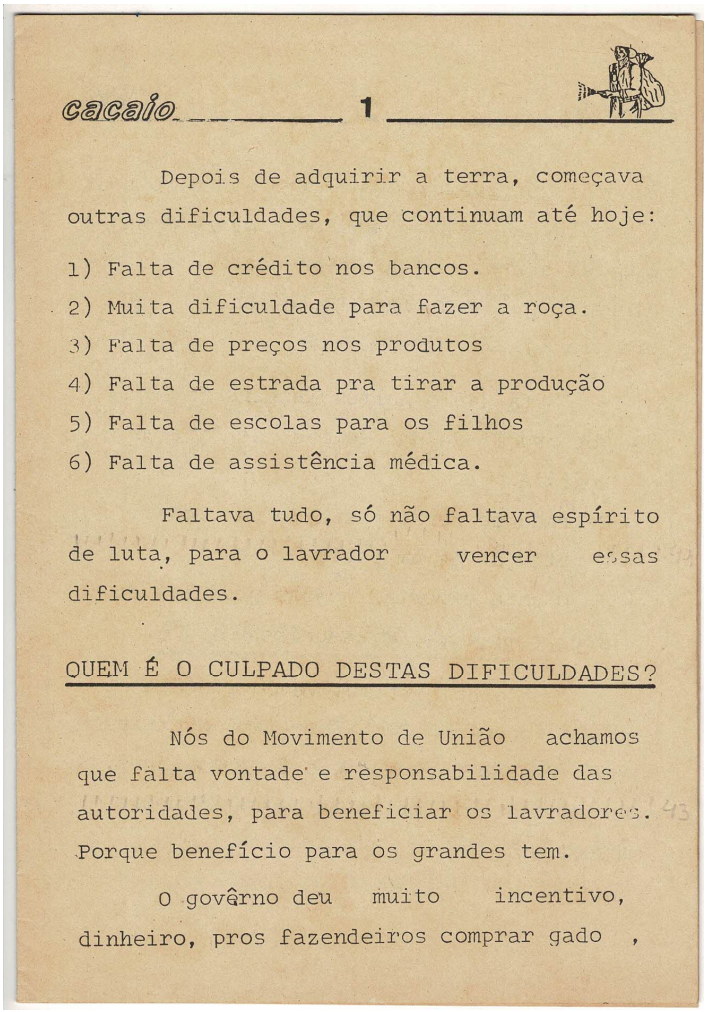
> Fals Borda (1970) defende que respondamos aos desafios do trópico e do subtrópico com nossos próprios meios, concebendo nossas próprias soluções com base em ideologias criadas aqui, utilizando e valorizando nossa cultura. Essa solução, para ele, é preferível a seguir sendo uma cópia de segunda classe e um simples mercado de um povo estranho. Defendia, nestes termos, que a independência cultural, técnica e científica da América Latina é uma condição, embora não a única, para a independência política e econômica da região. Para isso, em primeiro lugar, seria necessário descartar nosso complexo de inferioridade, sem necessariamente ser chauvinista e sem negar o desenvolvimento geral das ciências em outros contextos. Em segundo lugar, seria preciso criar grupos de referência dentro do nosso próprio meio, de modo que pudéssemos falar mais entre nós e para nós. O terceiro aspecto seria trabalhar arduamente com nossos materiais e sobre nossas realidades, tratando de articular nossas respostas com fórmulas, conceitos e marcos referenciais produzidos aqui mesmo (Da Mota; Streck, 2019, p. 11).

O que tem como objetivo a disponibilização de uma formulação de novos contextos produtivos, e com eles várias categorias de conhecimentos a respeito dos conceitos de trabalho e organização da vida comum.

Temos no CTA uma unidade produtiva, um novo bem ou serviço para a sociedade, que é cada vez mais presente no ambiente de *policy making*. Para Dagnino (2014), esse conceito engloba: o desenvolvimento de uma máquina (*hardware*), em que são industrializados os produtos dos agricultores; um sistema de processamento de informação (*software*) ou de uma tecnologia de gestão, através das redes, hoje a Rotas de Comercialização, para distribuição de conhecimento e produtos; a organização ou governo – de instituições públicas e privadas (*orgware*). Para o acesso às políticas necessárias, grupos de resistência buscam adequar leis e políticas sociais que sejam suporte nos empreendimentos sociais solidários.

Toda essa produção *orgware* pode ser pensada nos planejamentos iniciais. Vemos uma intuitiva e prática de aplicação de métodos de levantamento de problemática, nas bases das comunidades atendidas:

Imagem 4: Material de comunicação e de formação coletiva.



cacaio 1

Depois de adquirir a terra, começava outras dificuldades, que continuam até hoje:

1) Falta de crédito nos bancos.
2) Muita dificuldade para fazer a roça.
3) Falta de preços nos produtos
4) Falta de estrada pra tirar a produção
5) Falta de escolas para os filhos
6) Falta de assistência médica.

Faltava tudo, só não faltava espírito de luta, para o lavrador vencer essas dificuldades.

QUEM É O CULPADO DESTAS DIFICULDADES?

Nós do Movimento de União achamos que falta vontade e responsabilidade das autoridades, para beneficiar os lavradores. Porque benefício para os grandes tem.

O govêrno deu muito incentivo, dinheiro, pros fazendeiros comprar gado ,

Fonte: Movimento de União dos Lavradores, 1989 (Material do acervo do CTA).

Essas abordagens de levantamento de dados, e comparativos, para aplicação das ações a serem desenvolvidas a partir de uma visão de base coletiva, está ainda hoje como uma tecnologia utilizada para permanecer ativa as produções nas organizações. Um material didático e orientativo que pode trazer resultado direto aos envolvidos nas decisões e manejo dos processos educativos e econômicos.

Outras lutas são a respeito do determinismo tecnológico. Vimos que há um senso comum bem confuso a respeito do uso do termo e conceito da tecnologia. Há uma tensão paralisante entre o determinismo tecnológico e o determinismo social, incapazes de dar conta da complexidade da mudança tecnológica. Seu argumento central é que a tecnologia é socialmente construída por “grupos sociais relevantes” no âmbito do “tecido sem costuras” da

sociedade. No caso, as abordagens que são constituídas nos contextos das associações e movimentos correspondentes, segundo sua resistência e força relativa, seriam o ponto de partida para entender a dinâmica de uma sociedade, na qual as considerações sociológicas e técnicas estariam inextricavelmente ligadas.

João Ivo relata sobre a necessidade de os artefatos tecnológicos serem construídos conforme as realidades encontradas nas localidades. Cada técnica diferente das intervenções é aplicada e reaplicada para a evolução e manutenção da produção, “que são os projetos demonstrativos de SAFES, né? Silvipastoril, né? Que consorciam floresta com produção agrícola e criação de animais, águas, silvipastoril” (João Ivo, entrevista, 10 de dezembro de 2024).

Os sistemas e técnicas agroflorestais são ligados às vegetações locais, respeitando as diferenças dos solos, o manejo e métodos que ali já são tradições. Esse grupo se tornou forte para desenvolver suas abordagens, em que um artefato tecnológico que constantemente eram adequados a processos de diferentes valores e interesses políticos próprios dos camponeses/as do CTA. Isso acontece nas cooperativas populares, assentamentos de Reforma Agrária, fábricas recuperadas etc., distintos daqueles que originalmente participaram de sua construção.

Esses grupos assumem uma relevância social, fornecem, assim, insumos importantes para a formulação do conceito de Tecnologia Social. Devido à própria natureza contra-hegemônica, o empoderamento de determinados grupos – principalmente dos movimentos sociais. Segundo Dagnino (2014), é para que possam tornar-se suficientemente poderosos para introduzir seus interesses e valores na negociação com outros atores.

Em nível das técnicas e metodologias ligadas ás epistemologias de libertação, vemos que, de acordo com Nelson (2007), a dimensão física da tecnologia seria correspondente aos insumos ou procedimentos empregados na produção de um determinado bem. A dimensão social, por sua vez, corresponderia à forma como o trabalho é dividido e coordenado entre os atores. As duas dimensões da tecnologia conjuntamente determinariam a produtividade ou a efetividade de qualquer atividade produtiva.

Nessas dimensões do concreto, material ligado à subjetividade das relações humanas, vemos na dimensão da participação dos sócios-fundadores que, há mais de 30 anos, ainda estão ativamente constituindo com a permanência e constante inovação em níveis de diferentes áreas de conhecimento.

Essa relação deve ser entendida a partir de uma perspectiva dinâmica, simultaneamente social e técnica – portanto, sociotécnica. É direcionada pelas atividades e inter-relações entre as áreas, sempre uma com a outra e nunca isoladas. Essa interdependência caracteriza os trabalhos e a atuação na vida dos que dela fazem parte.

Para concluir, cabe ressaltar a ideia de que duas forças complementares terão que ser geradas para deslocar o eixo em torno do qual a Política de Ciências e Tecnologias vem girando, sem produzir sinergia, há várias décadas. A primeira força se relaciona à primeira estratégia antes mencionada e que vem sendo seguida até agora. Ela é semelhante a uma força centrípeta que, atuando sobre aquele eixo, aproxima a PCT das demandas cognitivas de um estilo alternativo de desenvolvimento.

Pensar quanto às estratégias de unir forças para aumentar as demandas das pesquisas e crescimento das tecnologias que envolveram esse movimento de camponeses é reconhecer dentro de tudo isso um poder de convencimento da comunidade de pesquisa de que elas encerram oportunidades de geração de conhecimento novo. E, subsidiariamente, mediante o financiamento de atividades de extensão, pesquisa e ensino coerentes com as demandas que o movimento social e as políticas públicas.

Também que essas políticas possam ser mobilizadas em sistemas não capitalistas, que possam transformar esses conhecimentos alternativos em condições e qualidade de vida. Baseados na constatação de nossa realidade periférica, seguir mobilizando nossos recursos humanos e materiais para satisfazer essa demanda cognitiva inexistente.

4.3 Desenvolvimento sociocultural nas experiências de cooperação e agroecologia no CTA

Considerar a evolução social do desenvolvimento humano de acordo com os fatos históricos e estruturais na implantação de novos modelos de produção e trabalho é se conectar ao Brasil. A partir dos anos 1960, com a implantação do regime militar, com a concepção das políticas de exceção e das práticas econômicas voltadas para o progressismo e para a modernização – tanto do meio rural quanto do urbano –, assim inicia a minha trajetória aqui no CTA. Viemos a sofrer graves problemas econômicos nessa época no Estado do Paraná. Esses planos do Governo serviram de base para a introdução das políticas agrícolas, chamadas de “revolução verde” (Barrozo, 2008).

Então muitos se endividaram com maquinários pesados. Meu pai foi um deles: adquiriu tratores, ceifadeiras, assistência técnica e créditos financeiros bancários. O Governo, com o interesse de consolidar o modo de produção capitalista, não perdeu nenhum centavo. Porém, o apoio técnico não existiu. Logo, as questões climáticas e as dificuldades de manejo malograram o sonho capitalista. Devendo ao Estado, tivemos que vender a propriedade, e nos deslocar sonhos em busca de sobrevivência.

Essa busca era impulsionada por noticiários a nível nacional. Conforme alguns anúncios publicados nos jornais de maior circulação desde a década de 1950, havia propaganda que apresentava o Estado de Mato Grosso como enorme mancha de terras fértil à espera de mãos ávidas por trabalho e prosperidade (Heinst, 2003). A intenção desse discurso era despertar o interesse naqueles que geralmente mantinham uma relação forte com a terra e que, por esse fato, podiam se mostrar mais sensíveis a tais mensagens: "estas chegavam na mídia com forte apelo patriotista", conforme matéria no jornal O Estado de Mato Grosso, e pela propaganda feita por imobiliárias (Heinst, 2008, p. 84):

> Terras no Estado de Mato Grosso, as melhores do Brasil: Desejando adquirir as melhores terras do Brasil, [...] temos terras e lotes pequenos e grandes nos municípios de: Barra de Bugres, Rosário Oestes, Cáceres, Vila Bela etc. pagamentos em 3 a 4 anos [...] (O Estado de Mato Grosso, 1954, p. 4).

A autora ainda aponta as consequências desse processo de venda que resultou numa gama de artifícios atrativos, utilizada para convencer esses possíveis compradores através de uma representação "política maquiada". Com isso, dava-se legitimidade à compra e venda das terras:

> A venda das terras representava para o Estado como assimilam os discursos oficiais através de documentações, a saída do seu estágio de território pouco povoado, semi-isolado, não integrado ao restante do país. E ainda assimila ganhos econômicos e aumento da receita [...] assim esperava que com tais vendas das terras preencheria os espaços vazios (Heinst, 2008, p. 84).

A historicidade da minha família também vai ao encontro com essa dinâmica migratória. Seu Clério, exemplo de força e esperança, agricultor mineiro e amineirado, boa gente, ao longo da vida empreendeu dentro das muitas possibilidades que se lhe apresentavam: comerciante, vendedor, garimpeiro, pedreiro, carpinteiro e muitas outras profissões. Por conta do sustento da família, as suas histórias bem contadas, ricas em detalhes, sempre marcas amorosas acima de tudo, sempre com os pés no chão da realidade, e a

consciência de classe e de que é preciso uma certa revolta para que as coisas injustas sejam diferentes.

> Os pequenos agricultores, que levavam para essa área o sonho de uma vida melhor, tinham que produzir suas próprias condições de subsistências, enfrentando o desconhecido, empenhando toda a família na abertura de novas terras. Precisavam de coragem e astúcia para a sobrevivência em lugares onde, na maioria das vezes, só poderiam contar com suas próprias forças (Heinst, 2008, p. 92).

Com as minhas experiências participativas e familiares, posso dizer que a cultura camponesa é a ancestralidade da minha vida, da minha história, marcada por tempos e espaços diferentes. A desterritorialização aos cinco anos de idade no Paraná e a migração para o Mato Grosso em 1986 serviram para percebermos que a ilusão era maior do que pensávamos. Conforme relata seu Clério, ao afirmar que ele conseguiu compreender os processos opressivos da vida econômica social e política através da Pastoral da Terra (CPT) e Movimentos de Comunidade de Base (CEBs).

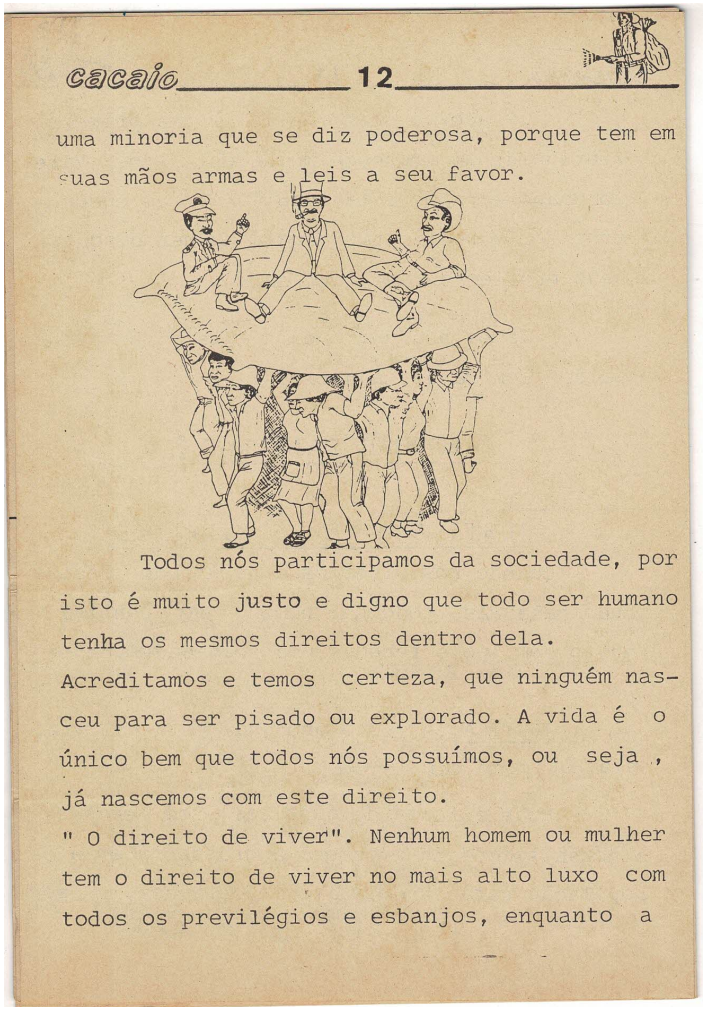
Quando ele começou no associativismo em Pontes e Lacerda, os movimentos de agricultores da época eram diferentes. Ele teve que se adaptar, compreender a cultura local. Contou que teve bastante resistência, pois era acostumado na produção de porcos e galinhas no sul do país. “O CTA precisa continuar, pois o governo não arruma condições. O CTA é uma ferramenta, e essa ferramenta precisa ser mais valorizada, quando começar a produzir pode ser que as pessoas possam se interessar”. E argumenta que toda essa forma de compreensão do mundo, das cotidianidades: “existe de maneira tão importante para nós por conta da autonomia. Mas que precisa manter a autonomia, sem ligação com o Estado, ter sempre a autonomia”.

Essas lutas promovem uma consciência dentro da pirâmide da desigualdade. Essa adaptação trouxe ao CTA novas ideias. Muitos já conhecem o sistema cooperativo. No Sul, por exemplo, em alguns lugares, ele assumiu uma configuração política, econômica e administrativa que se volta para o crescimento e a acumulação do capital no meio rural e, por conseguinte, no espaço urbano que instala as indústrias de máquinas e implementos agrícolas, que industrializa a produção agrícola.

Este cooperativismo denomina-se empresarial, visto que corrompe os princípios fundamentais do movimento cooperativista e se centra em administrações particulares. Criam uma boa ideia, mas na prática poucos ficam com a distribuição das partes. O sistema de cooperação solidária busca sim aprimorar os princípios do cooperativismo.

Os agricultores/as não só reconheceram as diferenças. Eles criaram maneiras para o desenvolvimento. Reconheceram os saberes dos que aqui já estavam. E o CTA foi o ponto do encontro cultural, essencial para a permanência de cada um em seu território, trazendo uma perspectiva de produtividade e esperança de sobrevivência, frente às inconstantes mudanças econômicas que o país sempre passa. As memórias dos sujeitos fundadores e sócios entrevistados revelaram-nos quão importante é permanecer numa comunidade coletiva.

Imagem 5: Material de comunicação e de formação coletiva.



cacaio 12

uma minoria que se diz poderosa, porque tem em suas mãos armas e leis a seu favor.

Todos nós participamos da sociedade, por isto é muito justo e digno que todo ser humano tenha os mesmos direitos dentro dela.

Acreditamos e temos certeza, que ninguém nasceu para ser pisado ou explorado. A vida é o único bem que todos nós possuímos, ou seja, já nascemos com este direito.

" O direito de viver". Nenhum homem ou mulher tem o direito de viver no mais alto luxo com todos os previlégios e esbanjos, enquanto a

Fonte: Movimento de União dos Lavradores,1989.(Material do acervo do CTA)

A pirâmide da desigualdade foi reconstruída nessa imagem, indicando a força que tem a união entre os trabalhadores, afirmando que as injustiças econômicas estão dentro das estruturas sociais. Essas estruturas foram e estão constantemente sendo debatidas e questionadas.

Compreender essa coletividade dentro de uma atuação política é diferente, pois isso nos leva a criar meios de desenvolvimento para os grupos que participamos. O socialismo científico de Marx e Engels evidenciou com maior clareza as contradições sociais. A cooperação solidária é um processo de retomada de valores e de práticas presentes nos pioneiros, quanto a: democracia, participação, autogestão, auto-organização e autonomia.

O desenvolvimento sociocultural se apresenta para as realidades camponesas como também ferramenta de criatividade para a sobrevivência dos povos que passaram por tantos dos conflitos na América Latina. Conflitos esses que realizaram e provocam o genocídio dos povos indígenas e concretizaram a dominação e escravização dos negros, que desprezaram imigrantes europeus trabalhadores e promovem sistemas econômicos de superexploração do trabalho. São violências epistêmicas que sofremos, tanto simbólica como corporalmente, ao sermos arrebatados por informações e pressões do sistema econômico e mercadológico.

Esse multiculturalismo apresenta as diferenças. E esse reconhecimento ajudou a definir as bases dos projetos; mas foi preciso caminhar para uma profunda interculturalidade ativa e consciente nos métodos e estratégias da educação popular, para uma produção que esteja estruturada nas identidades das comunidades e nas ações participativas.

A inovação e o desenvolvimento humano e cultural no espaço do CTA se dão pelas ações reflexivas, pela atuação coletiva, sempre politizada e socialmente ética. Conforme essas reflexões e diálogos, foram criados sistemas de plantios, métodos que podem ser considerados alternativos aos meios de implementação rural da época e provavelmente até nos dias de hoje, também nos meios de tecnologias organizacional.

> Porque antes ela era uma era um braço da FASE, era a FASE, era como que a proprietária naquela área era o próprio CTA, a equipe que trabalhava era os técnicos da FASE, e ela passa a ser discutir a necessidade de ter autonomia, de ser dirigida pelos próprios trabalhadores da pelos próprios. Daí foi criada a associação. É que inclui como possíveis sócios, os lavradores as lideranças de lavradores do movimento, tanto do movimento sindical como associativa e técnicos, né? (João Ivo, entrevista, 10 de dezembro de 2024).

Todos com mesmos direitos e deveres, sempre utilizando os conhecimentos e técnicas para superação das dificuldades e permanência na terra. Eram discutidas sobre as plantas e formas de manejo, de acordo com a realidade local. Deveria dialogar de forma permanente, fazendo pesquisa e essa sistematização.

O conhecimento era sempre no pensado no coletivo. E assim foram desenvolvendo essas técnicas, quanto às plantações e suas adaptações aos ambientes de plantio, demandas e

vendas, um pouco da parte de comercialização, mas com o constante desafio de manter a produção.

O trabalho cooperativo se dá sempre que houver mais de um produtor direto (aquele que opera diretamente os meios de produção que resultaram de processos de trabalho pretéritos: trabalho morto) envolvido num processo de trabalho. E é necessário que, independentemente de como seja a sua relação fora do ambiente produtivo (amizade, rivalidade etc.), ocorra no seu âmbito um acordo de cooperação. A cooperação é uma condição imprescindível para o trabalho coletivo, e pode ser observada até mesmo em grupos não humanos (formigas, abelhas) (Dagnino, 2014, p. 180).

O desenvolvimento social se dá nessa coletividade, na contradição do sistema que busca monitorar o aspecto inovador da Tecnologia Social. E seu valor maior não reside necessariamente em seu ineditismo. Ele está associado às condições locais de seu desenvolvimento e aplicação.

> Por isso, é provável, além de desejável, que uma determinada Tecnologia Social, que já foi aplicada num determinado contexto ou espaço, suscite soluções e processos de Adequação sociotécnica, que permitam repetir as experiências exitosas e, ao mesmo tempo, que possam gerar um novo processo. Inovador com resultados também inovadores. Enquanto no espaço econômico tradicional a inovação (cujo resultado tem sua apropriação privada garantida pelo Estado através da "propriedade intelectual") cria riqueza para poucos, no espaço da Tecnologia Social o resultado positivo da inovação é coletivo. Isso porque ele decorre, precisamente, da capacidade de o empreendimento de natureza social conter, como elemento constitutivo, a capacidade de reproduzir-se e difundir-se coletivamente. Uma Tecnologia Social não gera mais riqueza por ser inédita e restringir a abrangência de seu uso a poucos. Ao contrário, ela cumpre seu objetivo se consegue, a partir dos seus elementos constitutivos, reproduzir-se e difundir-se (Dagnino, 2014, p. 262)

Para difundir-se, é necessário observar, conforme João Ivo, a legislação. Então, os mecanismos de como funciona o Estado, mas tem que ter também experiências que sirvam de exemplos. Por isso, os projetos demonstrativos seriam realizados como experimentos que poderiam servir para pensar políticas públicas.

As políticas observam as demandas locais, de formas de produção mais adequadas à situação climática e, ao mesmo tempo, situação do ecossistema local. Sendo que a Agroecologia possui sua própria política. Ela está pautada em importantes definições mundiais que preservam os direitos fundamentais para o homem e mulher do campo; estes são diversificados pela variedade de identidades sociais das pessoas e comunidades que vivem no meio rural:

> Essa foi a maneira encontrada pela Declaração para deixar clara a grande diversidade de situações concretas, ou seja, não se trata de um camponês específico, mas de "[...] qualquer pessoa envolvida em agricultura artesanal ou de pequena escala, plantação de culturas, criação de gado, pastoreio, pesca, silvicultura, caça ou coleta, e artesanato relacionado com a agricultura ou uma ocupação relacionada numa área rural", com seus especialistas de organização social e jurídica e seu relacionamento com a natureza. Os conceitos de pessoa, personalidade jurídica e sujeito de direitos fazem parte de uma construção jurídica, que, independentemente da definição ação utilizada, são os centros de reivindicação de direitos. Na Declaração há um caráter emancipatório ao não apresentar uma enumeração tributária dos sujeitos de direito, pois o objetivo é garantir a separação entre soberania e liberdade, entre sociedade e Estado, dentro desse contexto hermenêutico que um DDCC deve ser interpretado. Daí, pode-se afirmar que a Declaração avançou na compreensão e abrangência em relação aos sujeitos de direitos protegidos. Uma norma internacional incluída no seu rol de direitos a proteção dos fluxos necessários para a reprodução produção da vida. Isso significa considerar como direitos fundamentais o direito à terra, às sementes crioulas, sistema de água potável e respeito às fontes de água; os direitos culturais e saberes tradicionais e, principalmente, o respeito à forma de se relacionar com a natureza. Portanto, a Convenção busca proteger o ser humano, os não humanos e seus processos construídos na relação concreta da vida; às técnicas de plantio; o respeito à diversificação dados biológicos realizados pelo uso da terra e dos bens ambientais; o direito ao sistema de água potável e respeito às fontes de água; os direitos culturais e saberes tradicionais e, principalmente, o respeito à forma de se relacionar com a natureza. Portanto, a Convenção busca proteger o ser humano, os não humanos e seus processos construídos na relação concreta da vida (Tárrega, *et al.*, 2022, p. 22-23).

Essa ideia já aparece nas falas dentro do Cacaio, mas também nas reuniões os agricultores falavam muito dessa necessidade de ter uma certa ideia, um certo conhecimento técnico, uma nova proposta.

A certa ideia, o legado de conhecimentos, estão expressos nos materiais, nos documentos informativos, mas também no resultado deles, nas pessoas que participaram desse processo e hoje conseguem disseminar uma cultura cooperativa, solidária, que busca continuamente essa adaptação, para as necessidades que envolvem os camponeses/as das redes que o CTA atua.

Conforme João Ivo: "era só um manejo de informação, são coisas que precisava ser desenvolvida". A formação quando aplicada dá caracterização e corpo para esses sujeitos. Era necessário aprender a lidar com a terra de maneira diferente, pois muitos agricultores vieram, por exemplo, da região de Minas Gerais, de uma região muito pobre lá, e não dominavam muitas técnicas; por isso, a produção era comprometida.

Cada pessoa que chegava trazia também suas marcas culturais. Como todos eram convidados, havia uma grande diversidade e ela era exatamente isso a materialidade das lutas compondo os conteúdos de formação.

> De, digamos assim, você não fazer a mesma produção, mesma cultura no mesmo, no

> mesmo terreno todos usados, não é sempre plantar mandioca no mesmo lugar, sempre plantar o milho mesmo, sempre plantar. Então fazer rotação de culturas, Tinha até uma definição na FASE, ele é, um processo de difusão, mas também de adaptação (João Ivo, entrevista, 10 de dezembro de 2024).

A construção de todas as práticas solidária e cooperativas vem de um ponto comum, entre as práticas associativas: a participação. Para desenvolver os trabalhos que fortaleceram o princípio dessa história:

> Eu ajudei fazer já na década de 1997, eu já estava aqui, mas eu acompanhei o CTA pela FASE um tempo para fazer essa sistematização desse dado, né? Não tem muitos dados anotados, não é que eu acho que eles não foram suficientemente trabalhados, nos ciclos de formação básica, aí depois tinha um ciclo intermediário, então as pessoas que passaram pelo ciclo de formação básica é que despertassem e se engajasse mais como lideranças (João Ivo, entrevista, 10 de dezembro de 2024).

Esses momentos formativos eram regados a muita música, comidas boas, algo que nos remete a memórias de acolhimento e solidariedade. Quando acabava, íamos para a casa com vontade de voltar. Muitos diziam que pena que acabou. E a vida se tornava mais simples de ser vivida, enfrentada e compreendida. Numa formação do Treinamento de lideranças Para Ação Pastoral (TAPA), aprendemos o método Ver, Julgar e Agir. Ter compreensão política era um fator primordial. Fomos preparados para um combate às injustiças sociais. E vimos a importância de permanecermos unidos em grupos, para que a luta não fosse enfraquecida.

Muitas metodologias foram pensadas conforme as características do solo e do clima, respeitando o tempo de conhecimento local. Isso deixa um legado de conhecimentos comuns, práticas tecnológicas e educativas que, para Da Mota e Streck:

> os processos educativos e investigativos estão imbricados em princípios ético-políticos e epistemológicos que têm por base a participação dos setores populares na produção do conhecimento acerca de sua realidade enquanto agem pela sua transformação. Espera-se que o intento de colocá-los em diálogo, como fontes da educação popular no contexto de formação de um pensamento pedagógico decolonial na América Latina que possa servir tanto para explicitar a contribuição da educação popular para os estudos decoloniais quanto para alargar e aprofundar o escopo teórico da própria, educação popular com os aportes dos estudos sobre colonialidade (Da Mota; Streck, 2019, p. 3).

A realidade campesina oferece, através da agroecologia e a pedagogia decolonial, a ampliação das expectativas e de interesse dos sujeitos com relação aos aportes da sua sustentação. Uma C&T com posições socioeconômicas e políticas bem claras, que defendem os grandes produtores de alimentos e os defensores de toda espécie de vida no meio ambiente da terra.

Segue um desses processos instituídos e executados dentro das pedagogias decoloniais e processos educativos e formativos no CTA:

> O manejo tipo consórcio, sempre diversifica os plantios. Existem plantas com raízes diferentes. Consórcio interessante porque a raiz a exploração dos nutrientes no solo é diferente da raiz do feijão. Então, se pensava que era preciso aprender a criar sistemas que é colocar plantas que fossem integradas no mesmo espaço. E que fossem boas para aproveitar os nutrientes. E ao mesmo tempo, fossem companheiros de proteção uma pra outra, né? Você pode plantar melancia no meio do mandiocal, você tem a raiz do arroz é uma gramínea aí do milho também, plantio de palmito, açaí, babaçu e como era um projeto demonstrativo, devia ser acompanhado, então se tinha que fazer instrumentos para isso (João Ivo, entrevista, 10 de dezembro de 2024).

A agroecologia é uma abordagem que propõe uma transformação profunda na maneira como produzimos alimentos, unindo ciência, práticas sustentáveis e saberes tradicionais. Seus princípios fundamentais são orientados para o respeito à natureza, à justiça social e à soberania alimentar. A agroecologia vai além da simples prática agrícola, sendo uma filosofia que visa criar sistemas agrícolas resilientes, sustentáveis e justos para todos.

Um dos principais princípios da agroecologia é o respeito à biodiversidade. Ao invés de focar em monoculturas e no uso intensivo de produtos químicos, a agroecologia promove a diversidade de plantas, animais e microrganismos. Essa diversidade garante a saúde do solo e o controle natural de pragas, criando um ecossistema equilibrado que pode se manter a longo prazo. Além disso, a diversidade favorece a adaptação das culturas às mudanças climáticas, tornando os sistemas mais resilientes. Desde os primeiros modelos de formação do CTA, conforme João Ivo, os projetos já eram pensados e distribuídos como:

> projetos demonstrativos de safes, eu lembro que era 18 famílias. Lembro de todos. Para poder acompanhar os processos do desenvolvimento das plantas no sítio nos lotes, então os técnicos têm que ir lá medir a altura das plantas. Medir o diâmetro, como é que elas se desenvolviam, e tal, que problemas apareciam, tinha que ter um diálogo com os produtores que estavam participando. Entre os agricultores as práticas, de manejo integrado de pragas, combate para pragas e doenças, por exemplo, funcionaram, e diversificar a plantação do algodão, milho, arroz. Desenvolvendo o sistema não é para poder, é, digamos, identificar também um dos tipos de problemas que enfrentavam. Isso é o acompanhamento. Não adianta levar as mudas se você não faz acompanhamento, né, eu tenho que ter visitas periódicas programadas, inclusive para fazer a avaliação (João Ivo, entrevista, 10 de dezembro de 2024).

Outro princípio fundamental é a sustentabilidade dos agroecossistemas. A agroecologia visa um manejo responsável dos recursos naturais, como o solo, a água e a energia, respeitando seus limites e promovendo práticas que garantam a regeneração dos ecossistemas. A rotação de culturas, o uso de adubação orgânica e a conservação do solo são

exemplos de práticas que visam a sustentabilidade a longo prazo, evitando o esgotamento dos recursos e a degradação ambiental.

A integração dos saberes locais e científicos também é um dos pilares da agroecologia. Valorizando o conhecimento tradicional das comunidades e integrando-o com a ciência moderna, a agroecologia busca soluções mais adequadas às realidades locais. Essa troca de saberes fortalece as práticas agrícolas, aumenta a produtividade e promove sistemas alimentares mais inclusivos e eficientes. O aprender e o saber sempre andavam juntos. Talvez nessa adequação muitos dados foram perdidos, mas muitas experiências e novas tecnologias encontradas.

Vemos que a justiça social e a equidade estão no coração da agroecologia. O movimento agroecológico defende a igualdade de acesso à terra, recursos, tecnologias e mercados para os pequenos agricultores, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade.

A agroecologia propõe a soberania alimentar, ou seja, o direito das comunidades de produzir seus próprios alimentos de forma saudável, sem depender de grandes corporações ou de produtos industrializados. Isso traz segurança e qualidade de vida às pessoas. Esse legado está sendo construído em um processo de formiguinha, mas de muita coragem e ganho coletivo.

Por fim**,** a autossuficiência e a soberania alimentar são princípios centrais da agroecologia. A busca por sistemas alimentares locais e sustentáveis, que garantam alimentos nutritivos e acessíveis à população, é essencial para reduzir a dependência de insumos externos, como fertilizantes e sementes transgênicas. A produção de alimentos livres de agrotóxicos, baseada em métodos naturais e orgânicos, está intimamente ligada à promoção de uma alimentação saudável e ao fortalecimento das comunidades.

Dessa forma, a agroecologia oferece uma alternativa ao modelo convencional de agricultura, que muitas vezes explora os recursos naturais e compromete a saúde das pessoas. Ela propõe um caminho mais equilibrado e sustentável, em que o respeito ao meio ambiente, a justiça social e a saúde das gerações futuras são as prioridades. A agroecologia não é apenas uma técnica agrícola, mas uma visão de mundo que busca transformar as relações de produção e consumo de alimentos, promovendo um futuro mais justo e saudável para todos.

Isso tudo leva a compreender essa economia baseada numa distribuição diferente das riquezas, principalmente os valores de inclusão, cooperação e respeito aos direitos humanos,

com a intenção de construir um modelo mais justo e participativo de produção e distribuição de renda. Sempre buscando uma síntese que nos leve a justiça social e os direitos de os trabalhadores compreenderem os direitos dos trabalhadores do campo e como esse resgate é possível nas vivências associativas.

As demandas de produtividade, construídas nas dimensões educativas ao longo da história do CTA, sempre representaram no contexto administrativo um desafio a se romper, em relação às experiências contadas por Ságuio a respeito de uma tentativa de comercialização há quase 20 anos atrás. Discussão sempre atualizada nas assembleias, pois o mercado oferece uma lógica capital, acentuada numa sistêmica de muitas burocracias e áreas de conhecimento como a contabilidade e a administração. Esses campos de conhecimento são ainda não compreendidos em sua totalidade por nós sócios do CTA, e bem como por grande parte da classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, através da Incubadora Unitrabalho, realiza nacionalmente pesquisa, extensão e estudos sobre o mundo do trabalho e os movimentos sociais. Ela buscou interagir com a universidade e com os trabalhadores do CTA, para o desenvolvimento de projetos e ações que resultasse no planejamento da Cooperativa Solidária do CTA, para que pudéssemos subsidiar nossas lutas por melhores condições de vida, trabalho e renda.

Ligada à UNEMAT e à União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas (UNITRABALHO) contribuiu para o auxílio da criação, em 2024, da Cooperativa de Agroecologia Familiar e Economia Solidária dos Vales Mato-grossenses (COOPERVALES), que reúne parte dos sócios do CTA e participantes da Rede de Produção Agroecológica e de Comercialização: Rota Caminhos da Agroecologia, a rede de comercialização de todas as cadeias de produção da agricultura familiar da região de Comodoro-MT até a baixada cuiabana. Esses comércios de compra e venda foram incorporados ao CTA. Mas muitos participantes e até mesmo a legislação quanto ao tipo de trabalho realizado pelo centro, está mais no campo da educação. Isso abre a possibilidade da Cooperativa Solidária assumir a comercialização dos produtos. Essa transição está sendo construída e é aguardada por muitos sócios.

A questão das experiências e produção de alimentos orgânicos demanda uma forma diferente de cultivo, sem agrotóxicos, com selos de segurança alimentar, modos de produção politicamente desenvolvidos pelas tecnologias sociais.

Quanto ao patrimônio cultural, esse pode ser considerado como referência em nossa organização do CTA, e em todas as redes de apoio que são teias de sustentação e manifestação dos conhecimentos trazidos, adquiridos e produzidos.

4.4 Materialidades e legados econômicos e ecológicos solidários e sustentáveis

Poder escrever tantas páginas e unir tantas formas de conhecimento, materializando todas as inúmeras utopias vivenciadas nesse contexto do CTA, já é fonte de inspiração para muitos estudos e permanência nos constantes diálogos que essas vivências nos permitem, mas falando dos resultados destes mais de 30 anos de experiências alternativas.

Vamos buscar atualizar passos, pelos caminhos e trilhas já percorridos, deixando como base para muitos aprendizados, que são riquezas locais e comuns aos trabalhadores, camponeses, educadores sabedores de conhecimentos outros.

Estes conhecimentos são aprofundados nas rodas de conversa, nas experiências duras do dia a dia no campo, no sol das necessidades, que servem de constante inquietação pertinente ao ser humano.

As capacidades de inovações trouxeram muitas situações, em que foram passo a passo enfrentando pequenos e grandes desafios, concretizando projetos e idealizando novas maneiras para fazer as mesmas coisas, em busca de diferentes resultados.

Esses legados são apresentados nos dados coletados nas entrevistas. Essa análise dialógica nos permite entender que:

> O cotidiano do homem é entrecortado por discursos, isto é, formas de dizer e conceber o mundo que podem estar expostas, visíveis, mas que também circulam e atuam sem que os envolvidos se deem conta. Se dentro dos estudos da linguagem existem várias tendências que se pautam justamente pela ideia de que o homem em todas as suas atividades está indissociavelmente ligado às linguagens que, sendo expressão do mundo, o atravessam, o constituem, mas também o revelam como sujeito ativo, aqui o objetivo é procurar caracterizar o que se poderia denominar uma teoria e/ou análise dialógica do discurso, cujas características epistemológicas e metodológicas constituem uma grande contribuição para os estudos da linguagem em geral e, também, para as pesquisas em ciências humanas (Brait, 2004, p. 3).

Essas entrevistas e análises da nossa pesquisa podem contribuir para entender as práticas pedagógicas desenvolvidas no CTA, pois, de acordo com a autora acima citada, é preciso utilizar os métodos dialógicos em que a linguagem em sua plenitude relacional opera, para descrição dos homens em suas atividades. Esse método é o que ouvimos de João Ivo e

outros sujeitos da pesquisa, que estiveram empenhados em criar, pela aproximação aos seus contextos educativos, materiais de comunicação e ambientes educativos.

Estes ambientes sempre proporcionam uma nova linguagem prática e ideológica, uma política comprometida com a práxis das lutas pela emancipação humana em suas muitas formas.

As práticas coletivas do CTA foram, conforme Dona Lurdes, “Uma Escola”. Ela demonstra a dimensão educativa formativa que, desde 1992, vem sendo distribuída pelos lugares em que chegam os projetos desenvolvidos pelo CTA. Como as práticas de organização interna do CTA e das associações que estiveram trabalhando junto:

> Por exemplo, a formação de tesoureiro para associação, secretários, como fazer ata, de uma associação. Era a ideia de, digamos assim, produzir experiências de bens. Isso era pedagógico, dizendo assim, não, o que nós temos que fazer é experimentar, fazer demonstração de determinados conhecimentos e tecnologias, para que depois elas possam ser adotadas e multiplicadas com facilidade, né? Que possa ser difundida (João Ivo, entrevista, 10 de dezembro de 2024).

Quando eles cobram isso, é só uma informação, não precisa muita técnica, não. Daí ele consegue melhorar sua produção. Essa frente dos pequenos agricultores, que era uma das linhas de trabalho na FASE, incorporava então essas discussões todas. Nosso entrevistado nos questiona qual é a importância da biomassa na Amazônia, explicando porque a floresta é tão importante. Entendemos que se não há cobertura vegetal, você tem: problemas de erosão, problemas de insolação demais e problemas de chuva, que provoca a desestruturação de solos e tal.

Aprendemos que, mesmo que não seja uma mata, mas você deve ter matéria orgânica no solo, para proteger o solo. Isso torna a entrevista viva, conectada com as vivências comuns, com o ecossistema da nossa vida. Todos somos responsáveis pelo meio ambiente.

Essas práticas pedagógicas decoloniais se demonstram compreensíveis, na identidade coletiva de pertencimento. O CTA constrói uma prática teórica e prática empírica de produções agroecológicas. Isso é um legado decolonial, pois ele respeita e reconhece as formas de manejo e trabalho dos agricultores/as envolvidas no processo, reconhecendo as diferenças e dificuldades e levando para outros Estados e regiões as experiências interculturais do CTA:

> Tanto do calor é muito intenso, como também das chuvas que são intensas, e aí você precisa pensar na ciclagem de nutrientes, né? por exemplo, essas plantas que se decompõem, elas vão se incorporar como nutrientes para novas plantas que você

> quer cultivar, nessa ideia do CTA, tinha uma experiência que a FASE, inclusive, ajudou a implementar no Nordeste. É demonstrações que pudessem servir como processos de irradiação através do processo de educação. Por exemplo, visitas a esses locais para mostrar o que que estava sendo feito e aprender dali para fazer depois nos lotes familiares (João Ivo, entrevista, 10 de dezembro de 2024).

Mas como funcionava o trabalho, o dia a dia desses educadores, suas atividades e rotinas, para desenvolver grupos, gerar a participação necessária e o envolvimento, pois a forma de processos de trabalho, da produção do conhecimento conta com uma comunicação bem elaborada dentro das áreas de interesse comum. Um agente comunicativo efetivo, que consiga promover ações de encontro de conhecimento.

Na entrevista, João Ivo afirma que grande parte desse trabalho era trabalho voluntário, feito em mutirão. Disse que a FASE ia buscar os lavradores nas comunidades. Ficavam vinte e três dias trabalhando. Depois levava de volta e trazia outra turma. Observava que eles são observadores ao extremo, por exemplo, de ar, eles desenvolveram uma capacidade de observação como as formiguinhas podem contribuir para o desenvolvimento do sistema ou até a polinização; por exemplo, explica sobre a produção do maracujá, que tem que ter a Manga.

Segundo ele, “a ideia era produzir exatamente agricultores que pudessem ser os educadores dos agricultores”, difusores dos conhecimentos, de forma que eles produzissem muita comida, e que não seja só produtos, por exemplo, da floresta também tem a madeira. As coisas não são fragmentadas ou substancializadas, não dá para você separar essas coisas, está tudo ao mesmo tempo.

É nessa complexidade de experiência e vivência que tentamos conseguir perceber as melhorias concretas na vida dessa comunidade, pela contribuição das ações combinadas aos conhecimentos naturais. Se, segundo João Ivo, a gente tem a academia, que quer setorizar, separar como se fossem coisas separadas; mas não são separadas. Precisamos saber, por exemplo, de onde vem sua tradição, mas quando se começou a discutir os sistemas agroflorestais, agregaram-se informações.

> Então ali que se dá a produção do saber, mas também a troca dos saberes, né? Porque a experiência na relação com os agricultores, o conhecimento do ecossistema que eles estavam manejando, era-lhes permitido dizer não, isso não dá certo. Então, é um conhecimento que eles tinham e os técnicos não. Porque o tempo todo você tem que estar disposto a aprender o tempo todo. Eu dou uma receita aí de um veneno para ele ou não. Para você ter a fazer esse, você retorna ao trabalho, mas de tecnologias sociais, de produção, de conhecimento, mas também de demonstração de técnicas e tecnologias. Ou de conhecimento? Às vezes, eu acho que as pessoas acham que precisa de muito mais. É, às vezes eu acho que se a gente trabalhasse,

> manejo. Informação é, tem que certas informações quando elas chegam às pessoas, elas têm resultado imediato (João Ivo, entrevista, 10 de dezembro de 2024).

Nesse processo horizontal do saber, as trocas de conhecimento retiram dos técnicos e professores a questão da detenção autoritária do poder do conhecimento, sendo assim a parte que fica para aprender e ensinar estão sincronizadas.

> É a ciência que se faz presença no seio do povo e que aprende com os saberes populares, e por isso se inova, e momentaneamente ensina novos conhecimentos para aqueles que aprenderam a partir das experiências e das práticas sociais cotidianas e estes renovam e ampliam seus conhecimentos. É um processo dialógico de fertilização de conhecimentos, que formulados a partir de racionalidades distintas, se complementam enriquecendo-se (Zart, 2012, p. 27).

Para João Ivo, dentro de uma lógica diferente da educação, você tem que estar aberto a ouvir as pessoas, e as pessoas, às vezes iam com os técnicos para receber fórmulas prontas, receitas, e os técnicos ficavam naquela ambiguidade, também passavam por um estranhamento.

João Ivo fala do manejo de sementes, de água da chuva, mas também cita um versículo bíblico para exemplificar a comunicação libertadora, a educação prefeita, que vai fazer a pessoa conectar sentidos de ação e reflexão sobre o que se precisa, necessita ou deseja ser aprendido, vivido ou encontrado, como solução de situações extremas que as pessoas podem viver. No caso das condições de vida ele afirma que “a porta da entrada era a necessidade que ela tinha para viver”.

Outra afirmativa é uma visão empírica e filosófica quanto à evangelização. Como na educação popular, você precisa pensar isso e acho que é isso o que Paulo Freire fala, naqueles processos de aprendizagem e não só nas palavras geradoras, mas nos conceitos fundamentais que são geradores, que desencadeiam processos de aprendizado e de consciência. Então eu acho que isso, para mim nesse processo, seria importante pensar, para situações dos agricultores hoje; e eu acho que é. São situações bastante distintas.

Se as pessoas não estão lá, não sabem mais produzir, não têm os conhecimentos, porque a criança e o adolescente na roça é um aprendiz, tem que ser visto mais como um processo educativo, de formação profissional do que como trabalho. Tudo o que eu sei de agricultura eu aprendi de criança indo junto na roça com meus irmãos, minhas irmãs, meu pai, minha mãe.

Esse diálogo e observação que o campo nos dá é uma reflexão epistemológica sobre o conhecimento, pois a transformação social, que está constantemente trazendo uma implicação de muitos esforços, a presença e a proximidade, está dando aos grupos um conceito de sujeitos inovadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as grandes histórias contadas por colonizadores têm os grandes espaços nos livros e tiveram suas honras necessárias, mas o reconhecimento daqueles que trabalharam para que as riquezas da natureza e dos homens fossem distribuídas, estes muitas vezes não têm o devido lugar para falar, para contar suas memórias e perspectivas para o futuro.

Buscamos nas práxis da educação desvendar a biodiversidade científica, desvelada na realidade da organização social camponesa no CTA, no Vale do Guaporé, Mato Grosso, Brasil, o qual tem sido um Patrimônio Cultural, um bem comum, que partilha conhecimentos e saberes inerentes às formas e métodos baseados na pedagogia da decolonialidade.

São muitos movimentos em um; são muitas atividades educacionais e formativas que dão ao CTA uma identidade coletiva de pertencimento, que somente a Educação Popular é capaz de interpretar, sistematizar como marcos, legados e inovações pedagógicas científicas.

Os processos de teoria e práticas pautados na história da luta camponesa; e essa luta não é somente desses sujeitos aqui, é também uma constante da macro-história adaptação humana ao ambiente, baseada nas sistêmicas organizações políticas e sociais dos inúmeros lugares em que ela acontece.

Quanto a uma complexa definição a respeito do sujeito de direito do campo, utilizamos um pouco das intencionalidades da atual declaração das Nações Unidas sobre a sua missão de proteger o ser humano, em sua totalidade, não somente a instrumentalização das defesas a vida, o uso do meio ambiente, onde os ecossistemas devem ser preservados.

Sabendo que um dos maiores conflitos vem da contradição de conquistar e permanecer na terra, esses debates são desenvolvidos em vários âmbitos políticos e comunitários; são consideradas as realidades jurídicas e humanas dessa condição de vida, dessa identidade que representa uma parte importante da nossa sociedade vinda ao encontro das capacidades cognitivas que interferem no seu desempenho social.

Essa capacidade construída no meio dessa organização campesina, que aqui buscamos compreender, tem esse compromisso com a reprodução e produção principalmente da vida. Pensamos no ecossistema ambiental, numa geopolítica mundial, que vem de frente a essas maneiras ainda muitas vezes primárias de cuidado com a vida na terra.

Como e porque pode ser importante pensar nas catástrofes que acontecem em formas diferentes na terra – climáticas, humanas em forma de guerras, pandemias, alienações políticas e sociais –, enfim formas de mortes que somente uma força contrária como vinda da natureza seria capaz de controlar.

Essa esperança parte de uma criticidade desenvolvida nas relações de poder a partir do conhecimento produzido no contexto das comunidades de aprendizagens que o campo propõe, quando se organiza; pois, através dele, criamos estruturas fortes de sustentação às fragilidades enfrentadas pela classe trabalhadora, vindas do nosso meio de produção capitalista.

As culturas e experiências desenvolvidas ao longo dos mais de trinta anos no CTA são também um processo demonstrativo e sistemático de como é possível tornar os conhecimentos humanos desconsiderados e silenciados cientificamente, nas áreas ambientais, educacionais, econômicas, mais acessíveis, pautados na realidade das comunidades e projetos políticos de desenvolvimentos.

Quando olhamos para as dificuldades de acessar os conhecimentos formais, as escolas e faculdades públicas, cada vez mais evidenciamos os quão afetados foram os espaços de discussão a respeito da nossa democrática maneira de se fazer política. Passamos por uma desconstrução dos valores humanos, a partir de uma manifestação malvada de conscientização e interação contrária ao bem comum, em que o pensamento radical de segregação racial, de gênero e econômica ganhou adeptos de uma maneira rápida, tecnológica e sistêmica.

As pedagogias populares, em suas abordagens socioeducativas, constroem um modo de fazer, uma adaptação do conhecimento construído a partir do concreto, que promove a emancipação e o empoderamento dos povos que foram vítimas de violências sistêmicas em muitas partes do mundo. O resultado das experiências compartilhadas de reflexões se dá nas inovadoras formas de tecnologias sociais, de trabalho, educação e economia.

Nas ações realizadas no Vale do Guaporé, desde a conquista das grandes propriedades e a enganação aos pequenos agricultores que vinham em busca de terras e recursos financeiros para permanência, existiu um trabalho ontológico associado, cooperativo, voluntário, construído por homens e mulheres capazes de produzir um planejamento participativo.

Esse planejamento mobilizou – e mobiliza – a articulação de recursos para a execução de muitos projetos, com fins intelectuais, materiais, financeiros e culturais. Com a

finalidade de integrar os empreendimentos econômicos e educacionais populares solidários vinculados às atividades de produção de conhecimento social, as redes têm muitas possibilidades, tais como aproximar as organizações sociais e educacionais para o intercâmbio de produtos, troca de experiência, de metodologias e de conhecimentos. Tudo isso para fortalecer a cultura e a solidariedade (Zart, 2017).

Hoje o CTA discute, conforme assembleia realizada no dia 22 de fevereiro de 2025, como manter a produção e a comercialização, que são partes importantes dos trabalhos realizados para a manutenção do local e a permanência da organização.

Na execução dos projetos referente a fundos internacionais e nacionais de educação e tecnologias ambientais, continua dando continuidade aos princípios criados e desenvolvidos pelos atores sociais de fundação do Centro, que era criar uma ideia que ajudasse o agricultor a permanecer da terra. E isso a partir da sua realidade.

Assim se desenvolveram as tecnologias sociais, as ações e criatividades coletivas para resolver as demandas das necessidades dos associados, e das comunidades locais, a viabilidade dos processos formativos educacionais, e adequação sociotécnica.

Na questão da auto-organização e coletividade participativa, recorremos aos nossos sujeitos de pesquisa. O protagonismo, conforme Zart (2017). Até hoje buscam estar em um processo contínuo de diálogo e de compreensão da existência como base de igualdade social e de reconhecimento das diferenças culturais e valores humanos, nas práticas sociais de participação integral nas organizações dos trabalhos.

O trabalho associado configura e fortalece a superação da exploração do trabalho, o qual está condicionado ao sistema de mais-valia. O trabalho dentro de uma cultura de solidariedade acarreta novos sentidos às vivências humanas.

Percebemos uma lógica diferente, quando ouvimos o técnico, sócio e coordenador do CTA dizer: “estamos produzindo mudas de banana da terra, vocês não querem plantar?”. Normalmente quando se ocupa uma posição de poder, a pessoa se mostra indiferente ao outro.

Conforme Walsh (2005), a distribuição e classificação da população em ranques, lugares e papéis sociais resulta da configuração do capitalismo, da cultura e da produção do conhecimento sob a hegemonia ocidental, caracterizada como eurocentrismo. Segundo Quijano (2000, p. 549-550), é resultante de “[...] uma racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se fez globalmente hegemônico, colonializando e dominando outras formações conceituais e seus conhecimentos concretos respectivos”.

Os fortes traços de uma epistemologia decolonial são evidentes nas relações sociais, na forma de saber, de ser, nas linguagens desenvolvidas. Quando se produz quantidades grandes, ou o trabalho e ganho sobre o trabalho é conquistado no modelo capitalista, isso fica vinculado ao lucro individual; já nesse nosso modelo de produção, todo o conhecimento, todo o benefício científico e financeiro desse produto passa a ser coletivo.

O poder político é praticado dentro de uma abordagem democrática e participativa. Existem critérios para a aceitação de novos companheiros, porque é necessário que realmente a pessoa se mostre ligada a princípios de cooperação e esteja comprometida com o desenvolvimento solidário sustentável do grupo. Buscar alternativas desde o nome do Centro, foi um critério de fundação dessa ainda esperança camponesa. Walsh (2005) recorda que é necessário descolonizar, utilizando estratégia que vai além de uma transformação que implique deixar de ser colonializado, mas que aponte uma transformação, construção ou criação e que busque uma transição, superação e emancipação por meio de alternativas.

Portanto, na busca por compreender esses métodos de organização sistêmica desses camponeses/as, pudemos ter acesso a fórmulas, práticas de alinhamentos estratégicos de execução de planos de ação, que mobilizou cada ação desde 1992. Falamos desde os inícios dos acompanhamentos às associações sobre os “agrupamentos”, que era levar as informações de um local para o outro, animando a todos na prática da união.

Temos também a levantar como ação norteadora a criação de “ideias”, fala registrada em todas as entrevistas. A criatividade do povo brasileiro, a noção de altruísmo, reciprocidade, colaboração, cooperação e solidariedade, fazendo uma memória de quanto isso foi adormecido nas novas vivências de mercadologização, fragmentação das relações que são em sua maioria superficiais.

Mas aqui há uma participação ativa segundo Santos (2020): o cidadão engajado, comprometido com o fazer social, percebe que “é preciso aprender a decidir, e esse aprendizado só acontece no exercício da tomada de decisão, só se aprende a decidir decidindo, nesse sentido fazer acontecer o inédito viável” (Freire, 1996).

Devido à rapidez tecnológica e à corrida contra o tempo em desacordo com toda uma construção epistemológica do conhecimento que permite o “Bem Viver” na tradução mais difundida, que representa uma cosmovisão construída por meio de muitos anos pelos povos altiplanos dos Andes, que se tornaram invisíveis frente ao colonialismo, patriarcalismo e capitalismo.

Pensando no estar como uma condição temporal, percebemos que numa análise de sentido estar bem é substancial a permanecer numa condição de vida agradável. Lurdes, nossa entrevistada, diz “se Deus quiser nunca vou morar na cidade”; sinal de satisfação e de uma vida organicamente saudável. Viver em harmonia com a natureza para ela é fundamental, ela fala das sementes, das galinhas, da feira e de muitas atividades, de uma mulher ativa e emancipada socialmente.

Nesse sentido, os processos pedagógicos autênticos comungam com a pedagogia decolonial, aquela capaz de criar uma autenticidade, uma identidade social. Para o Bem Viver, existe uma identidade cultural que emerge de uma relação profunda com o lugar em que se habita, no qual surgem modos de vida, expressões – arte, dança, música, vestimenta, etc. Nesses termos, identidade sugere historicidade, viver o tempo presente a partir de uma memória, de uma ancestralidade, que projeta uma perspectiva de futuro possível de ser vivido (Alcantara, 2016, p. 24-25).

A produção social de conhecimento, reconhecida nas suas representações diversas, é pautadas por ideologias e interesses das classes dos trabalhadores camponeses. Essas práticas dialéticas, baseadas em contradições materializadas na vida desses sujeitos cognoscentes, dão atraso aos mecanismos de alienação capitalista.

Toda esta produção está fundamentada e articulada na integração do conhecimento popular, gnosiológico, associativista, político que se concentra na epistemologia do conhecimento, como os ambientes complexos.

Os contextos das decisões tomadas através dos camponeses neste caminho de aprendizagens – entre o saber, o ensinar e o aprender – provocam uma revolução social, no campo epistemológico do conhecimento; uma construção democrática, dentro dos interesses das diversidades das identidades culturais, nas proposições vindas dos encaminhamentos do coletivo envolvido no processo.

Esses encaminhamentos partem sempre de uma vivência participativa, analisada e sintetizada nos processos da educação popular e da economia solidária, vindos dos planos e ações por nós desenvolvidos. Isso faz com que seja construído um imaginário comum, um saber que parte da cosmovisão do comunitarismo solidário. Esse inconsciente coletivo se materializa nas linguagens e nas práxis, conforme a proposta da educação popular decolonial desenvolvida no CTA: mediatizar a educação problematizadora.

Nos pensamentos de compreender a sociologia do conhecimento, com uma educação que proponha um exercício de cidadania, vemos que os membros, engajados nos processos participativos, inauguram uma educação social, do ponto de vista da formação individual e coletiva. Vemos que a proposta de Mannheim (1972) atualiza nossos processos educativos e formativos: “queremos compreender nosso tempo, as dificuldades desta Era e como a educação sadia pode contribuir para a regeneração da sociedade e do homem” (Mannheim *apud* Rodrigues, 2007, p. 82).

É possível complementar a questão desse contexto ideológico pedagógico, considerando relações entre educação e mudança social. Ele argumentava que a educação tem o potencial de desafiar as estruturas sociais existentes e promover mudanças sociais significativas.

Para isso, ele defendia uma abordagem educacional que incentivasse o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de questionar e desafiar as ideias dominantes. Isso cria uma visão menos determinista e mais relativista a respeito da realidade. Quando vimos que os métodos aplicados eram sempre modificados e nunca algo rígido, do ponto de vista conservador, se torna questionável o papel dos técnicos, dos educadores do CTA. Normalmente as estruturas e superestruturas que detêm o pensamento globalizado do conhecimento e os saberes camponeses dos trabalhadores do campo partem de lugares opostos ao sistema político capital e da lógica do poder ligado à ciência positivista; no sentido do saber construído sem a compreensão e valorização do lugar do sujeito social.

Dessa maneira, para compreender a contradição presente nesse modelo de ensino e aprendizagem, são necessárias ações práticas de aproximação, olhar de perto a questão cultural desses movimentos. E essa aproximação exige uma postura humana consciente com intencionalidade altruísta e um senso de responsabilidade social, com as pessoas em vulnerabilidade e com o meio ambiente; um ser alienado provavelmente iria desprezar as riquezas e valores dessa produção social, pois ela é carregada de intencionalidade.

Contudo, seria impossível tratar em totalidade as experiências da educação popular dentro das organizações sociais, bem como aproximar as conquistas e legados construídos pelos sujeitos dessa pesquisa e todos aqueles que conseguem estar presentes direta ou indiretamente nas lutas contra a desigualdade, no nosso país e em toda a América Latina. Essas discussões têm sido parte de uma produção epistemológica decolonial, por uma educação crítica comprometida historicamente com a reterritorialização objetiva e subjetiva

dos nossos saberes, valores e princípios. Ela tem sido pensada a partir da nossa cultura, que são vivenciadas através das superestruturas dos sistemas que nos direcionam.

As relações concretas da vida e dialógicas passam a ser direcionadas pelas culturas, que são o meio como interagimos com o meio social. Esse desenvolvimento social mobiliza pela participação uma linha metodológica, conhecimentos e produtos produzidos nas comunidades de aprendizagens, os processos demonstrativos que, de início, transformou os pequenos agricultores em grandes produtores de alimentos.

Esses processos histórico-dialéticos respeitaram o tempo e a vivência de cada sujeito. Na sua diferença ao lidar não só com a terra, mas com o seu contexto, foram imbuídos de um mesmo bem necessário, na prática e teoria, no ensinar e no aprender, a cada enfrentamento. Desde as reuniões às escondidas por medo dos conflitos por território, aos momentos de festas e conquistas, todos fizeram das mazelas dos sofrimentos humanos em busca de poder uma revolução do pensar.

O CTA representa uma nova capacidade de enfrentamento, uma tecnologia que auxilia nas vidas dos camponeses/as, mas que chegas às muitas regiões do Estado de Mato Grosso em forma de emancipação humana, empoderamento social, evolução intelectual, ascensão econômica, legados que são sinal de esperança para mim e para todos os envolvidos no processo.

Concluímos que todas as lutas que essa história envolve conseguiram, pela união desses homens e mulheres, materializar uma força de ação que impulsiona muitas outras. A educação precisa estar aberta às manifestações estruturais de conhecimentos populares, carregados dos nossos legados culturais. Formados nas bases das relações que envolvem interesses comuns de necessidades e benefícios comunitários, continuar a manter vivos princípios e valores que preservem todas as formas de vida.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MALERBA, Juliana; TURA, Letícia R. **Fazer (em) comum**: memórias e tributo a Jean Pierre Leroy. Lavras: Nous Kardia Consultoria, 2022.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALCANTARA, Liliane C. S.; SAMPAIO, Carlos A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 40, n. 1, p. 231-251, 2017.

ALVES, Rubem. **A aventura de pensar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, Valentin N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 11, p. 89-117, ago. 2013.

BARROZO, João C. **Mato Grosso**: do sonho à utopia da terra. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRAIT, Beth. Análise e Teoria do Discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

BRAIT, Beth. Linguagem e identidade: um constante trabalho de estilo. **Trabalho, educação e saúde**, v. 2, p. 15-32, 2004.

BRANDÃO, Carlos R. A quem serve a educação? **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 28, n. 56, p. 12-32, 2019.

BRANDÃO, Carlos R. Educação popular antes e agora. **Ideação**, v. 15, n. 1, p. 10-24, 2013.

BUCLET, Benjamin; LEROY, Jean-Pierre. Entre movimento social e "terceiro setor": as ONGs à busca de sua identidade. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, Belém, v. 18, n. 2, p. 183-208, 2002

CACAIO. Movimento dos Lavradores do Vale do Guaporé. **Cacaio**. Pontes e Lacerda, 1989.

CALDART, Roseli S. A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, v. 24, 2000.

CARVALHO, Thiago M. *et al.* A Economia Solidária como um Instrumento de giro Decolonial do saber Econômico Capitalista. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 12, n. 3, p. 107-125, 2018.

CASTELANO, Maria José. Conflitos na fronteira: a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) junto aos trabalhadores rurais e a Itaipu nas décadas de 1970-1980, no oeste do Paraná. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Vitória, 2014.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CTA. Centro de Tecnologia Alternativa. **Estatuto Social**. 25 mar. 2012. Pontes e Lacerda, 2012.

CUCHE, Denys; PEREIRA, Miguel Serras; GANDRA, Fernando. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 1999.

DA MOTA NETO, João C. Por uma pedagogia decolonial na América Latina: Convergências entre a educação popular e a investigação-ação participativa. **Education Policy Analysis Archives**, v. 26, p. 84-84, 2018.

DA MOTA, João C.; STRECK, Danilo R. Fontes da educação popular na América Latina: contribuições para uma genealogia de um pensar pedagógico decolonial. **Educar em Revista**, v. 35, p. 207-223, 2019.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social**: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: Eduepb, 2014.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. Multiculturalismo e direitos coletivos. In: DE SOUSA SANTOS, Boaventura (Org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura; NUNES, João A. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: DE SOUSA SANTOS, Boaventura (Org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DE SOUZA MINAYO, Maria C. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista pesquisa qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

DUSSEL, Enrique. **“20 Teses de Política”**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Coord.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

FABRINI, J. E. O Projeto do MST de Desenvolvimento Territorial dos Assentamentos e Campesinato. **Terra Livre**, v. 2, n. 19, 2015.

FARIA, Thaís B. B. C. **Aproximações entre a antropologia interpretativa de Clifford Geertz e a perspectiva histórico-cultural de Lev Vigotski**. 2014. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

FASE. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/artigos/amazonia-questao-de-longo-prazo/>. Diversos acessos.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FICHER, Maris C.; TIRIBA, Lia. Saberes do Trabalho Associado. CATANNI, Antônio D. *et al*. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina/CES, 2009.

FONSECA, Maria C. L. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Boletim de Políticas Setoriais**, Brasília, n. 02, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 55. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 66.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FURTER, P. **Educação e Reflexão**. Petrópolis: Vozes, 1970.

GERALDI, João W. A linguagem em Paulo Freire. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 23, p. 7-20, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 115-147, mar. 2008.

GUSMÃO, Stephanie F. A.; TAKENAKA, Edilene M. M. A Economia Solidária como forma de Geração de Renda por meio dos Resíduos Sólidos Urbanos Recicláveis originados pela Obsolescência Programada. **Revista Científica ANAP Brasil**, v. 9, n. 14, 2016.

GUZMÁN, Eduardo S.; DE MOLINA, Manuel G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Vértice, 1990.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/sele%C3%A7%C3%A3o_2020.1/hooks>. Diversos acessos.

JUNIOR, Eduardo B. L. *et al*. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021.

KRETZMANN, Carolina G. **Multiculturalismo e diversidade cultural**: comunidades tradicionais e a proteção do patrimônio comum da humanidade. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MIGNOLO, Walter D. Introdução: Colonialidade do poder e pensamento descolonial. **Globalização e a opção descolonial**, p. 1-21, 2013.

MINAYO, Maria C. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna C. (Orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2012.

NAMBIKWARA. **Iniciativas da comunidade Nambikwara**. Nambikwara, 2025. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Nambikwara>. Acesso em: 05 mar. 2025.

PONTES E LACERDA (MT). Prefeitura. Disponível em: <https://www.ponteselacerda.mt.gov.br/page/historia-de-pontes-e-lacerda>. Acesso em: 28 ago. 2023

PONTES, S.; TAVARES, M. A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA): um estudo da inclusão da diversidade epistemológica numa perspectiva não hegemônica. In: **Congreso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología, Innovación y Educación**. 2014.

PUHL, João Ivo. **O tempo do grilo**: Posseiros na gleba São Domingos-1979-1983. História da luta pela terra no Vale do Guaporé-MT-1970-1990. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. **A Colonialidade do Saber**: etnocentrismo e ciências sociais – Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RAMOS, Jhonathas A. A. Pierre Bourdieu e Paulo Freire: um diálogo pela Educação. **Revista Entreideias**: educação, cultura e sociedade, v. 9, n. 3, 2020.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**: Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, C. E. F. dos; PALUDO, C.; OLIVEIRA, R. B. C. de. **Concepção de educação do campo**. In: TAFFAREL, C. N. Z. *et al.* **Cadernos didáticos sobre educação no campo**. Salvador: UFBA, 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 21.ed., Rio de Janeiro: Record, 2020.

SILVA, Pércila M. **Processos museológicos em contextos de culturas tradicionais e populares**: limites e potencialidades da autogestão patrimonial-três casos para estudo. 2019. Dissertação (Mestrado em Museologia)- Programa de Pós-Graduação em Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SINGER, P. Economia solidária: entrevista com Paul Singer [set. 2007]. Entrevista. Entrevistador: Paulo de Salles Oliveira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

VIANA, Nildo. Memória e Movimentos Sociais. **Revista Movimentos Sociais**, v. 4, n. 06, p. 78-113, 2019.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica/pedagogia de-colonial. **Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas**, v. 3, n. 6, p. 25-42, 2012.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica/pedagogia de-colonial. **Educação On Line**, p. 18-42, 2009.

ZART, Laudemir L. **Caderno Pedagógico**: glossário de economia solidária. Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, v. 05, n. 1, 2017.

ZART, Laudemir L. Movimentos sociais, comunidade de pesquisa e política científico-tecnológica. **Revista de Comunicação Científica**, v. 1, n. 13, 2023.

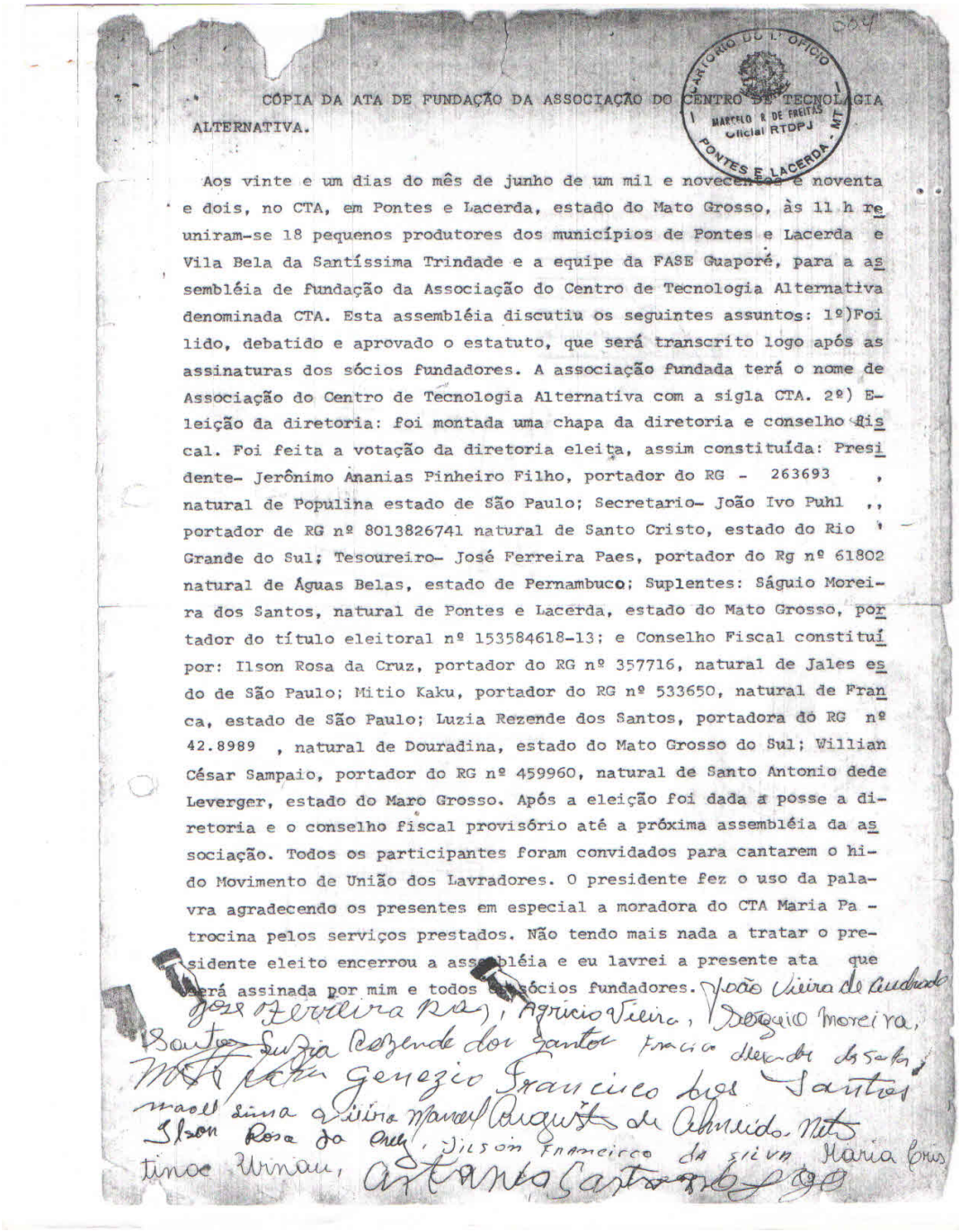
ZART, Laudemir L.; BITENCOURT, Loriége P. **Culturas e práticas sociais**: leituras freireanas. Cáceres: Unemat Editora, 2020.

ZART, Laudemir Luiz; PAEZANO, Eliane dos S.M.; MARTINS, Jucilene de Oliveira (Orgs.). **Educação e Socioeconomia Solidária**: Fundamentos da Produção Social do Conhecimento. Cáceres: Editora Unemat, 2019.

ZART, Laudemir Luiz. Produção social do conhecimento nas experiências da socioeconomia solidária no Núcleo Unemat-Unitrabalho. In: ZART, Laudemir Luiz; PAEZANO, Eliane dos S.M.; MARTINS, Jucilene de Oliveira (Orgs.). **Educação e Socioeconomia Solidária**: Fundamentos da Produção Social do Conhecimento. Cáceres: Editora Unemat, 2019.

Zilo e Zalo. **A Grande Esperança**. São Paulo: Chantecler:1964. 3:29. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IRmDDjiv1Pg>. Acesso em: 12 mar. 2025.

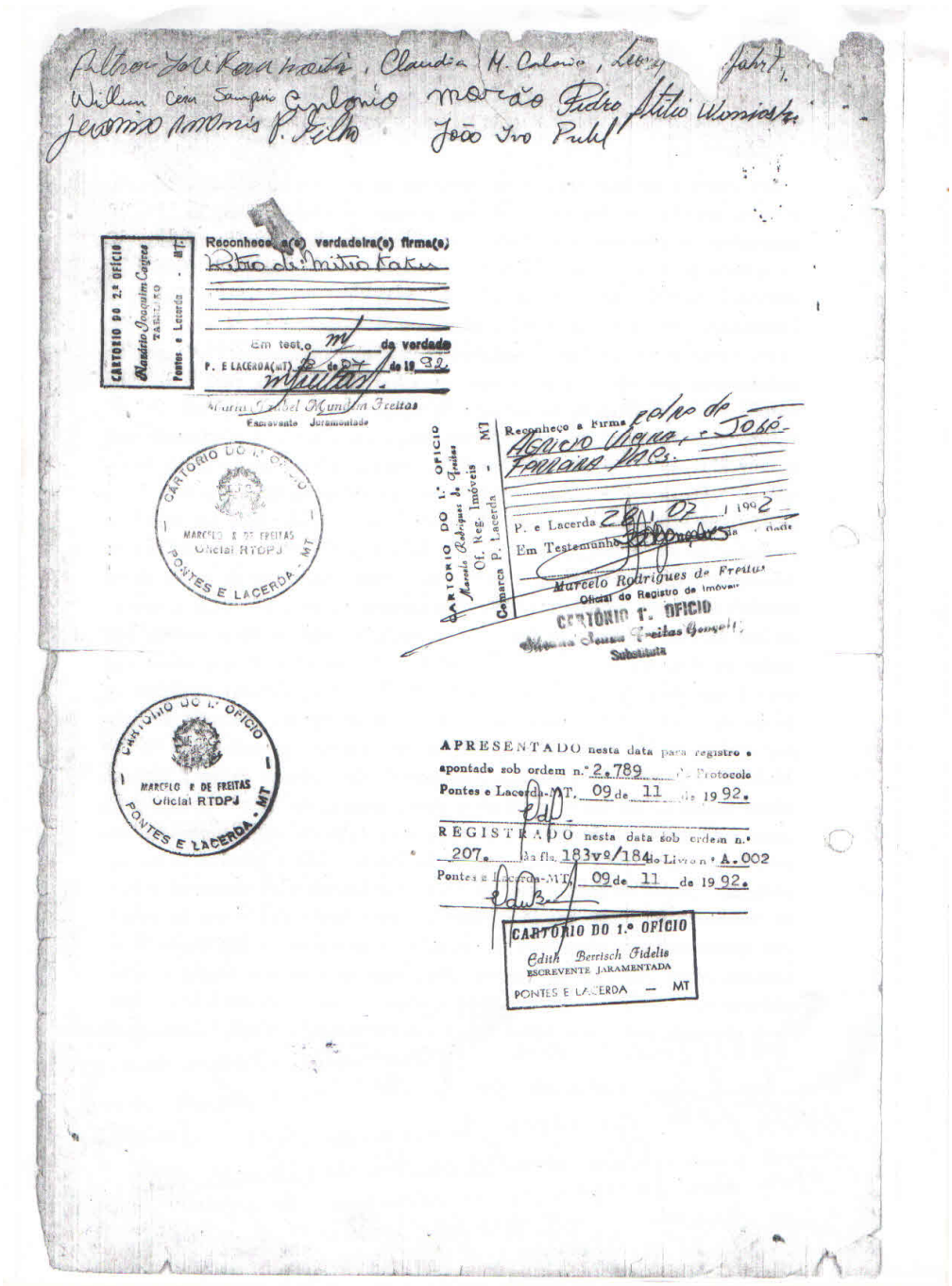
ANEXO A: ATA DE FUNDAÇÃO E ESTATUTO DO CTA



CÓPIA DA ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
MARCELO R. DE FREITAS
Oficial RTDPJ
PONTES E LACERDA - MT

Aos vinte e um dias do mês de junho de um mil e novecentos e noventa e dois, no CTA, em Pontes e Lacerda, estado do Mato Grosso, às 11 h reuniram-se 18 pequenos produtores dos municípios de Pontes e Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade e a equipe da FASE Guaporé, para a assembléia de fundação da Associação do Centro de Tecnologia Alternativa denominada CTA. Esta assembléia discutiu os seguintes assuntos: 1º)Foi lido, debatido e aprovado o estatuto, que será transcrito logo após as assinaturas dos sócios fundadores. A associação fundada terá o nome de Associação do Centro de Tecnologia Alternativa com a sigla CTA. 2º) Eleição da diretoria: foi montada uma chapa da diretoria e conselho fiscal. Foi feita a votação da diretoria eleita, assim constituída: Presidente- Jerônimo Ananias Pinheiro Filho, portador do RG - 263693 , natural de Populina estado de São Paulo; Secretario- João Ivo Puhl ,, portador de RG nº 8013826741 natural de Santo Cristo, estado do Rio Grande do Sul; Tesoureiro- José Ferreira Paes, portador do Rg nº 61802 natural de Águas Belas, estado de Pernambuco; Suplentes: Ságuio Moreira dos Santos, natural de Pontes e Lacerda, estado do Mato Grosso, portador do título eleitoral nº 153584618-13; e Conselho Fiscal constituí por: Ilson Rosa da Cruz, portador do RG nº 357716, natural de Jales estado de São Paulo; Mitio Kaku, portador do RG nº 533650, natural de Franca, estado de São Paulo; Luzia Rezende dos Santos, portadora do RG nº 42.8989 , natural de Douradina, estado do Mato Grosso do Sul; Willian César Sampaio, portador do RG nº 459960, natural de Santo Antonio dede Leverger, estado do Maro Grosso. Após a eleição foi dada a posse a diretoria e o conselho fiscal provisório até a próxima assembléia da associação. Todos os participantes foram convidados para cantarem o hido Movimento de União dos Lavradores. O presidente fez o uso da palavra agradecendo os presentes em especial a moradora do CTA Maria Pa - trocina pelos serviços prestados. Não tendo mais nada a tratar o presidente eleito encerrou a assembléia e eu lavrei a presente ata que será assinada por mim e todos os sócios fundadores. João Vieira de Andrade José Ferreira Paes, Agricio Vieira, Sergio Moreira, Santos Luzia Rezende dos Santos Francisco Mendes da Silva Genezio Francisco dos Santos Ilson Rosa da Cruz, Ilson Francisco da Silva Maria Costinoe Urnau, Antonio Carlos Lago



Altair Jorikawa Maeda, Claudia H. Calvo, Leny Fabri,
Willian Cesar Sampaio Cardonio Marcão Pedro Attilio Monteiro
Jesonias Antonio P. Filho João Ivo Pubil

CARTORIO DO 2º OFICIO
Waldir Joaquim Cagnes
TABELIÃO
Pontes e Lacerda - MT

Reconheço a(s) verdadeira(s) firma(s)
Pedro da Mitta Faria
Em test.o
P. E LACERDA(MT) de 1992.
Maria Isabel Mundim Freitas
Escrevente Juramentada

CARTORIO DO 1º OFICIO
MARCELO R. DE FREITAS
Oficial RTDPJ
PONTES E LACERDA - MT

Reconheço a Firma
Agenor Viana e José Ferreira Mac.
P. e Lacerda 2 DEZ 92 1992
Em Testemunho
Marcelo Rodrigues de Freitas
Oficial do Registro de Imóveis
CARTÓRIO 1º OFÍCIO
Substituta

CARTORIO DO 1º OFICIO
Marcelo Rodrigues de Freitas
Of. Reg. Imóveis
Comarca P. Lacerda - MT

CARTORIO DO 1º OFICIO
MARCELO R. DE FREITAS
Oficial RTDPJ
PONTES E LACERDA - MT

APRESENTADO nesta data para registro e apontado sob ordem n.º 2.789 do Protocolo
Pontes e Lacerda-MT. 09 de 11 de 1992.

REGISTRADO nesta data sob ordem n.º 207. na fls. 183v9/184 do Livro nº A.002
Pontes e Lacerda-MT. 09 de 11 de 1992.

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO
Edith Berrisch Fidelis
ESCREVENTE JURAMENTADA
PONTES E LACERDA — MT

ANEXO B: ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA.

Capítulo I - Da denominação, sede, fins e duração:

Artigo 1º - A Associação do centro de Tecnologia Alternativa, também denominada pela sigla "C.T.A", fundada no dia 21 de maio de 1992, constitui-se como associação civil sem fins lucrativos, apartidária, que se regerá pelo presente estatuto e demais leis cabíveis, tendo prazo de duração indeterminado e sede na comunidade do Cataco município de Pontes e Lacerda, MT. E foro jurídico na Comarca de Pontes e Lacerda – MT. Sua área de atuação direta será o Território Nacional Brasileiro e para atividades de colaboração o território Internacional.

Seu ano social vai de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro.

Capítulo II - Dos objetivos sociais:

Artigo 2º - Constituem os objetivos da associação:

I - Objetivos gerais:

a) colaborar no desenvolvimento e implantação de uma agricultura, sustentável e agroecológica adequada às condições sócio - econômicos, culturais e ambientais, visando diminuir os problemas causados pelas formas habituais do processo produtivo;

b) - desenvolver um centro de demonstração e difusão de técnicas agroecológicas e de educação ambiental.

c) - contribuir com todas entidades e movimentos que lutam pela execução da reforma agrária.

d) - desenvolver projetos que qualifiquem e melhore o equilíbrio social, cultural, psicológico e ambiental familiar, empoderando as mulheres, jovens e idosos neste ambiente, sobre tudo, no que se refira a habitabilidade das unidades produtivas familiares.

e) - desenvolver um centro de educação e formação adequadas às condições da Agricultura familiar;

Ramão Wilson Junior
OAB-MT 11782

f) - desenvolver ações e projetos de comercialização dos produtos da Agricultura Familiar.

II- objetivos específicos:

a) – resgatar as tecnologias e experiências utilizadas pelos pequenos produtores, valorizando – as e difundindo-as;

b) – possibilitar a formação e o treinamento de pequenos produtores e técnicos na área de tecnologias alternativas e da analise sócio-econômica e política através de cursos:

c) – possibilitar o intercâmbio das tecnologias alternativas;

d) – reduzir o custo de produção dos alimentos e melhorar a sua qualidade biológica;

e) – incentivar as comunidades e associações outras de pequenos produtores, a buscarem alternativas no que tange, a organização do trabalho, comercialização e informações sobre tendências de produtos no mercado agrícola;

f) – divulgar amplamente os resultados das tecnologias desenvolvidas;

g) – desenvolver projetos voltados para a preservação e, ou, conservação do meio ambiente e de educação ambiental.

h) – desenvolver formas alternativas de beneficiamento, industrialização de produtos agroecológicos da agricultura familiar da região.

i) – estrutura na medida possível, realizar cursos de educação informal e, ou, formal, para jovens filhos, filhas de agricultores familiar da região

j) – prestar serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, orientado pêlos princípios e técnicas agroecológicos e pelos principios e objetivos da Politica Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER.

k) - formar agricultores técnicos capazes de monitorar e capacitar e assistir outros agricultores na transição para agroecologia da agricultura convencional.

l) - pesquisas

m) - Desenvolver projetos habitacionais rurais sustentáveis para a Agricultura Familiar;

Ramão Wilson Junior
OAB-MT 11792

n) - Desenvolver cursos de educação no campo para filhos/as de Agricultores/as familiares;

o) - Comercializar produtos da Agricultura familiar.

PRIMEIRO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Marcelo R. de Freitas
Oficial RTDPJ
PORTO ESPERIDIÃO-MT

Capítulo III – Dos sócios:

Artigo 3º - O C.T.A terá sócios

I – Fundadores

II – Postulantes

S **1º** Sócios fundadores são todos aqueles que subscreveram a ata da Assembléia de fundação e se propõe a participar de suas atividades sociais e assumem os deveres de associados.

S **2º** Sócios postulantes são todos que se associarem depois da fundação e assumem respeitar este estatuto e o regimento interno.

Artigo 4º - podem associar-se:

I – Pequenos produtores rurais, proprietários ou não, participantes da luta e da organização das associações, do sindicato de trabalhadores rurais e de outras formas de cooperação; e que use práticas agroecológicas em seu estabelecimento.

II – Pessoas de reconhecidos compromissos políticos e técnicos com a luta dos pequenos produtores rurais na busca de sua plena cidadania.

Artigo 5º - A admissão de novos associados far – se – á da seguinte maneira:

I – O postulante preencherá proposta onde constará sua identidade, qualificação profissional e a motivação que o leva a associar – se; esta precisará da assinatura de outro associado proponente;

II- A apresentação da proposta do postulante á Assembleia geral que delibera sua admissão ou não, com os votos de 2/3 dos presentes.

Artigo 6º - São direitos dos associados:

I– Participar com voz ativa dos debates e deliberações da Assembleia geral

II – Eleger a diretoria e o Conselho Fiscal

III – Concorrer em eleições, a cargos de direção ou fiscalização;

Ramão Wilson Junior
OAB-MT 14702

IV – Exigir transparência nas contas e na administração da entidade;

V – Propor novos sócios;

VI – Escolher os membros do conselho Consultivo.

Artigo 7° - São deveres dos associados:

I – Participar das assembleias;

II – Colaborar com as atividades do C.T.A;

III – Assumir os cargos para os quais forem eleitos em assembleia;

IV– Zelar pelo patrimônio e o bom nome do C.T.A;

V – Participar ativamente de outras organizações da classe trabalhadora.

Artigo 8° - Associação que infringirem artigos deste Estatuto do regimento interno e resoluções da Assembléia geral poderão sofrer as seguintes penalizações :

I – advertências;

II – Exclusão ou demissão do quadro social;

1° A advertência será aplicada pela diretoria ao associado que não cumprir com compromisso assumidos e que causarem prejuízos materiais e morais a entidade.

2° A exclusão de associados será deliberada em assembléia, com voto de 2/3 dos presentes, motivados por:

a - Grave infração a este Estatuto, ao Regimento interno e Resoluções

b - Graves danos causados á entidade:

c - Ausência de duas assembléias consecutivas sem justificativa razoável até 30 dias prévia ou posterior à sua ocorrência, por escrito;

3° - É direito do associado **demitir –se** quando julgar necessário, Protocolando junto a Secretaria da Associação seu pedido de demissão.

CAPITULO IV – Da estrutura organizativa.

Artigo 9°- Para cumprir os objetivos o CTA terá as seguintes instancias de deliberação, fiscalização e consulta:

I – ASSEMBELIA GERAL;

II – DIRETORIA;

III – CONSELHO FISCAL;

IV – CONSELHO CONSULTIVO

Ramão Wilson Junior
OAB-MT 11782

Parágrafo único - Os órgãos da execução serão definidos no regimento interno.

ARTIGO 10º - A assembléia geral, constituído por todos os associados, é o órgão Maximo de deliberação da associação, reúne-se ordinariamente uma vez por ano, e extraordinariamente sempre que for necessário; delibera validamente com a presença de 2/3 dos associados em 1º convocação, e com a metade dos associados em 2ª convocação que constará no edital, com o espaço mínimo de meia hora de diferença entre ambas.

1º O edital de convocação das assembléias será feito por carta ou outros meios acessíveis aos associados no prazo mínimo de trinta dias antes e deve indicar o dia, hora, o local da sua realização e a ordem do dia.

2º A convocação e presidência das assembléias ordinárias cabe ao presidente ou a qualquer membro efetivo da diretoria.

3º As assembléias extraordinárias são convocadas pela diretoria, ou conselho Fiscal ou 1/3 dos sócios encabeçadas por uma comissão de três associados; a presidência e a secretaria desta, cabe aos responsáveis pela convocação, exigindo- se o que se consta neste artigo e no 1º.

4º Não existe o voto de representação ou por procuração.

ARTIGO 11º - A assembléia geral ordinária se reunirá para:

a) – Definir a orientação geral da associação;

b) examinar o relatório da diretoria e a prestação de contas da tesouraria, no fim de cada exercício financeiro, aprovando ou rejeitando-as e no caso da rejeição, determinado os reparos ou prescrevendo correções;

c) Eleger a diretoria e o conselho fiscal e indicar os membros do conselho consultivo de dois em dois anos;

d) Deliberar sobre o programa de trabalhão a ser desenvolvido pela associação, bem como, criar equipes de trabalho que se responsabilizem pelos seus setores;

e) Autorizar a abonação de bens da associação ou a instituição de ônus sobre os mesmos, inclusive no caso de bens imóveis;

f) Deliberar sobre o orçamento da receita e da despesa, apresentado pela diretoria para o proximo exercício;

Ramão Wilson Junior
OAB-MT 11702

g) Apresentar plano de alteração de estatuto, ou recebe-lo no plenário, para submeter a discussão, aceitando a decisão da assembléia geral e mandando formalizar no registro de alterações;

h) Avaliar as propostas de admissão de novos sócios optando por aprovação ou rejeição, bem como decidir a exclusão de membros em atendimento ao previsto no artigo oitavo deste estatuto.

ARTIGO 12º - A assembléia geral extraordinária delibera sobre:

I - Assunto urgente e pendente de solução do interesse fundamental da entidade;

II - Alteração deste estatuto;

III - Qualquer assunto, desde que conste a ordem do dia;

IV - Destituir os Admistradores.

Parágrafo unico – Para as deliberações a que se referem os incisos III e IV deste artigo é exigido deliberação da assembléia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum é de 2/3 dos associados.

ARTIGO 13º - A diretoria, eleita em assembléia, para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos, é composta por três membros efetivos, sendo um presidente, um secretario, um tesoureiro e um suplente e suas reuniões serão definidas pelo regimento interno quanto a periodicidade e delibera validamente com a presença de três membros.

ARTIGO 14º - Compete ao presidente:

a) Representar a associação, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente;

b) Movimentar, com o tesoureiro, as finanças;

c) Convocar e coordenar as assembléias gerais e as reuniões da diretoria;

d) Encaminhar as deliberações das assembléias gerais;

e) Nomear conjuntamente com o tesoureiro, procuradores e assessores especiais, para assuntos que dizem respeito as finanças, " ad referendum" da assembléia geral;

f) Nomear conjuntamente com o secretário, procuradores e assessores especiais, para assuntos que dizem respeito a administração geral da associação " ad referendum" da assembléia geral.

Ramão Wilson Junior
OAB-MT 11703

ARTIGO 15º - São atribuições do secretário;

a) Coordenar os trabalhos administrativos;
b) Responder pela secretaria;
c) Manter os arquivos e correspondência da associação;
d) Nomear conjuntamente com o presidente procuradores e assessores especiais para assuntos que dizem respeito a administração geral da associação, " ad referendum" da assembléia geral.

ARTIGO 16º - São atribuições do tesoureiro:

a) Manter sob sua responsabilidade as atividades da tesouraria;
b) Conduzir a contabilidade rigorosamente atualizada;
c) Movimentar, com o presidente, as contas bancárias;
d) Nomear conjuntamente com o presidente, procuradores e assessores especiais, para assuntos que dizem respeitos as finanças, " ad referendum" da assembléia geral.

ARTIGO 17º - O suplente ocupará qualquer um dos cargos efetivos quando necessário e lhe compete:

a) Colaborar com os membros efetivos no cumprimento de suas tarefas;
b) Substituir qualquer um dos membros efetivos em caso de impedimento;
c) Participar das reuniões da diretoria com voz e voto.

ARTIGO 18º - A diretoria poderá ser destituído por 2/3 dos associados em assembléia geral convocada para este fim.

Parágrafo único - Esta Assembléia elegerá nova diretoria para completar o mandato da destituída.

ARTIGO 19º - A gestão financeira é de responsabilidade da diretoria que, dentro do orçamento previsto, poderá organizar um quadro de funcionários e de técnicos, contratando pessoas competentes e determinando-lhes as devidas atribuições no regimento interno.

PRIMEIRO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Marcelo R. de Freitas
Oficial RTDPJ
PONTES E LACERDA-MT

Ramão Wilson Junior
OAB-MT 11707

ARTIGO 20º- O conselho fiscal será composto por três membros efetivos e um suplente, eleitos na mesma assembléia que elege a diretoria e pelo mesmo periodo de mandato.

1º Na ausência ou vacância de um dos membros efetivos assume automaticamente o suplente com plenos poderes;

2º Em caso de vacância de dois ou mais cargos no conselho fiscal convoca-se assembléia geral para recompô-lo e completar a gestão em curso;

3º O presidente e secretario serão eleitos na 1ª reunião após a posse e a periodicidade das reuniões ordinárias é de 6 em 6 meses.

ARTIGO 21º - Compete ao conselho fiscal;

I - Dar o seu parecer sobre o balanço do CTA e relatórios de prestação de contas apresentados pela diretoria á assembléia geral.

II- Fiscalizar as atividades de diretoria e a execução dos projetos do plano, pelas equipes de trabalho e funcionários.

III- Denunciar á assembléia as irregularidades constatadas, propondo medidas de advertência ou exclusão de associados em caso de necessidades.

IV- Convocar e presidir a Assembléia geral extraordinária se houver motivos sérios para tal, previstos no artigo 10º § 3º.

ARTIGO 22º - O conselho consultivo é composto por cinco colaboradores não remunerados designados pela assembléia geral dentre as pessoas que mais se destacaram na defesa das necessidades dos pequenos produtores rurais, podendo ser pessoas de fora do quadro social, pesquisadores, sindicalistas, técnicos e militantes de associações, todas de eminente saber e experiência nos campos de atuação do CTA.

Parágrafo único - O Conselho consultivo reúne-se duas vezes ao ano convocado pela diretoria.

ARTIGO 23º - Compete ao conselho consultivo:

I - Tomar conhecimento das atividades técnicas e administrativas baseado nos relatórios dos órgãos competentes;

PRIMEIRO SERVIÇO ... Marcelo R. de Freitas Oficial RTDPJ ... PARANATINGA-MT

II - Encaminhar á diretoria ou a assembleia geral as observações e propostas que julgar convenientes;

III – Dar parecer á diretoria sobre matérias que lhe forem por ela submetidas á exame e apreciação.

CAPITULO V – Do patrimônio do CTA e Administração.

Artigo 24º - O patrimônio da associação do CTA será constituída de :

I - Doações de pessoas físicas ou jurídicas;

II- Contribuições dos associados;

III- Subvenções de órgãos públicos municipais, Estaduais ou Federais;

IV- Da prestação de serviços do CTA a terceiros através de convênios;

V- Da produção própria;

VI- De rendas produzidas pelos próprios bens;

VII- De projetos de financiamentos de agencias de cooperação internacional e nacional privadas ou publicas.

Artigo 25º - A alienação de bens patrimoniais pode ser feita pela diretoria após o referendo da assembléia geral em se tratando de bens imóveis.

§ 1º É vedada a aplicação de recursos do CTA para fins que não atendam seu objetivos.

2º Despesas não orçadas e não aprovadas pela assembleia geral, devem ser submetidas á mesma, Pela diretoria, para aprovação e caso forem rejeitadas, os reponsaveis pela autorização deverão desenvolver ao CTA, os valores gastos dentro de 30 dias. Sob pena de execução judicial.

ARTIGO 26º - Os associados não respondem individual ou subsidiariamente por compromisso contraídos pela entidade e também não poderão reclamar a partilha de eventuais sobras apuradas ou partes do patrimônio em casa de dissolução da entidade.

Ramão Wilson Junior
OAB-MT 11702

1° Eventuais sobras apuradas no exercício financeiro anual serão totalmente investidos, na execução dos objetivos, em forma de patrimônio ou atividades de prestação de serviços.

2° Com aprovação da assembléia geral, diretoria pode recorrer a empréstimos bancários, para desenvolver seus projetos, serviços ou saldar dividas momentâneas.

Artigo 27º - No exercício de qualquer cargo de direção, fiscalização ou consulta de sócios não receberão remuneração de espécie alguma.

Artigo 28º - O associado que desempenhar qualquer tarefa passível de remuneração, não poderá exercer cargo efetivo.

Artigo 29 ° - Para dar cumprimento aos seus objetivos sociais, a associação poderá firmar convenios ou acordar com instituição similares, bem como entidade beneficentes nacionais e internacionais, para intercambio, cooperação técnica ou ajuda que possa beneficiar a associação.

CAPITULO VI – Disposições gerais e transitórias.

Artigo 30º - A liquidação da associação do CTA só poderá ocorrer com presença de 2/3 dos associados que delibera com 2/3 dos votos da assembléia geral extraordinária convocada para este fim, nomeará o liquidante, destinará os bens patrimoniais a outra entidade sem fins lucrativos.

Artigo 31º - As questões não previstas neste Estatuto serão encaminhadas pela diretoria, que levará o caso a primeira assembléia geral, que se realizar após o evento para aprovação, alteração ou anulação dos atos.

Ramão Wilson Junior
OAB-MT 11702

Artigo 32° - Para efeito do art. 2.031 do Código Civil, o presente estatuto entrará em vigor a partir da data de Registro em Cartório, revogando o anterior registrado no Primeiro Serviço Notarial e Registral (1° Ofício) "Registro Civil das Pessoas Jurídicas" deste Município e Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, sob n. **284** às folhas **076 v° do Livro A.009, em 10/09/2010**

Pontes e Lacerda – MT, 25 de Março de 2012.

Francisco Alexandre dos Santos

CPF: 049.034.981-15

Ramão Wilson Junior
OAB-MT 11702

Marcelo R. de Freitas
Tabelião

SERVIÇO NOTARIAL DO 1° OFICIO
Av. Bom Jesus, nº 740 - Fone: (65) 3266-1372 -CEP: 78250-000 - Pontes e Lacerda-MT
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[8q5MLp62]-FRANCISCO ALEXANDRE DOS SANTOS. . . . . .
. . . . . .
. . . . . .
Dou Fé.Pontes e Lacerda-MT, 02 de Maio de 2012
CLAUDIA SANTANA DOS SANTOS AZAMBUJA-ESCREVENTE DESIGNADA
Selo: ABS52615 Valor R$ 4,50 - CodAto 22
Cod. Cartorio 125 - Consulte, www.tjmt.jus.br/selos

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT
Código da Serventia: 125

Documento **REGISTRADO** em **03** de **Maio** de **2012**, sob n.º **363**, à folha **003** do Livro **A-010**, do **REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS** da Comarca de Pontes e Lacerda-(MT). Registro efetuado para efeito dos Artigos 121 e 142, da Lei 6.015 de 31/12/1973.

CUSTAS RCPJ
Itens=35, 38a e 38b
Registro: **R$-38,88** (incluído R$-3,43 Reg. Civil)= = = = = = = = ==
Averbação(ões): **R$-15,36** = = =
Pág. Acrescida(s): **R$-2,24**= = =
FUNAJURIS: **R$ 14,12**= = = = =
ISSQN: **R$-2,82**= = = = = = = ==
Valor Total: **R$-73,42**= = = =

AVERBADO em **03 de Maio de 2012**, sob n.º **Av-1/284**, a folha **076v°** do Livro **A-009**, do **REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS** da Comarca de Pontes e Lacerda-(MT). = = = = = = = = =

PRIMEIRO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Marcelo R. de Freitas
Oficial RTDPJ
PONTES E LACERDA - MT

Ato de Notas e Registro

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Código do Cartório: **125**
Selo de Controle Digital
Cód. Ato(s**103(1),):, 107(1),108(1)**
Numero Selo: **ABS52754** **R$-70,60**
Consulte: http:\\www.tj.mt.gov.br/selos

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT
Cartório privativo 125

Saguio Moreira Santos
Presidente do IT-A

SERVIÇO NOTARIAL DO 1ºOFÍCIO
Av. Bom Jesus, nº 740 - Fone: (65) 3266-1372 -CEP: 78250-000 - Pontes e Lacerda-MT

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[EWgfK7R1]-SAGUIO MOREIRA SANTOS. . . . . .
. . . . . .

Dou Fe.Po acerdø- 5 c Agosto de 2015.

CLAUDtAS DNA DOS 8AZAMØUJA-ESCREVfti EDESIGNAOA
6b:AQH9467s Valor á.30 + s% I8gQN - Cmd. do ntø t2

Selo de Controle Digi
Peder Judi
Código da S

125 - Consulte, www.tjmt.jus.br/selos

APRESENTADO em 09/09/2015 para averbação e apontado sob ordem n. 00013833 do Livro de Protocolo A-1-C. AVERBADO em 09/og/2015, sob ordem n Av-1/00000383, a folhas 003 do livro A-010 do REOISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS da Comarca de Pontes e Lacerda-(MT).

R. de Freitas
Oficial RTDPJ
PONTES E LACERDA-MT

Ato de Notas e Registro

Selo de Controle Digital
Judiciário
MT

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Cealgo do Cartório:12fi
Pelo de Controle Digital
c+a. xt•i•): (olIJt
Número Belo. A Hg70e0 RG22,60
Consulte: t4tp:ttwww.t).mt.Res.brlczlos

ANEXO C: ATA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA

ATA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DO CENTRO DE T CNOLO d Souza

ALTERNATIVA — CTA. Com seus atos constitutivos devidamente registrados no Regi o Civil das pessoas Jurídicas desta comarca, sendo a Ata de fundação, registrada em **09/11/1992** sob n. folha **183** do livro **A-002** e seu estatuto reformulado em **25/09/2010**, objeto de registro feito em **03/05/** sob n° 363, à folha 003, do livro A-10 e ATA de eleição e posse registrada averbada 12/03/1993, sob n° 360, Livro A-003, à folha 163, no primeiro serviço notarial e registral (1° ofício) "Registro Civil das Pessoas Jurídicas" deste município e Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob o n° 24.756.793/000q-34 . A Assembleia Geral Ordinária foi realizada nos dias 09 (nome) e 10 (dez) de fevereiro de 2018 (dois mil e dezoito), na sede do CTA, sitio, BR 174 B, Km 05, Pontes e Lacerda - MT, devidamente convocada pela diretoria, teve início ãs 13:00 (treze horas), após constatado o quórum mínimo de associados na 1' chamada (21 sócios presentes de uma lista de 37 aptos), e constou na sua 5º ordem do dia como pauta a alteração de seu estatuto social. Depois de amplamente debatido ficou aprovado as seguintes alterações no estatuto: . Acrescentou-se no ARTIGO 10º o 5º item sendo: **5°- Assembleia geral ordinária ocorrerá impreterivelmente até o dia** 30 **de abril do ano seguinte para deliberações gerais e sendo o caso, eleição de seus dirigentes, sendo** essa data o **vencimento dos respectivos mandatos.** Alterou-se a redação do Artigo 13, passando este a conter a seguinte redação: **ARTIGO**13: **A diretoria eleita em assembleia, para um** mandato **de dois anos, podendo ser reeleito é composta por três membros efetivos sendo um presidente/a, um secretário/a e um tesoureiro/a e primeiro e segundo suplentes. O** ARTIGO 2º, Item II — Objetivos Específicos, Letra M para a ter **a seguinte redação: m) Desenvolver projetos de natureza social, Ambiental, assistencial, humanitário, educacional, habitacionais, entre outros, pautando a sustentabilidade, a agroecologia e com foco no fortalecimento da Agricultura familiar.** Esta ATA foi lavrada por mim, Maria de Lourdes Morão Prado — Secretaria, possui lista de presença especifica assinada por todos presentes e será assinada pelo presidente Saguio Moreira Santos para fins de registro. Saguio Moreira Santos, Fátima Aparecida Garcia de Moura, Francisco Alexandre dos Santos, Fabiana de Fátima Correia Barros, João Ananias de Paiva, José Ferreira de Paiva, Jessé Lopes Carvalho, Leonel Wolhfhart, Luzia Helena Mascarenhas Ferreira, Manoel Batista do Prado, Maria Cristina Urnau, Maria de Lourdes Morão Prado, Mario Nunes Ferreira, Ronaldo Adriari'4 Faria, Rafael Miguel dos Santos, Robson Guido Morão Prado, Vilmon Alves Ferreira, Clério Afonsõ..S ulas, Jozias Guimarães Barros, Lauro Oliveíra Moraes, Manoel Miguel dos Santos, Luzia Rezende, Santos.

Saguio Moreira Santos
Presidente

@bresentado em 17 de Fevereiro de 2020, para a,ierbação e apontado sob n.' ordem **15142** do Livro de Protocolo **A-1, AVERBADO** em **10/03/2020**, sob ordem n. **Av-1/363,** folha (s) **003** do Livro **A-010**, do **REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS** JURÍDICAS da Comarca de Pontes e Lacerda - (MT) _____ - Registro efetuado nos termos dos Artigos 128 e 142 da Lei 6.015 de 31/12/1973.

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Selo de Fiscalização e Serventia 128
Selo de Controle Digital Código do Ato: 103 (1) e 11 (1)

BKC 70778 — R$ 31,00

Selo de Controle Digital

Tabeliã Interina
9ueli Araújo da Souza



Sueli Araújo de Souza
Tabeliã Interina

ANEXO D: INFORMATIVO CACAIO

CACAIO



INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÃO E ANIMAÇÃO CULTUTAL DOS LAVRADORES DO VALE DO GUAPORÉ. DEZEMBRO/89 - Nº 1

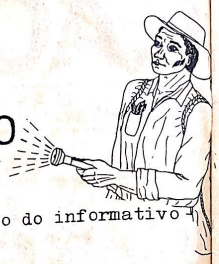
A FORÇA DE NOSSA UNIÃO



ABRINDO PICADAS E PLANTANDO

MARCOS DE LUTA.

NOSSA FORÇA É NOSSA UNIÃO



Aqui está outro número do informativo CACAIO.

Neste número tem muito assunto e muita troca de idéia feita pelo Movimento de União.

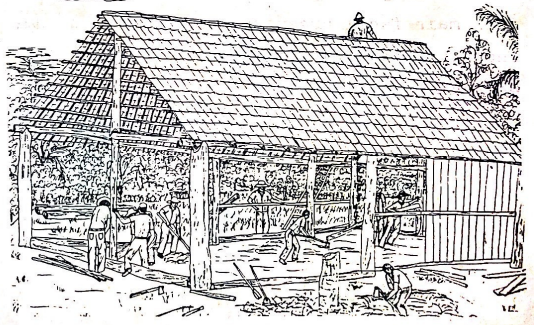
Os assuntos são como a falta de estrada, a falta de preço para a produção da lavoura e outras dificuldades para a vida do trabalhador rural.

Também tem muita idéia de como lutar para acabar com estas dificuldades.

Todo mundo sabe que para trabalhar numa terra que só é mato;primeiro é preciso abrir as picadas e colocar os marcos.

A mesma coisa está fazendo o Movimento de União. Para lutar contra as dificuldades do vida do trabalhador e para acabar com a exploração que sofre o trabalhador, o Movimento de União está abrindo as primeiras picadas e plantando os primeiros marcos de luta.

A força do Movimento está na nossa União.



Uma maneira de nós conseguirmos esta melhora seria através de Associações ligadas ao Movimento de Trabalhadores porque o objetivo das Associações é eliminar os atravessadores ou seja, os marreteiros.

Exemplo: já existe cinco Associações ligadas ao Movimento que já tem muita força., ou seja equivale à uma grande quantidade de produção . Juntando esta produção, poderia fazer uma venda direta sem a participação de intermediários que estão enriquecendo só explorando o trabalhador. Essa grana sobraria para os próprios trabalhadores.

NOSSA FORÇA É NOSSA UNIÃO



de pessoas que se reune em uma pelas as melhoras das comunidade, não tem estradas, escola, saude.
Os lavradores estão cansado de ver esse pequeno preço, porque estão SABENDO que depois da produção, está na mão do intermediário tem preço, portanto os lavradores precisam participar do Movimento para, nós trocar as ideias pra conseguir um melhor preço, portanto os lavrador fica comunidade para participar do Movimento, comunica buscar em sua comunidade, o Movimento não

IDÉIA DO MOVIMENTO

Muita gente, procura o que é o Movimento. É um grupo de pessoas que se reúnem em luta pelas melhoras nas Comunidades que não tem estradas, escola , saúde.

Os Lavradores estão cansados de ver esse pequeno preço para o Trabalhador, porque estão SABENDO que depois que a produção está na mão do intermediário,aí tem preço.Portanto os lavradores precisam participar do Movimento

para nós trocar idéias e conseguir um melhor preço.

Portanto todo lavrador fica convidado para participar do Movimento, que começa a crescer em seis comunidades.

O Movimento são pessoas trabalhadores como você mesmo.

Nós unidos vamos conseguir toda essa luta.

Por isto é que precisamos confiar em nós, e não perder a esperança de conseguir a melhora.

Quando falamos em Movimento já sabemos que são pessoas que não param de lutar contra as dificuldades da região.

- Comunidade do Guaporé - S.Domingos.

A LUTA CONTINUA.

Diminuindo por causa do preço baixo, transporte caro falta de incentivo financeiro. Que se torna quase impossível trabalhar ou seja Produzir

ATENÇÃO trabalhador. Porque nos trabalhadores somos a classe mais grande 80% é nossa" mais pobre deste País? Lembremos que só o trabalho gera riqueza

PRODUÇÃO NA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ -

Vale do Guaporé é uma região riquissíma em produção de arroz , milho , feijão, banana, etc...

Mas esta produção, aos poucos está dimunuindo por causa de preço baixo , transporte caro,falta de incentivo financeiro. Se torna quase impossível trabalhar, ou seja produzir.

ATENÇÃO TRABALHADOR -

Porque nós trabalhadores somos a classe mais grande - 80% da população - e somos a mais

pobre deste país?

Lembramos que só o trabalhador gera riqueza.

PORQUE nós trabalhadores estamos desunidos.

Mas já existe algum começo de união no MOVIMENTO DE TRABALHADORES RURAIS.

Um grupo de lavradores com o objetivo de participação de todos os trabalhadores da região para juntos lutarmos por um preço justo , um transporte mais barato e melhor condição de produção, etc...

VENHA, JUNTE-SE À NÓS
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS

A FORÇA DE NOSSA UNIÃO





POESIAS DO MOVIMENTO

ESTAVA DORMINDO E SONHEI
QUE NÃO HAVIA MAIS GUERRA
VI O MOVIMENTO REUNIDO
PARA FAZER UMA NOVA TERRA

E AÍ, QUE OS LAVRADORES
COMEÇAM À DECIDIR
PORQUE SE NÓS NÃO LUTAR
A REFORMA NÃO VAI SAIR.

O GOVÊRNO QUE NÃO TINHA ESSA LUTA
JÁ DECIDIU
PRECISAMOS SE UNIR
PARA FAZER UM NOVO BRASIL.

O MOVIMENTO FOI O PRIMEIRO
MEIO DE PROGRESSO
NO VALE DO GUAPORÉ
E FAZENDO O MAIOR SUCESSO
E CRESCENDO NOSSA FÉ.

COM O SUOR MOLHANDO O ROSTO
NÓS LUTAMOS PELO MOVIMENTO
LUTANDO E SENTINDO GOSTO
O SABOR DO VENCIMENTO

LUTANDO COM CORAGEM
NA DOR E NA ALEGRIA
VIVENDO A SAFADAGEM
DO GOVÊRNO DIA-A-DIA!

CENTRO DE TREINAMENTO AGRÍCOLA - UMA CONQUISTA DO MOVIMENTO.

A idéia de Centro de Treinamento agrícola veio do Movimento e surgiu da necessidade de ver a nossa produção melhorar.

O govêrno não consegue oferecer uma assistência técnica para dar respostas aos problemas da pequena propriedade. Ou seja,

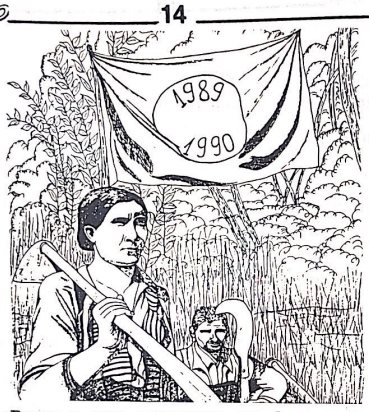


como plantar melhor culturas consorciadas, por exemplo, algodão no meio do milho, ou se existe algum tipo de adubo, para o café, mas que não precisamos comprar no comércio. Ou ainda, como controlar um inseto sem gastar muito dinheiro e sem o risco de intoxicar. Enfim existe muitas dúvidas. na nossa cabeça, mas também existe muita solução que podemos encontrar na nossa propriedade mesmo.

É para fazer esse estudo, essas pesquisas que o Movimento pensou em montar o Centro. Então o Centro seria o local onde seriam feitas experiências agrícolas que depois de aprovadas, poderiam servir de exemplo para todos os trabalhadores rurais da região. Além de ser um lugar de estudo e de pesquisa o Centro deverá ser um lugar de divertimento e lazer para o trabalhador e sua família.

Hoje o Centro já é uma realidade. E para conseguir passar da idéia para a realidade foi preciso muita troca de idéia, muitos dias de serviço e muita luta.

Já conseguimos comprar 6 alqueires na área do Escatolim perto do Barreirão e já tem 1 alqueire de terra plantado, com arroz e milho.



Para o ano pensamos em fazer algumas construções e o início das pesquisas que devem começar por pomar e horta.

Mas para isso será preciso muita luta e compromisso com a vontade de vencer.

Por isso se você gostou da idéia junte-se a nós, porque é na FORÇA da NOSSA UNIÃO que encontraremos saída da nossa exploração.

ESTRADA - UM DIREITO A SER CONQUISTADO

Como os companheiros devem estar lembrados no último número do CACAIO publicamos uma notícia que o Movimento estava fazendo uma pesquisa sobre nossa produção e um abaixo assinado para lutar pela estrada Jauru - Pontes e Lacerda passando pela gleba São João.

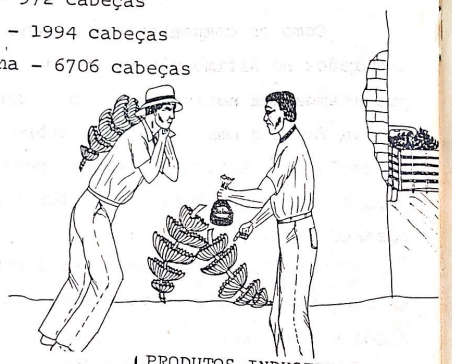
Pois é, agora vamos ver o resultado da pesquisa e quais os passos que já foram dados nessa luta.

A pesquisa foi respondida por 274 famílias.

PRODUÇÃO COMERCIALIZADA/89

1) Feijão - 2188 sacos
2) Arroz - 8389 sacos
3) Milho -23.567 sacos
4) Café - 1.370 sacos
5) Banana 1.173.660 Kilos

6) Algodão 19.501 arrobas
7) Gado - 972 cabeças
8) Porco - 1994 cabeças
9) Galinha - 6706 cabeças



FERRAMENTAS COMPRADAS

1) Enxada - 954
2) Lima - 1016
3) Foice - 667
4) Moto serra - 28

PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS CONSUMO

1) Sal - 30.000 Kg
2) Açucar - 41.843 Kg
3) Trigo - 4.939 Kg
4) Macarrão- 2.641 Kg
5) Café - 3.223 Kg
6) Combustível/Querosene - 6.653 litros

Esse resultado é de 274 famílias, se calcularmos a gleba São Domingos toda, a produção será imensa.

Nessa pesquisa não entraram dados importantes como vestuário, medicamentos e móveis.

Porque é importante saber isso? Não é só para saber quanto produzimos ou quanto consumimos, mas também, para saber o que pagamos de imposto. Porque quando recebemos um preço pelo nosso produto esse preço já vem descontado o imposto e o lavrador não percebe..

O imposto arrecadado em cima dos produtos que vendemos e dos produtos que compramos vai para o FUNRURAL (Assistência Médica) e o restante deveria retornar como benefício,por exemplo:estrada,financiamento de lavoura. Mas nada disso acontece.

E tem também o ITR que é a prefeitura que arrecada.

Será que com tudo isso de imposto, as autoridades tem a coragem de dizer que não tem verba?

Outro passo dado foi escolher uma comissão para ir até a prefeitura entregar o resultado da pesquisa e o abaixo assinado.

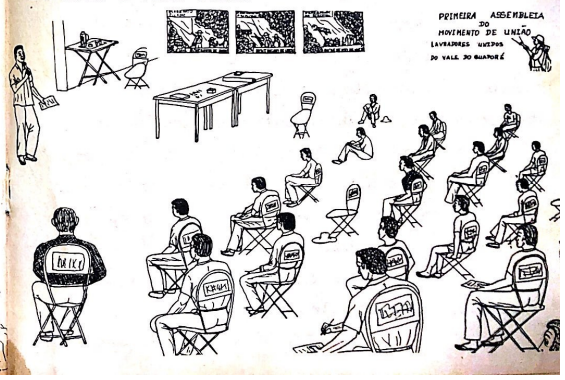
A comissão já foi tentar falar com o prefeito e como ele estava viajando, apesar de 2 dias antes terem garantido que ele atenderia, o secretário disse que era melhor falar com o Presidente da Câmara, que até agora não deu resposta.

Mas não podemos desanimar, pois a luta para conquistar nossos direitos é justa.

A LUTA CONTINUA

MOVIMENTO DE UNIÃO REALIZOU SUA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA.

Foi realizada nos dias 02 e 03 de dezembro de 1989 a primeira Assembléia do Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé. Estiveram presentes 55 lavradores de diversas comunidades de Pontes e Lacerda e Vila Bela.



O Movimento conta hoje com três Associações em funcionamento e duas para serem concluídas. Em nossa Assembléia foi decidido que é preciso ajudar os companheiros da Ponte de Pedra e da comunidade Junqueira de Vila Bela. A força do nosso Movimento é ajudarmos a Associação que estiver em dificuldade.

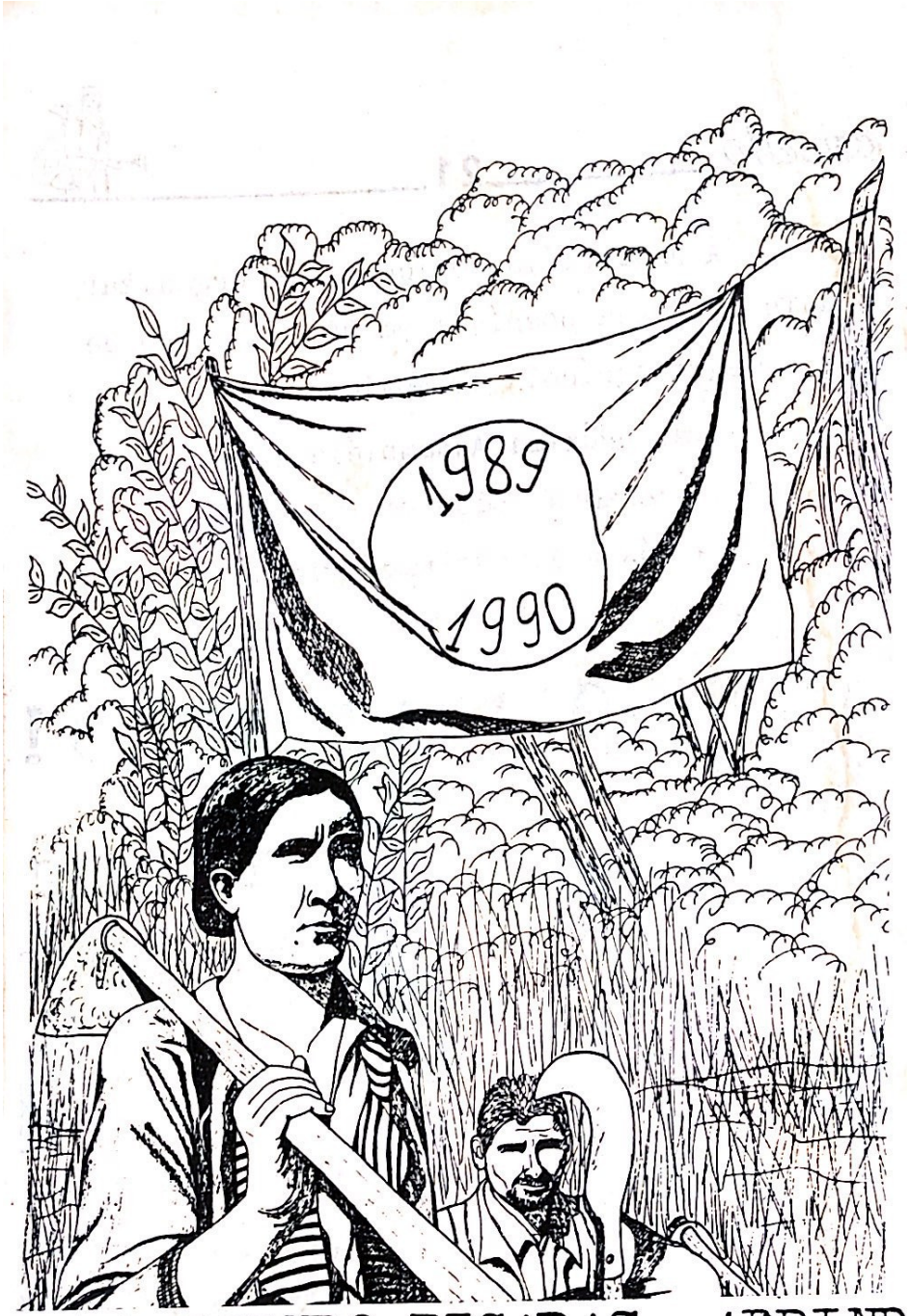
Nossas Associações vem nos ajudando em algum benefício como limpar o Arroz. Mas se você trabalhador rural se juntar a nós maiores conquistas virão. Muitas lutas maiores como: Saúde, Estradas, preços pelos cereais e outras. Pensando em mais melhoras para nossas famílias a Assembléia decide começar a exigir que as delegacias do sindicato funcionem e onde não existe sejam criadas para trazer mais conquistas, ás nossas comunidades.

A Assembléia decide ainda, organizar o mais depressa possível em 90 o Centro de Treinamento Agrícola do Movimento.

Para a nossa próxima Assembléia em dezembro de 1990 convocamos todos os lavradores a se juntarem a nós e discutirmos juntos nossos problemas.






1989
1990
)AS ABRINDO PICADAS ABRIND


CACAIO
INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÃO E ANIMAÇÃO CULTURAL
DOS LAVRADORES DO VALE DO GUAPORÉ. ◆ JULHO/90 - Nº 2
FIQUE E LUTE AQUI
O VALE DO GUAPORÉ
VALE A PENA?
DELEGACIA SINDICAL
DELEGACIA SINDICAL
CTA
MOVIMENTO DE UNIÃO
LAVRADORES DO VALE DO GUAPORÉ
MULHER
I FESTIVAL DE MUSICA SERTANEJA
ASSOCIAÇÃO
ALA JOVEM

O VALE DO GUAPORÉ

VALE A PENA?

O Vale do Guaporé tem terras boas , que hoje são ocupadas pelos pequenos lavradores e por grandes fazendeiros.

Depois da abertura da estrada, BR 364 que liga Cuiabá a Porto Velho em Rondônia , a disputa pelas terras aumentou. De um lado estavam os pequenos lavradores e de outro lado os fazendeiros.

Esses lavradores vinham em busca de terra, pois tinham promessa de Reforma Agrária. E quando chegavam encontravam grandes fazendeiros, que se diziam donos dessas terras. Era aí que começava a briga. Hoje podemos dizer que o lavrador venceu essa luta, porque existe mais lavrador que fazendeiro.

cacaio 1



Depois de adquirir a terra, começava outras dificuldades, que continuam até hoje:

1) Falta de crédito nos bancos.
2) Muita dificuldade para fazer a roça.
3) Falta de preços nos produtos
4) Falta de estrada pra tirar a produção
5) Falta de escolas para os filhos
6) Falta de assistência médica.

Faltava tudo, só não faltava espírito de luta, para o lavrador vencer essas dificuldades.

QUEM É O CULPADO DESTAS DIFICULDADES?

Nós do Movimento de União achamos que falta vontade e responsabilidade das autoridades, para beneficiar os lavradores. Porque benefício para os grandes tem.

O govêrno deu muito incentivo, dinheiro, pros fazendeiros comprar gado ,



plantar serigueira. Deu muito dinheiro prás firmas de algodão e para os marreteiros comprar a produção dos pequenos.Deu muito dinheiro pro POLONOROESTE, dizendo que era prá ajudar os pequenos.

Está dando muito dinheiro para:

- Construção de uma estrada de Cáceres a Bolívia
- Estrada de ferro passando na região;
- Construção de um porto
- Tudo para exportar nossos produtos da região para os Estrangeiros.

Então nós estamos vendo que dinheiro prá incentivo tem. E se tão investindo nessa região é porque ela é importante, que depois vai ter volta desse dinheiro investido.



FIQUE E LUTE AQUI

Trabalhador - Porque vender terra. O que representa a terra em nossa vida em nossa luta do dia a dia.

Os fazendeiros não vendem terra, compram. Porque sabem que a região é rica e vai progredir.



Antes de nós chegarmos aqui, em outras regiões nós nunca tivemos ou já vendemos as nossas terras, por sermos muito explorados. E corremos um grande risco de ficar sem terra.

Vamos fazer uma análise dos nossos amigos, companheiros e visinhos que já venderam suas terras, nesses últimos anos. A maioria não consegue comprar mais quase nada do que possuia antes.

ATENÇÃO - Trabalhador, não vamos correr esse mesmo risco. Vamos ficar e lutar para exigir participação no progresso da região.

— DELEGACIA SINDICAL UMA GRANDE FERRAMENTA —

Nós trabalhadores do Movimento de União, aprendemos que a união resolve muitos problemas. Nossos primeiros passos demos nas Associações, que são para resolver pequenos benefícios.

Existem problemas maiores como a luta por melhor preço no algodão, melhor preço para o leite e abertura de estradas, que devem ser enfrentadas pelas delegacias sindicais.



Porque pelas delegacias sindicais?

Porque é o sindicato que deve unir as lutas de todos os lavradores do Vale do Guaporé. Ou será que somos só nós em São Domingos que plantamos algodão, entregamos leite e queremos boas estradas? Será que só nós não temos título das terras?

Não, essa é a situação de quase todos os lavradores da região.

Por isso é que o Movimento já está exigindo da Delegacia Sindical da Máquina Queimada, que ela enfrente as lutas e não só ficar cobrando mensalidade.

Os companheiros do Guaporé, também já se preparam para a fundação de sua delegacia sindical.

Então companheiros vamos todos organizar bem as delegacias sindicais em nossas comunidades.
Sem Base forte e sem o povo participando o Sindicato não é nada.

PARTICIPE E EXIJA

SEUS DIREITOS.



ALA JOVEM HOMENAGEANDO O LAVRADOR

A Ala Jovem do Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé realizou seu primeiro encontro nos dias 30 de junho e 01 de julho de 1990 em Pontes e Lacerda.
Refletiram sobre seu papel na construção do Movimento:

- Realizar eventos culturais: festivais, festas, torneios, teatros, comédias e shows.
- Ajudar a organizar o Jornal CACAIO.
- Participar em todas as atividades na comunidade.



DATA:
28 DE JULHO DE 1990
ÀS 19:00 HORAS

LOCAL:
MÁQUINA QUEIMADA

TERÁ PREMIAÇÃO AOS TRÊS PRIMEIROS COLOCADOS

I FESTIVAL DE MUSICA SERTANEJA

LOCAL DE INSCRIÇÕES (NÚMERO LIMITADO)
- MANOEL BATISTA NA MÁQUINA QUEIMADA
- BAR DO ESTONTE CINQUINHO EM SÃO DOMINGOS
- TOP BAR (AO LADO DO CORREIO EM PONTES E LACERDA)

PROMOÇÃO: ALA JOVEM DO MOVIMENTO DE UNIÃO



Como primeira promoção um Festival da Música Sertaneja no dia 28 de julho na Máquina Queimada.

Para Homenagear o Lavrador, pois 25 de julho é o seu dia.

Muitas homenagens e elogios são feitos, mas as autoridades só conversam. O lavrador merece ser homenageado, mas principalmente precisa refletir sobre seus direitos neste dia.

Jovens e Adultos participem conosco na construção do Movimento de União.

ASSOCIAÇÕES

As Associações ligadas ao Movimento dos Lavradores Unidos do Vale do Guaporé , vão indo bem, obrigado.

São cinco, que através da ajuda entre elas vão melhorando suas regras , a participação do povo nas Assembléias e o prórpio funcionamento das máquinas.

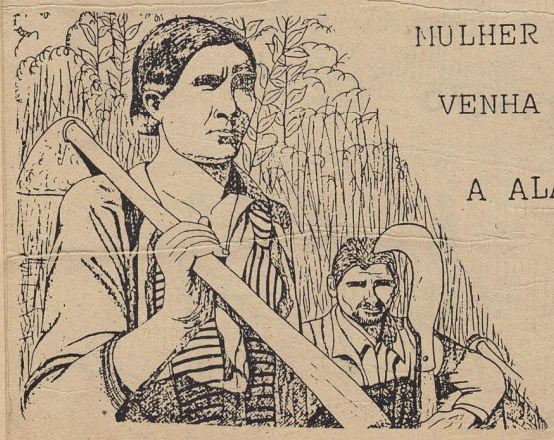
Temos três companheiros em condições de darem treinamentos a qualquer Associação da região.

Logo teremos um treinamento para os operadores com um técnico especialista que vem de Cuiabá. Tudo isto é justo da organização e luta do nosso Movimento.



Nós do Movimento do Coronel Ary estamos muito contente por ter fundado uma Associação com o apoio dos companheiros da comunidade e com os esclarecimentos do Movimento e estamos lutando com FORÇA e VONTADE em busca de mais conquistas a benefício das Associações, e não podemos parar, pois enquanto há VIDA existe ESPERANÇA E A LUTA CONTINUA.

ASSOCIAÇÃO DOS LAVRADORES UNIDOS DA FURNA AZUL



MULHER LAVRADORA,
VENHA CONSTRUIR
A ALA FEMENINA
DO
MOVIMENTO
DE UNIÃO



Em agosto será realizada uma primeira Reunião de um grupo de mulheres do Vale do Guaporé. Após esta reunião vários encontros serão realizados para a mulher discutir seus problemas como lavradora.

Vamos nos unir nesta luta para buscar saídas contra as injustiças.

ALGUMAS PALAVRAS :

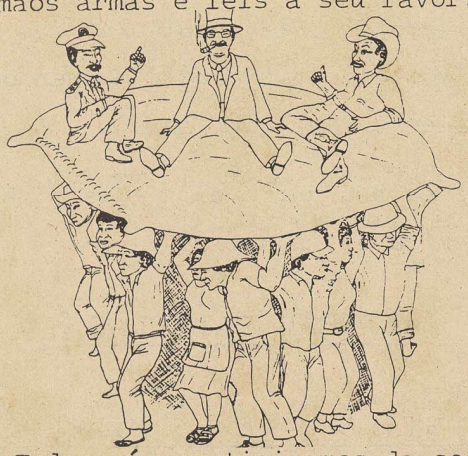
JUSTIÇA E LIBERDADE

Quando nós vivermos a plenitude destas duas palavras, todo ser humano se sentirá muito bem, pois teremos uma sociedade perfeita.

JUSTIÇA: é muito profunda esta palavra, ela não pode ter desvio.

Hoje a falta de justiça, está levando a nossa sociedade ao caos, a grande maioria da população está sendo muito injustiçada, por

uma minoria que se diz poderosa, porque tem em suas mãos armas e leis a seu favor.



Todos nós participamos da sociedade, por isto é muito justo e digno que todo ser humano tenha os mesmos direitos dentro dela.

Acreditamos e temos certeza, que ninguém nasceu para ser pisado ou explorado. A vida é o único bem que todos nós possuímos, ou seja , já nascemos com este direito.

" O direito de viver". Nenhum homem ou mulher tem o direito de viver no mais alto luxo com todos os previlégios e esbanjos, enquanto a



maioria do povo vive no ventre da miséria e da fome. Isto simplesmente é crime, assassinato, roubo, estelionato e tudo o que se pode pensar de errado.

" O TRABALHADOR FAZ A RIQUEZA
NO ENTANTO CONTINUA NA POBREZA".

" EM NOME DA LIBERDADE SE MANTÉM UM POVO SEM IGUALDADE".

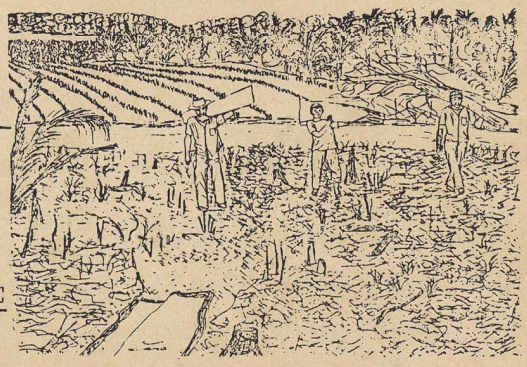
" A CRIANÇA ABANDONADA É FRUTO DA DESI - GUALDADE".

Ficamos muito triste e revoltados quando olhamos para nossos filhos e vemos o rosto magro e o crescimento atrasado, e não só dos nossos filhos, mais de milhões de crianças que estão nas mesmas condições, e milhões que estão ainda pior. E quantas delas perderam o único direito que tinham, que é o de viver.

Que sentido tem uma vida, que desde o princípio já é indigna e sofrida? A vida não é um jogo, em que se pode nascer num berço de ouro ou num monte de palhas, e sim um direito natural, pois a luz que clareia os caminhos de todas as vidas é uma só. O sol que queima os rins dos tra - balhadores rurais é o mesmo que oferece momentos de grande lazer nas luxuosas piscinas das mansões onde os previlegiados se bronzeiam.

DE MUTIRÃO EM MUTIRÃO NOSSO CENTRO

DE TREINAMENTO AGRÍCOLA É UMA REALIDADE





Depois de um ano onde nós, com muito esforço, trabalho e troca de idéias fizemos roça de arroz, feijão , milho e mandioca para comermos em nossos encontros e a colheita foi boa , não precisamos mais plantar roça para o ano.

Estamos aguardando o financiamento para iniciar as construções e depois começar as experiências com pesquisas de técnicas que sirvam para nossas pequenas propriedades.

HOMENAGEM AO SAUDOSO MURILO

Ó MEU DEUS QUE ME PROTEGE, Ó PAI DA CONSOLAÇÃO. TANTA DOR QUE SINTO AGORA, QUE ME TREME O CORAÇÃO.
ME RESPONDA SE É CERTO OU SE É UMA TRAIÇÃO.
PORQUE ME FALTA UM COMPANHEIRO
DA PRIMEIRA POSIÇÃO.



ME LEMBRO DA SUA VOZ FALANDO EM REUNIÃO,
ME ENSINOU TANTAS COISAS PARA FUGIR DA PRISÃO.
FALAVA EM LIBERDADE PARA SAIR DA ESCRAVIDÃO,
TINHA TANTO AMOR AO TRABALHO PISAVA FIRME NO CHÃO.
ABRAÇOU O LAVRADOR COM SUAS BOAS FEIÇÕES.

SERÁ QUE ISTO É UMA SINA OU SE É PERTUBAÇÃO.
SE EU NÃO FALO O QUE SINTO NINGUÉM DÁ UMA SUJESTÃO, SERÁ QUE EU CAIO NO BURACO E NINGUÉM ME DÁ A MÃO?
HOJE FALTA UM COMPANHEIRO, DE TRISTE SEPARAÇÃO
ABALOU O MOVIMENTO FICOU OLHANDO PARA O CHÃO.

Ó MEU DEUS QUE É PODEROSO, QUE É O SENHOR DO PERDÃO, POR TODAS AS LUTAS QUE FEZ, NÃO DEIXAS CAIR NO CHÃO.
POR ESSE BOM COMPANHEIRO VAMOS FAZER ORAÇÃO,
QUE SEJA BOM PARA DEUS, COMO FOI PARA OS IRMÃOS.